



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1281

Terça-feira - 16 de Julho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	4
Ascurra.....	5
Biguaçu	6
Bom Retiro	14
Braço do Trombudo	16
Caçador.....	41
Camboriú.....	51
Campo Alegre	60
Campos Novos	61
Canoinhas.....	84
Capinzal	102
Concórdia	103
Coronel Martins.....	111
Corupá	112
Curitibanos	114
Eral Velho	114
Faxinal dos Guedes.....	116
Forquilha.....	117
Fraiburgo.....	119
Garuva	119
Gaspar	119
Governador Celso Ramos	120
Guaramirim.....	121
Herval d'Oeste	122
Ibiam	123
Ilhota	124
Imbituba	124
Ipumirim	198
Irineópolis	200
Itapiranga.....	202
Itapoá	203
Joaçaba.....	211
Lages	215
Lauro Muller	218
Lebon Regis.....	219
Leoberto Leal.....	219
Lindóia do Sul	221
Luzerna	221
Mafrá	223
Massaranduba.....	223
Meleiro	224
Monte Carlo	224
Navegantes.....	228
Novo Horizonte	230
Orleans	230
Palhoça	230
Palmitos	237
Papanduva.....	239

Pinheiro Preto	265
Porto Belo.....	298
Porto União.....	298
Presidente Castello Branco	302
Rio do Sul.....	302
Santa Terezinha do Progresso	306
São Bento do Sul.....	307
São Domingos.....	311
São José.....	312
São Lourenço do Oeste.....	333
Schroeder	334
Serra Alta	357
Siderópolis.....	357
Timbó	358
Tunápolis.....	361
Vidal Ramos.....	362
Videira.....	362
Vitor Meireles.....	365

Associações

Consórcios

CIGA	366
CIS/AMOSC.....	367

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1.738, de 01 de Julho de 2013.

DECRETA PONTO FACULTATIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica

Considerando a contenção de despesas nos diversos setores da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Será considerado Ponto Facultativo no dia 05 de Julho de 2013, dia que sucede ao Feriado Municipal de 04 de Julho, nas repartições Públicas Municipais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 01 de Julho de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1732, de 06 de Junho de 2013.

ESTABELECE ESCALA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO, ATRAVÉS DE BALSA, NA LOCALIDADE DE VOLTA GRANDE, NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a Escala, de servidores para a prestação de serviços de transporte hidroviário, na balsa, na Barragem Hidrelétrica Itá, na localidade de Volta Grande, neste Município, conforme segue.

SERVIDORES HORÁRIOS

ANDERSON GRIEBLER/EDSON GONÇALVES 05:00 ÀS 11:00 HS- MATUTINO

IVAIR CARLOS DA SILVA/LAITIR ALBERTO LOHMANN 11:00 HS ÀS 17:00 HS- VESPERTINO

ELMAR HOFFMANN/GUILHERME VARGAS 17:00 ÀS 23:00 HS- NOTURNO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 1552 de 31 de Julho de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, 06 de junho de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1733, de 13 de Junho de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA"

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar n.º 045 de 18 de Agosto de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo:

I - Da Esfera Governamental:

a) Órgão Municipal de Assistência Social
- Titular: CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT;
- Suplente: MAIRA ZAHLER;

b) Órgão Municipal de Saúde
- Titular: GILIARD LINK;
- Suplente: LARISSA RUVIARO;

c) Órgão Municipal de Educação
- Titular: MIRIAN SCHNEIDER;
- Suplente: LIDIANA POHLMANN;

d) Órgão Municipal de Administração e Gestão Financeira
- Titular: JOSÉ LUIZ RETTORE;
- Suplente: EVANDRO BENELLI

e) Órgão Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
- Titular: NEDIO KIRST;
- Suplente: ELEN REPOLHO FERREIRA.

II - Da Esfera Não Governamental:

a) Entidade de Assistência as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais - APAE
- Titular: IVONI SCHNEIDER KAPLAN;
- Suplente: LOI DETONI KIRST;

b) Representante das Entidades Esportivas e Culturais do Município
- Titular: CLARICE FETTER VAUDEN;
- Suplente: ARNALDO ARNILDO KRUG;

c) Representante das Entidades Religiosas do Município
- Titular: MARLI WEBER;
- Suplente: ELONIR GASTMANN;

d) Representante dos Clubes de Mães
- Titular: CELESIA FINGER;
- Suplente: ADI SCHNEIDER;

e) Representante das Associações de Pais e Professores (APP's)
- Titular: JUSSARA RETTORE REKSHAUSE;
- Suplente: ELCI SCHWANKE;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto n.º 1.714, de 10 de Abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 13 de Junho de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1734, de 18 de Junho de 2013.

"CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IX conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 27 de junho de 2013, tendo como tema central "A Gestão e o financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 18 de Junho de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1735 de 03 de Junho de 2013

ALTERA A COMPOSIÇÃO NOMINAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CUJOS MEMBROS FORAM NOMEADOS PELO DECRETO Nº 1.333, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cátia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, obedecidas as disposições da Lei Municipal nº 136, de 07 de dezembro de 1999; e

Considerando a necessidade de recomposição nominal do Conselho Municipal de Educação, em decorrência da alteração do titular da Gerência de Educação e de três membros não fazerem mais parte do quadro de funcionários públicos do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º O art. 1º, do Decreto nº 1.333, de 09 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam as pessoas a seguir identificadas, nomeadas para a composição do Conselho Municipal de Educação:

I - Representando a Gerência de Educação:

a) Titular: Mirian Schneider;

b) Suplente: Carline Fünckler.

II - Representantes dos Docentes efetivos que atuam no magistério público:

a) Titular: Gisele Koller Bianqui Castro;

b) Titular: Vanda Bourckhardt Gastmann;

c) Suplente: Jussara Rettore Reckshause;

d) Suplente: Danieli Gossenheimer Gonçalves.

III - Representante das Associações de Pais e Professores das Escolas Municipais:

a) Titular: Neudir Weirich;

b) Suplente: Rosemeire Carline Castro.

IV - Membros indicados pela Prefeita Municipal:

a) Titular: Lidiana Polhmann;

b) Titular: Lourdes Rover Koller;

c) Suplente: Daniela Benelli;

d) Suplente: Marinho Sérgio Castro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 05 de fevereiro de 2009.

CÁTIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1736, de 20 de Junho de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeado a Sra. DEIZEL DAINARA VOSS, para exercer o Cargo de ASSISTENTE SOCIAL; em caráter temporário, até a realização de concurso público para preenchimento da vaga, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 20 de Junho 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1739 de 08 de Julho de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES, para exercer o Cargo de PROFESSOR II ANOS INICIAIS

DO ENSINO FUNDAMENTAL - 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 001/2013, para atuar no Ensino Fundamental, em substituição à servidora JULIANA VALÉRIA LERMEN STECKLING, em auxílio doença.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até o dia 20 de Agosto de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 08 de Julho 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1740 de 08 de Julho de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. CLAUDIA SCHNEIDER, para exercer o Cargo de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 6º lugar no Processo Seletivo 001/2013, para atuar na Educação Infantil, em substituição à servidora JULIANA VALÉRIA LERMEN STECKLING, em auxílio doença.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até o dia 20 de Agosto de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 08 de julho 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1741, de 08 de Julho de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o sr. CASSIANO MARTINAZZO, inscrito no CIC/CPF sob, 017.741.189-98, portadora da cédula de Identidade nº 1.877.847 - SSP/SC, para o cargo de Coordenador de Fiscalização e Recursos Humanos; com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 08 de julho de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 342/2013

PORTARIA Nº 342/2013

Prorroga Contratação temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de MAURICIO GUERRA, ocupante do cargo de FARMACEUTICO BIOQUIMICO, a partir de 15 de julho de 2013 a 12 junho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de julho de 2013.

Portaria Nº 343/2013

PORTARIA Nº 343/2013

Prorroga Contratação temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de GRAZIELA NASCIMENTO DA ROCHA, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 16 de julho de 2013 a 15 julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de julho de 2013.

Portaria Nº 344/2013

PORTARIA Nº 344/2013

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a CRISTIANY KREMER PRIM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 16 de julho de 2013, referente ao período aquisitivo de 01/02/2011 a 31/01/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de julho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de julho de 2013.

Ascurra

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 34-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ASCURRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº34/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº34/2013

TERMO DE RATIFICAÇÃO

De análise dos elementos contidos no presente processo de dispensa e, no uso das atribuições que me foram conferidas pelo art.26 da Lei n. 8.666/1993, bem como, de acordo com o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993 e, em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico, fica RATIFICADA a contratação direta por Dispensa de Licitação nº. 34/2013, nos seguintes termos:

CONTRATADO: METALÚRGICA IRMÃOS PISA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.232.909/0001-65, estabelecida na Rodovia BR 470 km 89, 995 - BR 470 - CEP: 89.138-00 - Ascurra - SC.

OBJETO: Aquisição de Folhas Translúcidas

VALOR: R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), pagos em uma parcela, na entrega das folhas.

Período: 15/07/2013 a 31/12/2013.

In fine, determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no art. 26 da Lei n. 8.666/93, e que, após seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Ascurra-SC, 15 de julho de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação 35-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ASCURRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº35/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº35/2013

TERMO DE RATIFICAÇÃO

De análise dos elementos contidos no presente processo de dispensa e, no uso das atribuições que me foram conferidas pelo art.26 da Lei n. 8.666/1993, bem como, de acordo com o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993 e, em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico, fica RATIFICADA a contratação direta por Dispensa de Licitação nº. 35/2013, nos seguintes termos:

CONTRATADO: CLAUDECIR DONIZETE DA SIVA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.051.877/0001-13, estabelecida na Rua União, 50- Tamanduá - CEP: 89.138-00 - Ascurra - SC.

OBJETO: Aquisição de Central de Alarme de Incêndio Enderesavel

VALOR: R\$ 6.951,00 (seis mil noventa e cinco e um reais), pagos em uma parcela, na entrega da Central de Alarme de Incêndio Enderesavel.

Período: 15/07/2013 a 31/12/2013.

In fine, determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no art. 26 da Lei n. 8.666/93, e que, após seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Ascurra-SC, 15 de julho de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Edital de Pregão 36-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

EDITAL DE PREGÃO N.36/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 29/07/2013 as 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ILUMINAÇÃO, SOM E PALCO PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA NO EVENTO FESTA PER TUTTI, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 15 de julho de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 2124 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2124 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO CARLOS DE MELLO SARAIVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOÃO CARLOS DE MELLO SARAIVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO - CAPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2125 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2125 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DIOGO ADRIANO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DIOGO ADRIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2126 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2126 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/04/2013 a 12/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/04/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2127 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2127 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HERCIO ENIO CAMPOS dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HERCIO ENIO CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA-I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2128 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2128 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILSON JOSE GONÇALVES

dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VILSON JOSE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA-III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 02/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2129 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2129 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ORLANDO RAFAEL ANDRADE dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ORLANDO RAFAEL ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO DE ENFERMAGEM -SAMU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2130 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2130 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSICLÉIA LOURDES FARIA DE ANDRADE dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROSICLÉIA LOURDES FARIA DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - CAPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2131 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2131 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIELEY CRISTINI LUCCA dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DANIELEY CRISTINI LUCCA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2132 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2132 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA EVA FRAGA dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FABIANA EVA FRAGA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESCRITURÁRIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de

Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2133 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2133 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TEREZINHA MARTENDAL DE CAMPOS dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TEREZINHA MARTENDAL DE CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 04/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/05/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2134 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2134 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ARLETE MERCI COSTA MARTINS dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ARLETE MERCI COSTA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ASSISTENTE SOCIAL - CAPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2135 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2135 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CAROLINE DE SOUZA MATOS dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CAROLINE DE SOUZA MATOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TERAPEUTA OCUPACIONAL - CAPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2136 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2136 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA CRISTINA ESPINDOLA dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ANA CRISTINA ESPINDOLA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PEDAGOGA - CAPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2137 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2137 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELY ALINE PACHECO dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FRANCIELY ALINE PACHECO, para desempenhar as funções do cargo não provido de NUTRICIONISTA - NASF, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2137 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2137 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELY ALINE PACHECO dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FRANCIELY ALINE PACHECO, para desempenhar as funções do cargo não provido de NUTRICIONISTA - NASF, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2138 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2138 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROBSON LIMA RIBEIRO dá

outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROBSON LIMA RIBEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA VIII - NEUROLOGISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 20 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2139 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2139 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDEMIR FERREIRA dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALDEMIR FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2140 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2140 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALEXSANDRA APARECIDA MACHADO CORREA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ALEXSANDRA APARECIDA MACHADO CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 09/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2141 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2141 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE MARIA MORAES SCHMITZ FERNANDES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CRISTIANE MARIA MORAES SCHMITZ FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2142 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2142 de 11 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) DENISE AYRES D'AVILA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PSICÓLOGA-NASF, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DENISE AYRES D'AVILA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PSICÓLOGA-NASF, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 03/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2143 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2143 de 11 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) STEPHANIE ROCHA DO LIVRAMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA (ESF), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) STEPHANIE ROCHA DO LIVRAMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA (ESF), na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 03/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2144 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2144 de 11 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CAMILLA GUIMARÃES DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ODONTÓLOGA - (ESF), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILLA GUIMARÃES DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ODONTÓLOGA - (ESF), na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2145 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2145 de 11 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) KAMILA DEL CANALE PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAMILA DEL CANALE PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 28/06/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 28/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2146 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2146 de 11 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) TAIARA NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - ESF, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TAIARA NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - ESF, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 26/06/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 26/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2147 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2147 de 11 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LYTZA MARA FERREIRA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA - ESF, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LYTZA MARA FERREIRA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA - ESF, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 24/06/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 24/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2148 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2148 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de

natureza temporária, do (a) funcionário (a), KETTLYN PATRÍCIA DE OLIVEIRA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KETTLYN PATRÍCIA DE OLIVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2149 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2149 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLÓVIS SOUZA RODRIGUES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse CLÓVIS SOUZA RODRIGUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2150 de 11 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2150 de 11 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANA MOREIRA DE SOUZA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TATIANA MOREIRA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO ADMINISTRATIVO - CAPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/06/2013.

Biguaçu, 11 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2151 de 12 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2151 de 12 de julho de 2013

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;
ALCIDES ADRIANO COSTA, ocupante do Cargo efetivo de Vigia;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;

CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;
DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DANIEL FRANCISCO GASPAR FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;
EMERSON JOSE PAULI, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;
EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro,
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GLEYSER NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de

Professor;
JERUSA CELI MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;
JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;
JOEL FRANCISCO PINHEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;
JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal,
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
LEANDRO MARCÍLIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
LUIZ JOSE MARTINS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
MATIAS ARLINDO NAU, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceiteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;

PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA; ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
UÉLITON ROMEO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Contrato Número 10.117/2013 = DI 52/2013 - FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO NÚMERO 10.117/2013
PROCESSO: DL 52/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TENDA CHAPÉU DE BRUXA PARA A



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME

Valor: R\$ 2.595,00 (DOIS MIL QUINHENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.**Bom Retiro****PREFEITURA****685.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Berenice Schlemper**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 685/13 de 12.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 10 de julho de 2013, a funcionária Berenice Schlemper da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de julho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

686.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Jania Castanheiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 686/13 de 12.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 11 de julho de 2013, a funcionária Jânia Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de julho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

687.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Maria L. H. Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 687/13 de 12.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 10 de julho de 2013, a funcionária Maria Lunalva Hemkmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de julho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

688.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Alessandra S. Moretti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 688/13 de 12.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 10 de julho de 2013, a funcionária Alessandra dos Santos Moretti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de julho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

689.07.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Elizete L. S. Maffioletti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 689/13 de 12.07.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 10 de julho de 2013, a funcionária Elizete Luzia da Silva Maffioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de julho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

690.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Maria V. S. Gerber

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 690/13 de 12.07.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 10 de julho de 2013, a funcionária Maria Verônica da Silva Gerber, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de julho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 1/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	COMPOSITOS (MEDICAMENTO) P/ CAVIDADES C/ ALVEOLITE DENTÁRIA (1310)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	13,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	iodontosul	0	18,5000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	19,9600	3
2	CUNHAS DE MADEIRAS FINAS E DELICADAS (PCT C/100 UNID) (1233)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	5,3000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	pharmainox	0	7,2000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	8,7500	3
3	FIO DENTAL PARA USO PROFFISIONAL DE 500 M (1502)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	5,8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	5,9400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	6,0000	3
4	Fio dental de 25 m (1780)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	0,7500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	0,7800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0000	4
5	Fita matriz de aço 5mm (1645)	RL	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,4200	3
6	Lâmina de bisturi nº12 cx c/ 100 (1651)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxicor	0	14,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	solidor	0	17,5000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	LABORIMPOR	0	18,2000	3
7	MICROBRUSH (PINCÊIS APLICADORES DE SISTEMA ADESIVO) CX C/ 100 UNID. (1221)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	FGM	0	8,1800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KG	0	8,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Kg	0	8,2500	3
8	Papel para articulação 20x100mm (papel carbono) bloco (1658)	BL	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,3300	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,8000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	2,1400	3
9	Tricresol formalina liquido frasco c/ 10 ml (curativo para endodontia) (1676)	FRS	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	3,4500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	3,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	5,9800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Ponteira universal nº 5 (1801)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KAVO	0	249,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	kavo	0	420,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dabi	0	430,1100	3
11	Fio sutura nº 4.0 c/ agulha 1.7cm odonto seda cx c/24 (1646)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Solidor	0	16,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	16,7000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	somerville	0	23,0000	3
12	ROLETES DE ALGODÃO C/100 UNIDADES (1320)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ssplus	0	1,2200	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	WA	0	1,4400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	SSPLUS	0	1,6300	3
13	Sugador plástico descartável pct c/40und (1669)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maxclean	0	2,6000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	AG	0	3,0500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maxclean	0	3,1500	3
14	Tiras de Poliéster pct c/100und (1672)	PCT	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0300	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	2,1600	3
15	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 6 (974)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLE>	0	37,8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	37,8900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Golgran	0	50,1800	3
16	ESPÁTULA EM TITÂNIO P/ RESINA COMPOSTA Nº 4 (972)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	37,8500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLE>	0	37,9000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Golgran	0	50,1800	3
17	Gorro p/cabelo tipo touca de banho com elástico descartável, pct c/100 unidades. (1795)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Descarpack	0	5,3000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	6,9000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	medipluss	0	7,0000	3
18	BROCA DIAMANTADA P/ ACABAMENTO KG GRANA FINA KIT C/ 7 PONTAS (964)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	KG	0	32,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Microdont	0	37,1900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KG	0	44,8000	3
19	BROCA DIAMANTADA P/ ACABAMENTO KG ULTRAFINA KIT C/ 7 PONTAS (965)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KG	0	32,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	KG	0	32,3000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Microdont	0	37,1900	3
20	Agulha gengival curta 30 G CX c/100 unidades (1497)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	injecta	0	13,5500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PROCARE	0	13,6000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Lamedid	0	13,8300	3
21	Curativo endodôntico Intra-canal Polpa-viva, composto por sulfato de polimixina B 10.000UI, sulfato de neomicina 5mg, hidrocortisona 10mg, frasco c/ 10ml (1640)	FRS	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FQM	0	10,3000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fqm	0	10,3800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	FQM	0	11,0000	3
22	Hidróxido de cálcio pó (capeador pulpar) 10gr (1648)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	2,9800	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	inodon	0	4,1800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	BIODINAMICA	0	4,8600	3
23	MASCARA DE PROTEÇÃO TRIPLA CAMADA (CX C/ 50 UND) (594)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nph Medical	0	4,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	best fabril	0	5,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CLEAN	0	5,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Material restaurador temporário. Pó (óxido de zinco (91,5%), resina acrílica e fosfato de cálcio 40gr (1652)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	dentsply	0	40,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentsply	0	51,6100	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY	0	55,9000	3
25	Material restaurador temporário líquido - (eugenol e ácido acético glacial (0,27%) 15m) (1653)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DENTSPLY	0	27,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	dentsply	0	27,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentsply	0	30,4800	3
26	Revelador de placa bacteriana. Frasco c/500ml (1668)	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	CAITHEC	0	5,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	5,9000	2
27	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1090 (1788)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
28	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 FF (1791)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2100	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	BANDA MATRIX DE AÇO INOX Nº 5 (949)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,0500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,4200	3
30	Sonda exploradora dupla nº 05 (1799)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	2,6800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLEX	0	2,8000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	3,4000	3
31	Pote dappen de vidro (1800)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,6400	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	2,1400	3
32	Solução bucal de digluconato de clorexidine a 0,12% 250 ml (1803)	FR	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	INODON	0	6,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	6,2200	2
33	Férceps odontológico adulto nº 69 (2634)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	33,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	33,3800	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	33,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Fôrceps odontológico infantil nº 1 (2635)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	32,9500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	33,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	33,3300	3
35	Fôrceps odontológico infantil nº 69 (2636)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	33,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	golgran	0	33,1900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Abc	0	33,3300	3
36	Pinça clinica para algodão de 15 cm. Ponta delicada e precisa em aço inox. (2641)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	3,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	4,2700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	trinks	0	5,3000	3
37	Bandeja em aço inox, dimensões comprimento 23 cm, largura 13 cm, altura 1,5cm. (2642)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava 22x12x1,5	0	13,1000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	25,2000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FAVA	0	26,0100	3
38	Escova dental adulta. Cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 34 a 34 tufo de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 17 a 19 cm, anatômica em empunhadura, cores variadas. (2643)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DENTAL K	0	0,3700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	0,5400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	medfio	0	0,5800	3
39	Escova dental infantil, cerdas de nylon macias com 4 fileiras de tubos, contendo de 28 a 32 tufo de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 a 17 cm, anatômica com empunhadura, com protetor de cerdas, cores variadas. (2644)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DENTAL K	0	0,3000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medfio	0	0,4400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	medfio	0	0,4900	3
40	Escova Robson (1499)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	0,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	0,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	0,9200	3
41	Escova para limpeza de broca (1641)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	3,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Odontologic	0	6,0400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	iodontosul	0	6,3000	3
42	Eugenol (material restaurador provisório) frasco c/20ml (1642)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	6,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	7,6400	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	K-dent	0	8,0000	3
43	Hidróxido de cálcio radiopaco (pasta x pasta) (1647)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Technew	0	11,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNEW	0	11,4000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	tecknew	0	15,3000	3
44	Kit com 120 discos 12,7mm (1/2) de diâmetro, discos de lixa Soflex Pop-on c/ mandril de encaixe (abrasivo a base de óxido de alumínio de varias granulações). Em um costato flexível de poliéster e de poliuretano, utilizados para acabamento de resina composta e cimento de ionômero de vidro, série laranja, granulação grossa, média, fina e superfina. (1650)	KIT	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	210,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3.M.	0	230,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	245,0000	3
45	Solução hemostática tópico 10ml (1671)	FRS	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TECHNEW	0	14,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	17,2000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	18,0000	3
46	Cabo para espelho clínico nº5 (1677)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	1,6100	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	1,7000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	trinks	0	2,3400	3
47	Banda Matriz de aço inox nº7 (1794)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,0800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	1,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	1,4200	3
48	ESPELHO CLÍNICO Nº 5 (1222)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	1,8400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cassiflex	0	2,0600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	COOPERFLKE	0	2,1000	3
49	BROQUEIRO DE INOX AUTOCLAVÁVEL P/ BROCA DE ALTA ROTAÇÃO (968)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	12,6500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	NOSLIG	0	14,5900	2
50	Ionômero de Vidro (pó ionômero de vidro restaurador - pote com 10gr e líquido ácido poliacrílico pote com 08gr) cor A2 (1649)	KIT	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	FGM	0	14,7500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FGM	0	22,2100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Fgm	0	22,7400	3
51	LIMA DE ENDODONTIA SÉRIE ESPECIAL 10 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1326)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	QUIMIDROL	0	15,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	injecta	0	27,8500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MILTEX	0	39,8300	3
52	LIMA DE ENDODONTIA LIMA 1ª SÉRIE 15-40 FLEXO FILE (CX C/ 6) (1327)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	QUIMIDROL	0	15,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	injecta	0	27,8500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MEDIN	0	31,8300	3
53	Pasta profilática com flúor para profilaxia dental, uso profissional, peso líquido 90gr, contendo em sua composição água, espessante, lauril sulfato, carbonato de cálcio, pedra pomex e sabor menta. (1654)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	4,2000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	4,2800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VIGODENTE	0	6,4600	3
54	Lima de endodontia lima 2ª série flexo file (cx c/6) (1783)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	QUIMIDROL	0	15,1500	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	MILTEX	0	26,2400	2
55	Tiras de lixa de aço 4mm c/ 12 unidades (1674)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	4,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	4,8500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	5,3500	3
56	TIRAS DE LIXA DE AÇO 6 C/12 UND (1331)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	4,8000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	4,8500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	4,8700	3
57	Verniz de fluoreto de sódio 5%, frasco de 10 ml (1802)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sswhite	0	17,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	17,7400	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	FGM	0	18,0000	3
58	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 (1631)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
59	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 (1633)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
60	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 (1634)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
61	Broca Alta rotação de aço esférica número 1011 (1777)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Broca Alta rotação de aço esférica número 1012 HL (haste longa) (1636)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
63	Broca Alta rotação de aço esférica número 1014 HL (1778)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
64	Broca Alta rotação de aço esférica número 1016 HL (1779)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
65	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3118 F (1637)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
66	Broca FG para acabamento Fino (dourada) número 3168 F (1638)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
67	RESINA COMPOSTA COR A1 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1306)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	37,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	39,0000	2
68	RESINA COMPOSTA COR A2 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1305)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	3M	0	41,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	41,5000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	42,5000	3
69	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL Z 100 COR A3.5 (CARGA INORGANICA ÚNICA DE 100% DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, COMPOSIÇÃO MATRIZ ORGÂNICA: BIS-GMA E TEGDMA, MATRIZ INORGÂNICA: ZIRCÔNIA/SÍLICA (71%VOLUME) SERINGA DE 4G. (1236)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	37,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	39,0000	2
70	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 F (1784)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
71	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 F (1785)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
72	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1111 F (1786)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
73	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 F (1787)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
74	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 3195 FF (1789)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
75	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1112 FF (1790)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Broca FG para acabamento fino (Dourada) número 1190 FF (1792)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	fava	0	1,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	SSW	0	1,6500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Champion	0	1,7900	3
77	CONDICIONADOR DE ESMALTE E DENTINA (ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% SERINGA DE 2,5 ML). (1232)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	1,1000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	caithec	0	1,3000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	1,4400	3
78	FLUOR GEL SABOR MENTA 2% C/200 ML (1323)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	2,4000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	3,6500	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	IODONTOSUL	0	3,9900	3
79	Óculos p/ proteção acrílico (1657)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DANNY	0	2,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Danny	0	3,1500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	ssplus	0	5,3500	3
80	Pedra pomes em pó (1662)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	pasom	0	2,9000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	2,9200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	3,5700	3
81	Obturador provisório com flúor, pt com 25 gr (1796)	PT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dentaltec	0	7,4000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CAITHEC	0	7,4300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	caithec	0	9,0000	3
82	Moldeira de cera descartável com 100 unid, sortidas tamanhos (P E G), material flexível espuma de poliuretano. (2639)	CX	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Maquira	0	22,8000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	maquira	0	32,7500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	32,9000	3
83	Babador impermeável descartável para uso odontológico, 2 camadas de papel + 1 camda de plastico, medidas 33x48xm, pct c/100 und. (2640)	PCT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ssplus	0	10,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DERMAPLUS	0	12,5200	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	biodinâmica	0	14,3500	3
84	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1/2 (1625)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
85	Broca Baixa rotação de aço esférica número 1 (1626)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
86	Broca Baixa rotação de aço esférica número 2 (1627)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
87	Broca Baixa rotação de aço esférica número 3 (1628)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
88	Broca Baixa rotação de aço esférica número 4 (1629)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3
89	Broca Baixa rotação de aço esférica número 5 (1630)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	jota	0	2,5500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Injecta	0	2,8700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INJECTA	0	2,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Tubetes de cloridrato de mepivacaína com epinefrina com vaso constritor 1:100,000 (tubetes de vidro). Medivacaína 2% c/ vaso tubete cx c/50 (1655)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	51,8500	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	52,0000	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	54,0000	3
91	Cloridrato de mepivacaína 2% com levonordefrina cx c/50 (1782)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	48,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	55,7500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dfl	0	61,6500	3
92	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de disco. (1797)	CX	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	38,5000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TDV	0	39,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tdv	0	42,2000	3
93	Pontas para acabamento de compósito em silicone e óxido de alumínio, caixa com 08 peças sendo: 01 mandril e 7 pontas-forma de taça. (1798)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	TDV	0	39,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	TDV	0	40,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tdv	0	41,5000	3
94	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 200 MG/G (POTE LIQUIDO 12 G) DIVERSOS SABORES. (1215)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	DFL	0	5,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Dfl	0	6,7500	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	DFL	0	6,7900	3
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	DFL	0	6,7900	4
95	RESINA COMPOSTA COR A3 (SERINGA COM 4G RESINA COM TAMANHO MÁXIMO DE PARTICULAS DE 4,5 MICROMETROS. O FILLER É ZIRCÔNIA/SÍLICA, REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTÉM PARTE ORGÂNICA COM BIS-GMA E TEGDMA. RESINA DO TIPO Z-100 (1308)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	38,5000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	39,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	40,5500	3
96	Resina fotopolimerizável cor A1, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1664)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	57,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	58,0000	2
97	Resina fotopolimerizável cor A2, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1665)	UND	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	56,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	63,3700	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	64,0000	3
98	Resina fotopolimerizável cor A3, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1666)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	57,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	58,1400	2
99	Resina fotopolimerizável cor A3,5, com carga inorgânica de zircônia/silica (82% em peso e 60% em volume), matriz Lis-gma, Bis-ema e UDMA. Tamanho das partículas: 0,01 a 3,5 um. Resina microhíbrida .radiopaca c/ 4g. Tipo Z 250 (1667)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	57,5000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	3M	0	58,1400	2
100	Sistema Adesivo monocomponentes primer e adesivo em um só frasco. 08 gramas (1670)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	156,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	3m	0	157,0000	2
101	Fluor liquido para bochecho 0,2% NAF - frasco de 500 ml, cuja composição é de 250 mg de fluoreto de sódio com veículo Q.S.P 500 ML sem pigmento do tipo fluor solução. (1781)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Inodon	0	4,6200	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IODONTOSUL	0	5,8300	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	iodontosul	0	6,8000	3
102	Tiras de poliéster para polimento e acabamento cx c/ 150 unidades (abrasivo a base de óxido de alumínio e costato de poliéster), tamanho das tiras 4mm de largura e 17ª mm de comprimento, granulação média (cinza) e fina (branca). Cada tira tem um centro neutro (sem abrasivo) para introdução nas superfícies interproximais dos dentes. (1673)	CX	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	5,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aaf Do Brasil	0	5,2300	2
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	PREVEN	0	6,4100	3
103	PLACA DE VIDRO COM ESPESSURA DE 2 CM (1243)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	PREVEN	0	4,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Jon	0	12,1100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	preven	0	14,0000	3
104	Resina composta micro hibrida fotopolimerizável radiopaca, composta por particulas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrometros - seringa de 4 gr cor OA3,5. (2638)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	kulzer	0	42,0000	1
			SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME (6538)	KULZER	0	42,1400	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	44,2500	3
105	Resina composta micro hibrida fotopolimerizável radiopaca, composta por particulas de vidro de bário, tamanho médio de 0,7 micrômetros e tamanho máximo inferior a 2 micrometros - seringa de 4 gr cor OA3 (2637)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	KULZER	0	41,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	3M	0	42,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	kulzer	0	44,5500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 16/04/2013 Válido até: 16/04/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde Centro e Serril.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2013****PROCESSO Nº 3/2013**

(6039) - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA

(6156) - PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA.

(6249) - MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA.

(6538) - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 16 de Abril de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.627

DECRETO nº 5.627, de 10 de julho de 2013.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 660,00m² (seiscentos e sessenta metros quadrados), constituído pela "área 2" da planta do desmembramento do lote 64, da quadra "F", do Loteamento Farias II, objeto da Matrícula nº 27.423, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua Adonis Homero Gonçalves Cordeiro, Bairro dos Municípios, nesta cidade, de propriedade de Pedro Augusto Scherer, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote 64A com 330,00m² (trezentos e trinta metros quadrados), confrontando: à Frente (Norte), com a Rua Adonis Homero Gonçalves Cordeiro, medindo 13,20m; ao Lado Direito (Leste), para o lote nº 64B, medindo 25,00m; ao Lado Esquerdo (Oeste), para "área 1" do lote nº 64, medindo 25,00m; ao Fundos (Sul), para "área 1", do lote nº 63, medindo 13,20m.

II - Lote 64B com 330,00m² (trezentos e trinta metros quadrados), confrontando: à Frente (Norte), com a Rua Adonis Homero Gonçalves Cordeiro, medindo 13,20m; ao Lado Direito (Leste), para o lote nº 65, medindo 25,00m; ao Lado Esquerdo (Oeste), para o lote nº 64A, medindo 25,00m; ao Fundos (Sul), para "área 1", do lote nº 63, medindo 13,20m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.629

DECRETO Nº 5.629, de 10 de julho de 2013.

Nomeia Comissão de Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital SME nº 02/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas

atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de análise e julgamento do Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital SME nº 02/2013, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência da primeira:

Maria Beatriz Konflanz
Bartira Elisa Tomazini
Cleci Faganello
Ema D'Agostini
Iria Lezan Ribeiro
Karyana Alves dos Santos
Karina Zardo
Marcia Alves de Oliveira Hahn
Vilson Meireles da Silva
Rosangela Balchak

Parágrafo único. A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução Nº 03 Comed

RESOLUÇÃO Nº 3 de 6 de Junho de 2013.

Altera a Seção IX da Matriz Curricular; Seção X do Número de Alunos por Segmento; altera e acrescenta dispositivo ao Capítulo VII da Educação Especial da Resolução 001/09 que dispõe sobre a Educação Infantil e Ensino Fundamental em estabelecimentos pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.

CAÇADOR, 2013

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Da Matriz Curricular (Art. 1º ao 3º)	03
CAPÍTULO II - Número de Alunos por Segmento (Art. 4º ao 10º)	04
CAPÍTULO III - Da Educação Especial	06
Seção I - Aspectos Legais (Art. 11 ao 14)	06
Seção II - Atendimento Educacional Especializado (Art. 15 ao 28)	06
Seção III - Dos Profissionais do Atendimento Especializado (Art. 29 ao 41)	11
Seção IV - Da Adaptação Curricular (Art. 42)	15
Seção V - Da Avaliação (Art. 43)	15
Seção VI - Da Terminalidade (Art. 44)	16
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 44 e 46)	16

RESOLUÇÃO Nº 03 de 6 de Junho de 2013.

Altera a Seção IX da Matriz Curricular, Seção X do Número de Alunos por Segmento; altera e acrescenta dispositivo ao Capítulo VII da Educação Especial da Resolução 001/09 que Dispõe sobre a Educação Infantil e Ensino Fundamental em estabelecimentos pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.

A presidente do Conselho Municipal de Educação de Caçador, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal 2.478 de 21 de setembro de 2007, que dá nova redação a Lei 1067 de 12 de novembro de 1996, alterada pela Lei 2287 de 22 de fevereiro de 2006, que altera a Lei 1801 de 9 de Setembro de 2002 que institui o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências; com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina/2009, Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011, Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 e Regimento Interno da Sala de Recursos Multifuncionais - SME,

Resolve:

Capítulo I

Da Matriz Curricular

Art. 1º - A Matriz Curricular dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, regular e presencial, é a seguinte:

Período: diurno

Aulas semanais: 25

Duração da hora/aula: 45 min.

Número de semanas letivas: 41

Número de dias de efetivo trabalho escolar: 200

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
202 – Português	06	06	06	06	06
301 – Matemática	06	06	06	06	06
302 – Geografia	02	02	02	02	02
304 – História	02	02	02	02	02
307 – Educação Física	03	03	03	03	03
Língua Estrangeira (Inglês) - Resolução 01/2012 de 05/07/2012)	01	01	01	01	01
611 – Ensino Religioso	01	01	01	01	01
612 – Ciências	02	02	02	02	02
628 – Artes	02	02	02	02	02

Parágrafo único: Cabe a Unidade escolar garantir a carga horária mínima exigida para cada componente curricular do 1º ao 5º Ano, contemplando a interdisciplinaridade.

Art. 2º - A Matriz Curricular dos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, regular e presencial, é a seguinte:

Turno: matutino/vespertino/noturno

Aulas semanais: 26

Duração da hora/aula: 45 min.

Número de semanas letivas: 41

Número de dias de efetivo trabalho escolar: 200

	6º Ano	7º Ano	8º Ano/ 7ª série	9º Ano/ 8ª série
202 – Português	05	05	04	04
301 – Matemática	04	04	05	05
302 – Geografia	03	03	03	03
612 – Ciências	03	03	03	03

304 – História	03	03	03	03
307 – Educação Física	03	03	03	03
Língua Estrangeira - Inglês	02	02	02	02
611- Ensino Religioso	01	01	01	01
628 - Artes	02	02	02	02
TOTAL	26	26	26	26

Art. 3º - A Matriz Curricular dos anos finais (5ª à 8ª série) do Ensino Fundamental, regular e presencial, estará em extinção, gradativamente, a partir de 2010.

Parágrafo único: A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do Componente Curricular de Arte. (LDB 9394, artigo 26 e lei 11.769/2008)

Capítulo II

Do Número de Alunos por Segmento

Art. 4º – Os parâmetros para organização de turmas em turnos decorrerão das especificidades, obedecendo a critérios relativos à faixa etária da proposta pedagógica que não excederão à seguinte relação professor/criança.

Faixa Etária	Número de alunos	Número de professores
Crianças de 0 a 1 ano	12 crianças	1 titular e 1 auxiliar
Crianças de 1 a 2 anos	14 crianças	1 titular e 1 auxiliar
Crianças de 2 a 3 anos	16 crianças	1 titular e 1 auxiliar
Crianças de 3 a 4 anos	18 crianças	1 titular e 1 auxiliar
Crianças de 4 a 5 anos	20 crianças	1 titular
Crianças de 5 a 6 anos	22 crianças	1 titular

Art. 5º – No ensino fundamental, o número de alunos, por turma, obedecerá à tabela abaixo:

Ano de escolaridade	Número de alunos
1º Ano	23 alunos
2º Ano	23 alunos
3º Ano	25 alunos
4º Ano	27 alunos
5º Ano	27 alunos
6º Ano	30 alunos
7º Ano	30 alunos
8º Ano	35 alunos
9º Ano	35 alunos

Parágrafo único: Cabe à escola, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, através da sua equipe pedagógica, avaliar a necessidade de um Profissional de Apoio para alunos inclusos.

Art. 6º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Art. 7º – Tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, desdobrar-se-ão turmas, quando o número de alunos excederem em dez, por turma.

Art. 8º – Unir-se-ão turmas quando o número de alunos for inferior a 50% do número mínimo estipulado na tabela do artigo 4º e 5º desta Resolução.

Art. 9º - Na Educação de Jovens e Adultos somente serão abertas turmas com, no mínimo, 20 alunos.

Art. 10º – As Escolas Multisseriadas poderão ter turmas de até 20 alunos.

Capítulo III Da Educação Especial

Seção I Aspectos Legais

Art. 11 - Segundo o art. 227 da Constituição Federal de 1988 e o art. 163 de Constituição Estadual de Santa Catarina de 1989, a Secretaria Municipal de Educação deve criar programas permanentes de prevenção e atendimento especializado aos deficientes físicos, sensoriais ou mentais, bem como programas de integração social do adolescente deficiente, mediante o treinamento para o trabalho, a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Art. 12 – Conforme a LDB 9.394/96, em seu Art. 58, entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Resolução, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

Art. 13 - A LDB 9.394/96, em seu art. 59 estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades educativas especiais:

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos;
- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como àqueles que apresentam uma habilidade superior para o respectivo nível de ensino.

Art.14 - Com base na Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009 do Conselho Nacional da Educação, em seu art. 3º, resolve que a Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Seção II Atendimento Educacional Especializado- AEE

Art.15 - A Educação Especial tem por finalidade promover e garantir a educação de crianças, jovens e adultos por meio do Atendimento Educacional Especializado - AEE com atenção para a diferença humana.

Parágrafo único - O Atendimento Educacional Especializado – AEE é uma modalidade que perpassa todos os níveis e etapas do ensino. Sendo o AEE parte integrante do processo educacional.

Art. 16 - Considera-se público-alvo da Educação Especial:

alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

alunos com transtornos globais do desenvolvimento – TGD: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

alunos com altas habilidades/superdotação - AHS: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas (intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade).

Art. 17 - O Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação deverá articular a disponibilidade, através de parcerias com outras secretarias do poder público municipal, de uma equipe multidisciplinar, formada por: neurologista, psicóloga, pedagoga, psicopedagoga, fonoaudióloga e assistente social, nas escolas municipais que ofertam o AEE, para os alunos da Educação Infantil e Educação Básica das séries iniciais e finais.

Art. 18 - A Educação Especial, como modalidade de ensino, atuará: nas unidades escolares municipais que ofertam o AEE nas demais unidades escolares municipais que não possuem o AEE;

no laboratório de Informática;

Art. 19 - Considera-se AEE o conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público-alvo da educação especial, matriculados no ensino regular.

§ 1º - O aluno da escola que não possui o AEE permanecerá matriculado no turno regular e deverá ser encaminhado à outra instituição que o ofereça para ser atendido no turno inverso da sua escolarização.

§ 2º - O Atendimento Educacional Especializado deve ser disponibilizado em salas de recursos multifuncionais e assessoramento à classe comum.

§ 3º - Para fins desta Resolução, consideram-se recursos de acessibilidade na educação àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 20 - Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e tomada de decisão quanto ao atendimento adequado, a equipe pedagógica da escola, juntamente com a equipe multidisciplinar realizará a avaliação diagnóstica do aluno no processo ensino-aprendizagem.

§ 1º - As avaliações referentes ao currículo escolar do aluno serão realizadas pelos professores do ensino regular, com assessoramento dos professores do AEE.

Art. 21 - Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito das escolas de ensino regular, em parceria com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação existentes, com as instituições de ensino superior e institutos voltados para o desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Art. 22 - O projeto político pedagógico das escolas de ensino regular que ofertam o AEE deverá prever na sua organização: sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário,

materiais didáticos, recursos pedagógicos, de acessibilidade e equipamentos específicos;
matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
cronograma de atendimento aos alunos;
plano de AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
professores para o exercício da docência no AEE;
outros profissionais da educação: especialistas da educação, instrutor de LIBRAS, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e profissional de apoio, principalmente para as atividades de alimentação, higiene e locomoção;
redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso aos recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Parágrafo único: A elaboração e a execução do plano de AEE será de competência dos profissionais que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE em articulação com os demais profissionais do ensino regular, com a participação das famílias e em parceria com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 23 - A oferta do AEE será realizada, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular da rede municipal e/ou estadual de ensino, podendo também ser realizada em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação ou com outros órgãos públicos.

§ 1º - A oferta do AEE ocorrerá no turno inverso ao da escolarização do aluno e no mesmo turno nas escolas que ofereçam apenas um turno de funcionamento.

§ 2º - A distribuição dos alunos com deficiência, TGD (transtorno global do desenvolvimento) e AHS (altas habilidades/ superdotação), nas salas de aula deverá ser equitativa em todas as turmas e anos, podendo essa distribuição ser alterada mediante o grau de deficiência do aluno.

§ 3º - A carga horária semanal do aluno no AEE será distribuída em módulos de 45 (quarenta e cinco) minutos, não excedendo a 02 (dois) módulos semanais, exceto em caso de alunos com surdez, cegueira e TGD, que ocorrerá de acordo com suas necessidades, incluídas as áreas pedagógicas, de psicomotricidade, pensamento, percepção, memória e linguagem, LIBRAS, Braille e Soroban, quando necessário, observando o seguinte:

a carga horária semanal de cada aluno no AEE, bem como a forma de seu atendimento, individual ou em grupo, serão definidas pela equipe pedagógica do AEE, em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Individual – PDI;
a carga horária semanal do aluno com surdez /ou cegueira será de 4 (quatro) horas aulas semanais.

§ 4º - O atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial será realizado conforme Regimento Interno do funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais/ MEC.

§ 5º - Será garantido o AEE no mesmo turno, para os casos em que o aluno apresentar limitações e especificidades recorrentes de sua necessidade especial que o impeça de permanecer na classe comum em tempo integral de aula e para alunos que utilizam o transporte escolar advindo do interior. Esses casos serão avaliados pela equipe do AEE da escola, mediante laudos e relatórios médicos devidamente analisados pelo setor da Educação Especial.

§ 6º - As atividades do AEE serão realizadas de acordo com as

necessidades educacionais específicas dos alunos, tais como: ensino da Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS, ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos com surdez, ensino da informática acessível, ensino do sistema Braille, ensino do uso do Soroban, ensino das técnicas para a orientação e mobilidade, ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA, ensino do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA, atividades de vida autônoma e social, atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação e atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores.

Art. 24 - Será obrigatória a frequência do aluno nas atividades escolares da classe comum, conforme as disposições legais vigentes, salvo em casos especiais, nos quais o aluno seguirá programação específica elaborada em conjunto por equipe multidisciplinar constituída para este fim.

Art. 25 - A frequência do aluno será registrada diariamente pelos professores do AEE, em diário de classe próprio, no turno em que se der o atendimento.

Art. 26 - Caso o aluno falte por 03 (três) vezes consecutivas às atividades do AEE, sem justificativas, os pais e/ou responsáveis serão comunicados formalmente e assinarão um termo de responsabilidade.

Parágrafo único - Persistindo as faltas, será elaborada ocorrência, a qual será comunicada ao Conselho Escolar e encaminhada ao Conselho Tutelar, para deliberação a respeito da situação do aluno.

Art. 27 - As escolas que tem matriculados alunos com surdez, do 6º ao 9º Ano, deverão ter intérpretes e/ou instrutores no seu quadro de pessoal.

Art. 28 - As turmas de AEE nas escolas serão constituídas da seguinte forma:

Educação Infantil: deverão ser contempladas questões relacionadas à afetividade como forma de interação, ludicidade, autonomia, diferentes formas de linguagens, concentração, atenção, memória, organização, análise e síntese, classificação, comparação, orientação espacial e temporal.

Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) deverão ser contempladas questões relacionadas à autonomia, diferentes formas de linguagens, concentração, atenção, memória, organização, análise e síntese, classificação, comparação, orientação espacial e temporal, resolução de problemas, textualidade.

Parágrafo único - O AEE em LIBRAS, AEE de LIBRAS, AEE para o ensino da Língua Portuguesa para os alunos com surdez e em BRAILLE para alunos com cegueira, se constituirá individualmente e em pequenas turmas de no máximo quatro alunos conforme a necessidade.

Seção III

Dos Profissionais do Atendimento Especializado

Art. 29 - O quantitativo de pessoal para atuar nas escolas que oferecem o AEE será proporcional ao número de alunos público-alvo da Educação Especial, bem como ao tipo de necessidade educativa apresentada.

Art. 30 - Para atuarem no AEE, os profissionais do Quadro do Magistério deverão ter licenciatura plena na área de atuação, cujos currículos contemplem no mínimo 210 (duzentas e dez) horas de disciplinas específicas relacionadas à Educação Especial reconhecida pelo MEC ou Pós-Graduação em Educação Especial, Educação Inclusiva, Inclusão Escolar, AEE- Atendimento Educacional Especializado reconhecidos pelo MEC.

Art. 31 - As escolas que oferecem o AEE contarão em seu quadro

de pessoal com os seguintes profissionais:

Da educação infantil ao 9º Ano o professor do AEE atenderá, individualmente ou em grupo, de acordo com a necessidade do aluno; em casos de EMEBs que não possuem o AEE, os alunos deverão frequentar as Salas Multifuncionais mais próximas de sua residência; no laboratório de informática para alunos com necessidades educacionais especiais; em cada EMEB a equipe pedagógica deverá acompanhar, supervisionar, assessorar o AEE.

Parágrafo único - Na sala de aula do ensino regular do 6º ao 9º Ano, onde houver aluno com surdez deverá ter o professor intérprete, conforme Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.

Art. 32 - Os professores que atuarem no AEE terão a carga horária semanal de 40 horas, assim distribuídas:

28 (vinte e oito) horas-aula semanais na regência de sala de recurso multifuncional, em atendimento ao aluno;

12(doze) horas-aula semanais para estudo e planejamento, atendimento aos pais, orientação aos professores de sala regular, cumpridas na EMEB ou na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 33 - São atribuições dos professores do AEE:

identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; elaborar e executar plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 34 - Professores que atuarão no AEE deverão, preferencialmente, ter cargo efetivo.

Art. 35 - Os profissionais atuantes no AEE poderão ser desligados a qualquer tempo, em decorrência de desempenho insatisfatório, fechamento de turmas, recomendações médicas e outras situações que se fizerem necessárias.

Art. 36 - Os gestores das escolas municipais que possuem o AEE serão responsáveis pelo acompanhamento sistemático no que se refere a profissionais, alunos, pais e comunidade escolar, dentro das atribuições inerentes aos seus cargos.

Parágrafo único - Será de responsabilidade da escola, por intermédio dos gestores, informar à Secretaria Municipal de Educação, em tempo hábil, o quadro de profissionais e alunos do AEE, com a respectiva carga horária, no início do ano letivo e sempre que houver alterações.

Art. 37 - De acordo com a nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010 os serviços da educação especial, devem prever os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade, às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Na organização e oferta desses serviços devem ser considerados os seguintes aspectos:

As atividades de profissional tradutor e intérprete de Libras e de guia-intérprete para alunos surdo-cegos seguem regulamentação própria, devendo ser orientada sua atuação na escola pela educação especial, em articulação com o ensino comum.

Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.

A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

Também é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao aluno público-alvo da educação especial, e responsabilizar-se concomitantemente com o professor de sala, pelo ensino deste aluno.

O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola.

Art. 38 Atribuições do Profissional de Apoio:

planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nos anos do ensino fundamental, de 1º ao 5º Ano;

tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º Ano;

participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelos profissionais do AEE;

contribuir, em função de seu conhecimento específico, com a proposição de estratégias diferenciadas para qualificar a prática pedagógica;

acompanhar o processo de ensino e aprendizagem de todos os educandos, junto com o professor titular;

deverá permanecer em classe, desenvolvendo as atividades pedagógicas durante todo o período letivo, mesmo na ausência do aluno ao qual foi contratado para desempenhar sua função;

apoiar o professor regente no desenvolvimento das atividades pedagógicas;

participar do conselho de classe;

participar de capacitações na área de educação;

compete ao profissional de apoio, assumir as atividades de vida diária do aluno(recreio dirigido, troca de fraldas, alimentação, uso do banheiro, segurança).

Parágrafo Único - O profissional de apoio não deverá assumir ou ser designado para outras funções na escola, que não sejam aquelas exclusivas para as quais foi contratado. Este profissional não deve assumir integralmente o(s) aluno(s) com necessidades educacionais especiais, sendo a escola responsável por todos.

Art. 39 - É previsto o Profissional de Apoio quando houver em turma, aluno com:

diagnóstico de deficiência múltipla, quando estiver associada à deficiência mental;

diagnóstico de deficiência associado à transtorno psiquiátrico;

diagnóstico de transtorno invasivo do desenvolvimento com sintomatologia exacerbada;

Parágrafo único: O Profissional de Apoio, que se refere este artigo, deve estar frequentando preferencialmente Licenciatura na área da Educação.

Art. 40 - Do Reforço Escolar:

O Reforço Escolar caracteriza-se como mecanismo de recuperação pedagógica centrada na promoção da aprendizagem do aluno, mediante atividades de ensino diferenciadas e superação das defasagens de aprendizagem diagnosticada pelos professores;

O Reforço Escolar terá como público-alvo, os alunos com dificuldades de aprendizagem que não caracterizam o atendimento do AEE.

O Reforço Escolar deve ser disponibilizado no contra turno do ensino regular, 2 (duas) vezes por semana, conforme necessidade do aluno.

Os grupos do Reforço Escolar deverão ser organizados por dificuldades afins, não ultrapassando o número de 8 (oito) alunos.

Os alunos que, no decorrer do ano letivo superarem suas dificuldades serão dispensados do Reforço Escolar;

Art. 41 - O projeto político pedagógico das escolas de ensino regular que ofertam o Reforço Escolar deverá prever na sua organização:

espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

cronograma de atendimento aos alunos;

professores para o exercício da docência no reforço escolar;

planejamento específico para o atendimento no reforço escolar;

será obrigatória a frequência do aluno nas atividades escolares da classe comum, conforme as disposições legais vigentes, salvo em casos especiais, nos quais o aluno seguirá programação específica elaborada em conjunto por equipe pedagógica.

a frequência do aluno será registrada diariamente pelos professores do reforço escolar, em diário de classe próprio, no turno em que se der o atendimento.

caso o aluno falte por 03 (três) vezes consecutivas nas atividades do Reforço Escolar, sem justificativas, os pais e/ou responsáveis serão comunicados formalmente e assinarão um termo de responsabilidade.

Parágrafo único - Persistindo as faltas, será elaborada ocorrência, a qual será comunicada ao Conselho Escolar e encaminhada ao Conselho Tutelar, para deliberação a respeito da situação do aluno.

Seção IV

Da Adaptação Curricular

Art. 42 - Currículo, na perspectiva da Educação Inclusiva, deve ser compreendido como um conjunto de procedimentos previstos no PPP da instituição e as adaptações necessárias para que todos os educandos possam se apropriar do conhecimento escolar. Nessa concepção, o Projeto Político Pedagógico orienta as ações pedagógicas da escola. Assim, os seguintes aspectos serão considerados, conforme proposta contida nos parâmetros curriculares nacionais: Diversificação e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender a diversidade dos educandos; priorização de recursos e meios favoráveis à educação dos alunos com deficiência, com transtornos e com altas habilidades; adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas; flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos educandos; possibilidade de incluir professores e serviços educacionais especializados e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

Seção V

Da Avaliação

Art. 43 - A avaliação é parte integrante e inseparável do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o Projeto Político Pedagógico de uma Escola Inclusiva deve conceber a avaliação com processo contínuo, por meio do qual, as estratégias pedagógicas são definidas, reorientadas ou aprimoradas, de acordo com as especificidades educacionais dos estudantes. O processo de avaliação deve ser assim diversificado, objetivando o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Cabe à escola propor estratégias que favoreçam a construção coletiva

do conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Seção VI

Da Terminalidade

Art. 44 - É facultado às unidades escolares, esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDB 9.394/96, viabilizar ao aluno com grave deficiência mental ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos no inciso I do Artigo 32 da mesma lei, terminalidade específica do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art. 45 - Ficam revogadas as seções IX, X e o Capítulo VII da Resolução 001/09 do Conselho Municipal de Educação.

Art. 46 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Educação, JUNHO de 2013.

IEDA MOSCHETTA

Presidente

Portaria Nº 22.788

PORTARIA nº 22.788, de 26 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Secretaria de Saúde, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestado durante o mês de junho de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
12682	ANDERSON BRAUN	75,00
12440	ANDRE MEIRA	108,00
12706	GABRIEL NAGEL	37,30
12450	JAIR BIRAMAR DE OLIVEIRA	88,00
1092	JOAO GOMES SOARES	46,30
12662	JOSE CARLOS WINGETER JUNIOR	64,30
12451	LENISE HEINZMANN	24,50
12586	MATHEUS MORO	29,00
11332	NORTHON ANDRE FELIPE KNOBLAUCH	92,00
12661	RAPHAEL SALGADO PEDROSO	97,30
12441	SANDRO BICHOFE	97,00
12442	WALLACE XAVIER PONTES	97,30

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 22.789

PORTARIA nº 22.789, de 26 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria de Saúde, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados aos finais de semana, durante o mês JUNHO de 2013 junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas	Porcentagem
12440	ANDRE MEIRA	61,00	100%
12661	RAPHAEL SALGADO PEDROSO	30,00	100%
12441	SANDRO BICHOFI	70,00	100%
12442	WALLACE XAVIER PONTES	87,00	100%
12450	JAIR BIRAMAR DE OLIVEIRA	40,50	100%
11332	NORTHON	14,30	100%
12706	GABRIEL NAGEL	9,00	100%

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 22.800

PORTARIA Nº 22.800, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

REDUZIR a CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, da Secretaria de Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e data inicial:

NOME	CARGO	REDUZIR DE	PARA	LOCAL	A CONTAR DE:
12336-Brasilton Neves do Nascimento Junior	Professor Ed. Física	22	16	Projeto de Futsal,	03/06/2013

12.522 Andrielli das Graças Bueno de Freitas	Professora de Inglês	38	36	EMEB Ulysses Guimarães, fechamento de turma	03/06/2013
12.328 Rômulo Ramos	Professor de Ed. Física	39	36	EMEB Ulysses Guimarães, fechamento de turma	03/06/2013
12681-Sônia Mara Weber	Professora de L. Portuguesa	15	10	EMEB Ulysses Guimarães, fechamento de turma	03/06/2013
12.256 Zeni Gabardo	Professora de Geografia	33	30	EMEB Ulysses Guimarães, fechamento de turma	03/06/2013
12.509 Cátia Maria dos Santos	Professora de L. Portuguesa	40	28	CESMAR, a pedido	03/06/2013
12379-Vera Regina Kreling	Professora de Inglês	25	10	EMEB Pierina S Perret, a pedido	17/06/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.801

PORTARIA Nº 22.801, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, local e período da alteração:

NOME	CARGO	DE	PARA	LOCAL	A CONTAR DE:
12497-Fabiana Alves	Professora de Geografia	21	33	EMEB Hilda G. de Souza, VV Cristine Iracema de Lima, Lic. Maternidade	25/06/2013 a 15/12/2013

12697-Maria Eliane Gomes Farias	Professora de Arte	26	38	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa, VV Giovana Dos Santos, Lic. Maternidade	24/06/2013 A 16/12/2013
12465-Ivance Niendicher	Professora de 1º ao 5º	20	40	EMEB Alto Bonito, VV MARizete Zago, Lic Trat Saúde familiar	24/06/2013 a 02/07/2013
12491-Jorge Luiz Gonçalves	Professor de 1º ao 5º	20	40	EMEB Irmão Venâncio José, VV Ilza R. Ribas, Lic. Prêmio	17/06/2013 a 16/07/2013
12246- Kariane Danily de Oliveira	Professora de Matemática	18	35	EMEB Alto Bonito e 04 EMEB Alcides Tombini, VV Marcos Schaphauser, Lic Trat. Saúde	20/05/2013 a 03/06/2013
12265- José Francisco da Silva	Professor de Matemática	20	40	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa, VV Marcos Schaphauser, Lic Trat. Saúde	20/05/2013 a 03/06/2013
12317-Edson Domingues Appi	Professor	18	24	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa, VV Ecleides Bleichuvel, Lic. Trat. Saúde	18/06/2013 A 12/08/2013
12634-Thaiana dos Santos	Professora de Ed. Física	26	40	EMEB Pd. José Chamot, V Transitória (Projeto Cultural)	10/06/2013 a 20/12/2013
12559- Marta Aparecida Goes	Professora de Arte	11	13	EMEB Wal-sin Nunes Garcia	24/06/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.802

PORTARIA Nº 22.802, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
6946-Silmara Adamcheski	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sininho	30	20/06/2013
732-Elzira Costa	Servente da Educação	EMEB Alto Bonito	180	28/06/2013
12270-Carla Tatiane Martins	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Hilda Granemann de Souza	15	28/06/2013
617- Atanil Ribeiro da Silva	Padeiro		15	17/06/2013
1514-Ruth Macedo Maciel	Servente da Educação	EMEB Nossa Sra Salete	120	05/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.803

PORTARIA Nº 22.803, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 113, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARIA DE JESUS DE SOUZA, ocupante do cargo de Servente, lotada na Secretaria de Educação, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de 24 de junho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.804

PORTARIA Nº 22.804, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária semanal, local e data da rescisão, conforme segue:

Código/Nome	Cargo	CH	Local	A contar de:
12405- Dayane Aparecida Soares	Servente da Educação	44	EMEB Morada do Sol	26/06/2013
12461-Mariana Suzin Frigotto	Professora de 1º ao 5º ano	40	EMEB Alcides Tombini 20h EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01/07/2013
12503-Rita Salete Daneluz	Professora Ed. Infantil	40	CMEI Taquara Verde EMEB Morada do Sol	01/07/2013
12679-Queiler Cristina Borges	Professora Ed. Infantil	20	EMEB Hilda G. de Souza	03/07/2013
12216-Jenifer Tomazi Begnini	Professora Ed. Infantil	40	CMEI Taquara Verde EMEB Pierina S. Perret	01/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.805

PORTARIA nº 22.805, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei complementar nº 07, de 27/12/1999, e suas alterações,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal ROMNEY RIEDI, ocupante do cargo de professor de educação física, lotado na EMEB Hilda Granemann de Souza, exercer a Função de Confiança de Diretor da Escola EMEB Hilda Granemann de Souza, a contar de 01 de julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.806

PORTARIA Nº 22.806, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Alzira Salete Padilha	Professora	1.3/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Transição, Projeto AEE	02/07/2013 a 20/12/2013
Eva Aparecida Martins Ferreira	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	VV Graziela Wagner da Costa Bender, Lic Trat Saúde	12/06/2013 a 25/06/2013
Eva Aparecida Martins Ferreira	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Sininho	VV Silmara Adamczeski, Lic Trat. Saúde	01/07/2013 a 19/07/2013
Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Henrique J Berger	VV Marilene Girardi Escher, Licença Prêmio	01/07/2013 a 28/09/2013
Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	VV Ilza Ap Rossetto Ribas, Licença Prêmio	17/06/2013 a 16/07/2013
Graciana Fontoura de Moraes	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Henrique J Berger	Vaga Excedente	01/07/2013 a 20/12/2013
Jenifer Tomazi Begnini	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	VV Rovena S. Ramos, Direção da EMEB Henrique J Berger	02/07/2013 a 20/12/2013
Luana Kelli de Liz Pereira	Professora de Ciências	1.1/A	21	EMEB Ulysses Guimaraes	Vaga Excedente	24/06/2013 a 22/08/2013
Mariana Susin Frigotto	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Excedente	02/07/2013 a 20/12/2013
Mirian Lins de Agostinho	Servente da educação	1.5/A	44	EMEB Morada do Sol	Vaga excedente	02/07/2013 a 20/12/2013
Noeli Angelica Andrade	Professora de História	1.1/A	10	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Ecleides de Fátima B. Cruz, Lic Trat. Saúde	01/07/2013 a 12/08/2013

Raquel Aparecida Padilha	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Marilene Girardi Escher, Licença Prêmio	01/07/2013 a 28/09/2013
Rita de Cassia Rincão Idalgo Moraes	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Nossa Sra da Salete	VV Maria Geni Huçulak, redaptada	01/07/2013 a 20/12/2013
Rita Salete Daneluz	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	VV Vanderleia Ap Birfeldt, Lab de Informática	02/07/2013 a 20/12/2013
Taciele Cristina Batista Costa	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	VV Daniele Jociane Fortunato, Lic Trat. Saúde	10/06/2013 a 05/07/2013
Teresinha de Jesus Trancoso Telles de Lima	Meren-deira	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	VV Angeli Salete Marques, Lic Trat. Saúde	25/06/2013 a 16/04/2013
Tiago Gonçalves Dias	Professora de Ed. Física	1.3/A	18	EMEB Hilda Granemann de Sousa	VV Romney Riedi, disposição da Direção da EMEB Hilda Granemann de Sousa	02/07/2013 a 20/12/2013
Vera Aparecida de Biasi Lenhani	Professora de Inglês	1.3/A	15	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	17/06/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.807

PORTARIA Nº 22.807, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisição	Período Gozo
790	Andiara Zeni	Professora	09/02/1998 a 09/02/2003 – 1 mês	10/09/2013 a 09/10/2013
1841	Angela Maria Stavis	Administradora Escolar	04/08/1999 a 04/08/2004 – 1 mês	15/07/2013 a 13/08/2013

3358	Clarice Hauffe	Professora	01/08/2002 a 01/08/2007 – 3 meses	20/09/2013 a 18/12/2013
7993	Diogo Borges Barbosa	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	14/01/2008 a 14/01/2013 – 3 meses	31/07/2013 a 28/10/2013
800	Eliane Bortolini	Secretária Escolar	02/02/2008 a 02/02/2013 – 2 meses	03/07/2013 a 31/08/2013
3306	Joelma Ana Antunes	Professora	01/08/2007 a 01/08/2012 – 3 meses	13/09/2013 a 11/12/2013
3352	Marcia de Araujo Mattia	Recepcionista	15/05/2003 a 15/05/2008 – 1 mês 15/05/2008 a 15/05/2013 – 2 meses	01/08/2013 a 29/10/2013
4282	Marcos Ronald Stein	Professor	02/02/2004 a 02/02/2009 – 3 meses	05/08/2013 a 02/11/2013
8512	Neiva Teresinha Boscari Mafessoni	Professora	02/02/2004 a 02/02/2009 – 1 mês	19/08/2013 a 17/09/2013
917	Simone Figueiredo do Reis	Professora	18/02/2008 a 18/02/2013 – 1 mês	12/07/2013 a 10/08/2013
542	Simone Stela Cachoeira	Professora	06/03/2000 a 06/03/2005 – 3 meses	20/09/2013 a 18/12/2013
656	Vanusa Zart	Professora	01/10/2007 a 01/10/2012 – 3 meses	05/08/2010 a 02/11/2013
3631	Vilma de Oliveira	Merendeira	10/02/2003 a 10/02/2008 – 3 meses	05/08/2013 a 02/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.808

PORTARIA Nº 22.808, de 09 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de suas filhas, especificando código, nome, cargo e dia do nascimento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Data Nascimento
4281	Cristiane Iracema Lima	Professora	01/07/2013
10477	Viviane Kuster	Auxiliar de Saúde Bucal	01/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22810

PORTARIA nº 22810, de 11 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o membro da Comissão de Processo Administrativo nº. 04/2013, instaurado pela Portaria nº. 22.773, de 26/06/2013, ELIANE FÁTIMA ESTANISLOWISKI SCHAITEL pela servidora pública municipal ÉDINA CARLA BRESSAN, ocupante do cargo de técnica tributária, lotada junto à Secretaria de Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Dispensa Nº 07 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2013

O Município de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 07/2013 para locação de parte de imóvel de propriedade de Anna Jacomina Andreuzzi Rasador inscrita no CPF sob o nº 811.054.529-72, com área com 33,35m2, imóvel localizado na Linha Seminário para funcionamento de Antenas de Rádio Difusão, no valor mensal de R\$ 274,65, pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 10 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - PR 50 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
DITTESC
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TACHAS, TACHÕES, CALOTAS, FITA, COLETES, E CONES DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 01/08/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 01/08/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195,

ou no site www.cacador.sc.gov.br no ícone licitações, ainda por e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de Julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 49-2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
Secretaria de Administração e Outras
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: Pregão Presencial nº 49/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min dia 31/07/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min dia 31/07/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 11 de Julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.671/2013

DECRETO N.º 1.671/2013

Reduz a Tarifa do Transporte Coletivo no Município e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o contrato de concessão de serviço público de transporte municipal n.º 001/2011;

CONSIDERANDO a reivindicação pela redução da tarifa do transporte coletivo por parte da população Camboriuense;

CONSIDERANDO a recente desoneração da carga tributária incidente sobre o serviço de transporte coletivo;

CONSIDERANDO o interesse público na manutenção do serviço prestado com qualidade, continuidade, eficiência e modicidade tarifária;

DECRETA:

Art. 1º A tarifa cobrada pela Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda., concessionária do serviço de transporte coletivo no Município, a partir da 0h (zero hora) do dia 01 de agosto de 2013, será reduzida para R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) em relação os itinerários constantes do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo municipal n.º 001/2011.

Art. 2º Fica revogado o Decreto n.º 1.549/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 08 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 25/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2013-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE 380 HORAS DE ASSESSORAMENTO DESTINADO AOS COORDENADORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFÊRENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 26/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2013-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE À MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO VEÍCULO PLACA MIB 8908 PERTENCENTE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 714, 716, 718, 720/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 714/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHI9361	55542584B	6920/0	22/08/2008	R\$ 127,69	233
ANP5694	55374150C	6599/2	08/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
IGP9231	55542189B	6920/0	09/09/2008	R\$ 127,69	233
KIJ0888	55950842C	5193/0	06/03/2011	R\$ 191,53	168
LWS7936	55956642B	5185/1	26/01/2009	R\$ 127,69	167
LYB8267	54883738B	6599/0	25/01/2007	R\$ 191,54	230 * V
LZC0638	55956445B	5185/1	06/02/2009	R\$ 127,69	167
MAS7364	55374090C	6599/2	16/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBB4704	55542577B	6920/0	11/08/2008	R\$ 127,69	233
MBC3924	55373996C	5185/1	28/08/2010	R\$ 127,69	167
MBS9295	55956627B	5185/1	24/01/2009	R\$ 127,69	167
MCB0964	55542545B	5169/1	24/01/2009	R\$ 957,69	165
MCB0964	55542546B	5010/0	24/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCB0964	55956910B	5010/0	16/01/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCB0964	55956911B	6556/1	16/01/2009	R\$ 191,53	230 * I
MCG9244	55374408C	5010/0	02/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCG9244	55374409C	6653/1	02/11/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MCH2513	55374196C	5010/0	03/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCH2513	55374197C	6599/2	03/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCH4212	55374371C	6599/2	08/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCH4212	55374372C	5010/0	08/10/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCP4084	55956507B	5061/0	12/02/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDA7913	55371833C	6599/2	08/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDC7381	55956852B	6912/0	10/01/2009	R\$ 53,20	232
MDD5874	55957555B	7030/2	12/02/2009	R\$ 191,53	244 * I
MDO0351	55371237C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233

MDS6339	55955817B	6920/0	30/12/2008	R\$ 127,69	233
MDZ9515	55950197C	6653/2	08/02/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MEA2557	55370983C	6912/0	18/02/2010	R\$ 53,20	232
MEC7266	55948565C	6912/0	05/10/2010	R\$ 53,20	232
MEK3023	55956667B	6050/1	14/02/2009	R\$ 191,53	208
MEQ1076	55948654C	6599/2	25/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFN2762	55956155B	6122/0	29/01/2009	R\$ 191,53	214 * I
MFS8386	55374085C	5061/0	16/09/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFT0534	55957420B	5010/0	16/02/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFV4469	55542587B	5010/0	27/08/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFV4469	55955796B	6599/2	05/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MFV4469	55955797B	6653/1	05/01/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MFV4469	55955798B	6602/0	05/01/2009	R\$ 191,53	230 * VI
MFV4469	55955799B	6610/2	05/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MGC5568	55957362B	6599/2	22/02/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGC5568	55957363B	5169/1	22/02/2009	R\$ 957,69	165
MHV0807	55373223C	6610/2	03/10/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MHW3440	55956889B	7340/0	14/01/2009	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 716/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX9101	55950273C	5010/0	20/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
AAX9101	55950274C	5169/1	20/02/2011	R\$ 957,69	165
AEV4397	55951021C	5185/1	24/03/2011	R\$ 127,69	167
AHH7638	55374335C	6920/0	18/02/2011	R\$ 127,69	233
AJE3706	55950845C	6556/5	08/03/2011	R\$ 191,53	230 * I
IHG0246	55542533B	5169/1	08/01/2009	R\$ 957,69	165
IHG0246	55542534B	5282/0	08/01/2009	R\$ 957,69	176 * I
LZV8404	55956085B	5185/1	06/01/2009	R\$ 127,69	167
MAJ3549	54882723B	5010/0	05/01/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAJ3549	54882723B	6599/0	05/01/2007	R\$ 191,54	230 * V
MBT9630	54884009B	5045/0	05/02/2007	R\$ 191,54	162 * V
MCJ6907	55540740B	6599/2	29/08/2008	R\$ 191,53	230 * V
MCJ7866	55950343C	5541/6	21/02/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP6742	55956735B	6912/0	21/01/2009	R\$ 53,20	232
MCZ3300	54123278B	5193/0	06/02/2007	R\$ 191,54	168
MDT2425	55957756B	7056/2	22/02/2009	R\$ 85,12	244 * III c/c §1º
MDT2425	55957757B	5274/1	22/02/2009	R\$ 191,53	175
MDT2425	55957767B	5010/0	01/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDT2425	55957768B	6599/2	01/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDY5341	55950584C	5185/1	15/03/2011	R\$ 127,69	167
MDZ9515	55948495C	6653/2	08/02/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFA4942	55956334B	5819/2	02/03/2009	R\$ 574,61	193
MFQ6058	55539572B	6050/1	01/02/2009	R\$ 191,53	208
MGM7162	55956353B	7056/1	26/12/2008	R\$ 191,53	244 * III
MIJ5831	55950717C	5010/0	17/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MKI1740	54883668B	6912/0	15/01/2007	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 718/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACT2138	54882686B	6912/0	25/07/2008	R\$ 53,20	232
AKX4824	54884368B	5835/0	02/03/2007	R\$ 127,69	195
AKX4824	54884369B	5738/0	04/03/2007	R\$ 191,54	186 * II
AKX4824	54884370B	5274/0	04/03/2007	R\$ 191,54	175
AKY4657	55949887C	7366/2	18/02/2011	R\$ 85,12	252 * VI
AKZ1203	55949585C	5819/2	18/02/2011	R\$ 574,61	193
ATT7434	54884309B	6599/0	11/02/2007	R\$ 191,54	230 * V
IAW4442	54884160B	6610/0	21/02/2007	R\$ 127,69	230 * VII
JZR3096	54884231B	6920/0	06/03/2007	R\$ 127,69	233
KNB0203	54883742B	6599/0	27/01/2007	R\$ 191,54	230 * V
LWV4620	54884409B	5185/0	20/02/2007	R\$ 127,69	167
LXH9949	54884311B	5185/0	11/02/2007	R\$ 127,69	167
LXK4107	55948865C	6637/2	26/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXK5311	55950761C	5010/0	27/02/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXK5311	55950762C	6599/2	27/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXQ7562	54884039B	5185/0	04/03/2007	R\$ 127,69	167
LZR5140	54884454B	5398/0	02/03/2007	R\$ 53,20	181 * II
MAP2517	54882896B	7030/0	18/02/2007	R\$ 191,54	244 * I
MAP2517	54882897B	7056/0	18/02/2007	R\$ 191,54	244 * III
MAP2517	54882898B	5835/0	18/02/2007	R\$ 127,69	195
MAP2517	54882899B	5010/0	18/02/2007	R\$ 574,61	162 * I
MAP2517	54883068B	6599/0	18/02/2007	R\$ 191,54	230 * V
MAP2517	54883808B	5274/0	18/02/2007	R\$ 191,54	175
MAP2517	54883809B	6912/0	18/02/2007	R\$ 53,20	232
MAP2517	54883810B	6602/0	18/02/2007	R\$ 191,54	230 * VI
MBC0816	55951051C	6599/2	26/02/2011	R\$ 191,53	230 * V

MBC0816	55951052C	6610/2	26/02/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MBN7548	55950814C	5185/1	18/02/2011	R\$ 127,69	167
MBU0965	55951003C	6653/2	11/03/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MCP5113	55955146B	6599/2	11/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDE5865	54884327B	5010/0	14/02/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDE5865	54884328B	6912/0	14/02/2007	R\$ 53,20	232
MDE5865	54884557B	5274/0	03/03/2007	R\$ 191,54	175
MDE5865	54884558B	5738/0	03/03/2007	R\$ 191,54	186 * II
MDE5865	54884559B	5819/0	03/03/2007	R\$ 574,61	193
MDE5865	54884560B	6076/0	03/03/2007	R\$ 191,54	210
MDE5865	54884560B	6912/0	03/03/2007	R\$ 53,20	232
MDE5865	54884561B	6289/0	03/03/2007	R\$ 127,69	220 * III
MDE5865	54884562B	5010/0	03/03/2007	R\$ 574,61	162 * I
MDE5865	54884562B	5835/0	03/03/2007	R\$ 127,69	195
MDE5865	54884563B	6556/0	03/03/2007	R\$ 191,54	230 * I
MDE5865	54884563B	6637/0	03/03/2007	R\$ 127,69	230 * IX
MDH0292	55950843C	5959/4	06/03/2011	R\$ 191,53	203 * IV
MDM4792	54884229B	6920/0	06/03/2007	R\$ 127,69	233
MDO3023	55950779C	6599/2	07/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDT7501	54884122B	7340/0	12/02/2007	R\$ 85,13	252 * IV
MDZ9897	54884118B	7340/0	12/02/2007	R\$ 85,13	252 * IV
MEC2421	55949268C	6637/2	23/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MFH3421	55949350C	6920/0	04/03/2011	R\$ 127,69	233
MFM2208	55951131C	6920/0	24/03/2011	R\$ 127,69	233
MFP9061	54883449B	5541/0	14/02/2007	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ8892	54884099B	7340/0	12/02/2007	R\$ 85,13	252 * IV
MFT6308	55957013B	5819/2	20/01/2009	R\$ 574,61	193
MFT6308	55957014B	5720/0	20/01/2009	R\$ 127,69	186 * I
MGL0233	55374213C	6653/1	18/02/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MGS8499	55950841C	5509/0	06/03/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
MHH9550	54881773B	5282/0	17/02/2007	R\$ 957,69	176 * I
MHR9250	55951261C	6599/2	27/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHX2208	55374224C	6653/1	03/03/2011	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN – DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 720/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALO6840	55948997C	6912/0	23/11/2010	R\$ 53,20	232
ALO6840	55948998C	6912/0	23/11/2010	R\$ 53,20	232
ALO6840	55948999C	6599/2	23/11/2010	R\$ 191,53	230 * V
ALO6840	55949000C	5835/0	23/11/2010	R\$ 127,69	195
ALR7200	54883981B	6670/0	19/02/2007	R\$ 127,69	230 * XIII
CKW5429	55957210B	6599/2	29/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
GVG3875	55951572C	5185/1	07/04/2011	R\$ 127,69	167
LWT6975	55951129C	6920/0	24/03/2011	R\$ 127,69	233
LZL0319	55956486B	6726/1	13/02/2009	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAK3991	55959382B	5185/1	15/03/2011	R\$ 127,69	167
MBO2996	55950467C	5010/0	15/03/2011	R\$ 574,61	162 * I
MBO2996	55950468C	5061/0	15/03/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBZ7245	54883957B	5010/0	05/02/2007	R\$ 574,61	162 * I
MBZ7245	54883958B	6599/0	05/02/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCW8087	55950963C	5819/2	10/03/2011	R\$ 574,61	193
MCZ5171	55951484C	6599/2	07/04/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5171	55951485C	5274/1	07/04/2011	R\$ 191,53	175
MDI6752	55950659C	6912/0	05/04/2011	R\$ 53,20	232
MDO2122	55949005C	6556/1	11/11/2010	R\$ 191,53	230 * I
MDO2122	55949006C	5010/0	11/11/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDO2122	55949007C	6912/0	11/11/2010	R\$ 53,20	232
MDU4258	55951083C	6637/2	07/04/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MDU4258	55951084C	6556/5	07/04/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEA2982	55950287C	5185/1	10/03/2011	R\$ 127,69	167
MHK7063	55950924C	5738/0	05/04/2011	R\$ 191,53	186 * II
MHT7109	55949276C	6610/2	18/03/2011	R\$ 127,69	230 * VII

MIA7354	55948699C	6637/1	12/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MIJ9407	55950921C	5541/1	02/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão 72/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 72/2013 – modalidade Pregão (presencial)

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 72/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços para Locação de até 20(vinte) máquinas multifuncionais, com copiadora, scanner e impressora, a laser, digital, com capacidade de impressão de no mínimo 15 p.p.m (páginas por minuto), formato de papel A4, com alimentador automático de papel, servidor de impressão externo, para diversos setores da Administração. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Color Black Reciclagem de Cartuchos e Toner Ltda Me, Inkos Recicladora de Cartuchos e Toner Ltda, Reinkjet Tintas, toner e Informática Ltda, Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda Me, A4 Digital Print Ltda e Suçuarana Locações e Turismo Ltda. Todas as empresas empresa licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. As empresa Color Black Reciclagem de Cartuchos e Toner Ltda Me, Inkos Recicladora de Cartuchos e Toner Ltda, A4 Digital Print Ltda e Suçuarana Locações e Turismo Ltda apresentaram Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência), as empresas Reinkjet Tintas, toner e Informática Ltda, Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda Me não apresentaram a Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. Jismar Busarello, representante da empresa Color Black Reciclagem de Cartuchos e Toner Ltda Me, Sr. Frederico Lorenz Bisneto, representante da empresa Inkos Recicladora de Cartuchos e Toner Ltda Sr. Ronaldo Reuter, representante da empresa Reinkjet Tintas, toner e Informática Ltda, Sr. Claudemir Zhanghelini Vieira representante da empresa Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda Me, Sr. Jose Carlos Furtado Carrelas, representante da empresa A4 Digital Print Ltda, e Sr. A

Ifredo Matias Pfeiffer representante da empresa Suçuarana Locações e Turismo. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO UNITÁRIO. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, obtendo o seguinte resultado:

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Color Black Reciclagem de Cartuchos e Toner Ltda Me	0,035	0,0265	1ª	HABILITADA
Starjet Cartuchos Remanufaturados Ltda Me	0,04	0,027	2ª	-----
Suçuarana Locações e Turismo Ltda	0,04	0,03	3ª	-----

Inkos Recicladora de Cartuchos e Toner Ltda	0,04	0,032	4ª	-----
A4 Digital Print Ltda	0,04	0,04	5ª	-----
A empresa Reinkjet Tintas, toner e Informática Ltda não se classificou para a etapa de lances.				

A Pregoeira julgou a empresa Color Black Reciclagem de Cartuchos e Toner Ltda Me vencedora do processo licitatório epigrafado, com o valor unitário de R\$ 0,0265 adjudicando sua proposta. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ata de Registro de Preços Nº 12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e oito dias do mês de maio, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição pedra brita para manutenção de estradas vicinais, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MINERAÇÃO LM LTDA, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 52/2013, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO R\$
01	10.000	M2	PEDRA BRITA, TIPO RACHÃO DESCLASSIFICADO, COM GRANOMETRIA IGUAL OU INFERIOR A 10 CM²	26,5000

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira

MINERAÇÃO LM LTDA

LANDIVO STOEBERL

Representante legal

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3898/13 - Altera Redação da Lei Nº 3.856/2013 Que Autorizou o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa Badesco Cidades II

LEI Nº 3.898/2013 DE 12/07/2013

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 3.856/2013 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Esta lei altera dispositivos da lei nº 3.856/2013 de 02/05/2013, que autorizou o Poder Executivo a aderir ao Programa BADESC Cidades II.

Art.2º. Fica alterada a redação do artigo 1º da lei nº 3.856/2013, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades II."

Art. 3º. Fica alterada a redação do artigo 3º da lei nº 3.856/2013, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa BADESC Cidades II, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, com recursos no montante de R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais)."

Art. 4º. A redação do art. 5º da lei nº 3.856/2013 fica alterada, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir."

Art. 5º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 12 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Dispensa de Licitação Nº15/2013

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 119/2013 de Dispensa 15/2013

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.

Valor: R\$ 45.644,00(quarenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e quatro reais)

Campos Novos, 15de julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PP 42/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 42/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de julho de 2013 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA DAS EDIFICAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, conforme especificação dos itens. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 16 de julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de PP Nº43/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO Nº 129/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013

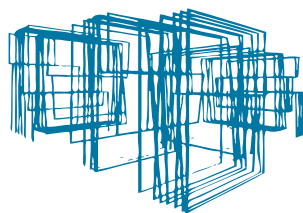
O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de julho de 2013 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Km rodado, tendo como objeto a: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO DO KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 15 de Julho de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio - Junho

Município de CAMPOS NOVOS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	82.727.000,00	
Previsão Atualizada		—	82.727.000,00	
Receitas Realizadas		15.767.814,33	46.920.480,72	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	559.575,87	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	82.727.000,00	
Créditos Adicionais		—	10.401.633,39	
Dotação Atualizada		—	93.128.633,39	
Despesas Empenhadas		15.034.280,80	51.760.312,05	
Despesas Liquidadas		14.060.988,55	37.048.785,44	
Superávit Orçamentário		—	9.871.695,28	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		15.034.280,80	51.760.312,05	
Despesas Liquidadas		14.060.988,55	37.048.785,44	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			85.157.838,45	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-950.000,00	-1.055.149,35	111,07
Resultado Primário		606.000,00	7.321.694,93	1.208,20
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	377.010,37	0,00	287.162,16	89.848,21
EXECUTIVO	377.010,37	0,00	287.162,16	89.848,21
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	13.725.679,04	94.816,23	6.481.110,76	7.149.752,05
EXECUTIVO	13.725.679,04	94.816,23	6.481.110,76	7.149.752,05
TOTAL:	14.102.689,41	94.816,23	6.768.272,92	7.239.600,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.848.433,52	25%	31,78
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.031.261,26	60%	69,09
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.873.258,97	-2.872.258,97	
Despesa de Capital Líquida		1.004.062,09	15.092.121,78	

Continua 1/2



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CAMPOS NOVOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.000,00	101.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	101.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.082.735,34	15,00	22,86

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Relatório da Gestão Fiscal - Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Até o 1º Semestre de 2013 (Anexo VII)

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	46.818.940,62	54,98
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	51.094.703,07	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	48.539.967,92	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-7.023.449,56	-8,25
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	102.189.406,14	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.734.724,46	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	2.873.258,97	3,37
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	13.625.254,15	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.961.048,69	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	11.132.135,49	99.812,35

FONTE:

Relatório da Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Julho/2012 a Junho 2013 (Anexo I)

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.277.774,06	6.392,26
Pessoal Ativo	43.194.410,80	6.392,26
Pessoal Inativo e Pensionista	1.856.407,07	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	226.956,19	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	86.330,12	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	76.590,85	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.739,27	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	45.191.443,94	6.392,26
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	45.197.836,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	85.157.838,45	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	53,08	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	45.985.232,76	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	43.685.971,12	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	41.386.709,49	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Relatório da Gestão Fiscal - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Janeiro a Junho de 2013 (Anexo II)

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.596.309,66	10.085.990,59	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	7.596.309,66	10.085.990,59	0,00
Interna	7.596.309,66	10.085.990,59	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	13.564.609,87	17.109.440,15	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.348.802,04	18.550.534,74	0,00
Demais Haveres Financeiros	592.818,20	682.491,30	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	377.010,37	2.123.585,89	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-5.968.300,21	-7.023.449,56	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	81.204.978,91	85.157.838,45	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,35%	11,84%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,35%	-8,25%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	97.445.974,69	102.189.406,14	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	87.701.377,22	91.970.465,53	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	7.596.309,66	10.085.990,59	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.742.657,14	2.654.009,70	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.742.657,14	2.654.009,70	0,00
Previdenciárias	2.742.657,14	2.654.009,70	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	4.853.652,52	7.431.980,89	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	340.785,03	1.160.471,27	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.732.195,80	21.025.749,58	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo das Operações de Crédito - Janeiro a Junho/2013 (Anexo IV)

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.873.258,97	2.873.258,97
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.873.258,97	2.873.258,97
Interna	2.873.258,97	2.873.258,97
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	2.873.258,97	2.873.258,97
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	85.157.838,45	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	2.873.258,97	3,37
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	13.625.254,15	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	12.262.728,74	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.961.048,69	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.873.258,97	3,37

FONTE:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário - Janeiro a Junho/2013 Bimestre Maio - Junho (Anexo 1)

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	82.727.000,00	15.767.814,33	19,06	46.920.480,72	56,72	35.806.519,28
RECEITAS CORRENTES	81.569.000,00	81.569.000,00	14.580.852,46	17,88	42.956.910,31	52,66	38.612.089,69
RECEITA TRIBUTARIA	8.237.000,00	8.237.000,00	1.542.155,35	18,72	5.162.698,43	62,68	3.074.301,57
IMPOSTOS	5.955.000,00	5.955.000,00	1.163.170,19	19,53	3.658.368,72	61,43	2.296.631,28
TAXAS	2.032.000,00	2.032.000,00	271.817,58	13,38	1.274.124,32	62,70	757.875,68
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	250.000,00	250.000,00	107.167,58	42,87	230.205,39	92,08	19.794,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.400.000,00	1.400.000,00	224.763,39	16,05	657.749,54	46,98	742.250,46
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.400.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	109.049,53	7,79	1.290.950,47
Contribuição p/Custeio do Serv.Iluminação Pública	0,00	0,00	224.763,39	0,00	548.700,01	0,00	-548.700,01
RECEITA PATRIMONIAL	677.000,00	677.000,00	131.905,97	19,48	355.558,54	52,52	321.441,46
RECEITAS IMOBILIARIAS	42.000,00	42.000,00	8.835,33	21,04	23.469,55	55,88	18.530,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	633.000,00	633.000,00	123.070,64	19,44	332.088,99	52,46	300.911,01
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA AGROPECUARIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.351.000,00	7.351.000,00	1.165.853,84	15,86	3.675.881,76	50,01	3.675.118,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.979.000,00	62.979.000,00	11.336.317,56	18,00	32.020.451,27	50,84	30.958.548,73
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	62.726.000,00	62.726.000,00	11.304.793,10	18,02	31.923.650,15	50,89	30.802.349,85
Transf. de Instituições Privadas	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	4.942,04	9,69	46.057,96
Transf. de Conv.	202.000,00	202.000,00	31.524,46	15,61	91.859,08	45,47	110.140,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	924.000,00	924.000,00	179.856,35	19,46	1.084.570,77	117,38	-160.570,77
Multas e Juros de Mora	163.000,00	163.000,00	35.206,04	21,60	90.888,57	55,76	72.111,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	4.000,00	21,80	0,55	99.103,31	477,58	-95.103,31
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	625.000,00	625.000,00	125.862,60	20,14	529.412,62	84,71	95.587,38
RECEITAS DIVERSAS	132.000,00	132.000,00	18.765,91	14,22	365.166,27	276,64	-233.166,27
RECEITAS DE CAPITAL	1.158.000,00	1.158.000,00	1.186.961,87	102,50	3.963.570,41	342,28	-2.805.570,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	978.107,55	810,76	2.873.258,97	325,90	-2.872.258,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	978.107,55	810,76	2.873.258,97	325,90	-2.872.258,97
ALIENAÇÃO DE BENS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,98	101.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,98	101.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	21.000,00	21.000,00	5.914,50	28,16	6.660,30	31,72	14.339,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.034.000,00	1.034.000,00	202.939,82	19,63	1.082.651,14	104,71	-48.651,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.034.000,00	1.034.000,00	202.939,82	19,63	1.077.131,14	104,17	-43.131,14
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00	0,00	-5.520,00

Continua 1/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	82.727.000,00	82.727.000,00	15.767.814,33	19,06	46.920.480,72	56,72	35.806.519,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	82.727.000,00	82.727.000,00	15.767.814,33	19,06	46.920.480,72	56,72	35.806.519,28
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	82.727.000,00	82.727.000,00	15.767.814,33	19,06	46.920.480,72	56,72	35.806.519,28
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.468.708,46	—	—	559.575,87	—	—
Superávit Financeiro	—	2.468.708,46	—	—	559.575,87	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.727.000,00	10.401.633,39	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	39,78	56.079.847,95
DESPESAS CORRENTES	74.130.000,00	2.802.449,52	76.932.449,52	12.419.738,69	47.131.943,46	13.400.149,80	36.044.723,35	46,85	40.887.726,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.339.000,00	206.332,89	41.545.332,89	7.471.968,49	21.790.825,56	7.472.595,49	21.789.486,06	52,45	19.755.846,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	131.000,00	174.908,70	305.908,70	120.186,86	304.901,15	138.260,17	279.227,02	91,28	26.681,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.660.000,00	2.421.207,93	35.081.207,93	4.827.583,34	25.036.216,75	5.789.294,14	13.976.010,27	39,84	21.105.197,66
DESPESAS DE CAPITAL	8.497.000,00	7.599.183,87	16.096.183,87	2.614.542,11	4.628.368,59	660.838,75	1.004.062,09	6,24	15.092.121,78
INVESTIMENTOS	7.252.000,00	7.599.183,87	14.851.183,87	2.536.930,96	3.981.880,77	533.840,10	620.484,05	4,18	14.230.699,82
INVERSOES FINANCEIRAS	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.230.000,00	0,00	1.230.000,00	77.611,15	646.487,82	126.998,65	383.578,04	31,19	846.421,96

Continua 2/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.727.000,00	10.401.633,39	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	39,78	56.079.847,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	82.727.000,00	10.401.633,39	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	39,78	56.079.847,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	82.727.000,00	10.401.633,39	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	39,78	56.079.847,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.871.695,28	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	82.727.000,00	10.401.633,39	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	46.920.480,72	39,78	56.079.847,95

FONTE:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário - Janeiro a Junho/2013 Bimestre Maio - Junho (Anexo 6)

Município de CAMPOS NOVOS - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	80.938.000,00	14.457.785,92	42.625.024,17	38.523.295,06
Receita Tributária	8.237.000,00	1.542.155,35	5.162.698,43	4.001.070,75
I.P.T.U.	950.000,00	61.885,29	1.069.315,27	909.236,11
I.S.S.	3.500.000,00	675.056,78	1.740.114,34	1.343.966,94
I.T.B.I.	850.000,00	279.216,56	501.713,10	352.745,61
I.R.R.F.	655.000,00	147.011,56	347.226,01	278.120,46
Outras Receitas Tributárias	2.282.000,00	378.985,16	1.504.329,71	1.117.001,63
Receita de Contribuição	1.400.000,00	224.763,39	657.749,54	608.718,31
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.400.000,00	224.763,39	657.749,54	608.718,31
Receita Patrimonial Líquida	46.000,00	8.839,43	23.672,40	17.736,17
Receita Patrimonial	677.000,00	131.905,97	355.558,54	518.914,10
(-) Aplicações Financeiras	631.000,00	123.066,54	331.886,14	501.177,93
Transferências Correntes	62.979.000,00	11.336.317,56	32.020.451,27	29.718.578,19
F.P.M.	12.000.000,00	2.146.627,08	6.183.223,11	5.457.476,44
I.C.M.S.	28.000.000,00	4.874.215,12	14.213.788,78	13.947.042,91
Convênios	202.000,00	31.524,46	91.859,08	106.710,71
Outras Transferências Correntes	22.777.000,00	4.283.950,90	11.531.580,30	10.207.348,13
Demais Receitas Correntes	8.276.000,00	1.345.710,19	4.760.452,53	4.177.191,64
Dívida Ativa	625.000,00	125.862,60	529.412,62	535.298,30
Diversas Receitas Correntes	7.651.000,00	1.219.847,59	4.231.039,91	3.641.893,34
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.158.000,00	1.186.961,87	3.963.570,41	1.086.693,72
Operações de Crédito (III)	1.000,00	978.107,55	2.873.258,97	44.319,67
Amortização de Empréstimos (IV)	21.000,00	5.914,50	6.660,30	1.300,80
Alienação de Ativos (V)	102.000,00	0,00	1.000,00	95.750,00
Transferências de Capital	1.034.000,00	202.939,82	1.082.651,14	945.323,25
Convênios	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Outras Transferências de Capital	1.034.000,00	202.939,82	1.082.651,14	745.323,25
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.034.000,00	202.939,82	1.082.651,14	945.323,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	81.972.000,00	14.660.725,74	43.707.675,31	39.468.618,31
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	76.932.449,52	13.400.149,80	36.044.723,35	32.388.272,69
Pessoal e Encargos Sociais	41.545.332,89	7.472.595,49	21.789.486,06	19.584.514,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	305.908,70	138.260,17	279.227,02	48.170,61
Outras Despesas Correntes	35.081.207,93	5.789.294,14	13.976.010,27	12.755.587,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	76.626.540,82	13.261.889,63	35.765.496,33	32.340.102,08
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	16.096.183,87	660.838,75	1.004.062,09	3.471.584,77
Investimentos	14.851.183,87	533.840,10	620.484,05	3.129.960,97
Inversões Financeiras	15.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	15.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.230.000,00	126.998,65	383.578,04	341.623,80
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.866.183,87	533.840,10	620.484,05	3.129.960,97

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	91.592.724,69	13.795.729,73	36.385.980,38	35.470.063,05
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.620.724,69	864.996,01	7.321.694,93	3.998.555,26
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	559.575,87	0,00
Superávit Financeiro	-	-	559.575,87	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				606.000,00

FONTE:

CAMPOS NOVOS, 12/07/2013

RREO - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção - Janeiro a Junho/2013 Bimestre Maio - Junho (Anexo 2)

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	100,00	39,78	56.079.847,95
Legislativa	2.910.000,00	2.910.000,00	345.455,41	967.987,27	334.345,41	956.877,27	2,58	32,88	1.953.122,73
Ação Legislativa	2.910.000,00	2.910.000,00	345.455,41	967.987,27	334.345,41	956.877,27	2,58	32,88	1.953.122,73
Administração	7.390.000,00	6.752.980,75	825.704,87	3.237.452,88	807.960,59	2.360.208,84	6,37	34,95	4.392.771,91
Administração Geral	6.395.000,00	5.687.980,75	729.089,17	2.748.708,54	697.190,79	1.980.301,55	5,35	34,82	3.707.679,20
Administração Financeira	350.000,00	420.000,00	40.991,30	190.176,17	48.160,34	164.307,79	0,44	39,12	255.692,21
Tecnologia da Informatização	300.000,00	300.000,00	52.189,29	167.689,50	40.960,75	153.861,74	0,42	51,29	146.138,26
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Comunitária	295.000,00	295.000,00	3.435,11	130.878,67	21.648,71	61.737,76	0,17	20,93	233.262,24
Segurança Pública	234.000,00	251.000,00	43.844,22	136.471,82	33.804,49	86.699,77	0,23	34,54	164.300,23
Defesa Civil	234.000,00	251.000,00	43.844,22	136.471,82	33.804,49	86.699,77	0,23	34,54	164.300,23
Assistência Social	2.176.000,00	2.227.395,01	536.886,87	1.404.396,58	544.626,12	1.125.569,79	3,04	50,53	1.101.825,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	195.000,00	195.000,00	3.881,80	54.691,76	18.037,66	37.052,69	0,10	19,00	157.947,31
Assistência Comunitária	1.916.000,00	1.967.395,01	529.983,87	1.338.415,45	523.567,26	1.077.627,73	2,91	54,77	889.767,28
Empregabilidade	50.000,00	50.000,00	3.021,20	10.789,37	3.021,20	10.789,37	0,03	21,58	39.210,63
Fomento ao Trabalho	15.000,00	15.000,00	0,00	500,00	0,00	100,00	0,00	0,67	14.900,00
Saúde	17.130.000,00	18.128.134,50	3.165.887,68	10.958.110,96	3.223.075,82	8.551.796,17	23,08	47,17	9.576.338,33
Atenção Básica	10.367.000,00	11.365.134,50	1.562.473,73	6.543.628,75	1.959.641,51	5.297.886,72	14,30	46,62	6.067.247,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.763.000,00	6.763.000,00	1.603.413,95	4.414.482,21	1.263.434,31	3.253.909,45	8,78	48,11	3.509.090,55
Trabalho	361.000,00	361.000,00	39.586,37	297.529,66	52.475,37	220.503,66	0,60	61,08	140.496,34
Fomento ao Trabalho	351.000,00	351.000,00	39.586,37	297.529,66	52.475,37	220.503,66	0,60	62,82	130.496,34
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	23.443.000,00	25.322.267,69	4.897.751,78	14.401.988,36	4.628.281,12	11.438.848,92	30,88	45,17	13.883.418,77
Ensino Fundamental	20.170.000,00	21.873.603,79	3.628.890,85	12.059.227,68	3.371.542,33	9.150.477,51	24,70	41,83	12.723.126,28
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.248.000,00	3.418.663,90	1.245.075,93	2.315.619,28	1.254.207,39	2.284.215,01	6,17	66,82	1.134.448,89
Educação Especial	25.000,00	30.000,00	23.785,00	27.141,40	2.531,40	4.156,40	0,01	13,85	25.843,60
Cultura	1.230.000,00	701.932,00	26.148,63	533.536,01	18.377,08	488.965,91	1,32	69,66	212.966,09
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	229.000,00	229.000,00	26.148,63	80.867,20	17.229,38	39.997,10	0,11	17,47	189.002,90

Continua 1/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	100,00	39,78	56.079.847,95
Cultura	1.230.000,00	701.932,00	26.148,63	533.536,01	18.377,08	488.965,91	1,32	69,66	212.966,09
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	1.000.000,00	471.932,00	0,00	452.668,81	1.147,70	448.968,81	1,21	95,13	22.963,19
Direitos da Cidadania	308.000,00	427.560,90	91.256,36	148.307,26	88.687,01	137.405,56	0,37	32,14	290.155,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	308.000,00	427.560,90	91.256,36	148.307,26	88.687,01	137.405,56	0,37	32,14	290.155,34
Urbanismo	4.192.000,00	5.264.644,13	1.147.420,50	3.288.885,63	652.938,99	1.767.924,35	4,77	33,58	3.496.719,78
Infra-Estrutura Urbana	3.102.000,00	4.082.211,48	1.129.387,79	2.187.500,09	425.904,80	1.108.419,14	2,99	27,15	2.973.792,34
Serviços Urbanos	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	999.630,21	202.525,65	579.513,91	1,56	57,95	420.486,09
Transportes Coletivos Urbanos	90.000,00	182.432,65	18.032,71	101.755,33	24.508,54	79.991,30	0,22	43,85	102.441,35
Habitação	510.000,00	510.000,00	93.593,61	110.264,94	404,57	16.701,17	0,05	3,27	493.298,83
Habitação Urbana	510.000,00	510.000,00	93.593,61	110.264,94	404,57	16.701,17	0,05	3,27	493.298,83
Saneamento	5.792.000,00	6.674.600,00	1.313.823,26	4.322.215,74	970.025,97	2.413.601,68	6,51	36,16	4.260.998,32
Saneamento Básico Urbano	5.792.000,00	6.674.600,00	1.313.823,26	4.322.215,74	970.025,97	2.413.601,68	6,51	36,16	4.260.998,32
Gestão Ambiental	208.000,00	138.000,00	34.524,59	95.924,24	30.826,59	79.610,64	0,21	57,69	58.389,36
Preservação e Conservação Ambiental	86.000,00	16.000,00	5.360,00	6.360,00	105,00	305,00	0,00	1,91	15.695,00
Controle Ambiental	107.000,00	107.000,00	29.129,59	75.473,04	29.514,59	73.868,14	0,20	69,04	33.131,86
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00	15.000,00	35,00	14.091,20	1.207,00	5.437,50	0,01	36,25	9.562,50
Ciência e Tecnologia	11.000,00	11.000,00	0,00	6.840,00	1.140,00	3.420,00	0,01	31,09	7.580,00
Tecnologia da Informatização	10.000,00	10.000,00	0,00	6.840,00	1.140,00	3.420,00	0,01	34,20	6.580,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Agricultura	1.053.000,00	1.199.250,00	195.109,27	458.462,87	103.916,08	279.106,30	0,75	23,27	920.143,70
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Promoção da Produção Vegetal	573.000,00	719.250,00	121.905,86	245.344,54	30.622,67	67.392,77	0,18	9,37	651.857,23
Extensão Rural	420.000,00	420.000,00	73.203,41	213.118,33	73.293,41	211.713,53	0,57	50,41	208.286,47
Indústria	130.000,00	136.068,00	1.190,00	56.030,60	8.990,00	56.030,60	0,15	41,18	80.037,40
Promoção Industrial	130.000,00	136.068,00	1.190,00	56.030,60	8.990,00	56.030,60	0,15	41,18	80.037,40
Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	6.134,36	22.882,37	6.219,36	21.552,37	0,06	53,88	18.447,63
Turismo	40.000,00	40.000,00	6.134,36	22.882,37	6.219,36	21.552,37	0,06	53,88	18.447,63
Energia	1.408.000,00	2.081.207,31	4.447,50	1.402.095,98	120.935,22	562.971,99	1,52	27,05	1.518.235,32
Energia Elétrica	1.408.000,00	2.081.207,31	4.447,50	1.402.095,98	120.935,22	562.971,99	1,52	27,05	1.518.235,32

Continua 2/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.727.000,00	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	100,00	39,78	56.079.847,95
Transporte	8.349.000,00	13.464.684,40	1.007.958,32	6.034.367,38	1.598.230,51	4.290.846,48	11,58	31,87	9.173.837,92
Transporte Rodoviário	8.349.000,00	13.464.684,40	1.007.958,32	6.034.367,38	1.598.230,51	4.290.846,48	11,58	31,87	9.173.837,92
Desporto e Lazer	1.552.000,00	2.252.000,00	802.416,58	1.218.108,54	160.905,12	353.051,71	0,95	15,68	1.898.948,29
Desporto de Rendimento	800.000,00	800.000,00	88.076,98	403.709,39	105.373,66	245.648,69	0,66	30,71	554.351,31
Desporto Comunitário	602.000,00	1.292.000,00	702.991,12	754.862,68	51.698,36	103.569,92	0,28	8,02	1.188.430,08
Lazer	150.000,00	160.000,00	11.348,48	59.536,47	3.833,10	3.833,10	0,01	2,40	156.166,90
Encargos Especiais	4.200.000,00	4.174.908,70	455.140,62	2.658.452,96	674.823,13	1.837.092,26	4,96	44,00	2.337.816,44
Previdência do Regime Estatutário	2.000.000,00	1.800.000,00	267.767,21	776.089,66	267.767,21	776.089,66	2,09	43,12	1.023.910,34
Refinanciamento da Dívida Interna	1.000.000,00	1.000.000,00	67.186,55	600.436,25	116.574,05	337.526,47	0,91	33,75	662.473,53
Serviço da Dívida Interna	130.000,00	304.908,70	120.186,86	304.901,15	138.260,17	279.227,02	0,75	91,58	25.681,68
Outros Encargos Especiais	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	977.025,90	152.221,70	444.249,11	1,20	41,52	625.750,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	82.727.000,00	93.128.633,39	15.034.280,80	51.760.312,05	14.060.988,55	37.048.785,44	100,00	39,78	56.079.847,95

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Julho 2012 a Junho 2013 (Anexo 3)

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.682.617,77	6.797.090,89	7.070.033,74	9.509.371,44	8.571.338,95	8.761.421,30	7.673.869,72	8.057.233,07	8.344.510,82	7.810.011,20	8.197.632,24	8.273.507,88	95.748.639,02	92.204.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	551.483,38	488.769,88	442.960,06	2.126.709,80	616.658,11	1.073.851,10	558.128,96	709.150,14	1.753.755,60	599.508,38	789.739,33	752.416,02	10.463.130,76	8.232.000,00
I.P.T.U.	21.894,68	19.751,46	5.835,64	18.082,45	8.175,04	6.130,70	4.237,59	145.664,04	782.432,39	75.095,96	35.342,21	26.543,08	1.149.185,24	950.000,00
I.R.R.F.	50.809,81	48.985,43	51.270,03	50.106,44	50.879,85	501.554,72	29.975,05	56.981,19	52.824,21	60.433,99	69.658,18	77.353,38	1.100.832,29	650.000,00
I.S.S.	283.106,07	243.944,66	252.665,82	311.629,19	294.144,85	396.726,96	291.576,33	244.046,45	256.809,88	272.624,90	368.636,76	306.420,02	3.522.331,89	3.500.000,00
I.T.B.U.	92.743,68	63.155,90	62.240,35	1.640.167,56	132.369,14	56.739,60	88.750,15	28.231,43	62.561,48	42.953,48	134.471,64	144.744,92	2.549.129,33	850.000,00
Outras Receitas Tributárias	102.929,14	112.932,43	70.948,22	105.724,16	131.089,23	112.699,12	143.589,83	234.227,03	599.127,64	148.400,05	181.630,54	197.354,62	2.141.652,01	2.282.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	111.075,55	111.259,98	101.602,37	112.958,82	112.616,06	109.049,53	105.766,69	107.180,84	110.989,09	121.086,44	103.676,95	1.207.259,32	1.400.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	87.628,08	114.137,75	142.825,68	55.145,67	62.446,84	64.801,19	43.994,43	57.500,89	59.156,28	63.000,97	59.712,38	72.193,59	882.543,75	677.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	277.947,80	-277.852,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	722.763,26	498.777,88	488.994,99	660.516,23	629.492,58	795.621,73	547.351,26	457.988,48	798.305,55	706.402,63	535.526,51	630.327,33	7.462.048,43	7.351.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.244.056,99	5.528.828,46	5.720.395,62	6.138.592,05	6.778.963,67	6.931.542,17	6.243.049,64	6.308.344,98	5.512.953,62	6.129.352,43	6.613.441,16	6.613.164,06	73.762.684,85	73.619.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	848.140,06	935.904,73	818.902,91	1.187.883,62	1.175.004,98	1.910.107,45	1.234.548,67	1.812.922,29	948.837,24	1.018.080,96	1.462.843,96	1.220.439,63	14.563.616,70	15.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.733.402,94	2.736.093,34	3.132.989,31	2.673.058,99	3.219.614,82	3.254.599,16	3.102.410,58	2.780.952,69	2.625.423,88	3.155.679,51	3.145.980,39	2.946.788,30	35.516.993,91	35.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	258.640,71	269.968,12	264.859,86	253.612,40	180.418,77	103.901,04	132.766,96	193.837,44	219.918,31	259.776,90	288.186,72	262.801,47	2.688.688,70	2.300.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	185,76	1.010,98	12.974,15	124.883,56	4.540,98	3.293,46	2.237,99	238,68	84,55	359,24	621,24	51,88	150.482,37	600.000,00
Outras Transferências Correntes	559.374,42	707.366,83	526.192,47	966.531,27	1.221.612,80	731.487,55	739.398,18	521.641,33	839.671,58	611.895,05	615.035,00	1.108.837,66	9.148.044,14	9.419.000,00
Transferências da LC 61/1989	44.779,71	49.495,46	50.036,88	48.379,08	48.978,09	56.238,82	54.769,47	42.053,63	37.124,34	34.040,93	45.774,63	47.675,48	559.346,52	600.000,00
Transferências da LC 87/1996	15.073,70	15.073,70	0,00	30.147,40	15.073,70	15.073,70	0,00	0,00	0,00	57.601,20	14.400,30	14.400,30	176.844,00	200.000,00
Transferências do FUNDEB	784.459,69	813.915,30	914.440,04	855.095,73	913.719,63	856.840,99	985.917,79	956.698,92	841.893,72	981.918,64	1.040.598,92	1.012.169,14	10.958.668,51	10.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	76.686,06	55.501,37	163.600,41	436.805,32	92.871,13	60.841,85	172.295,90	418.501,89	113.158,93	200.757,70	78.126,42	101.729,93	1.970.876,91	924.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução Cota-Parte ITR para FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	780.044,23	801.508,74	864.829,58	863.592,79	928.726,06	952.244,55	903.346,56	932.916,15	766.196,71	907.107,54	991.561,25	898.726,41	10.590.800,57	10.740.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	780.044,23	801.508,74	864.829,58	863.592,79	928.726,06	952.244,55	903.346,56	932.916,15	766.196,71	907.107,54	991.561,25	898.726,41	10.590.800,57	10.740.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.902.573,54	5.995.582,15	6.205.204,16	8.645.778,65	7.642.612,89	7.808.176,75	6.770.523,16	7.124.316,92	7.578.314,11	6.902.903,66	7.206.070,99	7.374.781,47	85.157.838,45	81.464.000,00

FONTE:

RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - Janeiro a Junho 2013 / Bimestre Maio - Junho (Anexo 12)

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.248.000,00	6.248.000,00	3.825.187,98	61,22
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	950.000,00	950.000,00	1.071.049,61	112,74
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	850.000,00	850.000,00	518.669,10	61,02
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	1.740.114,34	49,72
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	655.000,00	655.000,00	347.226,01	53,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	18.000,00	18.000,00	14.261,77	79,23
Dívida Ativa dos Impostos	220.000,00	220.000,00	120.341,89	54,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	55.000,00	55.000,00	13.525,26	24,59
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	53.700.000,00	53.700.000,00	27.163.629,96	50,58
Cota-Parte FPM	15.000.000,00	15.000.000,00	7.687.672,95	51,25
Cota-Parte ITR	600.000,00	600.000,00	3.593,58	0,60
Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	1.357.287,80	59,01
Cota-Parte ICMS	35.000.000,00	35.000.000,00	17.767.235,35	50,76
Cota-Parte IPI-Exportação	600.000,00	600.000,00	261.438,48	43,57
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	200.000,00	200.000,00	86.401,80	43,20
Desoneração ICMS (LC 87/96)	200.000,00	200.000,00	86.401,80	43,20
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	59.948.000,00	59.948.000,00	30.988.817,94	51,69

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.945.000,00	11.253.716,52	6.961.004,30	61,86	6.019.673,07	53,49
Pessoal e Encargos Sociais	7.930.000,00	7.930.000,00	4.311.698,55	54,37	4.311.698,55	54,37
Outras Despesas Correntes	3.015.000,00	3.323.716,52	2.649.305,75	79,71	1.707.974,52	51,39
DESPESAS DE CAPITAL	771.000,00	514.440,00	121.731,04	23,66	112.016,04	21,77
Investimentos	771.000,00	514.440,00	90.457,24	17,58	80.742,24	15,70
Amortização da Dívida	0,00	0,00	31.273,80	0,00	31.273,80	0,00

Continua 1/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	771.000,00	514.440,00	121.731,04	23,66	112.016,04	21,77
Amortização da Dívida	0,00	0,00	31.273,80	0,00	31.273,80	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.716.000,00	11.768.156,52	7.082.735,34	60,19	6.131.689,11	52,10
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	11.716.000,00	11.768.156,52	7.082.735,34	60,19	6.131.689,11	52,10
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						22,86
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						2.435.721,09

Continua 2/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	73.342,07	-73.342,07	0,00
TOTAL	0,00	0,00	73.342,07	-73.342,07	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.796.000,00	6.848.156,52	4.141.362,91	58,47	3.390.540,88	55,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.070.000,00	5.070.000,00	2.941.372,43	41,53	2.741.148,23	44,70
TOTAL	11.866.000,00	11.918.156,52	7.082.735,34	100,00	6.131.689,11	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

RREO - Demonstrativo do Resultado Nominal - Janeiro a Junho/2013 Bimestre Maio - Junho (Anexo 5)

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.596.309,66	9.234.881,69	10.085.990,59
DEDUÇÕES (II)	13.564.609,87	17.947.741,94	17.109.440,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.348.802,04	19.790.600,89	18.550.534,74
Demais Haveres Financeiros	592.818,20	749.123,78	682.491,30
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	377.010,37	2.591.982,73	2.123.585,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.968.300,21	-8.712.860,25	-7.023.449,56
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.968.300,21	-8.712.860,25	-7.023.449,56

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	1.689.410,69	-1.055.149,35

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-950.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão - Janeiro a Junho 2013 / Bimestre Maio - Junho (Anexo 7)

Município de CAMPOS NOVOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	122.870,79	254.139,58	287.162,16	-	89.848,21	2.180.311,09	11.545.367,95	7.316.639,84	6.481.110,76	94.816,23	7.149.752,05
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	121.984,76	224.704,06	257.726,64	0,00	88.962,18	2.100.432,02	10.036.115,38	6.272.708,29	5.437.179,21	77,38	6.699.290,81
FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	30,00	879,41	77,91	0,00	831,50	12,00	30,00	0,00	0,00	0,00	42,00
FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVO	287,12	58,94	58,94	0,00	287,12	2.250,00	2.688,71	2.065,77	2.065,77	0,00	2.872,94
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	2.007,26	10.357,39	10.257,00	0,00	2.107,65	12.677,98	819.026,07	526.558,34	526.558,34	0,00	305.145,71
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	487,16	76,09	76,09	0,00	487,16	172.616,88	121.834,04	61.896,97	61.896,97	0,00	232.553,95
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	4.824,37	4.246,50	0,00	577,87	11.630,16	547.538,75	259.078,70	259.078,70	0,00	300.090,21
FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE E	0,00	0,10	0,00	0,00	0,10	0,00	1.756,98	1.111,89	1.111,89	0,00	645,09
GABINETE DO PREFEITO	3.253,07	0,00	2.800,00	0,00	453,07	24.586,65	717,50	717,50	717,50	0,00	24.586,65
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	2.292,73	2.292,73	0,00	0,00	0,00	13.494,10	1.840,00	1.840,00	0,00	11.654,10
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	6.209,68	73.691,56	73.163,55	0,00	6.737,69	0,00	28.708,66	2.986,64	2.986,64	34,93	25.687,09
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	1.182,50	1.182,50	0,00	0,00	595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	74.297,48	29.815,72	64.208,34	0,00	39.904,86	845.492,09	226.362,29	506.277,25	506.277,25	0,00	565.577,13
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484,47
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	1.679,25	72.332,10	68.960,43	0,00	5.150,92	209.065,64	284.207,46	117.051,82	81.728,96	0,00	411.544,14
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	5.312,24	302,75	1.612,25	0,00	4.002,74	6.305,00	17.092,62	17.092,62	17.092,62	0,00	6.305,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.069,48	0,00	0,00	0,00	0,00	37.069,48
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	28.421,50	28.890,40	28.890,40	0,00	28.421,50	466.086,78	6.613.649,72	4.237.517,43	3.439.534,59	42,45	3.640.159,46
SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.559,89	1.359.008,48	538.513,36	536.289,98	0,00	1.133.278,39
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE CAMPOS NOVOS	886,03	0,00	0,00	0,00	886,03	486,00	66.466,86	0,00	0,00	0,00	66.952,86
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDAÇÃO	886,03	0,00	0,00	0,00	886,03	486,00	66.466,86	0,00	0,00	0,00	66.952,86
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANÁSIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.099,80	60.300,00	60.300,00	60.300,00	0,00	18.099,80
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.099,80	0,00	0,00	0,00	0,00	18.099,80
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.300,00	60.300,00	60.300,00	0,00	0,00
SAMAE CAMPOS NOVOS	0,00	29.435,52	29.435,52	0,00	0,00	61.293,27	1.382.485,71	983.631,55	983.631,55	94.738,85	365.408,58
SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO	0,00	29.435,52	29.435,52	0,00	0,00	61.293,27	1.382.485,71	983.631,55	983.631,55	94.738,85	365.408,58
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	122.870,79	254.139,58	287.162,16	0,00	89.848,21	2.180.311,09	11.545.367,95	7.316.639,84	6.481.110,76	94.816,23	7.149.752,05

FONTE:

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 5.123 de 27/06/2013

LEI Nº. 5.123 DE 27/06/2013

"INSTITUI O GOVERNO MIRIM DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto do Governo Mirim do município de Canoinhas, composto por Prefeito Mirim, Vice-Prefeito Mirim, Secretários Municipais Mirins e Presidentes das Fundações Municipais Mirins, na forma deste estatuto.

REGULAMENTO DA ELEIÇÃO, POSSE, EXERCÍCIO E ATUAÇÃO DO GOVERNO MIRIM DE CANOINHAS

DA NATUREZA DA ELEIÇÃO

Art. 2º - O Governo Mirim do Município de Canoinhas, composto por Prefeito Mirim, Vice-Prefeito Mirim, Secretários Municipais Mirins e Presidentes de Fundações Mirins, na forma deste ESTATUTO, é instituído pela administração municipal, num trabalho realizado pelas Assessorias de Comunicação e Juventude, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, destinado a alunos das escolas de Ensino Fundamental de Canoinhas de 6º ao 9º ano.

§ 1º - Os alunos concorrentes devem residir e estudar no município de Canoinhas.

Art. 3º - O objetivo da eleição do Governo Mirim é dar voz às crianças e adolescentes num processo de identificação e formação de novas lideranças juvenis, envolvendo toda a comunidade escolar na execução de ações que melhorem as condições de vida das crianças e adolescentes.

Inserindo-as junto ao governo municipal, demonstrando aos estudantes o dia-a-dia do poder executivo, e como são tomadas as decisões para o futuro de Canoinhas.

Art. 4º - A eleição consiste em escolher os alunos que melhor expressem, com suas ideias, as aspirações das crianças e dos adolescentes do Município de Canoinhas.

DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

Art. 5º - A Coordenação Geral do Governo Mirim, que consiste em mobilização, acompanhamento da realização e divulgação da eleição nas escolas, bem como a eleição final no município, ficará a cargo das Assessorias de Comunicação e Juventude, tendo respaldo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - Serão convidadas a participar do Governo Mirim todas as escolas de Canoinhas com ensino fundamental, sendo municipal, estadual e particular. Das escolas inscritas no Governo Mirim, será realizado um sorteio e selecionado sete estabelecimentos escolares.

§ 1º - Junto com a inscrição a escola deverá indicar um profissional da Unidade Escolar, que, se sorteada a escola, deverá coordenar o projeto junto ao estabelecimento escolar.

§ 2º - Junto com os convites encaminhados para as escolas, convidando as mesmas a participar do projeto, deverá conter uma cópia de todo o Estatuto do Governo Mirim, bem como o cronograma estabelecido pela coordenação com datas que devem ser cumpridas, tanto pela coordenação como pelas escolas.

Art. 7º - Após a realização da etapa de inscrição e sorteio das escolas, será realizada a seleção dos alunos que desejam participar do Governo Mirim. Cada uma das sete escolas sorteadas deverá realizar uma eleição com auxílio da coordenação do projeto, para a escolha dos dois alunos que representarão a escola no governo mirim.

§ 1º - Todos os alunos que cumprirem os requisitos exigidos pelo projeto poderão se inscrever para serem candidatos há uma das duas vagas disponíveis para a escola sorteada. Os requisitos mínimos para um aluno ser candidato é:

- I. Ter entre 12 e 14 anos;
- II. Estar devidamente matriculado na escola sorteada;
- III. Ter o termo assinado de autorização dos pais ou representantes para participar do projeto;
- IV. Ter uma vida escolar frequente.

§ 2º - A eleição dos alunos será realizada dentro do estabelecimento escolar levando em consideração o cronograma do Governo Mirim, conforme determinação da Coordenação Geral.

- I. Todos os alunos, professores e funcionários têm o direito a voto.
- II. Após o encerramento da eleição, que será acompanhada e organizada pela coordenação do projeto, será realizada a apuração dos votos.
- III. O anúncio dos dois alunos eleitos deve acontecer logo após o encerramento da apuração.

DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA OS CARGOS

Art. 8º - Os 14 alunos eleitos irão se reunir rotineiramente para conhecer de perto a funcionalidade do poder executivo municipal, conhecendo os serviços realizados pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e presidentes das fundações (esporte e cultura).

§ 1º - Após os encontros iniciais deverá acontecer a eleição para os cargos que devem ser ocupados por todos os alunos eleitos, sendo eles:

- I. Prefeito (a) Mirim;
- II. Vice-prefeito (a) Mirim;
- III. Secretário (a) de Administração, Finanças e Orçamento Mirim;
- IV. Secretário (a) de Planejamento Mirim;
- V. Secretário (a) de Meio Ambiente Mirim;
- VI. Secretário (a) de Desenvolvimento Rural Mirim;
- VII. Secretário (a) de Saúde Mirim;
- VIII. Secretário (a) de Desenvolvimento Econômico Mirim;
- IX. Secretário (a) de Educação Mirim;
- X. Secretário (a) de Desenvolvimento Social e da Família Mirim;
- XI. Secretário (a) de Obras Mirim;
- XII. Secretário (a) de Habitação Mirim;
- XIII. Presidente da Fundação Municipal de Esportes Mirim;
- XIV. Presidente da Fundação Municipal de Cultura Mirim.

Art. 9º - A eleição para os cargos citados no artigo 7º, § 1, deverá acontecer entre os 14 alunos já eleitos nas escolas sorteadas. Cada aluno poderá votar em todos os cargos e ser votado em um dos cargos. Em caso de empate será vencedor o aluno mais velho, persistindo o empate será realizado um sorteio.

DO ANÚNCIO DO RESULTADO E DA POSSE

Art. 10º - A proclamação do resultado final da eleição deverá ser feita imediatamente após a apuração dos votos.

Art. 11 - No prazo máximo de 30 dias decorridos do pleito, em ato presidido pelo Prefeito Municipal de Canoinhas, e pela Coordenação do Governo Mirim, deverá ser providenciada a realização da solenidade de posse dos eleitos.

§ 1º - Sob o comando do Prefeito Mirim, deverão, em pé, prestar o seguinte juramento: PROMETO EXERCER, COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, OBSERVANDO AS LEIS E REGRAS DE BOA CONDUTA, DEFENDENDO O NOME E AS BELEZAS DA NOSSA CIDADE, PROMOVER O BEM GERAL E A DEFESA DAS CRIANÇAS E JOVENS E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DOS VALORES DEMOCRÁTICOS, ÉTICOS E DA JUSTIÇA.

Art. 12 - A recusa em tomar posse do Prefeito Mirim, Vice-Prefeito Mirim, Secretários Mirins ou Presidentes de Fundações Municipais Mirins eleitos, importa em renúncia tácita de mandato, devendo o Prefeito Mirim, após o decurso do prazo de 5(cinco) dias, realizar o sorteio de uma nova escola e a eleição de um novo aluno.

DO MANDATO

Art. 13 - O mandato dos eleitos para o Governo Mirim do município de Canoinhas será de 12(doze) meses.

Art. 14 - Perderá o mandato em qualquer cargo em caso de:

- I- renúncia;
- II- mudança de Município;
- III- ato de indisciplina escolar, ou dentro do Governo Mirim, ou dentro da comunidade.
- IV- três ausências injustificadas em atos e ações inerentes ao desempenho do cargo eletivo, bem como às reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - No caso de perda de mandato do Prefeito Mirim, assumirá Vice-Prefeito Mirim. Nesta situação, sugere-se que ocorra a solenidade de transmissão do cargo.

§ 2º - No caso de perda de mandato em qualquer das funções, a substituição dar-se-á nos mesmos critérios expostos no artigo 11º.

§ 3º - Não será possível o processo de reeleição tendo em vista o critério de dar oportunidade a um maior número de estudantes a participar do Governo Mirim.

§ 4º - Após ser substituído o membro do Governo Mirim não poderá mais retornar.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO, SECRETÁRIOS E PRESIDENTES DE FUNDAÇÕES

Art. 15 - O Prefeito Mirim do município de Canoinhas tem como atribuições:

- I. participar das reuniões do Executivo Municipal, como convidado, quando esta tratar de assuntos relevantes para a educação, esportes, cultura, lazer de crianças e jovens;
- II. articular-se com Conselhos Municipais, os quais tenham políticas voltadas na atenção de crianças e adolescentes do município;
- III. ser um dos representantes do Poder Executivo Municipal no Conselho Municipal da Juventude.
- IV. manter articulação com o Prefeito Municipal, para tratar sobre as reivindicações do seu eleitorado, legitimando sua administração;

V. conhecer escolas, postos de saúde e outras instituições municipais, para que amplie sua formação política e social e possa se constituir numa liderança jovem;

VI. participar de outras atividades que possam colaborar para a sua formação como liderança juvenil e para o sucesso do seu mandato; e,

VII. articular-se com a Câmara Municipal de Vereadores para conviver com o exercício democrático e o trabalho dos representantes do povo.

Parágrafo único - No desempenho de seu mandato, o Prefeito Mirim poderá se fazer acompanhar do Vice-Prefeito Mirim, que também o representará em suas ausências.

Art. 16 - O mandato do Prefeito Mirim deve ser exercido em prol de crianças, adolescentes e jovens. Todas as oportunidades devem ser aproveitadas para que ele apresente suas idéias e reivindicações às autoridades constituídas do município, sempre se apresentando como um legítimo porta-voz de seus eleitores.

Parágrafo único - O papel do município é ser um estimulador e facilitador desse processo, mantendo o cuidado de não prejudicar a formação escolar do aluno.

Art. 17 - Os Secretários Mirins e Presidentes de Fundações Municipais Mirins terão como atribuições:

I- participar das reuniões do Executivo Municipal, como convidado, quando esta tratar de assuntos relevantes para a educação, esportes, cultura, lazer de crianças e jovens;

II- articular-se com Conselhos Municipais, os quais tenham políticas voltadas na atenção de crianças e adolescentes do município;

III- manter articulação com o Prefeito Municipal e com o Secretário Municipal da sua respectiva pasta, para tratar sobre as reivindicações do seu eleitorado, legitimando sua administração;

IV- conhecer escolas, postos de saúde e outras instituições municipais, para que amplie sua formação política e social e possa se constituir numa liderança jovem;

V- participar de outras atividades que possam colaborar para a sua formação como liderança juvenil e para o sucesso do seu mandato; e,

VI- articular-se com a Câmara Municipal de Vereadores para conviver com o exercício democrático e o trabalho dos representantes do povo.

DO PROJETO

Art. 18 - Em conjunto com a escola, com o Profissional da Unidade Escolar responsável pelo projeto, e com o secretário ou presidente de fundação, dependendo ao cargo ao qual foi eleito, cada aluno deverá escrever um projeto de uma benfeitoria ou um programa que poderá ser aplicado tanto na comunidade escolar, quanto na própria escola.

§ 1º - Cada projeto deverá conter objetivos, metodologia de trabalho, quem deverá ser o responsável e ainda quem e o que o projeto irá beneficiar.

§ 2º - Para os eleitos nos cargos de prefeito mirim e vice-prefeito mirim, a função, em conjunto com o prefeito e vice-prefeito municipal, será de analisar os projetos e dar pareceres sobre a sua realização, levando em conta os custos e os benefícios à maior parte da comunidade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 - Cada escola deverá criar um grupo de alunos que farão assessoria ao seu representante no projeto, os quais farão reuniões na escola, orientados por um profissional da Unidade Escolar,

a fim de elaborar propostas de acordo com a sua realidade, para serem discutidas nas reuniões do Governo Mirim.

DOS CASOS OMISSOS

Ar. 20 - Os casos não previstos neste estatuto serão resolvidos pela Coordenação Geral do Governo Mirim.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/06/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.124 de 04/07/2013

LEI Nº. 5.124 DE 04/07/2013

DENOMINA RUA OLINDINA ROCHA LUDKA

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Olindina Rocha Ludka a via pública localizada no Bairro Boa Vista, que tem seu início na BR-280, entre as Ruas Flávio Haensch e Augusto G. Haensch, no Município de Canoinhas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 04 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.125 de 04/07/2013

LEI Nº. 5.125 DE 04/07/2013

DENOMINA TRAVESSA JOÃO PEDRO GOES FILHO

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Travessa João Pedro Goes Filho a via pública localizada no Bairro Campo da água Verde, que liga a Rua Otávio Tabalipa à Rua Carlos Wagner, iniciando e terminando próximo a esquina destas duas vias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 04 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.126 de 04/07/2013

LEI Nº. 5.126 DE 04/07/2013

DENOMINA TRAVESSA JOSÉ KANZLER

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Travessa José Kanzler a via pública que tem seu início na Rua Otávio Tabalipa, seguindo até a Rua José Lulu Vieira, no Bairro Campo da Água Verde.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 04 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.127 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.127 DE 11/07/2013

DENOMINA "RUA PAULO ARTNER"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Paulo Artner a via pública paralela a Rua Francisco Artner, tendo seu início no alinhamento da Rua Francisco Gonçalves, seguindo em direção até à Rua Arthur Oscar Spies, no Bairro Industrial nº 01.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.128 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.128 DE 11/07/2013

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVOS AO USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DO SOLO E DA ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Incentivos ao Uso e Manejo Sustentável do Solo e da Água, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, que tem por objetivo a promoção ao desenvolvimento de técnicas para o uso, manejo e conservação do solo e da água através de sistemas conservacionistas e de controle da erosão, além de práticas que incentivem ao uso sustentável da água nas áreas agrícolas do município de Canoinhas/SC, envolvendo agricultores e técnicos de instituições parceiras, visando atividades presentes e futuras a fim de construir uma conscientização para a conservação e exploração das potencialidades econômicas de maneira sustentável, respeitando a legislação ambiental vigente.

Art. 2º - O Município poderá disponibilizar incentivos para:

I - Conscientização sobre a conservação e exploração das atividades econômicas de maneira sustentável quanto ao uso do solo e da água;

II - Custear despesas de capacitação dos produtores e técnicos envolvidos no Programa;

III - Custear despesas de transporte para realização de visitas técnicas e capacitações fora do município de Canoinhas de produtores e técnicos envolvidos no Programa;

IV - Conscientização dos alunos da Rede Municipal de Ensino que fazem parte do Programa Educação do Campo quanto ao uso sustentável do solo e da água;

V - Disponibilização de informativos técnicos, insumos e materiais para auxiliar no desenvolvimento do Programa.

Art. 3º - Poderão participar do Programa, os produtores rurais e seus dependentes, residentes no município de Canoinhas, que cumpram com os seguintes requisitos:

I - Possuir bloco de produtor rural;

II - Ter como principal fonte de renda a atividade rural;

III - Possuir cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas;

IV - Não possuir débitos com os demais programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

§ 1º Os proprietários de imóveis rurais que não se enquadram nos requisitos da presente lei, poderão participar do programa desde que subsidiem em 100% as ações desenvolvidas.

§ 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CMDA ouvida a Comissão Municipal de Uso e Manejo Sustentável do Solo e da Água poderá instituir requisitos complementares aos produtores que manifestem interesse em participar do Programa Municipal de Incentivos ao Uso e Manejo Sustentável do Solo e da Água.

Art. 4º - Compete ao Município, que poderá contar com o auxílio das entidades parceiras representadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, ou ainda, outras entidades públicas ou privadas que tenham por objeto fomentar o desenvolvimento da atividade rural no âmbito de Canoinhas, a execução das seguintes ações:

I - Identificar e cadastrar as áreas a serem adequadas quanto ao uso e manejo do solo e da água;

II - Implementar pesquisas, experimentos e validação, visando à melhoria da qualidade e o manejo sustentável do solo e da água;

III - Efetuar o cadastramento dos produtores interessados em fazer parte do Programa;

IV - Executar as metas relacionadas ao Programa Municipal de Incentivos ao Uso e Manejo Sustentável do Solo e da Água promovendo a integração entre os demais Programas desenvolvidos

pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e demais secretarias municipais.

Art. 5º - Compete aos beneficiados pelos incentivos da presente LEI:

I - Respeitar a legislação ambiental em vigor, cabendo a cada agricultor a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos respectivos projetos ambientais junto aos órgãos competentes;

II - Seguir criteriosamente as ações estabelecidas no cronograma de atividades;

III - Permitir o desenvolvimento de projetos piloto para visitas técnicas de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa.

Parágrafo Único: O não cumprimento das ações previstas no programa pelos beneficiados poderá limitar a sua participação, ficando a cargo da comissão de uso e manejo sustentável do solo e da água definir a sua continuidade.

Art. 6º - A normatização para a operacionalização do programa, como prioridades, cronograma, dentre outros, será regulamentada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, ouvida a Comissão Técnica de Uso e Manejo Sustentável do Solo e da Água, através de Resolução Normativa, devendo ser ratificada por Decreto do Executivo, obedecida às diretrizes de que trata esta lei.

Art. 7º - O município poderá efetuar convênio com entidades parceiras públicas e privadas e/ou instituições de ensino visando à efetivação dos objetivos e incentivos que trata esta lei.

Art. 8º - Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural deste Município, a execução do programa de que trata a presente Lei, sob a coordenação da comissão Técnica de Uso e Manejo Sustentável do Solo e da Água do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

Art. 9º - Não poderão ser beneficiados com os incentivos concedidos por esta lei servidores públicos municipais, da administração direta e indireta, membros dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, mesmo que sejam proprietários, posseiros a qualquer título e produtores rurais.

Art. 10º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.129 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.129 DE 11/07/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a cessão de uso, à Associação dos Fruticultores da Agricultura Familiar - AFAF, com sede na localidade da Encruzilhada, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.700.347/0001-09, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, podendo ser prorrogado,

conforme o interesse das partes, dos bens móveis adiante descritos:

I - 04 (quatro) roçadeira costais, da marca NAKASHI, modelo C340Z, motor KOMATSU/ZENOAH 2 tempos a gasolina, de 33,6 CC;

II - 01 (um) pulverizador agrícola marca JACTO, modelo ARBUS 400, GOLDEN TURBO ATOMIZADOR, com tanque de polietileno com capacidade de 400 litros.

Art.2º - Os equipamentos objetos da cessão de uso prevista no artigo anterior estão cadastrados no Patrimônio Municipal sob nº. 38282, 38271, 38272, 38273 e 38274, equipamentos estes do Programa Municipal de Incentivos a Fruticultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art.3º - As Cessionárias se responsabilizam pela manutenção e conservação dos bens, zelando pelo seu uso em conformidade com os ditames da lei do bem público.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.130 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.130 DE 11/07/2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 2.488.463,53 (Dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três Reais e cinquenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Atividade 2.023 -Manutenção e Conservação de Ruas e Estradas

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.317,21

Recurso 274: Recurso FEX - Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.992,30

Recurso 269: Recurso CIDE - Superávit

II)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento

Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Atividade 2.024 -Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 756.084,09

Recurso 264: Recurso COSIP - Superávit

III)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Atividade 2.025 - Manutenção e Segurança no Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 204.977,05

Recurso 2011: Recurso SSP/SC PMC - Superávit

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 28.000,00

Recurso 2012: Recurso SSP/SC POL MILITAR - Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 86.811,82

Recurso 2013: Recurso SSP/SC POL CIVIL - Superávit

IV)

Órgão 05 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 11.547,50

Recursos 278 - Recursos Salário Educação Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 921,49

Recursos 502 - Recursos Remun Dep SAL EDUCAÇÃO Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.010,93

Recurso 279: Recursos PDDE Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 841,70 4.4.90.00.00.00.00

Aplicações Diretas 52.545,00

Recursos 322 - Recursos Convênio União - Educação - Superávit

V)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 16.425,00

Recursos 322 - Recursos Convênio União - Educação - Superávit

VI)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.005 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.103,42

Recurso 272: Recursos PNATE Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 9.000,71

Recurso 334: Recursos Transporte Escolar Estado - Superávit

VII)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.006 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.481,8

Recurso 280 - Recursos PNAE Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.423,85

Recurso 560 - Recursos PNAP Superávit

VIII)

Órgão 07: Secretaria Mun Desenvolvimento Social e da Família
Unidade 07.01: Secretaria Mun de Desenvolvimento Social e da Família

Atividade 2.052 - Fundo Rotativo Habitacional
4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 96.891,88
Recurso 336: Recursos FROHAB Superávit

IX)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Operações Especiais 0.003 - Precatórios e outras sentenças judiciais
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 90.298,43
Recurso 2014: Recursos Precatórios - Superávit

X)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Atividade 2.013 - Manutenção da Sec Mun de Desenvolvimento Econômico
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 180.000,00
Recurso 220: Recursos Ordinários - Superávit

XI)

Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento
Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento
Atividade 2.021 - Manutenção da Sec Mun de Planejamento
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 60.000,00
Recurso 220: Recursos Ordinários - Superávit

XII)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 26.298,16
Recurso 220: Recursos Ordinários - Superávit

XIII)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Projeto 1.015 - Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 905,50
Recurso 306: Recursos Convênio Estado - Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.792,19
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 15.938,36
Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit

XIV)

Órgão 05 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação
Projeto 1.002 - Construções, reformas e ampliações de CEI'S
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 212.529,11
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 12.833,72
Recursos 322 - Recursos Convênio União - Educação - Superávit

XV)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Projeto 1.064 - Implementação do PROJOVEM
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 80.998,57
Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 6.694,38
Recurso 220: Recursos Ordinários - Superávit

XVI)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família
Projeto 1.060 - Implantação da Cozinha Comunitária
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 449.444,04
Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit
XVII)
Órgão 07: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família
Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família
Projeto 1.005 - Construção de Casas Populares
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 43.494,83
Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit

XVIII)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Projeto 1.042 - Reforma do Galpão de Gastronomia do Parque de Exposições
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 22.860,47
Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit

ART. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional ESPECIAL no Valor de R\$ 235.769,83 (Duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove Reais e oitenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 02 - Gabinete do Prefeito
Unidade 02.01 - Gabinete do Prefeito
Projeto 1.200 - Aquisição de Veículo
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 11.663,20
Recurso 350: Recurso Alienações de Ativos - Superávit

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 80.000,00
Recurso 220: Recurso Ordinários - Superávit
Produto: Veículo
Unidade de medida: unidade
Meta Física: 01

II)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Projeto 1.201 - Aquisição de Motocicletas
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 27.354,46
Recurso 2012: Recurso SSP/SC POL MILITAR - Superávit
Produto: Motocicleta
Unidade de medida: unidade
Meta Física: 02

III)

Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Projeto 1.072 - Construção de Barracão de Reciclagem e Aquis. de Equipamentos
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 3.291,38

Recurso 306: Recursos Convênio Estado - Superávit

IV)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.048 - Reforma da Intendência de Marcílio Dias

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.129,82

Recurso 306: Recursos Convênio Estado - Superávit

V)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.062 - Construção de 4 Academias da Terceira Idade e 1 Quadra de Areia

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 9.009,11

Recurso 306: Recursos Convênio Estado - Superávit

VI)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.023 - Reforma do Estádio Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.853,16

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 7.654,82

Recurso 306: Recursos Convênio Estado - Superávit

VII)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.043 - Intervenção Urbana na Travessa Ubaldo Ricardo da Silva

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 429,10

Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit

VIII)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Projeto 1.050 - Construção do Centro de Ref. Assist. - CRAS II

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 9.699,64

Recurso 577 - Recursos de Convênio União Superávit

IX)

Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento

Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento

Projeto 1.019 - Ações Voltadas ao Saneamento Básico

4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 16.593,29

Recurso 579: Recursos Operação de Crédito - Superávit

ART. 3º. Para suporte do que tratam os artigos anteriores, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do Superávit Financeiro dos recursos apurados no balanço financeiro do exercício de 2012 no valor de R\$ 2.663.141,50 (Dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento e quarenta e um Reais e cinquenta centavos), conforme discriminado nas tabelas 1 e 2 a seguir:

TABELA 1 - RESUMO DO SUPERÁVIT 2012

ATIVO FINANCEIRO PMC (A) 5.625.666,00

CONTA CAUÇÃO (B) 80.548,39

PRECATÓRIOS (C) 90.298,43

TOTAL ATIVO FINANCEIRO (D=A-B C) 5.635.416,04

RESTOS A PAGAR 2012 (E) 2.309.386,89

RESTOS A PAGAR EXERC ANT (F) 284.224,77

DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES (G) 357.371,95

TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO / FINANCEIRAS (H = E F G) 2.950.983,61

SUPERÁVIT ABERTO EM 2013 (I) 21.290,92

SUPERÁVIT 2012 PARA 2013 (J=D-H-I) 2.663.141,51

Fonte: Balanços Contábeis de 2012.

Tabela 2 - Demonstrativo por fontes de recursos - Superávit 2012 a utilizar

220 Recursos Ordinários Superávit 352.992,54

2014 Recursos PRECATÓRIOS 90.298,43

269 Recursos CIDE Superávit 5.992,30

274 Recursos FEX Superávit 1.317,21

264 Recursos COSIP Superávit 756.084,09

278 Recursos Salário Educação Superávit 11.547,50

502 Recursos Remun Dep SAL EDUCAÇÃO 921,49

336 Recursos FROHAB Superávit 96.891,88

279 Recursos PDDE Superávit 2.010,93

272 Recursos PNATE Superávit 1.103,42

350 Recursos Alienações de Ativos Superávit 11.663,20

334 Recursos Transp Escolar Estado Superávit 9.000,71

2011 Recurso SSP/SC PMC - Superávit 204.977,05

2012 Recurso SSP/SC POL MILITAR - Superávit 55.354,46

2013 Recurso SSP/SC POL CIVIL - Superávit 86.811,82

280 Recursos PNAE Superávit 4.481,82

560 Recursos PNAP Superávit 2.423,85

306 Recursos Convênio Estado Superávit 29.843,79

322 Recursos Convênio p/ Educação Superávit 298.174,53

577 Recursos Transf de Convênios União Superávit 641.250,49

TOTAL 2.663.141,51

Fonte: Contabilidade, 2013.

ART. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 6.385.040,00 (Seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e quarenta Reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.027 - Manutenção do Fundo Mun de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 210.000,00

Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

II)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 440.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

III)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.058 - Ações de Vigilância em Saúde - Vigilância

Epidemiológica

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 50.000,00

Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

IV)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.059 - Ações de Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

V)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.060 - Ações de MAC Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

VI)

Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Atividade 2.020 - Manutenção da Sec Mun de Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 90.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

VII)

Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 2.015 - Manutenção da Sec Mun de Desenv Rural

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 10.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

VIII)

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Unidade 02.01: Gabinete do Prefeito

Atividade 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 320.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

IX)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 35.040,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

X)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família

Atividade 2.015 - Manutenção da Sec Mun de Desenv Social e da Família

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 400.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

XI)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 490.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recurso 131 - MDEB 20%

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 452.000,00

Recurso 131 - Recurso MDEB 20%

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 458.000,00

Recurso 132 - Recurso MDEB 8%

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 500.000,00

Recurso 142 - Recurso FUNDEB 40%

XII)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.004 - Manutenção da Secretaria Mun de Educação

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 650.000,00

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 20.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recurso 132 - MDEB 8%

XIII)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.054 - Apoio ao Ensino Superior

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 25.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

XIV)

Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes

Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes

Atividade: 2.032 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 28.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

XV)

Órgão 17: Fundação Cultural de Canoinhas

Unidade 17.01: Fundação Cultural de Canoinhas

Atividade: 2.033 - Manutenção da Fundação Cultural de Canoinhas

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 20.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

XVI)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 700.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recurso 132 - MDEB 8%

XVII)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Operação Especial: 0.002 - Amortização de Dívidas e Pgto de Juros e Encargos

4.6.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

XVIII)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.005 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 646.000,00

Recurso 137 - Recurso Salário Educação

XIX)

Órgão 12 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Projeto 1.088 - Reurbanização do Loteamento Vila Verde

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

XX)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade 2.014 - Organização e Coordenação da Festa do Mate - FESMATE

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 151.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 5º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (Lei nº. 4.995/2012) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 (Lei nº. 5.027/2012) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 6.385.040,00 (Seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e quarenta Reais), com a seguinte classificação institucional:

Órgão	Proj/Ativ	Modalidade	Valor	Fonte
Gabinete Prefeito	2.002	4.4.90	5.000,00	130
Sec Adm Fin e Orç	0.002	3.2.90	530.000,00	130
Sec Adm Fin e Orç	2.035	3.3.50	40.000,00	130
Sec Desv Social e da Fam	1.005	4.4.90	117.000,00	130
Sec Desv Social e da Fam	2.009	3.3.90	50.000,00	130
Sec Desv Social e da Fam	2.100	3.3.90	50.000,00	130
Sec Desv Social e da Fam	2.100	4.4.90	50.000,00	130
Sec Des Econô-mico	1.051	4.4.90	220.000,00	130
Sec Des Econô-mico	1.064	3.3.90	20.000,00	130
Sec Des Econô-mico	1.085	3.3.90	30.000,00	130
Sec Des Econô-mico	2.065	3.3.90	25.000,00	130
Sec Des Econô-mico	2.065	4.4.90	4.000,00	130
Sec Des Econô-mico	2.013	3.3.50	40.000,00	130
Sec Des Econô-mico	2.013	4.4.90	20.000,00	130
Sec Des Rural	2.015	4.4.90	5.000,00	130
Sec Des Rural	2.016	3.3.90	50.000,00	130
Sec Des Rural	2.017	3.3.50	45.000,00	130
Sec Meio Ambiente	2.020	3.3.90	25.000,00	130
Sec Meio Ambiente	5.002	4.4.90	6.500,00	130
Sec Planejamento	2.021	4.4.90	10.000,00	130
Sec Planejamento	2.064	3.3.90	55.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	1.015	4.4.90	920.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	2.022	3.1.90	50.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	2.022	4.4.90	9.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	2.023	3.3.90	100.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	2.023	4.4.90	7.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	2.025	3.3.90	50.000,00	130
Sec Obras e Desev Urbano	2.080	3.3.90	30.000,00	130

Sec Obras e Desev Urbano	1.023	4.4.90	10.000,00	130
Sec de Habitação	2.010	3.1.90	120.000,00	130
Sec de Habitação	2.010	3.3.90	80.000,00	130
Sec de Habitação	2.010	4.4.90	25.000,00	130
Fundo Asisst à Saúde do Serv	2.090	3.3.90	600.000,00	130
Fundo Mun Assis-tência Social	2.041	4.4.90	10.000,00	130
Fundação Mun de Esportes	2.032	4.4.90	15.000,00	130
Fundação Cultural de Canoinhas	2.033	4.4.90	10.000,00	130
Fundo Mun Desev Rural	2.034	3.3.90	50.000,00	130
Fundo Mun Desev Rural	2.046	3.3.90	10.000,00	130
Fundo Mun Desev Rural	2.046	4.4.90	20.000,00	130
Fundo Mun Desev Rural	2.051	3.3.90	5.000,00	130
Fundo Mun Desev Rural	2.066	4.4.90	20.000,00	130
Funrebom	2.031	3.3.90	20.000,00	130
Funrebom	2.031	4.4.90	30.000,00	130
Sec Educação	1.002	4.4.90	156.540,00	130
Sec Educação	1.097	4.4.90	100.000,00	130
Sec Educação	2.054	4.4.90	24.000,00	130
Sec Educação	1.001	4.4.90	252.000,00	131
Sec Educação	2.005	3.3.90	200.000,00	131
Sec Educação	2.005	3.3.90	146.000,00	132
Sec Educação	1.002	4.4.90	268.000,00	132
Sec Educação	2.008	3.3.90	25.000,00	132
Sec Educação	2.008	4.4.90	19.000,00	132
Fundo Mun de Saúde	2.027	4.4.90	10.000,00	133
Fundo Mun de Saúde	2.055	3.1.90	100.000,00	133
Fundo Mun de Saúde	2.055	3.3.90	50.000,00	133
Fundo Mun de Saúde	2.060	3.1.90	200.000,00	133
Fundo Mun de Saúde	2.061	3.190	100.000,00	133
Sec Educação	1.001	4.4.90	67.000,00	137
Sec Educação	1.002	4.4.90	500.000,00	137
Sec Educação	2.008	3.3.90	20.000,00	137
Sec Educação	2.008	4.4.90	50.000,00	137
Sec Educação	5.004	4.4.90	9.000,00	137
Sec Educação	2.005	3.3.90	500.000,00	142
TOTAL	6.385.040,00			

ART. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 3.610.072,69 (três milhões, seiscentos e dez mil, setenta e dois Reais e sessenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Atividade 2.005 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 200.000,00

Recurso 137 - Recurso Salário Educação

II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 196.840,31

Recurso 132 - MDEB 8%

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 303.109,01

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recurso 132 - MDEB 8%

III)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.006 - Manutenção do Programa Alimentação Escolar - Ens. Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 263.001,71

Recurso 131 - MDEB 20%

IV)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.050 - Manutenção do Programa Alimentação Escolar - Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 100.000,00

Recurso 131 - MDEB 20%

V)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.060 - Ações de MAC Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 697.121,76

Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 550.000,00

Recurso 130 - Recursos Ordinários p/ Recursos 133 - Recurso ASPS 18%

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 1.200.000,00

Recursos 254 - Recurso Produção MAC

VI)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2.061 - Ações voltadas ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 254 - Recurso Produção MAC

ART. 7º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 3.610.072,69 (três milhões, seiscentos e dez mil, setenta e dois Reais e sessenta e nove centavos), observando a arrecadação do exercício de 2012 e a tendência de arrecadação do exercício de 2013, discriminados nas seguintes fontes de recursos:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2013 (A) Excessos abertos em 2013	Estimativa de Arrecadação para 2013, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
130	32.708.128,00	33.561.237,01	853.109,01
131	2.214.340,00	2.577.341,61	363.001,61
132	4.437.256,00	4.634.096,31	196.840,31
133	9.683.826,00	10.380.947,76	697.121,76
137	1.600.000,00	1.800.000,00	200.000,00
254	6.700.000,00	8.000.000,00	1.300.000,00

Fonte: contabilidade, 2013.

ART. 8º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2013 e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no Valor de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais). com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade 2.014 - Organização e Coordenação da Festa do Mate - FESMATE

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas 100.000,00

Recurso 144 - Outros Recursos Transf Estado (Convênio)

ART. 9º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos provenientes de convênio a ser firmado entre o Município de Canoinhas e a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, no valor estimado de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais).

Art. 10. As unidades monetárias desta Lei, estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.131 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.131 DE 11/07/2013

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" ao

“PROJETO REFÚGIO CRISTÃO”, mediante pagamento de contrapartida, para a celebração do dia das crianças, que acontecerá no dia 13 de outubro de 2013.

Parágrafo Único. A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao Ginásio de Esportes, banheiros, e toda a área livre interna do Parque, além do espaço reservado ao estacionamento de automóveis localizado em frente às dependências do parque, excluído as demais edificações.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei, terá início a partir do dia 13/10/2013 no horário das 8 horas, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante uma vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal Planejamento e Orçamento e acompanhada por uma pessoa indicada pela Entidade Permissória, tendo como término o dia 13/10/2013 no horário das 23 horas, quando também, deverá ocorrer uma vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a encargo do “PROJETO REFÚGIO CRISTÃO”:

I - Pagamento de contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, totalizando assim R\$ 100,00 (cem reais), conforme os dias mencionados no artigo 2º;

II - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

III - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

IV - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

V - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

VI - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado

perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o Permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;

VII - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;

IX - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos.

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade do “PROJETO REFÚGIO CRISTÃO”, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.132 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.132 DE 11/07/2013

“AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DA REGIÃO DE CANOINHAS - APOCA”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - A Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o repasse, a título de subvenção, no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco mil Reais), à ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DA REGIÃO DE CANOINHAS - APOCA, inscrita no CNPJ nº. 02.613.939/0001-57 e reconhecida como entidade pública pela Lei Municipal nº. 2.992 de 25/09/98, com o objetivo de cobrir parcialmente as despesas de manutenção da entidade.

Art.2º. Após os repasses autorizados no artigo 1º, a Associação beneficiada deverá prestar contas ao Município no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do repasse, conforme os critérios estipulados pela concedente no convênio firmado entre as partes.

Art.3º. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 3.3.50 da atividade 2013 - Manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.133 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.133 DE 11/07/2013

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a conceder incentivo na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e

longo prazo, a implantação da empresa com atividades em fabricação de estruturas metálicas, fabricação de estruturas pré-moldadas, instalação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comércio varejista de ferragens, ferramentas, ferro e aço, comércio varejista de materiais de construção, construção de edifícios, transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal e interestadual, através de cessão de uso a Empresa EQTEC LTDA. "EPP", inscrita no CNPJ nº. 10.327.193/0001-43, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 2.500,00m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), parte de uma área maior com 239.797,00m², no Bairro Campo da Água Verde, conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 13.449.

Art.2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para instalação da empresa com atividades em fabricação de estruturas metálicas, fabricação de estruturas pré-moldadas, instalação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comércio varejista de ferragens, ferramentas, ferro e aço, comércio varejista de materiais de construção, construção de edifícios, transporte rodoviário de carga municipal, intermunicipal e interestadual.

Art.3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

- I - O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;
- II - O funcionamento de pelo menos 50 % (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;
- III - O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§ 1º - Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§ 2º - No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversion:

- I - O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.
- II - Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

- a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;
- b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;
- c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;
- d) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal;
- e) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e previstas no projeto.

III - Proibição da subdivisão ou sublocação para terceiros do imóvel e das áreas edificadas.

§ 3º - Reverterá também à propriedade do Município, o imóvel após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividades ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

Art.4º - A reversão do terreno poderá ser parcial, quando, durante o prazo do benefício for utilizada parcialmente.

Parágrafo Único - A reversão de que trata este artigo, será na

proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar para a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

I - PESSOA JURÍDICA:

- a) Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais de Falência ou Concordata;
- e) Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

II - PESSOA DOS SÓCIOS:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º - Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento - CAGED, o número de empregados a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º - O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º - A empresa tem 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação extrajudicial quando referente a extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições que a contrariem.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.134 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.134 DE 11/07/2013

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.052 DE 10 DE JANEIRO DE 2013 E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º da Lei Municipal nº. 5.052 de 10 de janeiro de 2013, acrescentando-se seu parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - O valor máximo referido no caput sofrerá

correção monetária pelo Índice nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE, até a data da efetiva formalização da desapropriação amigável."

Art. 2º - Fica alterado o caput do art. 3º da Lei Municipal nº. 5052 de 10 de janeiro de 2013 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Como forma de pagamento pelo imóvel citado no art. 1º da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir a dívida da empresa PROCOPIAK COMPENSADOS E EMBALAGENS S/A, CNPJ nº. 83.187.526/0001-50, junto ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, CNPJ Nº. 92.816.560/0001-37, até o valor máximo de R\$2.590.725,10 (dois milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e vinte e cinco reais e dez centavos), conforme laudo de avaliação do referido imóvel e observado o art. 2º e seu parágrafo único."

Art. 3º. Ao art. 3º da Lei Municipal nº. 5052 de 10 de janeiro de 2013 acrescenta-se o § 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º. Em garantia da presente operação de desapropriação amigável, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a ceder/vincular parcelas da cota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, ou tributo que venha a substituir, em montantes suficientes para amortizar as prestações do parcelamento autorizado pela presente lei, bem como outorgar ao BRDE os instrumentos necessários à referida cessão/vinculação em garantia."

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.135 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.135 DE 11/07/2013

"AUTORIZA O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

ART. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2013, a título de contribuição a entidade abaixo relacionada:

I - Associação Cultural Social Desportiva e Eventos Simões, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 02.988.358/0001-08, até o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), objetivando incentivar a prática do Karatê como atividade esportiva saudável entre crianças e jovens do Município de Canoinhas atendidas através da Rede Pública da Assistência Social;

ART. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

ART. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

ART. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do inciso V do art. 9º do Decreto Estadual nº 307/03, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda a instrução normativa IN/TC 14/2012.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Lei Nº. 5.136 de 11/07/2013

LEI Nº. 5.136 DE 11/07/2013

"INSTITUI O ABONO DE PRODUTIVIDADE PARA OS COORDENADORES E MEMBROS DAS EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA, (PMAQ-AB) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Canoinhas, o Abono PMAQ para coordenadores e membros de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria MS/GM nº 1.654, de 19 de julho de 2011.

Art. 2º - O Abono PMAQ será concedido aos coordenadores envolvidos no desenvolvimento do PMAQ-AB e aos membros das equipes de ESF que aderirem ao programa, de acordo com os critérios do PMAQ-AB e durante sua vigência.

Art. 3º - O Abono será correspondente à classificação obtida através da Avaliação Nacional Externa, realizada pelo PMAQ-AB, tendo os seguintes valores:

- I. para DESEMPENHO INSATISFATÓRIO: não haverá gratificação;
- II. para DESEMPENHO REGULAR: não haverá gratificação;
- III. para DESEMPENHO BOM: Abono no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para cada coordenador e Abono no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para cada membro da equipe de ESF;
- IV. para DESEMPENHO ÓTIMO: Abono no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para cada coordenador e Abono no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada membro da equipe de ESF.

§ - 1º Quando um novo profissional aderir às Equipes e/ou Coordenações durante a vigência do PMAQ, ele fará jus ao Abono somente após sua equipe passar por nova avaliação, e de acordo com a classificação obtida pela mesma.

§ - 2º Excepcionalmente, entre a adesão das equipes ao PMAQ-AB e a primeira classificação emitida pela Avaliação Nacional Externa do PMAQ-AB, o valor obtido não será contabilizado para fins de Abono.

§ - 3º A Avaliação Nacional Externa, para fins de recebimento do Abono especial de que trata esta lei, é realizada pelo órgão competente do governo federal, conforme trata Portaria MS/GM, Nº 1654 de 19 de julho de 2011, e a concessão do Abono, dar-se-á em única oportunidade e parcela, de acordo com os resultados obtidos na referida Avaliação, mediante a confirmação dos repasses financeiros ao Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas.

Art. 4º - Os servidores avaliados, que fizerem jus ao Abono PMAQ-AB, receberão o valor referente ao Abono no mês de julho de 2013 ou em mês subsequente.

Art. 5º - A coordenação da equipe ficará por conta do enfermeiro(a) da equipe de ESF participante do PMAQ-AB.

Art. 6º - Entre o vigor da primeira Avaliação Nacional Externa e a solicitação da próxima avaliação externa, os coordenadores deverão praticar a Política Nacional de Saúde, visando a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços, assim como, cumprir com as atribuições individuais e coletivas dentro da equipe, com objetivo de colaborar na execução do PMAQ-AB e demais atribuições da ESF.

Art. 7º - A produtividade - PMAQ será devida aos servidores em efetivo exercício nas Unidades de Saúde da Família.

§ 1º - Em caso de afastamento do servidor em prazo superior a 3 (três) dias por mês pelos motivos abaixo relacionados, este não terá direito ao Abono:

- I - licença para tratamento de saúde;
- II - licença por acidente de trabalho;
- III - licença maternidade;
- IV - afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal;
- V - Licença- prêmio.

§ 2º - Praticar falta grave no exercício de suas atribuições, receber qualquer advertência da chefia imediata quanto ao exercício irregular de suas atribuições, estiver respondendo a processo disciplinar instaurado por comissão de sindicância da Prefeitura Municipal de Canoinhas ou instaurado por qualquer munícipe denunciando atendimento irregular do profissional, sendo lhe assegurado o contraditório e a ampla de defesa no referido processo.

Art. 8º - O Abono PMAQ-AB instituído por esta Lei, dado o seu caráter eventual, não será incorporado ao vencimento ou à remuneração do servidor, bem como corresponde à parcela não integrante do salário de contribuição.

Art. 9º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 132/2013

DECRETO Nº. 132/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 787,50m² (Setecentos e oitenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por IRENE BEDRECHUK E OUTROS, situado na Rua Francisco de Assis Costa, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 4.124, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 21 com área de 477,50m² e lote nº 27 com área de 310,00m², ambos pertencentes à quadra nº1.261, conforme requerimento protocolado sob nº. 4.099/2013.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de junho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/06/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Decreto Nº. 134/2013

DECRETO Nº. 134/2013

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 03/SMS/2013"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Fica homologada a inscrição do processo seletivo

simplificado para Contratação Temporária de Profissionais - Médico Autorizador, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 03/SMS/2013, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MÉDICO AUTORIZADOR - 01 VAGA - 10 HORAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DEFERIMENTO
02	Erasto de Maio Netto - CPF: 067.675.069-90	Deferida
01	Odair José Camargo - CPF: 031.499.849-71	Deferida

Decreto Nº. 139/2013

DECRETO Nº. 139/2013

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 03/SMS/2013"

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado o resultado do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de Profissionais – Médico Autorizador, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Edital nº 03/SMS/2013, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de julho de 2013.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MÉDICO AUTORIZADOR – 01 VAGA – 10 HORAS

Nº Ins- crição	Candidato	Nota Prova Objetiva	Nota Prova Títulos	TOTAL	Classifica- ção
01	Odair José Ca- margo CPF:031.499.849- 71	9,5	0,0	6,65	Aprovado

02	Erasto de Maio Netto CPF:067.675.069- 90	6,0	0,0	4,20	Classificado
----	---	-----	-----	------	--------------

Decreto Nº135/2013

DECRETO Nº135/2013

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL PARA REVISÃO DA PLANTA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 236 da Lei Complementar nº 0008, de 26 de dezembro de 2005, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial para revisão da Planta de Valores do Município de Canoinhas, esta que será composta pelos seguintes membros:

I- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- a) ROBERTO IVAN LUDKA;
- b) GERSON JOSÉ SZCZYGIEL DUMKE;
- c) JORGE LUIZ BORBA.

II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) ALFREDO LANG SCULTETUS - ACIC (Associação Comercial e Industrial de Canoinhas);
- b) MARCO ANTÔNIO BUBNIAK - CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina);
- c) TÂNIA MARIA MELATI SCULTETUS - AEVC (Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Vale do Canoinhas).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº 508/2013

PORTARIA Nº 508/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o art. 67 da Lei nº8. 666/1993 e suas alterações, resolve:

NOMEAR FISCAIS DE CONTRATO

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para realizarem a fiscalização da execução dos contratos celebrados entre o Município de Canoinhas, suas Secretarias, Fundos e Fundações, e os diversos credores que prestam serviços e/ou fornecem mercadorias para a realização dos objetivos da municipalidade:

I - Gabinete;

- a) Fernando Luis Tokarski - Titular
- b) Carlos Eduardo Vipieski - Suplente

II - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:

- a) Diogo Carlos Seidel - Titular
- b) Luis Gustavo Vieira de Brito - Suplente

III - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Cibele Neudorf Batista - Titular
- b) Rosimari de Fátima Cubas Blaka - Suplente

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família:

- a) Cristiano de Souza - Titular
- b) Jonas Roberto Schaurich - Suplente

V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

- a) Edmilson Verka - Titular
- b) Simone Mery Adur - Suplente

VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:

- a) Adelina Cecília de Andrade Berns - Titular
- b) Jeferson Morteau Gonçalves - Suplente

VII - Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- a) Rodrigo Leithold - Titular
- b) Jéssica Vieira de Lima - Suplente

VIII - Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento:

- a) Liliane Tais Grosskopf - Titular
- b) Cleison Tarcisio Fuck - Suplente

IX - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano:

- a) José Zattar Filho - Titular
- b) Luiz Dival Cordeiro - Suplente

X - Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público Municipal:

- a) Angela Maria Soares - Titular
- b) Telma Regina Bley - Suplente

XI - Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas:

- a) Cristiano de Souza - Titular
- b) Jonas Roberto Schaurich - Suplente

XII - Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas:

- a) Cláudio Henrique Mathias - Titular
- b) Zenici Dreher Herbst - Suplente

XIII - Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Canoinhas:

- a) Cristiano de Souza - Titular
- b) Jonas Roberto Schaurich - Suplente

XIV - FUMREBOMPM de Canoinhas:

- a) Luis Gustavo Vieira de Brito - Titular
- b) Diogo Carlos Seidel - Suplente

XV - Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas:

- a) Bruna Szczyguel Kohler - Titular
- b) Gerson Dobroschinskei - Suplente

XVI - Fundação Cultural de Canoinhas:

- a) Viviane Maria Bueno Borges de Souza - Titular
- b) Telma Cristine Marros - Suplente

XVII - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas:

- a) Adelina Cecília de Andrade Berns - Titular
- b) Jeferson Morteau Gonçalves - Suplente

XVIII - Fundo Municipal de Saneamento Básico de Canoinhas:

- a) Rodrigo Leithold - Titular
- b) Jéssica Vieira de Lima - Suplente

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de julho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/07/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 416/2013

PORTARIA Nº. 416/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com as Leis Municipais nº 3.869/2005 e 4.385 de 23/12/2008;

CONSIDERANDO: a existência de servidor em gozo de licença maternidade;

CONSIDERANDO: a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art.1º Ficam contratados os profissionais a seguir relacionados para atuarem na Rede Municipal de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação:

1. EBM DR. AROLDO CARNEIRO DE CARVALHO

1.1 - LUCIMERI KLODZINSKI PEROSSO, professora de Ciências MAG II 20 horas, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 05/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Petronila Gurzinski Oliskowski, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

1.2 - ROSA APARECIDA MASSANEIRO PEREIRA, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas, e 30% de regência para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho no período de 13/06/2013 a 10/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Marilse de Fátima Agostinho Pereira, a qual está em Licença Tratamento

de Saúde.

2. EBM EVALDO DRANKA

2.1 - LIZETE DIDEK, nível MAG II para exercer a função de professora de Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 horas e 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka da Rede Municipal de Ensino, no período de 03/06/2013 a 17/12/2013. Considerando vaga transitória a qual se justifica em virtude da implantação da Educação de Jovens e Adultos/EJA, em conformidade com a Lei do Sistema Municipal de Ensino, nº 4851/2011 Seção IV, Artigo 64. Considerando também que na referida Lei no Artigo 60 Parágrafo Único incisos VII e VIII que dispõe do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo com atendimento a escolas do meio rural de Canoinhas/SC, proporcionado a alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos do campo, com o apoio de entidades educacionais parceiras. Não havendo mais interessados na listagem de Educação de Jovens e Adultos EJA em assumir a vaga realizamos consulta na listagem de Educação Física, onde a mesma professora está inscrita.

3. EBM MARIA LOVATEL PIRES

3.1 - FRANÇOISE ELISABETH GALLOTTI VARELA CASTANHA DITRICH, professora de Língua Portuguesa MAG I 20 horas, 18 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires no período de 10/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada da Janira Adriana Prust, a qual está em licença prêmio.

3.2 - ANNA CAROLINE BURGARDT DUARTE, professora de Ciências MAG I 20 horas, 16 aulas ministradas e 15% de regência para atuar na EBM Maria Lovatel Pires e EBM Rio do Pinho no período de 13/06/2013 a 09/07/2013. Considerando vaga vinculada da Dirley Aparecida Heckler Porta, a qual está em licença prêmio.

4. EBM PRESIDENTE CASTELO BRANCO

4.1 - MARI ELI CORDEIRO, servente feminino 40 horas para atuar na EBM Presidente Castelo Branco no período de 04/06/2013 a 30/11/2013. Considerando vaga vinculada da servente Janete de Fátima Alves, a qual está em licença maternidade.

5. EBM SEVERO DE ANDRADE

5.1 - DAIANE PAPE TEIXEIRA DA SILVA, professora de Ciências MAG II 10 horas, 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 05/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Petronila Gurzinski Oliskowski, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

6. GEM FREI FABIANO GADZINSKI

6.1 - ROSICLEIA DO PRADO, servente feminino 40 horas para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski no período de 04/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada da servente Elza de Fátima Ferreira Medeiros, a qual aposentou-se, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento por concursado.

6.2 - EMANUELI DE FÁTIMA KNORYK, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas e 30% de regência para atuar na EBM Frei Fabiano Gadzinski no período de 03/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público, aguardando a efetivação.

6.3 - ALEXANDRA APARECIDA DE CASTRO, professora de Anos Iniciais MAG II 20 horas e 30% de regência para atuar na EBM Frei Fabiano Gadzinski no período de 03/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada ao Concurso Público, aguardando a

efetivação.

7. GEM MENINO DEUS

7.1 - LETÍCIA DA SILVA, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar na GEM Menino Deus no período de 03/06/2013 a 02/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Maristela Cordeiro Rodrigues, a qual está em férias.

8. CEI EMILIA FERRERO

8.1 - EUNICE DAS DORES SOUZA, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Emilia Ferrero no período de 03/06/2013 a 02/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Divair de Fátima Gonçalves de Almeida Pscheidt, a qual está em licença prêmio.

9. CEI FERNANDO PESSOA

9.1 - LILIANE ORTIZ DOS SANTOS, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Fernando Pessoa no período de 17/06/2013 a 16/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Joseana Marcela Graf, a qual está em férias.

9.2 - KARINA RIBEIRO, servente feminino 40 horas para atuar no CEI Fernando Pessoa no período de 07/06/2013 a 02/07/2013. Considerando vaga vinculada da servente Virlene de Jesus dos Santos, a qual está em férias.

10. CEI MONTEIRO LOBATO

10.1 - ALICE THIETDKE, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Monteiro Lobato no período de 03/06/2013 a 02/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Silmara Graciliano de Araújo, a qual está em férias.

11. CEI NATHAN ZUGMANN

11.1 - VANIA MARIA WILLE DE SOUSA, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Nathan Zugmann no período de 03/06/2013 a 02/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Dioni de Lourdes Kocsjanski Adur, a qual está em licença prêmio.

12. CEI RUTH ROCHA

12.1 - SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI, professora de Educação Infantil MAG I 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Ruth Rocha no período de 06/06/2013 a 04/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Alessandra Helena Marko Lanke, a qual está em Licença Prêmio.

13. CEI VINICIUS DE MORAES

13.1 - ADRIANA MACHADO CAMPOLIN, professora de Educação Infantil MAG II 20 horas e 25% de regência para atuar no CEI Vinicius de Moraes no período de 03/06/2013 a 02/07/2013. Considerando vaga vinculada da professora Dioni de Lourdes Kocsjanski Adur, a qual está em licença prêmio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de junho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON JOSÉ WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/06/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 421/2013

PORTARIA Nº. 421/2013

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990 e Lei Complementar 038/2011, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com 30% de regência, 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, à disposição da EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a profissional GISELE APARECIDA BORNATTE PRUST, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 e convocada através do edital nº. 003/2013 de 17 de janeiro de 2013, inscrita sob nº.2270, a partir de 03/06/2013.

Art. 2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de junho de 2013.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/06/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Portaria Nº. 444/2013

PORTARIA Nº. 444/2013

CONTRATAR APROVADO PELO PROCESSO SELETIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratado para exercer a função de Educador Social, junto a Casa Nova Canaã, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, o profissional ALEX BATISTA, aprovado no processo seletivo nº. 001/SMDSF/2013, para contratação temporária e convocado através do Edital nº. 026/2013, de 27 de maio de 2013, a partir de 06/06/2013, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de junho de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/06/2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 47/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 83/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 47/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/07/2013, às 14h05min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO SISTEMA HIDRAULICO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B Nº 125. Entrega dos envelopes até às 14h00min do dia 29/07/2013. Informações 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

WILSON PEREIRA
Prefeito e.e.

Editais Chamada Pública Nº 003/2013

EDITAL CHAMADA PÚBLICA nº 03/2013

Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ 83.102.384/0001-80

O Município de Canoinhas, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO vem informar pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação, que se encontra à disposição da população em geral, devidamente afixado no edital da referida Secretaria desde o dia 01 de Julho de 2013, para conhecimento e análise, o Relatório da IMPLANTAÇÃO CONJUNTO HABITACIONAL DO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA PARA FINS RESIDENCIAIS COM ÁREA TOTAL DE 121.488,86 m², no Bairro Piedade, próximo a U.P.A.

Esta publicação é para fins de atendimento ao disposto nas Leis nº 4.266/2007 (Plano Diretor Município de Canoinhas) Lei Municipal nº 4.274/2007 (Dispõe sobre Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança) e Lei Municipal nº 4.305/2008 (Zoneamento e Ocupação do Solo Urbano).

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue desconhecimento, é expedido o presente EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA, que será publicado no Diário Oficial do Município, na Imprensa Local, no site www.pmc.sc.gov.br e afixado no Paço Municipal junto à sede da Secretaria Municipal de Planejamento, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação na forma da LEI.

Canoinhas/SC, 01 de Julho de 2013
Engº GILSON LUIZ GUIMARÃES
Secretário M. Planejamento

Editais de Convocação Para Audiência Pública**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, visando o cumprimento de Lei Municipal nº 4.274, de 19/12/2007, convoca todos os membros do Conselho Municipal do Plano Diretor - COMPLAN, representantes de todas as Associações representativas de vários segmentos da comunidade, bem como toda a população em geral, para a participação da AUDIÊNCIA PÚBLICA que realizar-se-á na data de, 01 de Agosto de 2013 às 19h30min, junto ao Auditório da Câmara de Vereadores, sito à Rua 3 de maio, nº 150, Centro, neste município, tendo como objetivo a apresentação do Projeto do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e demais documentos, facilitando aos presentes a compreensão por linguagem acessível e ilustrada, possibilitando desta forma o entendimento das vantagens e desvantagens, bem como as consequências da Implantação de um Loteamento, conforme requerimento formulado pela Empresa Implantec Incorporadora de Imóveis Ltda, com endereço à estrada Rio Negro, nº 387, Centro, São Bento do Sul - SC.

Esta publicação é para fins de atendimento dos requisitos legais para análise do Relatório da IMPLANTAÇÃO CONJUNTO HABITACIONAL DO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA PARA FINS RESIDENCIAIS COM ÁREA TOTAL DE 121.488,86 m², no Bairro Piedade, próximo a U.P.A.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue desconhecimento, é expedido o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Município, na Imprensa Local, no site www.pmc.sc.gov.br e afixado no Paço Municipal junto à sede da Secretaria Municipal de Planejamento, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação na forma da LEI.

Canoinhas/SC, 11 de julho de 2013
Engº GILSON LUIZ GUIMARÃES
Secretário M. Planejamento

Requerimento para concessão de Licenças, Alvarás e Decretos dos Loteamentos Mario América, Campo da Água Verde.

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 075/2013

DECRETO Nº 075, DE 27 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando que a adequação da contabilidade pública municipal aos novos padrões depende da realidade do ente federado e cabe ao Município definir a cronologia das ações a serem implantadas;

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, alterada pelas Portarias – STN nº 437, de 12 de julho de 2012 e nº 753, de 21 de dezembro de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados,

no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2014
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2014
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Julho de 2014
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Dezembro de 2013
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Dezembro de 2013
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2015
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro de 2014
9 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público	
9.1 – Definição dos leiautes do Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanço Patrimonial; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, de acordo com as regras gerais do MPCASP	Outubro de 2014

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

9.2 - Adequação do Sistema Informatizado para a Consolidação das Demonstrações Contábeis utilizando o PCASP

Outubro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 054, de 20 de junho de 2012.

Capinzal, SC, em 27 de junho de 2012.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTONIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Portarias

PORTARIA Nº. 719, DE 15 DE JULHO DE 2013.
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº. 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio à servidora Mônica Salete Gotardo, matrícula nº 31622.9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, referente ao quinquênio de 07 de março de 2008 a 06 de março de 2013, pelo período de 15 de julho a 14 de outubro de 2013.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 15 de julho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº. 707, DE 08 DE JULHO DE 2013
Concede licença a servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições que lhe são conferidas e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº. 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº. 1049350155201340000902 6000294211, resolve:

Art. 1.º Fica concedida licença por motivo de óbito do pai, pelo período de 06 a 13 de julho de 2013, ao servidor Valdelir Francisco de Souza, matrícula nº 32011.0, ocupante do cargo de Fiscal de Saneamento, nível 159, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Secretaria da Saúde e

Desenvolvimento Social.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 06 de julho de 2013

Capinzal - SC, em 08 de julho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

PMC Contrato 0181/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 0181/2013
Pregão Presencial Nº 0042/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0096/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal
CONTRATADA: WR TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Locação de 03 centrais Telefônicas para o uso do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Secretaria de Educação Cultura e Esportes e Secretaria de Saúde, recursos próprios.

VALOR R\$: 4.620,00

VIGÊNCIA: 11/07/2013 ate 31/12/2013

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 006/2013 de 15 de Julho de 2013.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA
PORTARIA Nº 006/2011, DE 15 DE JULHO DE 2013.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando o Parecer nº 0432/04, da Assessoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo, no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2013, correspondente ao período aquisitivo de 10.05.2012 a 09.05.2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
EDSON LUIS GONÇALVES
Superintendente da FUMDEMA

**Convocação Para Segunda Sessão Pública
Concorrência Nº 2/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONCORRÊNCIA Nº 2/2013 - PMC

Objeto: contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos e Fundações e IPRECON, do município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e item 20.4 do edital da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa aos participantes e demais interessados na licitação que será realizada, no dia 18 (dezoito) de julho de 2013, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, a segunda sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas (Envelopes nº 1 e nº3).

Concórdia, SC, 15 de julho de 2013.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Nº 27/2013 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 27/2013 - PMC

O Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor César Pelizzaro, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 12 de julho de 2013, para contratação de serviços de fornecimento de refeições para os participantes dos eventos XIV Seminário Macro Regional da Aquicultura e Pesca e VI Mostra da Agricultura Familiar e Exposição Agropecuária, durante a realização da EXPO Concórdia 2013, no período de 20 à 29 de julho de 2013, em favor de TURCATTO E GARCIA RESTAURANTE LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 16.740,00 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta reais).

RUIMAR SCORTEGAGNA
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 1/2013

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2013

Contrato nº 1/2013, de 2 de maio de 2013
Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON
contratada: Data A Consultoria S/S Ltda.

Objeto do Contrato: realização de estudo visando à instauração do equilíbrio atuarial do plano de benefícios do IPRECON, tendo em vista as exigências da Portaria nº 21/2013, do Ministério da Previdência Social - MPS

Alteração: do prazo de vigência, passando a ser até 31 de agosto de 2013

Data da assinatura: 1º de julho de 2013
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

**Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação
Tomada de Preços Nº 12/2013 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2013 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma do Chafariz da Praça Dogello Goss, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de nova habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as licitantes: QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP; MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA; ZANDONAI E ZAMPONIO LTDA ME e JATO D'ÁGUA FONTES LUMINOSAS LTDA. Ressalta-se que a licitante JATO D'ÁGUA FONTES LUMINOSAS LTDA, apresentou a documentação exigida no item 5.1 alínea "i" ou seja, "Atestado de capacidade técnica por execução de obras de características semelhantes ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico da licitante (cujo nome deverá constar da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da Entidade Profissional Competente, referida na alínea acima) e acompanhado da competente Certidão de Acervo Técnico - CAT a que estiver vinculado" por não ser possível a identificação de serviços compatíveis para a execução do objeto desta licitação. As demais licitantes atenderam plenamente aos requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas HABILITADAS pela Comissão de Licitações. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório aos proponentes participantes, para, se tiverem interesse, interponem recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 24 (vinte e quatro) de julho de 2013, às 8h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 15 de julho de 2013.
NAIR KOPPE VOGT
Vice - Presidente da C.P.L

Balanço Financeiro - Junho 2013 Iprecon
- Balanço Financeiro - Junho 2013 IPRECON

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCORDIA**
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Junho / 2013

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO	TÍTULOS	NO PERÍODO	ACUMULADO
ORÇAMENTÁRIAS	1.381.680,63	7.350.881,08	ORÇAMENTÁRIA	446.305,75	2.933.169,94
Receitas Orçamentárias	1.381.680,63	7.350.881,08	Despesas Correntes	446.305,75	2.903.039,94
Receitas Correntes	808.063,93	3.991.424,35	Pessoal e Encargos Sociais	19.108,80	113.267,54
Receita Tributária	0,00	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Receita de Contribuições	287.847,46	1.660.097,70	Outras Despesas Correntes	427.196,95	2.789.772,40
Receita Patrimonial	49.276,06	1.392.729,61	Despesas de Capital	0,00	130,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	Investimentos	0,00	130,00
Receita Industrial	0,00	0,00	Inversões Financeiras	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	Amortização da Dívida	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	Despesas IntraOrçamentárias	0,00	30.000,00
Outras Receitas Correntes	470.940,41	938.597,04	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00	30.000,00
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	573.616,70	3.359.456,73			
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias	0,00	0,00			
Correntes	0,00	0,00			
Receitas de Capital	0,00	0,00			
Operações de Crédito	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00			
Transferências de Capital	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00	0,00			
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00	0,00			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	539.606,88	3.385.373,39	EXTRAORÇAMENTÁRIA	553.790,23	7.146.350,15
Interferências Ativas	0,00	0,00	Interferências Passivas	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Créditos em Circulação	0,00	0,00	Créditos em Circulação	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Depósitos	93.301,13	451.576,67	Depósitos	91.947,59	450.223,13
Consignações	25.081,06	80.243,72	Consignações	24.586,15	79.748,81
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	68.220,07	371.332,95	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	67.361,44	370.474,32
Restos a Pagar	446.305,75	2.933.169,94	Restos a Pagar	461.842,64	2.696.127,02
Obrigações a Pagar	446.305,75	2.933.169,94	Obrigações a Pagar	461.842,64	2.696.127,02
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	Outras Obrigações	0,00	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	626,78	Decréscimos Patrimoniais	0,00	4.000.000,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	59.696.275,85	59.960.733,00	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	60.617.467,38	60.617.467,38
Caixa	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	10.333,94	894.363,06	Bancos Conta Movimento	11.249,41	11.249,41
Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	0,00
Investimentos do RPPS	59.685.941,91	59.066.369,94	Investimentos do RPPS	60.606.217,97	60.606.217,97
TOTAL	61.617.563,36	70.696.987,47	TOTAL	61.617.563,36	70.696.987,47

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Editais de Notificação - Convênio - FMAS Pbfi/CRAS
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 12 de julho de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Editais de Notificação - Convênio - FMAS/Igdsuas
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.712,57 (Um mil setecentos e doze reais e cinquenta e sete centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 12 de julho de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

Editais de Notificação - Convênio - Fmaspbvii/ Idosos/e Ou Crianças de Zero a Seis Anos e Suas Famílias**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMA SPBVII/ IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 1.688,40 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Concórdia SC, 12 de julho de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

Editais de Notificação Fiscal - 03/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

End. Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL 03/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal 1766/81.

1. A. M. FERREIRA - CNPJ 10.338.810/0002-97 End. Rua Anita Gracioli Fontana, 37 - Guilherme Reich - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 386/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor:

R\$ 243,59.

2. ACLÉSIO DOS SANTOS - CNPJ 12.075.385/0001-35 End. Rua Benjamin Furlan, 31 - São Miguel - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 377/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

3. ADEMIR JOSE VICENTE - CNPJ 01.622.642/0001-95 End. Distrito de Santo Antonio, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 255/2013 de 13/05/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 - Valor R\$ 6.868,60.

4. ADRIANA FATIMA KRAUSE - CPF 052.867.449-82 End. Travessa Marrocos, 48 - das Nações - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 302/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 87,34.

5. ALESSANDRO DE MOURA - CNPJ 13.710.815/0001-06 End. Linha 1º de Setembro, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 422/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

6. ALVES & VICENTE LTDA - ME (TRANS MATHEUS) - CNPJ 12.159.167/0001-89 End. Rua Augusto Sette, 207 - dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 324/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

7. APR SERVIÇOS GERAIS LTDA ME - CNPJ 11.028.303/0001-39 End. Rua Distrito Federal, 329 - dos Estados - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 290/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 288,23.

8. ARNILDO JUNG - CNPJ 11.496.158/0001-10 End. Rua Neivaldo Luis Balbinot, 153 - das Nações - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 301/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 265,91.

9. ARTICA REFRIGERAÇÃO LTDA - CNPJ 02.277.182/0001-78 End. Rua BR 153, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 260/2013 de 13/05/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 03, 05 e 06 - Valor R\$ 905,13; ISSRF Imposto Sobre Serviço Retido na Fonte Referente à competência 03/2011 - Valor R\$ 39,86.

10. AVANTE DISTRIBUIDORA LTDA ME - CNPJ 10.865.920/0001-26 End. Rua Vittorio Emanuele, 314 - Imigrantes - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 397/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 422,19.

11. B.S. DISTRIBUIDORA DE VOLUMES LTDA ME - CNPJ 10.465.703/0001-49 End. Rua 29 de Julho, 1824 - Itaíba - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 332/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 1.002,60.

12. BACKES PRÉ-MOLDADOS CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 81.609.158/0001-65 End. Linha Salete, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 265/2013 de 13/05/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2009 - competência 07 - Valor R\$ 586,66.

13. BALBINOT & BALBINOT MARCHESI LTDA (METALURGICA GLOBAL) - CNPJ 11.071.517/0001-98 End. Linha Salete, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 266/2013 de 13/05/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2010 - competências 05

e 12 - Valor R\$ 396,79.

14. BB CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 08.593.305/0001-66 End. Rua Santo Isaias, 287 - Santa Rita - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 365/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 310,56

15. CHAPEAÇÃO E PINTURAS DA ROSA LTDA - CNPJ 02.925.960/0001-98 End. Rua João Suzin Marini, 1320 - Nossa Senhora da Salette - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 346/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 310,56.

16. CLAUDIO WEIRICH - CNPJ 14.724.354/0001-93 End. Distrito de Rancho Grande, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 425/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 169,18.

17. CLEBER LEANDRO ZIGER ME (BAR DO ALEMÃO) - CNPJ 12.474.306/0001-69 End. Rua Ercilio Agostinho Vieira, 115 - Nazaré - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 337/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 355,21.

18. COOPEDRA - COOP. PRODUÇÃO CORT. PEDRAS E CALCETEIRO - CPF 04.450.016/0001-57 End. Rua Santo Isaias, 9 - Santa Rita - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 364/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 184,06.

19. DANDOLINI REPRESENTAÇÕES - CNPJ 09.402.669/0001-84 End. Rua João José de Vargas, 387 - dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 331/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

20. DILMAR RODRIGUES (DR & F SERVIÇOS GERAIS) - CNPJ 15.788.503/0001-40 End. Rua Nossa Senhora de Lourdes, 1440 - da Gruta - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 372/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 31.07.2012 - Valor: R\$ 119,61.

21. DIRCEU MAIA GALVÃO - CNPJ 11.242.226/0001-15 End. Rua Antonio Dolzan, 165 - dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 334/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 388,68.

22. DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA (PANISSON AGRÍCOLA) - CNPJ 97.522.665/0001-05 End. Rua Tancredo de Almeida Neves, 5007 - São Cristóvão - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 405/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 757,05.

23. EDER SEBASTIÃO PEREIRA (AMS FERRAMENTAS) - CNPJ 11.633.507/0001-07 End. Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 408/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto. 25.02.2011 - Valor: R\$ 185,32; exercício 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 169,18.

24. EMPREITEIRA E TRANSPORTE RODOVIÁRIO TONIAZZO LTDA - ME - CNPJ 95.871.836/0001-78 End. Rua Mansuetto Boff, 17 - Cinquentenário - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 398/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto. 25.02.2011 - Valor: R\$ 694,77; exercício 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 634,25.

25. ESFERAL ESQUADRIAS LTDA ME - CNPJ 11.872.788/0001-42 End. Localidade de Santa Lucia, s/n - Interior - Concórdia / SC.

DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 412/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 392,42.

26. EVANDRO MACAGNAN (E. M. AMBIENTAL) - CNPJ 11.523.458/0001-41 End. Linha Sede Brum, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 267/2013 de 09/07/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 385,60;

27. EVERALDO SANTANA DA SILVA - CPF 788.047.100-63 End. Rua José Albiero, 174 - Santa Rita - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 367/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 87,34.

28. FERTICORADUBOS ORGANICOS LTDA - CNPJ 12.430.650/0001-56 End. Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 410/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 169,18

29. FORTZ AMBIENTAL LTDA - CNPJ 05.798.081/0001-30 End. Linha Rancho Grande, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 524/2013 de 09/07/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2009 - competências 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - Valor R\$ 2.567,51; exercício 2010 - competências 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - Valor R\$ 2.018,01.

30. GAC - GRUPO DE AMIGOS DE CONCORDIA - CNPJ 06.035.536/0001-29 End. Rua Padres Franciscanos, 166 - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 348/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

31. GIANCARLO HOLZ ME - CNPJ 12.080.015/0001-96 End. Travessa das Canas, 08 - Petrópolis - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 271/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 241,66.

32. GILNEI SEIBEL - CNPJ 12.098.603/0001-57 End. Rua Auri Pereira da Costa, 4 - Guilherme Reich - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 387/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

33. GOLO E VIZZOTO LTDA - CNPJ 78.831.773/0001-07 End. Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 241/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 167,84.

34. GRACIELLE CRISTINA DA SILVA FERRONATTO - ME - CNPJ 17.001.885/0001-46 End. Linha Santa Terezinha, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 254/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 28.12.2012 - Valor: R\$ 59,32.

35. HILÁRIO WEIS - CNPJ 79.943.577/0001-97 End. Rua da Paz, 264 - Imperial - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 294/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

36. HIPER COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA - CNPJ 10.793.579/0001-40 End. Rua Padres Franciscanos, 166 - Nossa Senhora da Salette - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 355/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 690,06.

37. J.A. BIAZUS TRANSPORTES LTDA - CNPJ 08.620.931/0001-02 End. Rua Nelson Domingos Maito, 57 - Sunti - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 298/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e

Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

38. JDRS REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 13.424.797/0001-04 End. Rua João Sbardella, 34 - dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 340/2013 de 04/06/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competência 01 - Valor R\$ 49,72.

39. JOÃO DE OLIVEIRA RETAMAR FILHO - CPF 468.730.580-68 End. Rua Orozimbo Furlan, 10 - Imigrantes - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 399/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 87,34.

40. JOÃO PAULO CARBONELL BOESCHENSTEIN - NEXTPAINTBALL - CNPJ 10.940.562/0001-79 End. Rua 25 de Julho, 22 - São Miguel - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 376/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 1.493,71

41. JOARI MARCOS BERNARDI & CIA LTDA - ME (TRANSPORTES BERNARDI) - CNPJ 00.554.156/0001-14 End. Rua das Araucárias, 85 - Floresta - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 380/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

42. JULIANA BRUSCO - CNPJ 14.440.942/0001-03 End. Lajeado dos Pintos, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 253/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 241,66.

43. L.L.P. MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO LTDA - CNPJ 08.749.011/0001-80 End. Rodovia BR 153, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 416/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 1.158,86.

44. LAURETE RODRIGUES DA COSTA - CPF 030.319.889-30 End. Rua Aquiles José Perondi, 42 - Vista Alegre - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 354/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2011 - Vcto. 25.02.2011 - Valor: R\$ 95,71.

45. LEANDRO DE MOURA - CNPJ 13.739.661/0001-85 End. Linha 1º de Setembro, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 423/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

46. LEOCIR DE SOUZA (EDIFICA CONSTRUÇÕES) - CNPJ 12.416.149/0001-35 End. Rua Victor Sopelsa, 11 - Parque de Exposições - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 392/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

47. LIAMARA ANGÉLICA SANTUCHES - CPF 041.846.999-79 End. Rua Cândido Ramos, 138 - Nazaré - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 342/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 87,34; ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - Valor R\$ 657,62.

48. LOCADORA DE MÃO DE OBRA IRMÃOS TONIAZZO LTDA - ME - CNPJ 00.972.173/0001-71 End. Rua Mansuetto Boff, 17 - Cinquentenário - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 396/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 634,26.

49. LOSNEI LUIS KRAUSE - CPF 059.298.199-12 End. Travessa Marrocos, 48 - das Nações - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO

DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 307/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 87,34.

50. LUCIANO OLIVEIRA RETAMAR - CPF 016.872.090-65 End. Rua Orozimbo Furlan, 10 - Imigrantes - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 617/2013 de 09/07/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 88,04; ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - Valor R\$ 371,29.

51. LUIS CARLOS RAMOS - CNPJ 14.571.047/0001-10 End. Rua Santo Isaías, 75 - Santa Rita - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 371/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

52. LUIS CLAUDIO SALUSTIANO DA SILVA - ME - CNPJ 04.861.031/0001-98 End. Rua Aimores, 436 - Itaíba - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 328/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 332,88.

53. LUIS IRENO LACERDA PEREIRA - CPF 020.944.560-21 End. Rua Bororos, 106 - Itaíba - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 335/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 87,34.

54. M & G TECNOLOGIA LTDA (PROVEHOST INTERNET) - CNPJ 13.465.857/0001-29 End. Rua Angelo Ary Biezu, 482 - Imigrantes - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 403/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

55. MANOEL ANTONIO SOUZA DOS SANTOS - CNPJ 12.459.493/0001-01 End. Rua Severina Bortoli Minozzo, 180 - São Cristóvão - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 400/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

56. MARCEL FRANCISCO LEÃO ME - CNPJ 14.741.849/0001-20 End. Rua Paraguai, 49 - das Nações - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 314/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

57. MARCOFRIGO INDUSTRIA LTDA - ME - CNPJ 01.437.935/0001-00 End. Rodovia BR 153, s/n - Km 95 - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 236/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 2.146,28.

58. MARCON ALUMINIOS LTDA ME - CNPJ 12.557.023/0001-80 End. Rua Anita Garibaldi, 2053 - Primavera - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 343/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 198,94.

59. MARILEIA DA SILVA DIAS - CPF 041.658.479-92 End. Lajeado Quintino, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 252/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 86,64.

60. MAXI REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 11.896.335/0001-56 End. Linha Vitória, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 434/2013 de 09/07/2013: ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - Valor R\$ 2.052,71.

61. MIRO LIVRARIA LTDA - ME - CNPJ 12.616.187/0001-31 End. Rua Severino Saretta, 71 - Vista Alegre - Concórdia / SC.

DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 344/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 600,77.

62. MOMSEG - COMÉRCIO DE PLACAS E LUMINOSOS LTDA - CNPJ 08.732.25/0001-28 End. Rua Minas Gerais, 99 - dos Estados - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 287/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 824,00.

63. NEI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - CNPJ 02.492.232/0001-30 End. Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, 5630 - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 261/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 739,96; ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 03 e 04 - Valor R\$ 1.127,71.

64. NIVALDO ANTONIO DOS SANTOS & CIA LTDA (SANTOS & SANTOS EMPREITEIRA DE PINTURAS) - CNPJ 00.984.654/0001-05 End. Rua das Pereiras, 293 - Petrópolis - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 276/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto. 25.02.2010 - Valor: R\$ 314,50; exercício 2011 - Vcto. 25.02.2011 - Valor: R\$ 289,17; exercício 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 263,80.

65. PLANOVIA CRIAÇÃO E ARTE PUBLICIDADE LTDA - CNPJ 10.968.005/0001-66 End. Rua das Palmeiras, 58 - Floresta - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 385/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 690,06.

66. RAUL RIBEIRO (JPD PINTURAS) - CNPJ 12.263.763/0001-04 End. Rua Guarani, 307 - Itaíba - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 325/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

67. RENASCER REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 12.494.200/0001-27 End. Rodovia BR 153, s/n - Km 92 - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 270/2013 de 09/07/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 245,53;

68. RENE LUIS HACK - CNPJ 13.454.935/0001-90 End. Rua Ricardo João Angoneze, 333 - da Gruta - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 368/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

69. REPRESENTAÇÕES LAZARIN LTDA - ME - CNPJ 11.084.638/0001-74 End. Rua B. Desmembramento Tomaz, 35 - dos Estados - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 280/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2009 - Vcto. 30.09.2009 - Valor: R\$ 101,40; exercício 2010 - Vcto. 25.02.2010 - Valor: R\$ 290,05; exercício 2011 - Vcto. 25.02.2011 - Valor: R\$ 266,83; exercício 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

70. RETI-MOTORES AUTO PEÇAS E MECANICA LTDA EPP - CNPJ 07.576.431/0001-40 End. Rua João Suzin Marini, 1185 - Nossa Senhora da Salette - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 349/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 1.225,84.

71. RICARDO FRANCISCO DA SILVA RAIMUNDI - CNPJ 12.812.197/0001-42 End. Rua das Amoras, 366 - Petrópolis - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 292/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

72. ROBSON WILLIAM GODZIEWSKI - ME - CNPJ 14.347.158/0001-47

End. Rodovia BR 153, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 424/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 1.024,92.

73. RODRIGO FRUHAUF ME - CNPJ 13.420.361/0001-39 End. Rua João Suzin Marini, 607 - Nossa Senhora da Salette - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 361/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59; ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 02, 04, 05, 06, 07 e 08 - Valor R\$ 260,32.

74. ROSSETTO & ALVES CONSTRUÇÕES LTDA - ME - CNPJ 11.686.140/0001-81 End. Rua Augusto Sette, 469 - dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 321/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 288,23.

75. SANTOS & POZZA LTDA - CNPJ 04.603.374.0001-52 End. Rua Angelo Redin, 44 - Itaíba - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 341/2013 de 09/07/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 245,53.

76. SERGIO DA SILVA DIAS - CPF 049.446.899-85 End. Lageado Quintino, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 251/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 86,64.

77. THIAGO LUIZ MENEGAT - CPF 041.826.459-79 End. Rua João Suzin Marini, 881 - Nossa Senhora da Salette - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 618/2013 de 09/07/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 245,53; ISSQN Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza Referente ao exercício 2012 - competências 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - Valor R\$ 509,81.

78. TRANSPORTE DONA ZULMIRA LTDA ME - CNPJ 12.964.509/0001-33 End. Linha Cachimbo, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 411/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

79. TRANSPORTE DONA ZULMIRA LTDA ME - CNPJ 12.964.509/0001-33 End. Linha Cachimbo, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 411/2013 de 12/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

80. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZULIAN LTDA - CNPJ 08.491.211/0001-86 End. Rua Ricardo João Angoneze, 137 - da Gruta - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 366/2013 de 10/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

81. TRANSPORTES DUMAR LTDA - ME - CNPJ 80.499.163/0001-08 End. Rua Antonio Dolzan, 17 - dos Industriários - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 231/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

82. TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGAS TRANSTONIN LTDA - CNPJ 08.542.374/0001-40 End. Vila São José, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 245/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 241,66.

83. TRANSPORTES W.Z LTDA ME - CNPJ 06.051.443/0001-98 End. Rua 29 de Julho, 1146 - Itaíba - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 329/2013 de 04/06/2013:

TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.
84. TRANSRODÃO TRANSP ROD DE CARGAS LTDA - ME - CNPJ 97.513.865/0001-93 End. Rua Imperial, 211 - Imperial - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 296/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

85. VALDECIR SCHMIDT - CNPJ 14.562.613/0001-27 End. Rua Tancredo de Almeida Neves, 5860 - São Cristóvão - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 406/2013 de 11/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 184,06.

86. VIDRACON COMÉRCIO DE VIDRO LTDA - CNPJ 09.545.200/0001-02 End. Rua Julio Moritz, 362 - Sunti - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 299/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 511,47.

87. VOLMIR MECANICA, CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA - ME - CNPJ 04.002.738/0001-49 End. Vila Fragosos, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 239/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 308,10.

88. W.A. PROPAGANDA LTDA ME - CNPJ 02.349.823/0001-52 End. Rua Uruguai, 352 - das Nações - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 318/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2010 - Vcto. 25.02.2010 - Valor: R\$ 290,05; exercício 2011 - Vcto. 25.02.2011 - Valor: R\$ 266,83; exercício 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 399,85.

89. WILLIAM AMPESE & CIA LTDA (DINOS VIDEO LOCADORA) - CNPJ 08.938.864/0001-60 End. Rua Senador Atilio Francisco Xavier Fontana, 1564 - Santa Cruz - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 288/2013 de 03/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 355,21.
90. ZANELLA BAR E EVENTOS LTDA - ME - CNPJ 07.786.081/0001-46 End. Linha Alto Suruvi, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 242/2013 de 13/05/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 994,64.

91. ZANFONATO & ZANFONATO LTDA - ME - CNPJ 03.258.136/0001-94 End. Linha Salete, s/n - Interior - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Not. Fiscal 347/2013 de 04/06/2013: TLLF - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento referente ao exercício de 2012 - Vcto. 27.02.2012 - Valor: R\$ 243,59.

Concórdia, 15 de julho de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

GREICE KELLEN MORCHE
Fiscal de Tributos

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 601 de 09 de Julho de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 601 DE 09 DE JULHO DE 2013

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 190/2002, DE 13 DE AGOSTO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O anexo único da Lei Municipal 190 de 13 de agosto de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Máquina ou Equipamento	Preço normal sem desconto R\$	Preço para proprietários de até 15 há com o desconto	Preço para proprietários de 15 a 30 há com o desconto	Preço para proprietários de 30 a 50 há com o desconto	Preço para proprietário com mais de 50 há com desconto
Trator de Pneu com enciladeira estacionária	90,00/hora	9,00/hora	31,50/hora	45,00/hora	63,00/hora
Trator de Pneu com demais equipamentos	100,00/hora	10,00/hora	35,00/hora	50,00/hora	70,00/hora
Motoniveladora	160,00/hora	16,00/hora	56,00/hora	80,00/hora	112,00/hora
Carregadeira	120,00/hora	12,00/hora	42,00/hora	60,00/hora	84,00/hora
Retroescavadeira	110,00/hora	11,00/hora	38,50/hora	55,00/hora	77,00/hora
Carga de Cascalho	50,00/carga	5,00/carga	17,50/carga	25,00/carga	35,00/carga
Carga de Terra	40,00/carga	4,00/carga	14,00/carga	20,00/carga	28,00/carga
Caminhão Tanque (água)	60,00/carga	6,00/carga	21,00/carga	30,00/carga	42,00/carga
Retroescavadeira Hidráulica	130,00/hora	13,00/hora	45,50/hora	65,00/hora	91,00/hora

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins
em, 09 de julho de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Decreto Nº. 156 de 15 de Julho de 2013.

DECRETO Nº. 156 DE 15 DE JULHO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público, Sr. Denilso da Silva, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrado junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 15 de julho de 2013, conforme requerimento protocolado sob nº 396 de 15/07/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 15 de julho de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 157 de 15 de Julho de 2013.

DECRETO Nº. 157 DE 15 DE JULHO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público, Sr. Denilso da Silva, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, enquadrado junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 15 de julho de 2013, conforme requerimento protocolado sob nº 396 de 15/07/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 15 de julho de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 102 de 28 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 102 DE 28 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PREMIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença premia a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 22/07/2013 à 05/08/2013.

Nome	Cargo	Referência
Edenilce P. Chitto	Telefonista	2009 à 2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 28 junho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 114, de 08 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº. 114, DE 08 DE JULHO DE 2013.

COLOCA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL À DISPOSIÇÃO DA CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo V, Artigo nº. 87, Inciso II, da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora municipal Mikeli Anita Zafari, matrícula nº 737, ocupante do Cargo de Veterinária, CPF nº 043.315.259-10, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para origem, do dia 08/07/2013 até o dia 31/12/2013, para desenvolver atividades de Defesa Sanitária Animal e para realização de inspeção junto as Agroindústrias do município de Coronel Martins, Santa Catarina:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 08 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 115 de 12 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº. 115 DE 12 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença premio ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 12/07/2013 à 26/07/2013.

Nome	Cargo	Referência
Elvir Peruzzo	Auxiliar de Serviços Gerais	10/2009 à 10/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 12 julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Chefe de Gabinete

Corupá**PREFEITURA****Lei Nº 2113 / 13**

LEI Nº 2113 / 13

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE CORUPÁ A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de segurança contra sinistros, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, desenvolvidas pela Corporação de acordo com o Art. 108 da Constituição Estadual.

Art. 2º - Os recursos arrecadados no cumprimento do convênio serão depositados diretamente na conta PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR deste município, para garantir os investimentos necessários à julgamento do Executivo Municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a lei municipal nº 2.054 de 15 de dezembro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de julho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Lei Nº 2114/13

LEI Nº 2114/13

ALTERA PARCIALMENTE A LEI Nº 1842, DE 27 DE MAIO DE 2008, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E INSTITUI O CONSELHO GESTOR DO FMHIS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art. 46, faz saber a todos de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º - O Inciso I do Artigo 3º da Lei nº 1.842, de 27 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º - ()

I - dotações do Orçamento Geral do Estado e Município, classificadas na função de habitação;
()

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 09 de julho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Lei Nº. 2111/13

LEI Nº. 2111/13

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A ADQUIRIR, POR COMPRA, ÁREAS DE TERRA DESTINADAS AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO E FORNECIMENTO À POPULAÇÃO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Corupá autorizado a adquirir áreas que especifica, e em conformidade com o Anexo I, dos seguintes bens imóveis:

I - Área de imóvel a ser desmembrada da transcrição n.º 31.019 devidamente registrado no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, com a área total de 26.150,00m², situado no lado par da Rua 69 - Franz Kurt Klotzch, Bairro Ano Bom, de propriedade do Sr. ROLAND KLUG, parcela esta com a área de 1.387,50,00m², fazendo frente em 5,00m com a referida rua;

II - Terreno matriculado sob n.º 28.654 devidamente registrado no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, com a área total de 185,00m², situado no lado par da Rua 69 - Franz Kurt Klotzch, Bairro Ano Bom, de propriedade do Sr. ROLAND KLUG, fazendo frente em 5,00m com a referida rua;

III - Área de imóvel a ser desmembrada da transcrição n.º 31.024 devidamente registrada no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, com a área total de 29.442,50m², situado no lado par da Rua 69 - Franz Kurt Klotzch, Bairro Ano Bom, de propriedade do Sr.

WALDEMAR VOIGT, parcela esta com a área de 185,00m², fazendo frente em 5,00m com a referida rua.

Art. 2º - Pelas áreas descritas no artigo 1º o Município de Corupá pagará o corresponde ao valor de mercado dos imóveis, conforme comprova o laudo de avaliação realizado pela Comissão Municipal de Avaliação, que faz parte integrante desta lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei 8.666/93, e na forma que segue:

I - A área descrita no inciso I foi avaliada em R\$ 40.000,00;

II - O terreno descrito no inciso II foi avaliado em R\$ 5.000,00;

III - a área descrita no inciso III foi avaliada em R\$ 5.000,00.

Art. 3º - Dos valores previsto no artigo 2º, fica o Município de Corupá autorizado a abater, por meio de compensação, nos termos do artigo 99 do Código Tributário Municipal e do artigo 170 do Código Tributário Nacional, todo eventual crédito tributário existente sobre os imóveis.

Art. 4º - Fica autorizado o Município a proceder serviços e arcar com as custas necessárias a retificações de medidas, inserções de medidas e englobamentos das áreas remanescentes aos imóveis.

Art. 5º - Os bens adquiridos destinam-se à utilização pelo Município de Corupá, integrando o patrimônio público municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Corupá, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e manutenção dos bens.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 09 de julho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Lei Nº. 2112/13

LEI Nº. 2112/13

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A ADQUIRIR, POR COMPRA, ÁREAS DE TERRA DESTINADAS IMPLANTAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Corupá autorizado a adquirir áreas que especifica, e em conformidade com o Anexo I, do imóvel a ser desmembrado da matrícula n.º 42.422 devidamente registrada no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, com a área total de 12.500,00m², situado no lado par da Rua 26 - 1.º de Maio, Bairro Seminário, de propriedade dos Sr. ALFREDO TAMANINI E ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES, parcela esta com a área de 325,00m², fazendo frente em 10,00m com a referida rua.

Art. 2º - Pelas áreas descritas no artigo 1º o Município de Corupá pagará o corresponde ao valor de mercado dos imóveis, conforme comprova o laudo de avaliação realizado pela Comissão Municipal de Avaliação, que faz parte integrante desta lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei 8.666/93, no montante de R\$ 71.000,00.

Art. 3º - Dos valores previsto no artigo 2º, fica o Município de Corupá autorizado a abater, por meio de compensação, nos termos

do artigo 99 do Código Tributário Municipal e do artigo 170 do Código Tributário Nacional, todo eventual crédito tributário existente sobre os imóveis.

Art. 4º - Fica autorizado o Município a proceder serviços e arcar com as custas necessárias a retificações de medidas, inserções de medidas e englobamentos das áreas remanescentes aos imóveis.

Art. 5º - O bem adquiridos destinam-se à utilização pelo Município de Corupá, integrando o patrimônio público municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Corupá, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência e manutenção dos bens.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 09 de julho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2642/13

PORTARIA Nº 2642/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO ENFERMEIRO ESF ACT, A SRA. ROSILENE ELVERITA STELTER POERNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ROSILENE ELVERITA STELTER POERNER, a partir de 02 de julho de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Enfermeiro ESF ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no PSF 1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 08 de julho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Aviso de Suspensão - Pregão Presencial 038/13

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL 038/13

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA E FISCAL PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO, IDENTIFICAÇÃO E REVISÃO DE DÉBITOS E OUTROS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

O Pregoeiro Municipal, nomeado pela Portaria 2567/13, de 28 de Maio de 2.013, vem através da presente, comunicar a suspensão da Abertura da Etapa de Lances do Pregão 038/13 que ocorreria em 16/07/2013 às 09h30min em virtude de problemas operacionais que impedem a realização do certame.

A nova data de abertura da etapa de lances será no dia 19/07/2013 às 09h30min

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Corupá no horário das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs, ou pelo telefone (47) 3375-6500.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro do Município de Corupá

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 166/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peças para manutenção dos caminhões, carros, e máquinas pesadas na Secretaria de Transporte e Obras e Estradas Vicinais, conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 01/08/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 01/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Julho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

Portaria 2812/2013

PORTARIA 2812, de 19 de junho de 2013.

Nomeia membros para integrar Comissão Especial de Avaliação dos Tênis que serão adquiridos para os alunos da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85 da Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrar a Comissão Especial de Avaliação dos Tênis que serão adquiridos para os alunos da Rede Municipal de Ensino conforme Processo Licitatório nº 032/2013, Pregão 018/2013 cuja amostra deverá ser entregue pelos fornecedores que queiram participar do certame até às 14:00 horas do dia 20 de junho de 2013, no setor de licitações.

- * ACYR DA SILVA;
- * MARCIA AP. BULLA DE SORDI;
- * NORBERTO CONTE.

Art. 2º. Compete a referida Comissão avaliar os tênis entregues e verificar se as mesmas estão ou não de acordo com as especificações contidas no Edital.

Parágrafo único - Após a análise emitir laudo de avaliação e entregá-lo à Comissão de Licitações para que este fique fazendo parte do processo licitatório, sendo que os tênis considerados fora das especificações serão desclassificados de acordo com o que dispõe o Edital do Pregão.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 2811, de 12 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 19 de junho de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2813/2013

PORTARIA 2813, de 20 de junho de 2013.

Nomeia Integrantes do Conselho de Assistência Social do Município de Erval Velho e dá outras providências.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, e de acordo com a Lei 0824/96, de 15 de agosto de 1996 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem o CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Erval Velho representando suas respectivas entidades, conforme descrição abaixo:

GOVERNAMENTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular - KELI REGINA MALESKI
Suplente - ANA CLAUDIA PIOVEZAN BOF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Titular - SANDRA MASSON
Suplente - FRANCINI ASSMANN

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANEAMENTO

AMBIENTAL

Titular - UELINSON SAMUEL BERNART
Suplente - GELSON CLAUDIR LORENZETTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Titular - FLAVIA HELENA RECALCATTI
Suplente - FERNANDA SPIRONELO

NÃO GOVERNAMENTAL

CLUBE DE MÃES ROSAS DOURADAS

Titular: MARIZA TEREZINHA RODRIGUES
Suplente: DULCE TEREZINHA DANIELLI TONIAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ERVAL VELHO

Titular - VANESSA TALITA PARISSENTI
Suplente - ANDREIA GEMELLI TONETT

APP DA ESCOLA MUNICIPAL CÉSAR AVELINO BRAGAGNOLO

Titular - SANDRA FATTORI BESS
Suplente - FLÁVIA APARECIDA GIRARDI

APP DO COLÉGIO ESTADUAL PREFEITO AGENOR PIOVESAN

Titular - VÂNIA REGINA SURDI D'AGOSTINI
Suplente - IVONE KERSCHBAUMER DENTI

Art. 2º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 20 de junho de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2814/2013

PORTARIA 2814, de 01 de julho de 2013.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de julho à 30 de julho de 2013, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo
------	-------	--------------------

Adriana Canci	Assistente Social	06/05/2012	A	05/05/2013
Alecio José Massoco	Operador de Máquinas	03/11/2011	A	02/11/2012
Alesandra Krueel Goebel	Enfermeira	01/07/2012	A	30/06/2013
Claudir Varela da Luz	Motorista	04/04/2012	A	03/04/2013
Jacques Conceição Davoglio	Operador de Máquinas	01/07/2012	A	30/06/2013
José Dorini Sobrinho	Operador de Máquinas	06/03/2012	A	05/03/2013
Keli Regina Maleski	Técnico em Enfermagem	11/05/2012	A	10/05/2013
Olice Vitorazzi	Agente de Serviços Externos	02/05/2012	A	01/05/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de julho de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2815/2013

PORTARIA 2815, de 05 de julho de 2013.

Coloca à Disposição Servidor para Atendimento de Convênio e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, e considerando a Lei Municipal nº 1318/2012 e Convênio de Cooperação Técnica, firmado entre o Município de Erval Velho e a CIDASC,

RESOLVE:

Art.1º. Colocar a disposição o servidor JOSÉ ANGELO BORDIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, para executar os serviços de inspeção de produtos de origem animal e de defesa sanitária animal de interesse da Comunidade Agropecuária do Município de Erval Velho, em cumprimento ao Convênio de Cooperação Técnica, sem causar prejuízos às atribuições e cargo que ocupa.

Parágrafo único - As disposições referidas no caput desse artigo perdurará durante a vigência do referido convênio.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 1792, de 02 de agosto de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC,
em 05 de julho de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Pregão 022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 037/2013

Edital de Pregão Presencial nº 022/2013

Objeto: Aquisição de madeira de eucalipto serrada. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 30/07/2013.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº: 0018/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0008/2013

Processo licitatório nº: 0018/2013

Objeto: Aquisição de materiais de construção para reforma de casas populares conforme estudo sócio econômico.

Data do Recebimento: 30/07/2013 as 09h00 min.

Data da abertura: 30/07/2013 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de julho de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº: 0036/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço nº 0009/2013

Processo licitatório nº: 0036/2013

Objeto: Contratação de cirurgias ortopédicas a serem realizadas por especialista, para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Data do recebimento: 31/07/2013 as 09h00minh.

Data da Abertura: 31/07/2013 as 09h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458, - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de julho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº: 0037/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Tomada de Preço nº 0010/2013
Processo licitatório nº: 0037/2013

Objeto: Contratação de hospital para a realização de cirurgias diversas, com fornecimento de material médico e hospitalar, para pacientes do município de Faxinal dos Guedes.
Data do recebimento: 01/08/2013 as 09h00minh.
Data da Abertura: 01/08/2013 as 09h15min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de julho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 12 de 02 de Janeiro de 2013.

DECRETO Nº. 12 DE 02 DE JANEIRO DE 2013.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013 referentes aos recursos vinculados da União, no valor de R\$ 131.886,91 (cento e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais, noventa e um centavos), distribuídos nas seguintes contas: Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano 1.035 - Aquisição Área, Constr. Ampliação, Edificações Públicas/ Centros Comunitários, Centros de Convivência, Múltiplo Uso 4.4.90.00.00.00.0.6.94 - Aplicações Diretas R\$ 131.886,91

TOTAL R\$ 131.886,91

Art. 2º A suplementação da dotação orçamentária quem trata o artigo 1º, correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme saldo bancário em 31/12/2012 no valor de R\$ 131.886,91 (cento e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais, noventa e um centavos) da conta vinculada ao Convênio do PAC II, nº 647.001-0, da Caixa Econômica Federal, agência 3415 - Forquilha/SC.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.813/2012 e Lei

Orçamentária Anual para 2013 - Lei Municipal nº. 1.815/12, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 02 de janeiro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO
Agente Administrativo

Decreto Nº. 21 de 14 de Fevereiro de 2013.

DECRETO Nº. 21 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013 referentes aos recursos vinculados ao Estado, no valor de R\$ 86.538,79 (oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais, setenta e nove centavos), distribuídos nas seguintes contas: Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo 1.018 - Aquisição Área, Construção de Sedes Esportivas, Quadras Poliesportivas 4.4.90.00.00.00.0.6.95 - Aplicações Diretas R\$ 86.538,79

TOTAL R\$ 86.538,79

Art. 2º A suplementação da dotação orçamentária quem trata o artigo 1º, correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme saldos bancários em 31/12/2012 no valor de R\$ 86.538,79 (oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais, setenta e nove centavos) da contas bancárias 24.818-5 e 24.778-2, vinculadas aos Convênios 4445/2012-8 e 4442/2012-3, respectivamente, no Banco do Brasil S/A, agência 3672-2, Forquilha/SC.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.813/2012 e Lei Orçamentária Anual para 2013 - Lei Municipal nº. 1.815/12, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de fevereiro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 14 de fevereiro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO
Agente Administrativo

Decreto Nº. 34 de 12 de Março de 2013.

DECRETO Nº. 34 DE 12 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013 referentes aos recursos vinculados do salário educação e FUNDEB, no valor de R\$ 316.683,36 (trezentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e três reais, trinta e seis centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

1.013 - Construção, Ampliação, Reforma e Reequi. De Unidades Escolares

4.4.90.00.00.0710 - Aplicações Diretas R\$ 223.000,00

2.013 - Manutenção do FUNDEB

3.1..90.00.00.0124 - Aplicações Diretas R\$ 93.683,36

TOTAL R\$ 316.683,36

Art. 2º A suplementação da dotação orçamentária quem trata o artigo 1º, correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior, conforme saldo bancário em 31/12/2012 das contas vinculadas aos recursos do Salário Educação e ao FUNDEB, contas nº 13.449-X e 17.133-6, respectivamente, no Banco do Brasil, agência 3672-2, Forquilha/SC.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.813/2012 e Lei Orçamentária Anual para 2013 - Lei Municipal nº. 1.815/12, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de março de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 12 de março de 2013.

ELISANDRA COLOMBO

Agente Administrativo

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 13/ Fma/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 13/FMA/2013.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de estufa e triturador de resíduos orgânicos para produção de mudas nativas no horto florestal municipal, por meio do Edital nº. 01/2012 que originou o Termo de Convênio nº. 001/2013, firmado entre o Ministério Público Federal e o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de julho de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede

da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 15 de julho de 2013

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF Nº. 145/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 145/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - J.F PAVIMENTAÇÕES LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente contratação de empresa especializada para prestar serviços na pavimentação a base de lajota pré-moldadas de concreto, do tipo Peiver, na Rua do Cinquentenário Leonardo Steiner com 65,30 metros de extensão, compreendido pelo trecho da Rua Regina Steiner Preis até a Avenida Professor Eurico Back, Centro, Município de Forquilha/SC. VALOR - R\$ 56.492,55 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 180 (cento e oitenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias).

DOTAÇÃO - 0702.1033.4490 (102).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 82/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 20 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 155/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 155/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de materiais didáticos e pedagógicos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (46), (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 97/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 26 de junho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 165/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 165/2013

LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR - PAULO AFONSO TISCOSKI

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a locação de área de terras, localizado na Rua Carlos Kulkamp, Centro, com 25.134,00 m² que será utilizado para passagem para o rio objetivando a extração de seixo rolado, durante o exercício corrente.

VALOR - R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) por mês, perfazendo o valor global de R\$ 3.729,00 (três mil setecentos e vinte e nove reais), que não sofrerá reajuste contratual.

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 111/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 11 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1690/2013

PORTARIA N.º 1.690, DE 15 DE JULHO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ELISÂNGELA MEIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.489.759-71, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 15 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1691/2013

PORTARIA N.º 1.691, DE 15 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARTA DA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 961.102.799-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de julho de 2013 até 16 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial 0018/2013-Rp 0011- Sf

Aviso do Pregão Presencial nº 0018/2013 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2013 - SANEFRAI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2013 - SANEFRAI

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais, equipamentos e serviços para manutenção dos poços artesianos da SANEFRAI. Validade da Ata de Registro de Preços: agosto a dezembro de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 02.08.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de julho de 2013.

ELOI REGALIN
Presidente da SANEFRAI

Garuva

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 003/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003 - PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 1º SEMESTRE DE 2013

A audiência pública tem por finalidade, além de atender disposições legais, apresentar a demonstração dos resultados fiscais e informações relativas ao tema, aos cidadãos interessados e a sociedade organizada, a fim de ouvir e avaliar os resultados alcançados. Diante do exposto, faz-se o CHAMAMENTO para a audiência pública que será realizada no Plenário da Câmara Municipal, às 17h do dia 30/07/2013.

Cidadão, venha exercer seu direito de opinar sobre esse assunto e participar do debate.

Garuva, em 15 de julho de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.531, de 08 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 5.531, DE 08 DE JULHO DE 2013.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 5.301, DE 02 DE JANEIRO DE 2013, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº 5.301, de 02 de janeiro de 2013, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Função: 15 Urbanismo

Sub-função: 451 Infraestrutura Urbana

Programa: 0019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Sec. Munic. de Planej.

Projeto: 1.100109 Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamento das águas pluviais

Despesa: 329 - 3.4.4.9.0.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$ 987.600,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.532, de 08 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 5.532, DE 08 DE JULHO DE 2013.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR ANTONIO SERGIO DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a partir de 08 de julho de 2013, a vacância do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Topógrafo, do servidor ANTONIO SERGIO DA SILVA, em decorrência de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial Nº 134/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 134/2013

O OBJETO é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de fiscalização eletrônica nas vias e acessos do Município de Gaspar. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até as 9h do dia 14/08/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 14/08/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 12/07/2013

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato da Dispensa Nº 137/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 137/2013

Objeto: Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, conforme Edital de Chamada Pública 1/2013. Contratado: COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA DE JARAGUA DO SUL - COPAJAS (06.171.996/0001-84). Valor Total Julgado: R\$ 119.942,16 (cento e dezenove mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos). Base legal: Lei 11.947/2009, Resolução 38/2009, atualizada pela Resolução nº 25/2012 do FNDE e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e alterações.

Gaspar (SC), 10 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-56/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-56/2013

Vigência: 10/07/2013 Vento.: 10/01/2014 Dispensa nº.: 137/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, conforme Edital de Chamada Pública 1/2013. Contratado: COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA DE JARAGUA DO SUL - COPAJAS (06.171.996/0001-84). Valor total do contrato: R\$ 119.942,16 (cento e dezenove mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos).

Gaspar/SC, 10 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL; GOVERNO ESTADUAL; SICONV; SIAF; SIMEC; FUNDO NACIONAL DE SAÚDE E DEMAIS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO NA ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/07/2013 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/07/2013 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda a sexta feira, das 13:00h as 18:30h no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 12 de Julho de 2013.

LUCAS DE CARVALHO KERBER

Presidente da CPL

Aviso de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE PROJETOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/07/2013 até às 16h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 31/07/2013 às 16h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda a sexta feira, das 13:00h as 18:30h no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 12 de Julho de 2013.
LUCAS DE CARVALHO KERBER
Presidente da CPL

Guaramirim**PREFEITURA****Extrato 1 Termo Aditivo Contrato 15/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 15//2013-PMG

Processo de Licitação: 098/2012 -PMG.
Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de ponte de concreto sobre o rio putanga, com extensão de 28 metros, no município de Guaramirim e Massaranduba. Projeto Badesco Cidades.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: BTN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.756.004/0001-67 estabelecida na Rua Rolf Colin, nº 60 sala 02, America, Joinville - SC

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) acrescer em aproximadamente 24,54% (vinte e quatro vírgula cinquenta e quatro por cento) ao valor do contrato, em decorrência da "as built" do projeto de ponte sobre o Rio Putanga, a planilha orçamentária encontra-se anexa a justificativa do parecer técnico e está em consonância com o disposto na cláusula vigésima primeira do contrato, com amparo no inciso I, alínea a, e § 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

b) Em virtude das alterações mencionadas na cláusula anterior, fica suplementado ao valor contratual a importância de R\$ 144.179,41 (Cento e quarenta e quatro mil e cento e setenta e nove reais e quarenta e um centavos).

Data da Assinatura: 10/07/2013 Vigência 11/10/2013.

GUARAMIRIM (SC), 10/07/2013
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Ata Nº26/2013 Rp Nº58/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 26/2013
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 58/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA E PREVENTIVA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO ELÉTRICA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços nº 58/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

CLAUDIANE CATTO SEVIÇOS ME Vencedor dos itens: 01

CNPJ: nº. 17.725.784/0001-18

VALOR TOTAL: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais)

Vigência: Início: 10/07/2013 Término: 09/07/2014.

Guaramirim-SC, 10 de julho de 2013

LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Ata Nº27/2013 Rp Nº60/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 27/2013
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 60/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços nº 60/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA EPP

Vencedor dos itens: 19-24-25-26-27-28-30-33-46-47-57-58-59-62-63-64-72-73-75-78-79-80-83-84-85-90-91-92-97-98-101-110-111-115-125-126-127-128

CNPJ: nº. 02.590.407/0001-41

VALOR TOTAL: R\$ 10.389,31 (dez mil trezentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos)

GUARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Vencedor dos itens: 10-11-12-13-14-15-36-37-49-52-86-88-95-114

CNPJ: nº. 09.253.331/0001-08

VALOR TOTAL: R\$ 23.711,00 (vinte e três mil setecentos e onze reais)

COMERCIAL VARANDÃO LTDA ME

Vencedor dos itens: 01-02-03-04-05-06-07-08-09-16-17-18-20-21-22-23-29-31-32-34-35-38-39-40-41-42-43-44-45-50-51-53-54-55-56-60-61-65-66-67-68-69-70-71-74-76-77-81-82-87-89-93-94-96-99-100-102-103-104-105-106-107-108-109-112-113-116-117-118-119-120-121-122-123-124-129-130-131

CNPJ: nº. 85.252.948/0001-97

VALOR TOTAL: R\$ 49.982,02 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e dois centavos)

Vigência: Início: 09/07/2013 Término: 08/07/2014.

Guaramirim-SC, 10 de julho de 2013

LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Ata Nº28/2013 Rp Nº66/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 28/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 66/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PREDIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 66/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

CLAUDIANE CATTO SEVIÇOS ME Vencedor dos itens: 01

CNPJ: n.º. 17.725.784/0001-18

VALOR TOTAL: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).

Vigência: Início: 09/07/2013 Término: 08/07/2014.

Guaramirim-SC, 10 de julho de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Convocação Alexandre Augusto Vidi Roesler
CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor ALEXANDRE AUGUSTO VIDY ROESLER, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.999.909-86, aprovado em 16º lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS/HO, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC)

em 09 de Julho de 2013.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Secr. Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/_____
ALEXANDRE AUGUSTO VIDY ROESLER

Convocação Deise Cristina Alves Both
CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora DEISE CRISTINA ALVES BOTH, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 008.649.879-78, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS/HO, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de

Professor de Educação Física, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC)

em 10 de Julho de 2013.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Secr. Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/_____
DEISE CRISTINA ALVES BOTH

Convocação José Tarcisio Almeida Adão
CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor JOSÉ TARCISIO ALMEIDA ADÃO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 800.417.957-68, aprovado em 15º lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS/HO, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC)

em 09 de Julho de 2013.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Secr. Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/_____
JOSÉ TARCISIO ALMEIDA ADÃO

Convocação Márcio Alex Cardoso Belardony
CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor MÁRCIO ALEX CARDOSO BELARDONY, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 771.936.520-87, aprovado em 19º lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS/HO, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC)

em 10 de Julho de 2013.
LOURDES FERREIRA BRANDÃO
Secr. Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/_____
MÁRCIO ALEX CARDOSO BELARDONY

Convocação Silvana Scarpini Riqueti CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora SILVANA SCARPINI RIQUETI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 800.096.549-68, aprovada em 20º lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS/HO, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC)
em 12 de Julho de 2013.
LOURDES FERREIRA BRANDÃO
Secr. Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/_____
SILVANA SCARPINI RIQUETI

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2514/2013

DECRETO Nº 2514, DE 15 DE JULHO DE 2013.
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 003, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário - Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2013, conforme EDITAL nº 003, de 17 de junho de 2013, para o seguinte cargo:

Médico

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001/2013	Gladstone Ricardo Lenzi
002/2013	Tiago Pellizzetti
003/2013	Daiana Foresti

Art. 2º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 19 de julho de 2013, conforme item 4.2 do Edital nº 003/2013.

Art. 3º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Edital de Pregão Nº 034/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PSIQUIATRA PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

Entrega dos envelopes: 30/07/2013 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 30/07/2013 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 15 de Julho de 2013.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal de Ibiam

Edital Nº 034/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PSIQUIATRA PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

Entrega dos envelopes: 30/07/2013 até às 08:15 horas

Abertura dos envelopes: 30/07/2013 às 08:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 15 de Julho de 2013.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

Aviso de Cancelamento do Aviso de Licitação

AVISO DE CANCELAMENTO DO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2013

A Comissão de Licitação através deste ato torna público, o cancelamento do AVISO DE ABERTURA do Processo de Licitação Registro de Preço PRG 014/2013, para locação de máquinas, caminhões e equipamentos, com motorista/operador, por hora trabalhada, secretarias de Obras e de Transportes.

FERNANDO NEVES
Secretário de Administração
Ilhota, 12 de julho de 2013

Extrato de Termo Aditivo Contrato Nº 15/2013

Extrato do Termo Aditivo PMI Nº 15/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ILHOTA
CONTRADADO - SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP

DO OBJETO - De conformidade com o disposto na Cláusula 13 do contrato original, fica o objeto previsto aditivado em 25% passando a quantidade prevista no contrato primitivo para 825 Toneladas.

DO PRAZO - Fica prorrogado o prazo contratual previsto na Cláusula 3ª item 3.2 do contrato primitivo em mais noventa dias. As demais cláusulas e condições do contrato original permanecem inalteradas até sua vigência.

DATA DA ASSINATURA - 10/07/2013.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.231.2013

Lei nº 4.231, de 15 de julho de 2013.
Cria inciso e altera a redação dos incisos II, XIV e XV do artigo 3º da Lei nº 1.383, de 11 de abril de 1994 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado o inciso XIX no artigo 3º da Lei nº 1.383, de 11 de abril de 1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“XIX- Da Secretaria Municipal de Educação”.

Art. 2º Fica alterada a redação dos incisos II, III, XIV e XV do artigo 3º da Lei nº 1.383, de 11 de abril de 1994, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - Da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, indicados pelo Prefeito Municipal;
III - Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Sustentável;

XIV - Da Secretaria Municipal de Cultura;
XV - Da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

Portaria PMI/DGP Nº 396/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 396, de 11 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rita de Cassia Vieira Fortunato	Professora I - 40h	025.809.659-47	17/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.
ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 397/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 397, de 11 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte,

com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Andrei de Souza Saturnino	Motorista	070.108.579-70	28/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 398/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 398, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eliane de Souza Carvalho	Professora I - 20h	031.049.349-83	15/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 399/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 399, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Maria Albino Gonçalves	Agente Comunitário de Saúde - PACS	045.306.109-50	19/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 400/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 400, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Jicéli de Amorim	Professora I - 20h	024.633.209-31	17/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 401/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 401, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991,

e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Marisa dos Santos Silva	Servente Merendeira	045.894.509-92	05/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 402/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 402, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vanensa Miguel da Rosa	Professora I - 20h	074.704.709-05	15/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 403/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 403, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Enfermeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Brigitte Christine Fuhrmann	Enfermeira	613.801.560-68	21/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 404/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 404, de 11 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Valdinéia Soares Pacheco	Técnica em Enfermagem	054.011.669-66	28/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 405/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 405, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Tatiana da Rocha de Jesus	Servente Merendeira	052.904.449-80	24/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 406/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 406, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
André Espíndola Martins	Professor I - 40h	059.071.919-02	22/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 407/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 407, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Médico, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Helvio Rossetto	Médico - PSF	953.369.310-04	03/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 408/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 408, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar de Serviços, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Leandro Moraes	Auxiliar de Serviços	059.320.559-60	15/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 409/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 409, de 12 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Regina Coelho Bosco	Professora I - 20h	018.117.049-30	15/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 410/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 410, de 12 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eduardo Canarin	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	024.620.179-76	03/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 411/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 411, de 12 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Samira Ricardo Pires	Professora I - 20h	080.756.069-30	15/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 412/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 412, de 12 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Tania Mara Porto Laurentino	Professora I - 40h	045.424.399-50	17/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 413/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 413, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Gisele da Rosa Duarte	Professora II - 20h	065.666.289-16	02/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 414/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 414, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Talita Gisele Pereira	Professora I - 40h	051.965.009-36	16/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 415/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 415, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VANESSA MEIRY NASCIMENTO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 035.263.929-60, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 416/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 416, de 12 de julho de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CREULMA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO DINIZ, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 092.666.287-27, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 09/2013 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEMUTRAN

PROCESSO Nº 09/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 26 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais de construção, hidráulicos e elétricos para manutenção da Guarnição Especial da Polícia Militar de Imbituba e suas bases operacionais. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 10/2013 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DEMUTRAN

PROCESSO Nº 10/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 26 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de uma empresa para realização de manutenção em semáforo instalado no município de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Suspensão do Pregão Presencial Nº 21/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 27/2013 - Pregão Presencial 21/2013 para revisão do edital.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Suspensão do Pregão Presencial Nº 51/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 71/2013 - Pregão Presencial 51/2013 para revisão do edital.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Extrato: FMS 2013/36 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/36 A00

Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS DE VILA NOVA, VILA SANTO ANTONIO E ARROIO.

Valor: R\$ 190.905,98 Prazo: 90 dias

Fundamento: Processo nº. 54/2012 Pregão 01/2012

Imbituba, 26 de junho de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2013/38 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/38 A00

Contratada: INDREL INDUSTRIA DE LONDRINENSE LTDA

C.N.P.J: 78.589.504/0001-86

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO "CAMARA PARA VACINAS" PARA USO DO DST/HIV/AIDS E HV.

Valor: R\$ 12.000,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 30/2013 Pregão 23/2013

Imbituba, 09 de julho de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

INDREL INDUSTRIA DE LONDRINENSE LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: FUNREBOM 2013/03 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2013/03 A00

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA EPP

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: CONTRATAÇÃO DE POSTO DE COMBUSTIVEL PARA

AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, (GASOLINA COMUM E ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS NÁUTICO) PARA ABASTECIMENTO DAS VIATURAS QUE AINDA NÃO ESTÃO CADASTRADAS NA FROTA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E QUE PRECISAM DESTES OBJETOS ATÉ SUA REGULARIZAÇÃO.

Valor: R\$ 10.231,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 04/2012 Pregão 03/2012

Imbituba, 05 de julho de 2013.

1º TENENTE RAFAEL FORTUNATO CAMILO

Comandante da 2ª/8bbm

Contratante

JOÃO ALBERTO GOMES DOMINGOS

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Segov 2013/82 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEGOV 2013/82 A00

Contratada: MM SÃO JOSÉ LTDA ME

C.N.P.J: 12.677.946/0001-76

Objeto: FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E SOB MEDIDA PARA SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 103.980,00 Prazo: 18/07/2013

Fundamento: Processo nº. 53/2013 Pregão 40/2013

Imbituba, 09 de julho de 2013

CADIR GARBELOTO CARGNIN

Secretário Municipal de Governo

Contratante

MM SÃO JOSÉ LTDA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Sespote 2013/59 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2013/59 A01

Contratada: MATHEUS SILVEIRA BATISTA ME

C.N.P.J: 13.732.070/0001-86

Objeto: ACRÉSCIMO DE 12%(DOZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL, PARA CUSTEAR AS TAXAS DE ARBITRAGEM DO CAMPEONATO FEMININO DE FUTSAL.

Valor: R\$3.000,00

Fundamento: Processo nº. 40/2013 Pregão 31/2013

Imbituba, 08 de junho de 2013.

OMAR N PACHECO

Secretário Municipal de Sespote

Contratante

MATHEUS SILVEIRA BATISTA ME

Representante Legal

Contratada

Editais SEAGP Nº 062/2013

EDITAL SEAGP Nº 062/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Julho a 10 de Agosto de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré-admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 11 de Julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 062/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

ASSISTENTE SOCIAL

BETINA DAVILA



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1442/2013 a 1480/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1442/2013 a 1480/2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1442/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN4296	55797760D	6912/0	17/02/2013	232
AKH7247	55797842D	6920/0	20/02/2013	233
DAY9030	55793917D	6599/2	15/02/2013	230 * V
FAL3060	55797836D	6920/0	20/02/2013	233
LWW6649	55797829D	6920/0	15/02/2013	233
LYD4102	55797834D	6920/0	20/02/2013	233
LYJ9470	55847089C	5010/0	28/01/2013	162 * I
LYJ9470	55847090C	6599/2	28/01/2013	230 * V
LYJ9470	55847091C	6556/1	28/01/2013	230 * I
LYN0354	55793892D	6610/2	17/02/2013	230 * VII
MAF4247	55795350D	5169/1	28/03/2013	165
MAW1773	55795822D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MAW1773	55795823D	6637/1	02/03/2013	230 * IX
MBB4627	55794908D	6661/0	31/03/2013	230 * XII
MBG0070	54109063D	5010/0	15/02/2013	162 * I
MBX6748	55795965D	6599/2	25/03/2013	230 * V
MBX8139	55793644D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MBX8139	55793645D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MBX8139	55793646D	5274/1	10/02/2013	175
MBX8812	55797988D	6769/1	26/03/2013	230 * XXII
MBZ2904	55795881D	5010/0	01/03/2013	162 * I
MCK0536	55795939D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MCK0536	55795940D	6599/2	27/03/2013	230 * V
MCK2739	55795811D	5045/0	28/02/2013	162 * V
MCK2739	55795821D	6637/2	28/02/2013	230 * IX
MDG4349	55797887D	6920/0	26/03/2013	233
MDY2659	55052281D	5045/0	13/02/2013	162 * V
MEF3578	55797845D	6920/0	26/02/2013	233
MEV8684	55795871D	5010/0	26/02/2013	162 * I
MFV1199	55797104D	6599/2	02/03/2013	230 * V
MGZ6126	55491929D	5274/1	23/03/2013	175
MIE1015	55793649D	6637/1	20/02/2013	230 * IX
MIE1015	55793650D	5010/0	20/02/2013	162 * I
MIZ9276	55795866D	6599/2	23/02/2013	230 * V
MJX7791	55795878D	5010/0	01/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1443/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LPB1679	55797102D	5541/1	17/02/2013	181 * XVII
LWR6700	55797065D	5525/0	17/02/2013	181 * XV



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDC4164	55797762D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
MDL1205	55797710D	5452/7	18/02/2013	181 * VIII
MEG3930	55797560D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
MEG4102	55797537D	7030/1	15/02/2013	244 * I
MFA6983	55794746D	5541/1	15/02/2013	181 * XVII
MFM1306	55797515D	5550/0	10/02/2013	181 * XVIII
MFM8628	55797581D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MGZ6126	55491930D	5835/0	23/03/2013	195
MIE1015	54109071D	5460/0	17/02/2013	181 * IX
MIT8828	54109068D	5541/1	17/02/2013	181 * XVII
MIV8656	55795462D	5541/1	11/02/2013	181 * XVII
MJB9687	55797718D	5541/5	03/04/2013	181 * XVII
MJE6800	55793919D	5460/0	18/02/2013	181 * IX
MJK7227	55795346D	5924/2	14/02/2013	203 * I
MJZ2973	55794197D	5525/0	30/03/2013	181 * XV
MKB3748	55797260D	5207/0	28/03/2013	169
MKS7470	55795063D	5452/1	21/02/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1444/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANE8193	55794401D	5010/0	15/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANE8193	55794402D	6637/2	15/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BQV2024	55793444D	6920/0	22/11/2012	R\$ 127,69	233
BYM6706	55491892D	5010/0	24/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
BYM6706	55492478D	6599/2	24/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
CGG6853	55795503D	6912/0	08/11/2012	R\$ 53,20	232
DGS0020	54660663C	6610/2	31/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
DII7496	55795701D	5061/0	19/11/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DII7496	55795702D	5010/0	19/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
EAI0264	55793471D	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
HXX4959	55793445D	6920/0	26/11/2012	R\$ 127,69	233
IAY2289	55793422D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
ICD9787	55795680D	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
IJL6718	55490397D	6599/2	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
JRI5702	55492124D	5010/0	30/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWS5806	55793149D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWS5806	55793150D	6599/2	17/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWY9631	55679893C	6599/2	11/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXU7742	55793846D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA0344	55793182D	5010/0	16/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYA0344	55793183D	6602/0	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * VI
LYL9435	55793409D	6920/0	31/10/2012	R\$ 127,69	233
LZR9051	55052270D	6637/1	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAB3224	55795677D	6912/0	21/11/2012	R\$ 53,20	232
MCF3197	55793410D	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
MCF9758	55793432D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MCN1817	55794050D	5010/0	13/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCX0627	55848817C	6599/2	29/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCZ2786	55052194D	6599/2	31/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE5823	55793123D	6653/1	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MDS2016	55793429D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MDX3699	55793439D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233
MEC1306	55793456D	6920/0	07/01/2013	R\$ 127,69	233
MEC9749	55793476D	6920/0	21/01/2013	R\$ 127,69	233
MEE1858	55492492D	5010/0	08/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEH4017	54108594D	6599/2	27/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFE8235	55793419D	6920/0	12/11/2012	R\$ 127,69	233
MFJ4789	55793352D	6920/0	04/12/2012	R\$ 127,69	233
MFL0678	55795361D	5169/1	11/01/2013	R\$ 1.915,38	165
MFN6408	55793404D	6920/0	29/10/2012	R\$ 127,69	233
MFX5910	55795902D	6599/2	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFZ5082	55793412D	6920/0	06/11/2012	R\$ 127,69	233
MGO0730	55848850C	5010/0	23/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHB3601	55794507D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHB3601	55794508D	6637/1	22/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MHC2970	55793136D	6599/2	01/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHC2970	55793137D	5010/0	01/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHI7690	55847078C	5045/0	15/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHI7975	54108593D	5118/0	24/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHI7975	55793224D	5010/0	24/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHK5990	55794320D	6912/0	21/01/2013	R\$ 53,20	232
MHK6880	55847076C	6661/0	21/11/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MHM4399	55793828D	5010/0	26/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHO8707	55795314D	6637/2	21/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIC5803	55795744D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIQ6837	55793638D	6912/0	28/11/2012	R\$ 53,20	232
MIV9732	55793640D	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJP8503	55491877D	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJT4502	55794316D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKA8535	55793434D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233
MMD5888	55795352D	6912/0	28/12/2012	R\$ 53,20	232
MRF0460	55793344D	6920/0	16/10/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1445/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DII7496	55795703D	5720/0	19/11/2012	R\$127,69	186 * I
EIY0188	55794675D	5525/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
IYY7979	55793234D	7366/2	02/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
KMN3604	55053244D	5185/1	27/11/2012	R\$ 127,69	167
MBA1793	55793969D	5525/0	07/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MCI0946	55492145D	5452/1	08/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCM5752	55491280D	5541/1	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV0857	55793872D	5967/0	27/12/2012	R\$ 191,53	203 * V
MCV0738	55793187D	5541/1	17/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0627	55793777D	5550/0	02/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDO6201	55795622D	5525/0	10/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFB2057	55491894D	5835/0	01/12/2012	R\$ 127,69	195
MIF2903	55795717D	6017/5	04/12/2012	R\$ 191,53	206 * III
MIX5477	55795345D	5541/1	12/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK6873	55795665D	5525/0	18/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MJP8503	55491879D	5207/0	25/10/2012	R\$ 53,20	169
MJP8503	55491880D	5215/1	25/10/2012	R\$ 191,53	170
MJP8503	55491881D	6076/0	25/10/2012	R\$ 191,53	210
MJX3368	55491918D	5525/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1446/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGG3170	55794175D	6599/2	11/03/2013	230 * V
CCO5547	55847033C	6599/2	05/04/2013	230 * V
CCO5547	55847034C	5010/0	05/04/2013	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

CDL4811	55797554D	6408/0	11/02/2013	221
DGD6081	55797893D	6920/0	01/04/2013	233
DII7496	55797848D	6920/0	06/03/2013	233
LNI6501	55797854D	6920/0	07/03/2013	233
LNU0812	55797891D	6920/0	04/04/2013	233
LWU7675	55793921D	5010/0	08/03/2013	162 * I
LWU7675	55793922D	6599/2	08/03/2013	230 * V
LWW2724	55797351D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LXV8196	55795463D	6599/2	17/02/2013	230 * V
LXV8196	55795464D	5010/0	17/02/2013	162 * I
LXZ2563	55793559D	6556/1	07/04/2013	230 * I
LXZ2563	55793560D	6637/1	07/04/2013	230 * IX
LXZ2563	55793560D	6637/2	07/04/2013	230 * IX
LZB9348	55793561D	5010/0	08/04/2013	162 * I
LZH2809	55795819D	5088/1	27/02/2013	163 c/c 162 * III
LZQ2899	55797252D	6599/2	13/03/2013	230 * V
MAK7570	55794445D	6599/2	28/03/2013	230 * V
MAO4947	55797860D	6920/0	12/03/2013	233
MBC4195	55797851D	6920/0	07/03/2013	233
MCY9435	55797852D	6920/0	07/03/2013	233
MDM1343	55797864D	6920/0	14/03/2013	233
MDS9046	55797857D	6920/0	12/03/2013	233
MER1582	55794432D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MER1582	55794433D	5061/0	15/03/2013	163 c/c 162 * I
MER1582	55794434D	6637/1	15/03/2013	230 * IX
MER6660	54109090D	5010/0	10/03/2013	162 * I
MER6660	54109091D	5061/0	10/03/2013	163 c/c 162 * I
MET0252	55795888D	5010/0	13/03/2013	162 * I
MET0252	55795889D	5061/0	13/03/2013	163 c/c 162 * I
MET0252	55795890D	5274/1	13/03/2013	175
MFB8950	55794425D	5010/0	16/02/2013	162 * I
MFB8950	55794426D	6637/2	16/02/2013	230 * IX
MFK5281	55793898D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MFK5281	55793899D	5061/0	15/03/2013	163 c/c 162 * I
MFK5281	55793900D	6653/2	15/03/2013	230 * XI
MFS4740	55797418D	6599/2	08/04/2013	230 * V
MFS8070	55795880D	6599/2	01/03/2013	230 * V
MGA1193	55793562D	6661/0	10/04/2013	230 * XII
MGD3794	55795882D	6599/2	07/03/2013	230 * V
MGW0797	55053122D	6610/2	09/04/2013	230 * VII
MGZ6126	55491928D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MKT6780	55795572D	5169/1	07/04/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1447/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDL4811	55794294D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
ICI6286	55794059D	5460/0	02/03/2013	181 * IX
IML7717	55795884D	5193/0	07/03/2013	168
LWW2724	55794094D	5207/0	07/04/2013	169
LWW2724	55794095D	5215/2	07/04/2013	170
LWW2724	55797352D	5835/0	26/03/2013	195
MFV0958	55794398D	5541/1	09/02/2013	181 * XVII
MGA1193	55793563D	5185/1	10/04/2013	167
MGA1193	55793564D	5231/1	10/04/2013	172
MGA1193	55793565D	5835/0	10/04/2013	195
MGH2539	55794400D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
MGQ1422	55797089D	5550/0	09/03/2013	181 * XVIII
MGU6373	55795825D	6050/2	11/03/2013	208
MHG9437	55797451D	5185/1	06/04/2013	167
MHQ8363	55797586D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MHU5178	55794131D	5746/1	12/02/2013	187 * I
MJC6596	55795883D	6122/0	07/03/2013	214 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJL7511	55794851D	5541/5	08/03/2013	181 * XVII
MJS2037	55797093D	5550/0	10/03/2013	181 * XVIII
MKO9408	55053118D	5819/1	10/03/2013	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1448/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9007	55794509D	6726/1	25/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABN9007	55794510D	6637/1	25/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
AMS2381	55679891C	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
BGG0097	55794740D	6912/0	25/01/2013	R\$ 53,20	232
HPX8009	55795728D	5010/0	13/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
IOZ3938	55053242D	5169/2	16/11/2012	R\$ 957,69	165
LXV3710	54660656C	6912/0	29/10/2012	R\$ 53,20	232
MAM0394	55794043D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAM0394	55794045D	6556/5	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBE4485	55795387D	6653/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBE4485	55795387D	6912/0	29/01/2013	R\$ 53,20	232
MDI3873	55795813D	6599/2	06/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0682	55795695D	6599/2	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0682	55795696D	5045/0	13/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEE1858	55492490D	6599/2	08/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFW1110	55793845D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGQ6805	55793369D	6920/0	13/12/2012	R\$ 127,69	233
MIU5274	55492494D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIU5274	55492495D	5061/0	11/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MLD0320	55793472D	6920/0	09/01/2013	R\$ 127,69	233
NCK2894	55490059D	5010/0	25/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
NCK2894	55490060D	6599/2	25/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
NCK2894	55490061D	5061/0	25/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1449/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9007	55795903D	5452/1	23/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
DNH1999	55795403D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DNO6034	55794595D	5452/1	29/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
IGZ4475	55795266D	5525/0	17/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
KMF6488	55491897D	5541/4	15/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYE2460	55793832D	5541/4	01/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM7937	55795755D	5541/1	18/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MED8967	55794048D	5525/0	13/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MIQ2909	55794553D	5541/1	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD4720	55052733D	5541/1	25/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ6275	55793702D	5460/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJQ6275	55793703D	5185/1	07/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1450/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIT3228	55797868D	6920/0	18/03/2013	233
CNA3090	55797306D	5010/0	21/03/2013	162 * I
CNA3090	55797307D	5061/0	21/03/2013	163 c/c 162 * I
DJC2937	55797098D	6700/0	17/03/2013	230 * XVI
HYD4332	55797876D	6920/0	19/03/2013	233
INM3399	55797869D	6920/0	18/03/2013	233
KMR4593	55794467D	6599/2	12/02/2013	230 * V
LWW2724	55794926D	5274/1	20/04/2013	175
LWW2724	55795950D	5010/0	20/04/2013	162 * I
LYA7028	55797096D	5010/0	17/03/2013	162 * I
LYN0354	55793891D	5010/0	17/02/2013	162 * I
LZC5831	55794429D	6912/0	10/03/2013	232
MAF7891	55797873D	6920/0	19/03/2013	233
MBF6324	55795944D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBW3028	55797097D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MCA8940	55797871D	6920/0	14/03/2013	233
MCV9679	55795891D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MDF6513	55797889D	6920/0	26/03/2013	233
MDI9278	55797711D	6912/0	23/03/2013	232
MDI9278	55797712D	7340/0	23/03/2013	252 * IV
MED6430	55793713D	6599/2	19/03/2013	230 * V
MED6430	55793714D	6556/3	19/03/2013	230 * I
MER0059	55053119D	6912/0	22/03/2013	232
MET2313	55797729D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MEY7798	55797742D	6912/0	22/04/2013	232
MEZ1493	55797968D	5045/0	21/03/2013	162 * V
MEZ9891	55797882D	6920/0	25/03/2013	233
MFE4973	55794904D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MFQ5151	55797969D	6556/1	21/03/2013	230 * I
MFS9166	55797866D	6920/0	15/03/2013	233
MHM4561	55797883D	6920/0	22/03/2013	233
MIH8133	55794761D	7340/0	19/04/2013	252 * IV
MJH1014	55794179D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MJV6515	55795943D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MKM8069	55794902D	6599/2	21/03/2013	230 * V
MMM9868	55797999D	6599/2	18/04/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1451/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU5094	55796904D	5185/1	20/04/2013	167
AWS0036	54658675C	7455/0	18/04/2013	218 * I
DFH8323	55797261D	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
ILW1370	55797449D	6173/3	17/04/2013	215 * I * b
LWW2724	55794924D	5835/0	20/04/2013	195
LYG7868	54108240D	5452/2	16/04/2013	181 * VIII
MAU4271	54658669C	5835/0	16/04/2013	195
MBS9764	55794760D	7064/0	18/04/2013	244 * IV
MCO5023	55794755D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MED6430	55793712D	5541/4	19/03/2013	181 * XVII
MFJ1335	55797099D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MIH8011	55797301D	5215/1	18/03/2013	170
MIH8011	55797302D	5215/2	18/03/2013	170
MIH8011	55797303D	5835/0	18/03/2013	195



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MIH8011	55797304D	5843/3	18/03/2013	196
MIH8011	55797305D	5819/1	18/03/2013	193
MIS9816	54658674C	7463/0	18/04/2013	218 * II
MIU5640	55052746D	5541/1	20/04/2013	181 * XVII
MIZ5386	55797356D	6017/5	10/04/2013	206 * III
MIZ9760	54658684C	7455/0	18/04/2013	218 * I
MJB5275	55794438D	5185/1	16/03/2013	167
MJB5275	55794439D	6270/0	16/03/2013	220 * II
MJB5275	55794440D	6351/0	16/03/2013	220 * X
MKL7276	55797355D	7366/2	10/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1452/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASD2529	55795725D	6912/0	13/12/2012	R\$ 53,20	232
CLQ2893	55797814D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
CMQ0930	55793377D	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
IQO9928	55793496D	6920/0	31/01/2013	R\$ 127,69	233
MAN4027	55795444D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ4571	55052271D	5010/0	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCV1118	55795719D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDU3402	55795735D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDV6786	55794505D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDV6786	55794506D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY3059	55492130D	5010/0	15/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY3059	55492131D	5061/0	15/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDY3059	55492132D	6599/2	15/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEU3641	55793242D	5010/0	17/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEU3641	55793243D	6599/2	17/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJC4549	55795733D	7340/0	16/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MKG1079	54659534C	5061/0	11/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MKG1079	55052148D	6637/2	11/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MKG1079	55052150D	5010/0	11/04/2012	R\$ 574,61	162 * I

1 /

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1453/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GVF8204	55052736D	5541/1	09/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK7832	55793626D	6050/2	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MDX3037	55795443D	6050/1	25/01/2013	R\$ 191,53	208
MFZ1228	55795448D	5541/1	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM9823	55848820C	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MGT7660	55795726D	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
MIA7763	55793961D	5509/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIY6114	55795768D	5541/1	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH6088	55795408D	5568/0	05/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKA6499	55793905D	6050/1	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MLC5228	55793850D	5541/5	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1454/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT7404	55795570D	5010/0	01/04/2013	162 * I
AAT7404	55795571D	6599/2	01/04/2013	230 * V
CRP9448	55797922D	6920/0	18/04/2013	233
DPJ7027	55797895D	6920/0	02/04/2013	233
LXD4081	55797748D	6599/2	22/04/2013	230 * V
LXD4081	55797749D	5010/0	22/04/2013	162 * I
LXW2803	55797880D	6920/0	21/03/2013	233
MBE4485	55794188D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MBE4485	55794189D	6912/0	28/03/2013	232
MBI4842	55797905D	6920/0	06/04/2013	233
MCE8223	55794853D	6637/1	20/04/2013	230 * IX
MCE8223	55794854D	6637/2	20/04/2013	230 * IX
MCV7897	55795009D	7340/0	22/03/2013	252 * IV
MCW2405	55794087D	6599/2	01/04/2013	230 * V
MDD5133	55797987D	6653/1	26/03/2013	230 * XI
MDK5928	55797872D	6920/0	18/03/2013	233
MDZ9119	55797900D	6920/0	03/04/2013	233
MEQ6402	55797738D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MFC8225	55797925D	6920/0	17/04/2013	233
MGC9183	55797607D	5045/0	20/04/2013	162 * V
MGM3783	55794448D	6602/0	28/03/2013	230 * VI
MGM3783	55794449D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MGM3783	55794450D	6637/1	28/03/2013	230 * IX
MGM3783	55794468D	5061/0	28/03/2013	163 c/c 162 * I
MGN5390	55795941D	6599/2	28/03/2013	230 * V
MGP3572	55797863D	6920/0	14/03/2013	233
MHC7602	55795893D	5010/0	21/04/2013	162 * I
MHM1395	55797750D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MHO0221	55797921D	6920/0	18/04/2013	233
MHQ0434	55794773D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
MHQ6661	55052285D	6912/0	03/04/2013	232
MIH8133	55794774D	7340/0	23/04/2013	252 * IV
MIR9220	55794090D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MJK1659	55797985D	7340/0	26/03/2013	252 * IV
MKF1867	55797308D	5010/0	27/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JAR. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1455/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJD8585	55797986D	7234/0	26/03/2013	250 * I * a
DKX7905	55794088D	5541/5	01/04/2013	181 * XVII
LXW1704	55797716D	6017/5	03/04/2013	206 * III
MAF5626	55797989D	5185/1	26/03/2013	167
MAR8834	55794909D	5541/4	02/04/2013	181 * XVII
MCO8027	55797727D	5541/1	03/04/2013	181 * XVII
MCW2405	55794085D	5460/0	01/04/2013	181 * IX
MDL3757	55794799D	6050/1	24/04/2013	208
MDL8783	55797100D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MDU4472	55796901D	5525/0	20/04/2013	181 * XV
MEC1306	55796951D	5452/2	23/04/2013	181 * VIII
MES9851	55797267D	5541/1	03/04/2013	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEX9771	55794777D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MFY3233	55793720D	5185/1	24/04/2013	167
MGK5228	55797262D	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
MGQ5842	55794927D	5185/1	23/04/2013	167
MGZ5098	55794917D	7366/2	17/04/2013	252 * VI
MHM2462	55052747D	7366/2	20/04/2013	252 * VI
MIN1875	55797124D	5541/1	30/03/2013	181 * XVII
MIR9220	55794092D	5452/2	04/04/2013	181 * VIII
MJN8173	55793718D	6017/5	22/04/2013	206 * III
MKC7185	55797113D	5541/1	29/03/2013	181 * XVII
MKW8043	55793723D	7366/2	24/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1456/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOX4570	55793244D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
ECT0002	55793372D	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
HVT2643	55793371D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
IBX4938	55794552D	6599/2	26/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKC3006	55793910D	5010/0	19/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
IKC3006	55793911D	6637/1	19/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IMQ8207	55795564D	6599/2	26/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
IQI8309	55793358D	6920/0	06/12/2012	R\$ 127,69	233
JEH7196	55793364D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
JGV9577	55847082C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
JNG6493	55052200D	5045/0	09/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
LWU8070	55793247D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWU8070	55793386D	6920/0	28/12/2012	R\$ 127,69	233
LWW6705	55797951D	6556/5	30/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXV2774	55793478D	6920/0	23/01/2013	R\$ 127,69	233
LXZ0835	55795901D	5010/0	20/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYO8050	55795953D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAT2253	55793370D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
MBO3215	55795741D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBS1084	55795184D	5010/0	28/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBS1084	55795184D	6556/3	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBS1084	55795184D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCC2498	55793492D	6920/0	30/01/2013	R\$ 127,69	233
MCM7049	55795917D	6599/2	22/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM7049	55795918D	6912/0	22/01/2013	R\$ 53,20	232
MCQ7242	55795734D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCS3449	55793484D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MCS3449	55848841C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5414	55795957D	7340/0	19/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDD9214	55490999D	5010/0	24/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDD9214	55491000D	6599/2	24/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7898	55492319D	6653/2	03/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDJ7898	55492320D	5037/1	03/01/2013	R\$ 574,61	162 * III
MDJ7898	55794536D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7898	55794538D	6556/1	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDJ7898	55794539D	6912/0	03/01/2013	R\$ 53,20	232
MDJ7898	55794540D	5045/0	03/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDL2723	55793838D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDL8611	55795712D	5274/1	28/11/2012	R\$ 191,53	175
MDL8611	55795713D	7340/0	28/11/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDM2863	55793866D	5010/0	27/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM2863	55793868D	5061/0	27/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MER5322	55795790D	7340/0	28/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEZ2652	55795331D	5274/1	31/12/2012	R\$ 191,53	175
MFD9877	55795804D	6599/2	11/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK4091	55795954D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK4091	55795955D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFO8412	55794407D	5010/0	26/01/2013	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGA6782	55794511D	5010/0	25/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGL6642	55795383D	6556/4	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGU7610	55793488D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MGW0797	55795812D	6556/1	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHF6431	55793489D	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
MHY3288	55797965D	6599/2	04/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY8092	55492137D	5169/1	21/12/2012	R\$ 957,69	165
MJD6531	55491261D	6556/1	25/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MJX1551	55848843C	5010/0	23/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MRF0460	55793864D	6599/2	24/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1457/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMK5232	55491291D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
BNZ7010	55793197D	5746/1	25/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
DKX7002	55795205D	5380/0	02/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
EKV1245	55795143D	5541/1	26/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ3026	55491288D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB1335	55795294D	5525/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MBM8706	55491289D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM2863	55793867D	5835/0	27/12/2012	R\$ 127,69	195
MDO7446	55795784D	5835/0	24/12/2012	R\$ 127,69	195
MDO7446	55795784D	7048/3	24/12/2012	R\$ 191,53	244 * II
MEV9984	54109084D	5452/2	05/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFZ1228	54657261C	5541/1	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO0694	55794108D	5541/1	20/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG0431	54660673C	5525/0	24/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHQ0434	55795445D	5967/0	27/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MHU9699	55491792D	5207/0	22/01/2013	R\$ 53,20	169
MJ6274	55795292D	5541/1	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL6122	55794111D	5541/1	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ6376	55795101D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIZ6408	55795173D	5746/1	03/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MJS5204	54108595D	5835/0	26/12/2012	R\$ 127,69	195
MJS5204	54108596D	5215/2	26/12/2012	R\$ 191,53	170
MJS5204	54108597D	5215/1	26/12/2012	R\$ 191,53	170
MJS5204	54108598D	5720/0	26/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
MMB3560	54109082D	5452/2	28/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1458/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU5094	55796930D	6637/1	27/04/2013	230 * IX
ADU5094	55796931D	6912/0	27/04/2013	232
CMN3750	55797897D	6920/0	30/03/2013	233
GKU1107	55797405D	5045/0	06/04/2013	162 * V
GKU1107	55797406D	6912/0	06/04/2013	232
GVT4819	55793748D	5010/0	01/05/2013	162 * I
KMF6488	55797992D	6556/5	18/04/2013	230 * I
LWZ1467	55797908D	6920/0	08/04/2013	233
LXR2623	55794767D	6610/2	20/04/2013	230 * VII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LXZ4178	55796501D	5010/0	26/04/2013	162 * I
LYO0804	55794910D	5010/0	06/04/2013	162 * I
LYQ4725	55794180D	6599/2	26/03/2013	230 * V
LYQ4725	55794181D	5010/0	26/03/2013	162 * I
LYQ4725	55794182D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794183D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794184D	6637/2	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794185D	6769/1	26/03/2013	230 * XXII
LZD9401	54658694C	6599/2	26/04/2013	230 * V
LZD9401	54658695C	5045/0	26/04/2013	162 * V
LZD9401	54658696C	6912/0	26/04/2013	232
MAK7570	55797914D	6920/0	10/04/2013	233
MBD3193	55797364D	6599/2	28/04/2013	230 * V
MBZ2904	55797407D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MBZ2904	55797408D	6912/0	06/04/2013	232
MBZ2904	55797409D	6556/5	06/04/2013	230 * I
MBZ2904	55797915D	6920/0	11/04/2013	233
MCG4523	55797411D	5010/0	08/04/2013	162 * I
MCG4523	55797412D	6637/2	08/04/2013	230 * IX
MCR3730	55797771D	5010/0	27/04/2013	162 * I
MDD9214	55797442D	6556/1	14/04/2013	230 * I
MDD9214	55797444D	6637/2	14/04/2013	230 * IX
MDD9214	55797445D	6912/0	14/04/2013	232
MDD9214	55797446D	5010/0	14/04/2013	162 * I
MDF6739	55795937D	6599/2	27/03/2013	230 * V
MDF6739	55795938D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MDI5406	55847100C	5010/0	11/04/2013	162 * I
MDS1810	55797910D	6920/0	08/04/2013	233
MFB5754	54109094D	6599/2	15/04/2013	230 * V
MFB5754	54109095D	5010/0	15/04/2013	162 * I
MFO5727	55795896D	6637/1	25/04/2013	230 * IX
MFO5727	55795897D	5010/0	25/04/2013	162 * I
MFO5727	55795899D	6912/0	25/04/2013	232
MGB2030	55797909D	6920/0	08/04/2013	233
MGQ4284	55796945D	6912/0	05/05/2013	232
MGQ4284	55796947D	6556/5	05/05/2013	230 * I
MGW8213	55797453D	5010/0	09/04/2013	162 * I
MGW8213	55797454D	6912/0	09/04/2013	232
MHK4686	55797324D	5045/0	26/04/2013	162 * V
MHK4686	55797325D	6912/0	26/04/2013	232
MHT7833	55797309D	6599/2	05/04/2013	230 * V
MHT7833	55797310D	5010/0	05/04/2013	162 * I
MHT7833	55797311D	5169/1	05/04/2013	165
MJN5321	55797902D	6920/0	03/04/2013	233
MJX8189	55794753D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MKE1471	55492343D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MKO4261	55794911D	7340/0	08/04/2013	252 * IV
MMA1959	55491932D	6599/2	31/03/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1459/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRG1198	55797002D	5541/1	06/04/2013	181 * XVII
CHM0299	55797610D	5835/0	24/04/2013	195
CHM0299	55797612D	6076/0	24/04/2013	210
CHM0299	55797613D	6270/0	24/04/2013	220 * II
LXP9808	55797419D	7234/0	08/04/2013	250 * I * a
LZS3527	55491935D	5525/0	06/04/2013	181 * XV
MAR4256	55797772D	5967/0	30/04/2013	203 * V
MCG4523	55797413D	7030/2	08/04/2013	244 * I
MDT1382	55797462D	5185/1	30/04/2013	167
MFR2771	55797361D	5452/2	19/04/2013	181 * VIII
MGA3457	55794789D	7455/0	24/04/2013	218 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGQ4284	55796946D	7030/2	05/05/2013	244 * I
MGU7610	54108194D	7455/0	07/05/2013	218 * I
MIW5315	55794099D	5452/2	10/04/2013	181 * VIII
MJB9844	55794812D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MKO5111	55793711D	5541/4	19/03/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1460/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARB0810	55795960D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
CMF7214	55794284D	5010/0	07/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
HRG9608	55848849C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
JKW5412	55797815D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
MAG6452	55794317D	5010/0	20/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAG6452	55794318D	6599/2	20/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAI1128	55793915D	6912/0	11/02/2013	R\$ 53,20	232
MAT0840	55793363D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
MCK7832	55795321D	5010/0	21/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCK7832	55795322D	5118/0	21/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCK7832	55795324D	6556/1	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFF8892	55795180D	6599/2	25/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF8892	55795181D	6580/0	25/01/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MFF8892	55795182D	6637/1	25/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFK4091	55795955D	6912/0	19/12/2012	R\$ 53,20	232
MFM4918	55797805D	6920/0	04/02/2013	R\$ 127,69	233
MGH9638	55797823D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MJW0450	54660695C	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKZ0471	55797963D	6599/2	31/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1461/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPM4936	55491900D	5541/4	24/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ILL2327	55795277D	5525/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LZY6622	55794523D	7030/2	31/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MFA8865	55795905D	5541/4	26/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF8892	55795183D	5746/1	25/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFZ0562	55795441D	5541/1	25/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1462/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCA1936	55796720D	6637/2	08/05/2013	230 * IX
MDW8560	55794859D	5010/0	24/04/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1463/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN2398	55795485D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MDZ5167	55796705D	7455/0	07/05/2013	218 * I
MHH8919	55793727D	7463/0	30/04/2013	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1464/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDF6636	55797589D	5550/0	13/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1465/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANE8193	55796563D	5010/0	10/05/2013	162 * I
ANE8193	55796564D	5169/1	10/05/2013	165
ANE8193	55796565D	6769/1	10/05/2013	230 * XXII
BIW4640	55492333D	6599/2	17/04/2013	230 * V
BIW4640	55492334D	6637/2	17/04/2013	230 * IX
BIW4640	55492335D	5010/0	17/04/2013	162 * I
BIW4640	55492336D	6556/5	17/04/2013	230 * I
BIW4640	55492337D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
BIW4640	55492338D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
BSI9788	55794922D	6599/2	20/04/2013	230 * V
BSI9788	55794923D	5045/0	20/04/2013	162 * V
BSI9788	55795949D	6637/1	20/04/2013	230 * IX
CCX5479	55796914D	6599/2	23/04/2013	230 * V
DVN6191	55795945D	5053/1	14/04/2013	162 * VI
EGS0741	55797918D	6920/0	08/04/2013	233
GUN5069	55796736D	6912/0	14/05/2013	232
IED1487	55796902D	6599/2	20/04/2013	230 * V
LWU8070	55797745D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
LXJ9596	55492342D	5010/0	17/04/2013	162 * I
LXY7111	55794929D	5010/0	23/04/2013	162 * I
LYF9196	55492339D	6599/2	17/04/2013	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LYF9196	55492340D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
LYF9196	55492341D	6556/1	17/04/2013	230 * I
LZE6067	55794769D	6610/2	20/04/2013	230 * VII
MAO3688	55796908D	5029/2	21/04/2013	162 * II
MAP1881	55796009D	6912/0	11/05/2013	232
MAP1881	55796729D	6637/2	11/05/2013	230 * IX
MAU7650	55793566D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MAU7650	55793567D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MAW5280	55797428D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBA8911	55793568D	6599/2	19/04/2013	230 * V
MBA8911	55793569D	5010/0	19/04/2013	162 * I
MBA8911	55793569D	5061/0	19/04/2013	163 c/c 162 * I
MBD2496	55796957D	6912/0	23/04/2013	232
MBD9304	55797420D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797421D	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MBD9304	55797422D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797423D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797425D	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MBF7513	55796740D	6599/2	14/05/2013	230 * V
MBM0637	55797448D	6912/0	14/04/2013	232
MBM0857	55794771D	6653/1	22/04/2013	230 * XI
MCV9845	55795892D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MDF7512	55793572D	6556/1	10/05/2013	230 * I
MDK3987	55797734D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
MDW8560	55794860D	5010/0	24/04/2013	162 * I
MEI8374	55797913D	6920/0	11/04/2013	233
MFD6783	55797924D	6920/0	19/04/2013	233
MFE1440	55794758D	6769/1	18/04/2013	230 * XXII
MFE8235	54658690C	6610/2	21/04/2013	230 * VII
MFE9952	55796014D	6599/2	13/05/2013	230 * V
MFE9952	55796015D	6912/0	13/05/2013	232
MFJ5613	54109093D	5010/0	11/04/2013	162 * I
MFJ5613	55796576D	5010/0	17/05/2013	162 * I
MFV3852	55796507D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MFV8765	55797614D	6599/2	02/05/2013	230 * V
MFZ2780	55795894D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MFZ6106	55796920D	5010/0	23/04/2013	162 * I
MFZ6106	55796921D	5274/1	23/04/2013	175
MFZ6106	55796922D	6637/1	23/04/2013	230 * IX
MGJ4852	55795014D	6599/2	16/05/2013	230 * V
MGJ4852	55795015D	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGK0382	55797744D	6653/1	22/04/2013	230 * XI
MGP0772	55794214D	6599/2	09/05/2013	230 * V
MGT5613	55796912D	6599/2	23/04/2013	230 * V
MGT5613	55796913D	6912/0	23/04/2013	232
MHC6172	55797927D	6920/0	30/04/2013	233
MHZ2787	55796911D	6912/0	23/04/2013	232
MIB9924	55797337D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MIB9924	55797338D	5061/0	14/05/2013	163 c/c 162 * I
MJK7227	55794205D	5045/0	12/04/2013	162 * V
MJL1921	55794822D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MJU7195	55797743D	6912/0	22/04/2013	232
MJX0327	55797433D	7340/0	11/04/2013	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1466/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR6570	54658678C	7455/0	18/04/2013	218 * I
BNX4521	55797739D	5185/1	22/04/2013	167
CYZ5805	55794764D	5185/1	19/04/2013	167
HXX4959	55794802D	5541/1	23/04/2013	181 * XVII
IAT6770	55797426D	5541/1	11/04/2013	181 * XVII
IPL3625	55796651D	6122/0	09/05/2013	214 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

IQP6586	55796959D	5460/0	23/04/2013	181 * IX
LNW6353	55794206D	5371/0	12/04/2013	180
LNW6353	55794206D	5398/0	12/04/2013	181 * II
LWU1545	55796578D	5193/0	17/05/2013	168
LXL5592	55797334D	5207/0	11/05/2013	169
LXP7784	55797450D	7234/0	17/04/2013	250 * I * a
LZG5868	55796903D	5185/1	20/04/2013	167
MBI0633	55796572D	5185/1	12/05/2013	167
MBM0637	55797447D	7234/0	14/04/2013	250 * I * a
MBU0002	55797991D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MCF1361	55796013D	5452/2	13/05/2013	181 * VIII
MDC5448	55797429D	7234/0	11/04/2013	250 * I * a
MEL0069	55797740D	5185/1	22/04/2013	167
MEW5499	55794793D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MFE8235	54658693C	5240/0	21/04/2013	173
MFG0525	55793716D	5509/0	22/04/2013	181 * XIII
MFJ8014	55794759D	7064/0	18/04/2013	244 * IV
MFP6109	55053124D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MGF3005	55795946D	7366/2	14/04/2013	252 * VI
MGN6920	55793746D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MGU2974	55798000D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MGV3995	55797603D	6076/0	11/04/2013	210
MHE3783	55796714D	5738/0	08/05/2013	186 * II
MHF1020	55794815D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MHZ9142	54658677C	7455/0	18/04/2013	218 * I
MIF6332	55794792D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MIK2417	55797365D	6050/1	08/05/2013	208
MIK2417	55797366D	5185/1	08/05/2013	167
MIN1334	54109096D	5967/0	18/04/2013	203 * V
MJL1921	55794821D	5541/1	10/05/2013	181 * XVII
MJL9439	55797435D	7048/1	11/04/2013	244 * II
MJQ1662	55796735D	7099/1	14/05/2013	244 * VII
MKZ0471	55797993D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MRZ2986	55794813D	7455/0	07/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1467/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN4296	55491790D	5010/0	10/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
CGR0036	55794172D	5045/0	09/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
CGR0036	55794173D	5037/1	09/03/2013	R\$ 574,61	162 * III
MAI4871	55492147D	5010/0	08/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBX6643	55795867D	6912/0	23/02/2013	R\$ 53,20	232
MEI8541	55795869D	5045/0	23/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEI8541	55795870D	6556/1	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHB4377	55794151D	6599/2	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHB4377	55794152D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHL7197	55795628D	6599/2	12/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0230	55795926D	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0230	55795927D	6912/0	15/02/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1468/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAH5661	55794301D	5525/0	13/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DKX7002	55795795D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DPJ7027	55797709D	5541/1	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IGT4326	55492398D	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ISR0919	55794003D	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LAY4346	55794016D	5185/1	07/01/2013	R\$ 127,69	167
LYU7540	55794143D	5479/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * X
MBA2637	55794656D	5541/1	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ9833	55848830C	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ5869	55848833C	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFH1368	55797702D	5746/1	16/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFM6039	54109064D	5185/1	15/02/2013	R\$ 127,69	167
MIZ8398	55794164D	5541/1	24/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1469/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJZ0941	55794207D	6599/2	24/04/2013	230 * V
GTE2503	55796955D	6599/2	23/04/2013	230 * V
GTE2503	55796956D	6556/5	23/04/2013	230 * I
IBP3210	55797932D	6920/0	03/05/2013	233
JXV1386	55796910D	5274/1	23/04/2013	175
KGD0638	55794783D	6599/2	24/04/2013	230 * V
LWW2724	55797929D	6920/0	29/04/2013	233
LXE7339	55797938D	6920/0	08/05/2013	233
LYE2962	55795826D	5045/0	03/05/2013	162 * V
LYE2962	55795828D	6556/1	03/05/2013	230 * I
MAI2221	55796942D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MAZ2801	55796924D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MAZ8015	55796923D	6599/2	26/04/2013	230 * V
MBH4153	55796722D	7340/0	08/05/2013	252 * IV
MBI5923	55795070D	5010/0	21/04/2013	162 * I
MBI6828	55797948D	6920/0	13/05/2013	233
MEE5396	55794800D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MEO3882	55797949D	6920/0	08/05/2013	233
MEX5533	55796925D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MFO6016	55797944D	6920/0	10/05/2013	233
MFZ8951	55797928D	6920/0	30/04/2013	233
MHK4644	55796928D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
MKN8056	55797950D	6920/0	13/05/2013	233
MMF1770	55797943D	6920/0	09/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1470/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BKO1066	55793750D	5738/0	07/05/2013	186 * II
LXB6901	55794820D	5541/1	10/05/2013	181 * XVII
MCF3197	55794791D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MCP2302	55794795D	7455/0	24/04/2013	218 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGU2361	55796932D	5541/5	29/04/2013	181 * XVII
MHN4781	55796944D	5835/0	03/05/2013	195
MIQ7678	55797326D	5541/4	29/04/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1471/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMP0171	55847098C	6599/2	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
APY9867	55795886D	7340/0	07/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
ASN3252	55492144D	6637/1	07/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BGL6391	54109079D	6599/2	27/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
BGL6391	54109080D	5010/0	27/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
CMD4189	55793914D	5010/0	31/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
GVT4819	55797960D	5010/0	31/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
HPG3829	55797832D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
IGE1210	55797830D	6920/0	18/02/2013	R\$ 127,69	233
INX3911	55793475D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
LWT5591	55793848D	5045/0	10/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXV1769	55793642D	6556/1	29/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXV1769	55793642D	6637/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYK0432	54658667C	6610/1	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYK0432	54658670C	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZV6826	55797855D	6920/0	04/03/2013	R\$ 127,69	233
MAO3688	55793876D	5045/0	08/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBD7665	55797835D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	233
MBM1863	55794287D	5010/0	07/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBZ8636	55794521D	6599/2	31/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBZ8636	55794524D	5010/0	31/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCE3944	55794534D	7340/0	03/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCG8285	55053248D	5169/1	10/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MCG8285	55053249D	6912/0	10/02/2013	R\$ 53,20	232
MCV5851	55795411D	6599/2	08/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7626	55847097C	5045/0	01/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEJ8721	55793389D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MEK9993	55797903D	6920/0	05/04/2013	R\$ 127,69	233
MEN5295	55795565D	5010/0	03/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEN5295	55795566D	5118/0	03/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFM6598	55793390D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MFN9515	55795854D	5045/0	02/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFN9515	55795855D	5037/1	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * III
MFS0940	55794532D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGC3500	55793396D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MGD8887	55794424D	6912/0	13/02/2013	R\$ 53,20	232
MGQ1853	55797859D	6920/0	12/03/2013	R\$ 127,69	233
MGW0797	55794418D	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGW0797	55794419D	5061/0	10/02/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGW0797	55794420D	7340/0	10/02/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGX8076	55847081C	5045/0	15/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHL5153	55795929D	6599/2	16/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHL5153	55795930D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHU1461	55797806D	6920/0	06/02/2013	R\$ 127,69	233
MIF5821	55492500D	5045/0	22/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIM3196	55797763D	6599/2	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIV6580	55793497D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
MIV9963	55794550D	5010/0	06/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJE5934	55794154D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MMM7878	55793873D	5274/2	05/01/2013	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1472/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSC3328	55794146D	5452/7	18/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DEZ5021	55795623D	5452/1	07/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DKQ4607	55797066D	5525/0	17/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DQO9508	55847031C	5967/0	04/02/2013	R\$ 191,53	203 * V
JPC4005	55794312D	7366/2	15/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZK1007	54109092D	5541/1	11/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ8636	55794525D	5185/1	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MBZ8636	55794526D	5185/2	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MCE3944	55794533D	5185/1	03/01/2013	R\$ 127,69	167
MDE9522	55794150D	5509/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MED3960	55795817D	5185/1	24/02/2013	R\$ 127,69	167
MEW4449	55794367D	5525/0	14/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFF1679	55797708D	5380/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * I
MHI7690	55797088D	5550/0	09/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIJ0671	54109060D	5541/1	14/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK2208	55795461D	5541/1	11/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ6673	55795189D	7366/2	18/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJT7528	55797091D	5550/0	10/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKC6115	54109081D	5525/0	27/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MKN0358	55794167D	6050/1	03/03/2013	R\$ 191,53	208
MKT6780	55794142D	5746/1	16/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MKW0089	55795629D	5746/1	12/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MMA3279	55797653D	5525/0	21/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MMA3289	55794350D	5541/1	03/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM7878	55793875D	5215/2	05/01/2013	R\$ 191,53	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1473/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX2371	55795071D	6599/2	27/04/2013	230 * V
ABX2371	55795072D	5169/1	27/04/2013	165
AEG5986	55796768D	6920/0	27/05/2013	233
AHM5799	55794857D	5037/1	24/04/2013	162 * III
AHM5799	55794858D	6599/2	24/04/2013	230 * V
BRH9763	55797773D	5010/0	03/05/2013	162 * I
CEM1939	55795468D	6599/2	28/04/2013	230 * V
CEM1939	55795469D	5010/0	28/04/2013	162 * I
DAZ6089	55796553D	6599/2	07/05/2013	230 * V
DDW1570	55796771D	6920/0	24/05/2013	233
IDR8721	55796713D	5045/0	08/05/2013	162 * V
IKM0906	55796555D	5010/0	10/05/2013	162 * I
IKM0906	55796556D	6599/2	10/05/2013	230 * V
ILN9672	55797615D	5010/0	05/05/2013	162 * I
ILN9672	55797616D	6599/2	05/05/2013	230 * V
JKS4022	55796001D	6599/2	10/05/2013	230 * V
JKS4022	55796002D	5010/0	10/05/2013	162 * I
LWT1933	55796975D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
LWT1933	55796976D	5010/0	26/04/2013	162 * I
LXY7211	55794855D	6599/2	24/04/2013	230 * V
LXZ2563	55796764D	6920/0	24/05/2013	233
LYV4865	55796715D	6769/2	08/05/2013	230 * XXII
LZI4609	55794209D	6599/2	27/04/2013	230 * V
LZU3272	55796936D	6599/2	30/04/2013	230 * V
LZU3272	55796938D	5010/0	30/04/2013	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MAG1498	55796751D	6920/0	14/05/2013	233
MBS2395	55794938D	6556/1	05/05/2013	230 * I
MBV0831	55796509D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MBV0831	55796510D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MBW4906	55797931D	6920/0	30/04/2013	233
MCB1888	55796718D	6556/1	08/05/2013	230 * I
MCB1888	55796719D	6769/2	08/05/2013	230 * XXII
MCH7779	55796761D	6920/0	23/05/2013	233
MCI4202	55796511D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MCI4202	55796512D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MCI4202	55796513D	5169/1	08/05/2013	165
MCP5441	55795074D	6599/2	03/05/2013	230 * V
MCQ7242	55796929D	6912/0	26/04/2013	232
MCR5550	55797934D	6920/0	03/05/2013	233
MDC5463	55796559D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MDC5463	55796948D	7340/0	05/05/2013	252 * IV
MEC3621	55796940D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MEC3621	55796941D	6599/2	02/05/2013	230 * V
MED3960	55796950D	6610/2	05/05/2013	230 * VII
MEE9359	55797328D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MEE9359	55797329D	5061/0	05/05/2013	163 c/c 162 * I
MEK5533	55796926D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
MEO8167	55796012D	6912/0	12/05/2013	232
MEO8167	55796733D	5274/1	12/05/2013	175
MFL0566	55796712D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MFS9659	55796005D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MFS9659	55796505D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MFZ6700	55794932D	7340/0	29/04/2013	252 * IV
MHN4781	55794934D	6769/1	03/05/2013	230 * XXII
MHN4781	55796943D	5274/1	03/05/2013	175
MHP6828	55797204D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MIP6226	55796007D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MJX7791	55796721D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MJX7989	55794765D	7340/0	19/04/2013	252 * IV
MKR2538	55794210D	5045/0	27/04/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1474/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN4717	55796515D	5541/4	11/05/2013	181 * XVII
HBU0357	55795490D	5541/4	10/05/2013	181 * XVII
HJG6374	55796702D	7455/0	07/05/2013	218 * I
HRM2290	55793726D	7455/0	30/04/2013	218 * I
HVZ3105	55793747D	7455/0	30/04/2013	218 * I
IAQ1773	54108198D	7455/0	07/05/2013	218 * I
IHQ1561	55796575D	5185/1	12/05/2013	167
INN9576	55797464D	5185/1	03/05/2013	167
IOS6942	55795474D	7455/0	30/04/2013	218 * I
LXP7784	55796933D	5827/0	28/04/2013	194
MCQ0265	55796551D	5207/0	24/04/2013	169
MDA7986	55795481D	7463/0	30/04/2013	218 * II
MEK5533	55796927D	7064/0	26/04/2013	244 * IV
MEO8167	55796734D	7030/2	12/05/2013	244 * I
MEP6405	55797470D	5185/1	09/05/2013	167
MEQ0769	55796710D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MFR6745	55794930D	5185/1	26/04/2013	167
MHG7378	55793724D	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MHN4781	55794935D	5207/0	03/05/2013	169
MHZ6431	55793730D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MIG9401	55846822C	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MJO1365	55797460D	5185/1	27/04/2013	167
MJP1146	55794825D	5541/1	14/05/2013	181 * XVII
MJW5443	55794817D	7463/0	07/05/2013	218 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJW5443	55794818D	5835/0	07/05/2013	195
MLA7238	55793743D	7455/0	30/04/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1475/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG3170	55794176D	6556/1	11/03/2013	R\$ 191,53	230 * I
AGG3170	55794177D	5010/0	11/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANN2539	55794072D	6599/2	23/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
GXW4757	55797768D	6599/2	21/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
IPN9806	55797870D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
LZD4564	54108182D	5010/0	14/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAT6827	55797875D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
MDJ1996	55794428D	6912/0	20/02/2013	R\$ 53,20	232
MIT0421	55052198D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1476/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCW0477	55795283D	5525/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
JVG1307	55794163D	5541/1	19/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYN7651	55794062D	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167
LYN7651	55794063D	7366/2	08/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBF8777	55797982D	5185/1	25/03/2013	R\$ 127,69	167
MHS1220	54657417C	5541/1	01/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1477/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEB9439	55796907D	6912/0	20/04/2013	232
IGD8092	55796025D	5010/0	24/05/2013	162 * I
IGD8092	55796070D	6610/2	24/05/2013	230 * VII
ILI3717	55796790D	6920/0	04/06/2013	233
JYC6301	55797335D	6599/2	12/05/2013	230 * V
LWW2724	55797333D	5274/1	02/05/2013	175
LXZ7704	55796082D	6599/2	29/05/2013	230 * V
LXZ7704	55796083D	6556/1	29/05/2013	230 * I
MAF8544	55796018D	6912/0	14/05/2013	232
MAF8544	55796743D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MAN1239	55796004D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MAN1239	55796006D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MBI4842	55797363D	6912/0	25/04/2013	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBJ1088	55797945D	6920/0	10/05/2013	233
MBL9103	55793573D	5010/0	12/05/2013	162 * I
MBL9103	55793574D	5061/0	12/05/2013	163 c/c 162 * I
MBL9103	55793575D	6602/0	12/05/2013	230 * VI
MBL9103	55793576D	5274/1	12/05/2013	175
MBO3901	55796580D	6599/2	17/05/2013	230 * V
MBO3901	55796581D	6556/5	17/05/2013	230 * I
MBO3901	55796582D	6602/0	17/05/2013	230 * VI
MCG5645	55796742D	6556/1	14/05/2013	230 * I
MDA7639	55796557D	5045/0	10/05/2013	162 * V
MDD6707	55797343D	5010/0	23/05/2013	162 * I
MDD9214	55796017D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MDD9214	55796739D	6637/2	14/05/2013	230 * IX
MDD9284	55794928D	6637/2	23/04/2013	230 * IX
MDO9373	55796792D	6920/0	04/06/2013	233
MDX2339	55796584D	6912/0	17/05/2013	232
MES5820	55795829D	6599/2	15/05/2013	230 * V
MES5820	55795830D	6912/0	15/05/2013	232
MEZ9381	55796727D	5010/0	11/05/2013	162 * I
MEZ9381	55796728D	6599/2	11/05/2013	230 * V
MFJ5392	55796570D	6556/1	12/05/2013	230 * I
MGA6782	55795573D	6599/2	16/05/2013	230 * V
MGA6782	55795575D	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGA6782	55795576D	6653/1	16/05/2013	230 * XI
MHM0172	55796781D	6920/0	04/06/2013	233
MHP8924	55794215D	5010/0	02/06/2013	162 * I
MHP8924	55796737D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MJB5275	55793570D	6637/1	28/04/2013	230 * IX
MJS5204	55796741D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MWH5478	55797937D	6920/0	08/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1478/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DVN6191	55796574D	5185/1	12/05/2013	167
HYP0721	55797468D	5185/1	09/05/2013	167
IBQ8800	55797431D	7234/0	11/04/2013	250 * I * a
ILF9561	55796518D	7234/0	12/05/2013	250 * I * a
LWW2724	55797327D	5215/2	02/05/2013	170
LWW2724	55797332D	5835/0	02/05/2013	195
LXC6917	55797469D	5185/1	09/05/2013	167
MBO3901	55796579D	5541/4	17/05/2013	181 * XVII
MEJ4036	55797344D	5541/1	26/05/2013	181 * XVII
MGB4599	55796519D	5266/3	15/05/2013	174
MGB4599	55796520D	5835/0	15/05/2013	195
MGB4599	55796521D	6033/0	15/05/2013	206 * V
MGB4599	55796522D	6050/2	15/05/2013	208
MID3798	55797995D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MIX4430	55794948D	7455/0	07/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1479/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKB3442	55794775D	6556/5	23/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
AKI7220	55795457D	6599/2	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDP3343	55794187D	6637/2	28/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM7880	55491793D	6637/1	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM7880	55491794D	6610/2	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAM7880	55491795D	6912/0	02/02/2013	R\$ 53,20	232
MAM7880	55491796D	6637/2	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAO2712	55795380D	6912/0	28/01/2013	R\$ 53,20	232
MCQ4571	55052272D	6599/2	02/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ4571	55052273D	5169/1	02/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MES3133	55795397D	7340/0	29/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEW4250	55794666D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGT2728	55795948D	6602/0	14/04/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MHL2184	55847095C	5045/0	31/01/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1480/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARY8254	55053125D	5207/0	18/04/2013	R\$ 53,20	169
IBR0975	55491293D	5541/1	30/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IDP3343	55794186D	5215/2	28/03/2013	R\$ 191,53	170
LUK0172	54109097D	7463/0	18/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAI0451	55795789D	5185/1	28/12/2012	R\$ 127,69	167
MEM0891	55793996D	5541/1	03/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV3686	55797404D	7234/0	06/04/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MFJ5227	55794071D	5452/2	23/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHZ3477	55797092D	5550/0	10/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIX2429	55797703D	5509/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MJS2784	55491295D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MJT5824	55794925D	5185/1	23/04/2013	R\$ 127,69	167
MPX4100	55794782D	7455/0	24/04/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 28 DE JUNHO DE 2013

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor de Mobilidade Urbana
 Autoridade de Trânsito

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1442/2013 a 1480/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1442/2013 a 1480/2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1442/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN4296	55797760D	6912/0	17/02/2013	232
AKH7247	55797842D	6920/0	20/02/2013	233
DAY9030	55793917D	6599/2	15/02/2013	230 * V
FAL3060	55797836D	6920/0	20/02/2013	233
LWW6649	55797829D	6920/0	15/02/2013	233
LYD4102	55797834D	6920/0	20/02/2013	233
LYJ9470	55847089C	5010/0	28/01/2013	162 * I
LYJ9470	55847090C	6599/2	28/01/2013	230 * V
LYJ9470	55847091C	6556/1	28/01/2013	230 * I
LYN0354	55793892D	6610/2	17/02/2013	230 * VII
MAF4247	55795350D	5169/1	28/03/2013	165
MAW1773	55795822D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MAW1773	55795823D	6637/1	02/03/2013	230 * IX
MBB4627	55794908D	6661/0	31/03/2013	230 * XII
MBG0070	54109063D	5010/0	15/02/2013	162 * I
MBX6748	55795965D	6599/2	25/03/2013	230 * V
MBX8139	55793644D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MBX8139	55793645D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MBX8139	55793646D	5274/1	10/02/2013	175
MBX8812	55797988D	6769/1	26/03/2013	230 * XXII
MBZ2904	55795881D	5010/0	01/03/2013	162 * I
MCK0536	55795939D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MCK0536	55795940D	6599/2	27/03/2013	230 * V
MCK2739	55795811D	5045/0	28/02/2013	162 * V
MCK2739	55795821D	6637/2	28/02/2013	230 * IX
MDG4349	55797887D	6920/0	26/03/2013	233
MDY2659	55052281D	5045/0	13/02/2013	162 * V
MEF3578	55797845D	6920/0	26/02/2013	233
MEV8684	55795871D	5010/0	26/02/2013	162 * I
MFV1199	55797104D	6599/2	02/03/2013	230 * V
MGZ6126	55491929D	5274/1	23/03/2013	175
MIE1015	55793649D	6637/1	20/02/2013	230 * IX
MIE1015	55793650D	5010/0	20/02/2013	162 * I
MIZ9276	55795866D	6599/2	23/02/2013	230 * V
MJX7791	55795878D	5010/0	01/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1443/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LPB1679	55797102D	5541/1	17/02/2013	181 * XVII
LWR6700	55797065D	5525/0	17/02/2013	181 * XV



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDC4164	55797762D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
MDL1205	55797710D	5452/7	18/02/2013	181 * VIII
MEG3930	55797560D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
MEG4102	55797537D	7030/1	15/02/2013	244 * I
MFA6983	55794746D	5541/1	15/02/2013	181 * XVII
MFM1306	55797515D	5550/0	10/02/2013	181 * XVIII
MFM8628	55797581D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MGZ6126	55491930D	5835/0	23/03/2013	195
MIE1015	54109071D	5460/0	17/02/2013	181 * IX
MIT8828	54109068D	5541/1	17/02/2013	181 * XVII
MIV8656	55795462D	5541/1	11/02/2013	181 * XVII
MJB9687	55797718D	5541/5	03/04/2013	181 * XVII
MJE6800	55793919D	5460/0	18/02/2013	181 * IX
MJK7227	55795346D	5924/2	14/02/2013	203 * I
MJZ2973	55794197D	5525/0	30/03/2013	181 * XV
MKB3748	55797260D	5207/0	28/03/2013	169
MKS7470	55795063D	5452/1	21/02/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1444/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANE8193	55794401D	5010/0	15/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANE8193	55794402D	6637/2	15/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BQV2024	55793444D	6920/0	22/11/2012	R\$ 127,69	233
BYM6706	55491892D	5010/0	24/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
BYM6706	55492478D	6599/2	24/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
CGG6853	55795503D	6912/0	08/11/2012	R\$ 53,20	232
DGS0020	54660663C	6610/2	31/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
DII7496	55795701D	5061/0	19/11/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DII7496	55795702D	5010/0	19/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
EAI0264	55793471D	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
HXX4959	55793445D	6920/0	26/11/2012	R\$ 127,69	233
IAY2289	55793422D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
ICD9787	55795680D	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
IJL6718	55490397D	6599/2	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
JRI5702	55492124D	5010/0	30/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWS5806	55793149D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWS5806	55793150D	6599/2	17/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWY9631	55679893C	6599/2	11/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXU7742	55793846D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA0344	55793182D	5010/0	16/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYA0344	55793183D	6602/0	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * VI
LYL9435	55793409D	6920/0	31/10/2012	R\$ 127,69	233
LZR9051	55052270D	6637/1	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAB3224	55795677D	6912/0	21/11/2012	R\$ 53,20	232
MCF3197	55793410D	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
MCF9758	55793432D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MCN1817	55794050D	5010/0	13/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCX0627	55848817C	6599/2	29/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCZ2786	55052194D	6599/2	31/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE5823	55793123D	6653/1	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MDS2016	55793429D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MDX3699	55793439D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233
MEC1306	55793456D	6920/0	07/01/2013	R\$ 127,69	233
MEC9749	55793476D	6920/0	21/01/2013	R\$ 127,69	233
MEE1858	55492492D	5010/0	08/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEH4017	54108594D	6599/2	27/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFE8235	55793419D	6920/0	12/11/2012	R\$ 127,69	233
MFJ4789	55793352D	6920/0	04/12/2012	R\$ 127,69	233
MFL0678	55795361D	5169/1	11/01/2013	R\$ 1.915,38	165
MFN6408	55793404D	6920/0	29/10/2012	R\$ 127,69	233
MFX5910	55795902D	6599/2	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFZ5082	55793412D	6920/0	06/11/2012	R\$ 127,69	233
MGO0730	55848850C	5010/0	23/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHB3601	55794507D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHB3601	55794508D	6637/1	22/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MHC2970	55793136D	6599/2	01/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHC2970	55793137D	5010/0	01/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHI7690	55847078C	5045/0	15/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHI7975	54108593D	5118/0	24/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHI7975	55793224D	5010/0	24/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHK5990	55794320D	6912/0	21/01/2013	R\$ 53,20	232
MHK6880	55847076C	6661/0	21/11/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MHM4399	55793828D	5010/0	26/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHO8707	55795314D	6637/2	21/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIC5803	55795744D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIQ6837	55793638D	6912/0	28/11/2012	R\$ 53,20	232
MIV9732	55793640D	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJP8503	55491877D	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJT4502	55794316D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKA8535	55793434D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233
MMD5888	55795352D	6912/0	28/12/2012	R\$ 53,20	232
MRF0460	55793344D	6920/0	16/10/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1445/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DII7496	55795703D	5720/0	19/11/2012	R\$127,69	186 * I
EIY0188	55794675D	5525/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
IYY7979	55793234D	7366/2	02/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
KMN3604	55053244D	5185/1	27/11/2012	R\$ 127,69	167
MBA1793	55793969D	5525/0	07/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MCI0946	55492145D	5452/1	08/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCM5752	55491280D	5541/1	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV0857	55793872D	5967/0	27/12/2012	R\$ 191,53	203 * V
MCV0738	55793187D	5541/1	17/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0627	55793777D	5550/0	02/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDO6201	55795622D	5525/0	10/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFB2057	55491894D	5835/0	01/12/2012	R\$ 127,69	195
MIF2903	55795717D	6017/5	04/12/2012	R\$ 191,53	206 * III
MIX5477	55795345D	5541/1	12/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK6873	55795665D	5525/0	18/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MJP8503	55491879D	5207/0	25/10/2012	R\$ 53,20	169
MJP8503	55491880D	5215/1	25/10/2012	R\$ 191,53	170
MJP8503	55491881D	6076/0	25/10/2012	R\$ 191,53	210
MJX3368	55491918D	5525/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1446/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGG3170	55794175D	6599/2	11/03/2013	230 * V
CCO5547	55847033C	6599/2	05/04/2013	230 * V
CCO5547	55847034C	5010/0	05/04/2013	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

CDL4811	55797554D	6408/0	11/02/2013	221
DGD6081	55797893D	6920/0	01/04/2013	233
DII7496	55797848D	6920/0	06/03/2013	233
LNI6501	55797854D	6920/0	07/03/2013	233
LNU0812	55797891D	6920/0	04/04/2013	233
LWU7675	55793921D	5010/0	08/03/2013	162 * I
LWU7675	55793922D	6599/2	08/03/2013	230 * V
LWW2724	55797351D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LXV8196	55795463D	6599/2	17/02/2013	230 * V
LXV8196	55795464D	5010/0	17/02/2013	162 * I
LXZ2563	55793559D	6556/1	07/04/2013	230 * I
LXZ2563	55793560D	6637/1	07/04/2013	230 * IX
LXZ2563	55793560D	6637/2	07/04/2013	230 * IX
LZB9348	55793561D	5010/0	08/04/2013	162 * I
LZH2809	55795819D	5088/1	27/02/2013	163 c/c 162 * III
LZQ2899	55797252D	6599/2	13/03/2013	230 * V
MAK7570	55794445D	6599/2	28/03/2013	230 * V
MAO4947	55797860D	6920/0	12/03/2013	233
MBC4195	55797851D	6920/0	07/03/2013	233
MCY9435	55797852D	6920/0	07/03/2013	233
MDM1343	55797864D	6920/0	14/03/2013	233
MDS9046	55797857D	6920/0	12/03/2013	233
MER1582	55794432D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MER1582	55794433D	5061/0	15/03/2013	163 c/c 162 * I
MER1582	55794434D	6637/1	15/03/2013	230 * IX
MER6660	54109090D	5010/0	10/03/2013	162 * I
MER6660	54109091D	5061/0	10/03/2013	163 c/c 162 * I
MET0252	55795888D	5010/0	13/03/2013	162 * I
MET0252	55795889D	5061/0	13/03/2013	163 c/c 162 * I
MET0252	55795890D	5274/1	13/03/2013	175
MFB8950	55794425D	5010/0	16/02/2013	162 * I
MFB8950	55794426D	6637/2	16/02/2013	230 * IX
MFK5281	55793898D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MFK5281	55793899D	5061/0	15/03/2013	163 c/c 162 * I
MFK5281	55793900D	6653/2	15/03/2013	230 * XI
MFS4740	55797418D	6599/2	08/04/2013	230 * V
MFS8070	55795880D	6599/2	01/03/2013	230 * V
MGA1193	55793562D	6661/0	10/04/2013	230 * XII
MGD3794	55795882D	6599/2	07/03/2013	230 * V
MGW0797	55053122D	6610/2	09/04/2013	230 * VII
MGZ6126	55491928D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MKT6780	55795572D	5169/1	07/04/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1447/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDL4811	55794294D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
ICI6286	55794059D	5460/0	02/03/2013	181 * IX
IML7717	55795884D	5193/0	07/03/2013	168
LWW2724	55794094D	5207/0	07/04/2013	169
LWW2724	55794095D	5215/2	07/04/2013	170
LWW2724	55797352D	5835/0	26/03/2013	195
MFV0958	55794398D	5541/1	09/02/2013	181 * XVII
MGA1193	55793563D	5185/1	10/04/2013	167
MGA1193	55793564D	5231/1	10/04/2013	172
MGA1193	55793565D	5835/0	10/04/2013	195
MGH2539	55794400D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
MGQ1422	55797089D	5550/0	09/03/2013	181 * XVIII
MGU6373	55795825D	6050/2	11/03/2013	208
MHG9437	55797451D	5185/1	06/04/2013	167
MHQ8363	55797586D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MHU5178	55794131D	5746/1	12/02/2013	187 * I
MJC6596	55795883D	6122/0	07/03/2013	214 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJL7511	55794851D	5541/5	08/03/2013	181 * XVII
MJS2037	55797093D	5550/0	10/03/2013	181 * XVIII
MKO9408	55053118D	5819/1	10/03/2013	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1448/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9007	55794509D	6726/1	25/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABN9007	55794510D	6637/1	25/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
AMS2381	55679891C	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
BGG0097	55794740D	6912/0	25/01/2013	R\$ 53,20	232
HPX8009	55795728D	5010/0	13/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
IOZ3938	55053242D	5169/2	16/11/2012	R\$ 957,69	165
LXV3710	54660656C	6912/0	29/10/2012	R\$ 53,20	232
MAM0394	55794043D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAM0394	55794045D	6556/5	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBE4485	55795387D	6653/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBE4485	55795387D	6912/0	29/01/2013	R\$ 53,20	232
MDI3873	55795813D	6599/2	06/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0682	55795695D	6599/2	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0682	55795696D	5045/0	13/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEE1858	55492490D	6599/2	08/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFW1110	55793845D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGQ6805	55793369D	6920/0	13/12/2012	R\$ 127,69	233
MIU5274	55492494D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIU5274	55492495D	5061/0	11/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MLD0320	55793472D	6920/0	09/01/2013	R\$ 127,69	233
NCK2894	55490059D	5010/0	25/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
NCK2894	55490060D	6599/2	25/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
NCK2894	55490061D	5061/0	25/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1449/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9007	55795903D	5452/1	23/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
DNH1999	55795403D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DNO6034	55794595D	5452/1	29/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
IGZ4475	55795266D	5525/0	17/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
KMF6488	55491897D	5541/4	15/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYE2460	55793832D	5541/4	01/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM7937	55795755D	5541/1	18/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MED8967	55794048D	5525/0	13/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MIQ2909	55794553D	5541/1	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD4720	55052733D	5541/1	25/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ6275	55793702D	5460/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJQ6275	55793703D	5185/1	07/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1450/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIT3228	55797868D	6920/0	18/03/2013	233
CNA3090	55797306D	5010/0	21/03/2013	162 * I
CNA3090	55797307D	5061/0	21/03/2013	163 c/c 162 * I
DJC2937	55797098D	6700/0	17/03/2013	230 * XVI
HYD4332	55797876D	6920/0	19/03/2013	233
INM3399	55797869D	6920/0	18/03/2013	233
KMR4593	55794467D	6599/2	12/02/2013	230 * V
LWW2724	55794926D	5274/1	20/04/2013	175
LWW2724	55795950D	5010/0	20/04/2013	162 * I
LYA7028	55797096D	5010/0	17/03/2013	162 * I
LYN0354	55793891D	5010/0	17/02/2013	162 * I
LZC5831	55794429D	6912/0	10/03/2013	232
MAF7891	55797873D	6920/0	19/03/2013	233
MBF6324	55795944D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBW3028	55797097D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MCA8940	55797871D	6920/0	14/03/2013	233
MCV9679	55795891D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MDF6513	55797889D	6920/0	26/03/2013	233
MDI9278	55797711D	6912/0	23/03/2013	232
MDI9278	55797712D	7340/0	23/03/2013	252 * IV
MED6430	55793713D	6599/2	19/03/2013	230 * V
MED6430	55793714D	6556/3	19/03/2013	230 * I
MER0059	55053119D	6912/0	22/03/2013	232
MET2313	55797729D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MEY7798	55797742D	6912/0	22/04/2013	232
MEZ1493	55797968D	5045/0	21/03/2013	162 * V
MEZ9891	55797882D	6920/0	25/03/2013	233
MFE4973	55794904D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MFQ5151	55797969D	6556/1	21/03/2013	230 * I
MFS9166	55797866D	6920/0	15/03/2013	233
MHM4561	55797883D	6920/0	22/03/2013	233
MIH8133	55794761D	7340/0	19/04/2013	252 * IV
MJH1014	55794179D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MJV6515	55795943D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MKM8069	55794902D	6599/2	21/03/2013	230 * V
MMM9868	55797999D	6599/2	18/04/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1451/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU5094	55796904D	5185/1	20/04/2013	167
AWS0036	54658675C	7455/0	18/04/2013	218 * I
DFH8323	55797261D	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
ILW1370	55797449D	6173/3	17/04/2013	215 * I * b
LWW2724	55794924D	5835/0	20/04/2013	195
LYG7868	54108240D	5452/2	16/04/2013	181 * VIII
MAU4271	54658669C	5835/0	16/04/2013	195
MBS9764	55794760D	7064/0	18/04/2013	244 * IV
MCO5023	55794755D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MED6430	55793712D	5541/4	19/03/2013	181 * XVII
MFJ1335	55797099D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MIH8011	55797301D	5215/1	18/03/2013	170
MIH8011	55797302D	5215/2	18/03/2013	170
MIH8011	55797303D	5835/0	18/03/2013	195



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MIH8011	55797304D	5843/3	18/03/2013	196
MIH8011	55797305D	5819/1	18/03/2013	193
MIS9816	54658674C	7463/0	18/04/2013	218 * II
MIU5640	55052746D	5541/1	20/04/2013	181 * XVII
MIZ5386	55797356D	6017/5	10/04/2013	206 * III
MIZ9760	54658684C	7455/0	18/04/2013	218 * I
MJB5275	55794438D	5185/1	16/03/2013	167
MJB5275	55794439D	6270/0	16/03/2013	220 * II
MJB5275	55794440D	6351/0	16/03/2013	220 * X
MKL7276	55797355D	7366/2	10/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1452/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASD2529	55795725D	6912/0	13/12/2012	R\$ 53,20	232
CLQ2893	55797814D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
CMQ0930	55793377D	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
IQO9928	55793496D	6920/0	31/01/2013	R\$ 127,69	233
MAN4027	55795444D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ4571	55052271D	5010/0	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCV1118	55795719D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDU3402	55795735D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDV6786	55794505D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDV6786	55794506D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY3059	55492130D	5010/0	15/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY3059	55492131D	5061/0	15/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDY3059	55492132D	6599/2	15/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEU3641	55793242D	5010/0	17/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEU3641	55793243D	6599/2	17/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJC4549	55795733D	7340/0	16/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MKG1079	54659534C	5061/0	11/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MKG1079	55052148D	6637/2	11/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MKG1079	55052150D	5010/0	11/04/2012	R\$ 574,61	162 * I

1 /

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1453/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GVF8204	55052736D	5541/1	09/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK7832	55793626D	6050/2	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MDX3037	55795443D	6050/1	25/01/2013	R\$ 191,53	208
MFZ1228	55795448D	5541/1	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM9823	55848820C	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MGT7660	55795726D	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
MIA7763	55793961D	5509/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIY6114	55795768D	5541/1	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH6088	55795408D	5568/0	05/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKA6499	55793905D	6050/1	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MLC5228	55793850D	5541/5	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1454/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT7404	55795570D	5010/0	01/04/2013	162 * I
AAT7404	55795571D	6599/2	01/04/2013	230 * V
CRP9448	55797922D	6920/0	18/04/2013	233
DPJ7027	55797895D	6920/0	02/04/2013	233
LXD4081	55797748D	6599/2	22/04/2013	230 * V
LXD4081	55797749D	5010/0	22/04/2013	162 * I
LXW2803	55797880D	6920/0	21/03/2013	233
MBE4485	55794188D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MBE4485	55794189D	6912/0	28/03/2013	232
MBI4842	55797905D	6920/0	06/04/2013	233
MCE8223	55794853D	6637/1	20/04/2013	230 * IX
MCE8223	55794854D	6637/2	20/04/2013	230 * IX
MCV7897	55795009D	7340/0	22/03/2013	252 * IV
MCW2405	55794087D	6599/2	01/04/2013	230 * V
MDD5133	55797987D	6653/1	26/03/2013	230 * XI
MDK5928	55797872D	6920/0	18/03/2013	233
MDZ9119	55797900D	6920/0	03/04/2013	233
MEQ6402	55797738D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MFC8225	55797925D	6920/0	17/04/2013	233
MGC9183	55797607D	5045/0	20/04/2013	162 * V
MGM3783	55794448D	6602/0	28/03/2013	230 * VI
MGM3783	55794449D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MGM3783	55794450D	6637/1	28/03/2013	230 * IX
MGM3783	55794468D	5061/0	28/03/2013	163 c/c 162 * I
MGN5390	55795941D	6599/2	28/03/2013	230 * V
MGP3572	55797863D	6920/0	14/03/2013	233
MHC7602	55795893D	5010/0	21/04/2013	162 * I
MHM1395	55797750D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MHO0221	55797921D	6920/0	18/04/2013	233
MHQ0434	55794773D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
MHQ6661	55052285D	6912/0	03/04/2013	232
MIH8133	55794774D	7340/0	23/04/2013	252 * IV
MIR9220	55794090D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MJK1659	55797985D	7340/0	26/03/2013	252 * IV
MKF1867	55797308D	5010/0	27/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JAR. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1455/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJD8585	55797986D	7234/0	26/03/2013	250 * I * a
DKX7905	55794088D	5541/5	01/04/2013	181 * XVII
LXW1704	55797716D	6017/5	03/04/2013	206 * III
MAF5626	55797989D	5185/1	26/03/2013	167
MAR8834	55794909D	5541/4	02/04/2013	181 * XVII
MCO8027	55797727D	5541/1	03/04/2013	181 * XVII
MCW2405	55794085D	5460/0	01/04/2013	181 * IX
MDL3757	55794799D	6050/1	24/04/2013	208
MDL8783	55797100D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MDU4472	55796901D	5525/0	20/04/2013	181 * XV
MEC1306	55796951D	5452/2	23/04/2013	181 * VIII
MES9851	55797267D	5541/1	03/04/2013	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEX9771	55794777D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MFY3233	55793720D	5185/1	24/04/2013	167
MGK5228	55797262D	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
MGQ5842	55794927D	5185/1	23/04/2013	167
MGZ5098	55794917D	7366/2	17/04/2013	252 * VI
MHM2462	55052747D	7366/2	20/04/2013	252 * VI
MIN1875	55797124D	5541/1	30/03/2013	181 * XVII
MIR9220	55794092D	5452/2	04/04/2013	181 * VIII
MJN8173	55793718D	6017/5	22/04/2013	206 * III
MKC7185	55797113D	5541/1	29/03/2013	181 * XVII
MKW8043	55793723D	7366/2	24/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1456/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOX4570	55793244D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
ECT0002	55793372D	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
HVT2643	55793371D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
IBX4938	55794552D	6599/2	26/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKC3006	55793910D	5010/0	19/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
IKC3006	55793911D	6637/1	19/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IMQ8207	55795564D	6599/2	26/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
IQI8309	55793358D	6920/0	06/12/2012	R\$ 127,69	233
JEH7196	55793364D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
JGV9577	55847082C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
JNG6493	55052200D	5045/0	09/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
LWU8070	55793247D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWU8070	55793386D	6920/0	28/12/2012	R\$ 127,69	233
LWW6705	55797951D	6556/5	30/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXV2774	55793478D	6920/0	23/01/2013	R\$ 127,69	233
LXZ0835	55795901D	5010/0	20/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYO8050	55795953D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAT2253	55793370D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
MBO3215	55795741D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBS1084	55795184D	5010/0	28/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBS1084	55795184D	6556/3	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBS1084	55795184D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCC2498	55793492D	6920/0	30/01/2013	R\$ 127,69	233
MCM7049	55795917D	6599/2	22/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM7049	55795918D	6912/0	22/01/2013	R\$ 53,20	232
MCQ7242	55795734D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCS3449	55793484D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MCS3449	55848841C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5414	55795957D	7340/0	19/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDD9214	55490999D	5010/0	24/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDD9214	55491000D	6599/2	24/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7898	55492319D	6653/2	03/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDJ7898	55492320D	5037/1	03/01/2013	R\$ 574,61	162 * III
MDJ7898	55794536D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7898	55794538D	6556/1	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDJ7898	55794539D	6912/0	03/01/2013	R\$ 53,20	232
MDJ7898	55794540D	5045/0	03/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDL2723	55793838D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDL8611	55795712D	5274/1	28/11/2012	R\$ 191,53	175
MDL8611	55795713D	7340/0	28/11/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDM2863	55793866D	5010/0	27/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM2863	55793868D	5061/0	27/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MER5322	55795790D	7340/0	28/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEZ2652	55795331D	5274/1	31/12/2012	R\$ 191,53	175
MFD9877	55795804D	6599/2	11/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK4091	55795954D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK4091	55795955D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFO8412	55794407D	5010/0	26/01/2013	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGA6782	55794511D	5010/0	25/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGL6642	55795383D	6556/4	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGU7610	55793488D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MGW0797	55795812D	6556/1	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHF6431	55793489D	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
MHY3288	55797965D	6599/2	04/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY8092	55492137D	5169/1	21/12/2012	R\$ 957,69	165
MJD6531	55491261D	6556/1	25/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MJX1551	55848843C	5010/0	23/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MRF0460	55793864D	6599/2	24/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1457/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMK5232	55491291D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
BNZ7010	55793197D	5746/1	25/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
DKX7002	55795205D	5380/0	02/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
EKV1245	55795143D	5541/1	26/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ3026	55491288D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB1335	55795294D	5525/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MBM8706	55491289D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM2863	55793867D	5835/0	27/12/2012	R\$ 127,69	195
MDO7446	55795784D	5835/0	24/12/2012	R\$ 127,69	195
MDO7446	55795784D	7048/3	24/12/2012	R\$ 191,53	244 * II
MEV9984	54109084D	5452/2	05/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFZ1228	54657261C	5541/1	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO0694	55794108D	5541/1	20/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG0431	54660673C	5525/0	24/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHQ0434	55795445D	5967/0	27/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MHU9699	55491792D	5207/0	22/01/2013	R\$ 53,20	169
MJ6274	55795292D	5541/1	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL6122	55794111D	5541/1	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ6376	55795101D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIZ6408	55795173D	5746/1	03/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MJS5204	54108595D	5835/0	26/12/2012	R\$ 127,69	195
MJS5204	54108596D	5215/2	26/12/2012	R\$ 191,53	170
MJS5204	54108597D	5215/1	26/12/2012	R\$ 191,53	170
MJS5204	54108598D	5720/0	26/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
MMB3560	54109082D	5452/2	28/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1458/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU5094	55796930D	6637/1	27/04/2013	230 * IX
ADU5094	55796931D	6912/0	27/04/2013	232
CMN3750	55797897D	6920/0	30/03/2013	233
GKU1107	55797405D	5045/0	06/04/2013	162 * V
GKU1107	55797406D	6912/0	06/04/2013	232
GVT4819	55793748D	5010/0	01/05/2013	162 * I
KMF6488	55797992D	6556/5	18/04/2013	230 * I
LWZ1467	55797908D	6920/0	08/04/2013	233
LXR2623	55794767D	6610/2	20/04/2013	230 * VII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LXZ4178	55796501D	5010/0	26/04/2013	162 * I
LYO0804	55794910D	5010/0	06/04/2013	162 * I
LYQ4725	55794180D	6599/2	26/03/2013	230 * V
LYQ4725	55794181D	5010/0	26/03/2013	162 * I
LYQ4725	55794182D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794183D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794184D	6637/2	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794185D	6769/1	26/03/2013	230 * XXII
LZD9401	54658694C	6599/2	26/04/2013	230 * V
LZD9401	54658695C	5045/0	26/04/2013	162 * V
LZD9401	54658696C	6912/0	26/04/2013	232
MAK7570	55797914D	6920/0	10/04/2013	233
MBD3193	55797364D	6599/2	28/04/2013	230 * V
MBZ2904	55797407D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MBZ2904	55797408D	6912/0	06/04/2013	232
MBZ2904	55797409D	6556/5	06/04/2013	230 * I
MBZ2904	55797915D	6920/0	11/04/2013	233
MCG4523	55797411D	5010/0	08/04/2013	162 * I
MCG4523	55797412D	6637/2	08/04/2013	230 * IX
MCR3730	55797771D	5010/0	27/04/2013	162 * I
MDD9214	55797442D	6556/1	14/04/2013	230 * I
MDD9214	55797444D	6637/2	14/04/2013	230 * IX
MDD9214	55797445D	6912/0	14/04/2013	232
MDD9214	55797446D	5010/0	14/04/2013	162 * I
MDF6739	55795937D	6599/2	27/03/2013	230 * V
MDF6739	55795938D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MDI5406	55847100C	5010/0	11/04/2013	162 * I
MDS1810	55797910D	6920/0	08/04/2013	233
MFB5754	54109094D	6599/2	15/04/2013	230 * V
MFB5754	54109095D	5010/0	15/04/2013	162 * I
MFO5727	55795896D	6637/1	25/04/2013	230 * IX
MFO5727	55795897D	5010/0	25/04/2013	162 * I
MFO5727	55795899D	6912/0	25/04/2013	232
MGB2030	55797909D	6920/0	08/04/2013	233
MGQ4284	55796945D	6912/0	05/05/2013	232
MGQ4284	55796947D	6556/5	05/05/2013	230 * I
MGW8213	55797453D	5010/0	09/04/2013	162 * I
MGW8213	55797454D	6912/0	09/04/2013	232
MHK4686	55797324D	5045/0	26/04/2013	162 * V
MHK4686	55797325D	6912/0	26/04/2013	232
MHT7833	55797309D	6599/2	05/04/2013	230 * V
MHT7833	55797310D	5010/0	05/04/2013	162 * I
MHT7833	55797311D	5169/1	05/04/2013	165
MJN5321	55797902D	6920/0	03/04/2013	233
MJX8189	55794753D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MKE1471	55492343D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MKO4261	55794911D	7340/0	08/04/2013	252 * IV
MMA1959	55491932D	6599/2	31/03/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1459/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRG1198	55797002D	5541/1	06/04/2013	181 * XVII
CHM0299	55797610D	5835/0	24/04/2013	195
CHM0299	55797612D	6076/0	24/04/2013	210
CHM0299	55797613D	6270/0	24/04/2013	220 * II
LXP9808	55797419D	7234/0	08/04/2013	250 * I * a
LZS3527	55491935D	5525/0	06/04/2013	181 * XV
MAR4256	55797772D	5967/0	30/04/2013	203 * V
MCG4523	55797413D	7030/2	08/04/2013	244 * I
MDT1382	55797462D	5185/1	30/04/2013	167
MFR2771	55797361D	5452/2	19/04/2013	181 * VIII
MGA3457	55794789D	7455/0	24/04/2013	218 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGQ4284	55796946D	7030/2	05/05/2013	244 * I
MGU7610	54108194D	7455/0	07/05/2013	218 * I
MIW5315	55794099D	5452/2	10/04/2013	181 * VIII
MJB9844	55794812D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MKO5111	55793711D	5541/4	19/03/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1460/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARB0810	55795960D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
CMF7214	55794284D	5010/0	07/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
HRG9608	55848849C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
JKW5412	55797815D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
MAG6452	55794317D	5010/0	20/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAG6452	55794318D	6599/2	20/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAI1128	55793915D	6912/0	11/02/2013	R\$ 53,20	232
MAT0840	55793363D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
MCK7832	55795321D	5010/0	21/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCK7832	55795322D	5118/0	21/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCK7832	55795324D	6556/1	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFF8892	55795180D	6599/2	25/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF8892	55795181D	6580/0	25/01/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MFF8892	55795182D	6637/1	25/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFK4091	55795955D	6912/0	19/12/2012	R\$ 53,20	232
MFM4918	55797805D	6920/0	04/02/2013	R\$ 127,69	233
MGH9638	55797823D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MJW0450	54660695C	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKZ0471	55797963D	6599/2	31/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1461/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPM4936	55491900D	5541/4	24/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ILL2327	55795277D	5525/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LZY6622	55794523D	7030/2	31/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MFA8865	55795905D	5541/4	26/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF8892	55795183D	5746/1	25/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFZ0562	55795441D	5541/1	25/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1462/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCA1936	55796720D	6637/2	08/05/2013	230 * IX
MDW8560	55794859D	5010/0	24/04/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1463/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN2398	55795485D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MDZ5167	55796705D	7455/0	07/05/2013	218 * I
MHH8919	55793727D	7463/0	30/04/2013	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1464/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDF6636	55797589D	5550/0	13/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1465/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANE8193	55796563D	5010/0	10/05/2013	162 * I
ANE8193	55796564D	5169/1	10/05/2013	165
ANE8193	55796565D	6769/1	10/05/2013	230 * XXII
BIW4640	55492333D	6599/2	17/04/2013	230 * V
BIW4640	55492334D	6637/2	17/04/2013	230 * IX
BIW4640	55492335D	5010/0	17/04/2013	162 * I
BIW4640	55492336D	6556/5	17/04/2013	230 * I
BIW4640	55492337D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
BIW4640	55492338D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
BSI9788	55794922D	6599/2	20/04/2013	230 * V
BSI9788	55794923D	5045/0	20/04/2013	162 * V
BSI9788	55795949D	6637/1	20/04/2013	230 * IX
CCX5479	55796914D	6599/2	23/04/2013	230 * V
DVN6191	55795945D	5053/1	14/04/2013	162 * VI
EGS0741	55797918D	6920/0	08/04/2013	233
GUN5069	55796736D	6912/0	14/05/2013	232
IED1487	55796902D	6599/2	20/04/2013	230 * V
LWU8070	55797745D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
LXJ9596	55492342D	5010/0	17/04/2013	162 * I
LXY7111	55794929D	5010/0	23/04/2013	162 * I
LYF9196	55492339D	6599/2	17/04/2013	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LYF9196	55492340D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
LYF9196	55492341D	6556/1	17/04/2013	230 * I
LZE6067	55794769D	6610/2	20/04/2013	230 * VII
MAO3688	55796908D	5029/2	21/04/2013	162 * II
MAP1881	55796009D	6912/0	11/05/2013	232
MAP1881	55796729D	6637/2	11/05/2013	230 * IX
MAU7650	55793566D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MAU7650	55793567D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MAW5280	55797428D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBA8911	55793568D	6599/2	19/04/2013	230 * V
MBA8911	55793569D	5010/0	19/04/2013	162 * I
MBA8911	55793569D	5061/0	19/04/2013	163 c/c 162 * I
MBD2496	55796957D	6912/0	23/04/2013	232
MBD9304	55797420D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797421D	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MBD9304	55797422D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797423D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797425D	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MBF7513	55796740D	6599/2	14/05/2013	230 * V
MBM0637	55797448D	6912/0	14/04/2013	232
MBM0857	55794771D	6653/1	22/04/2013	230 * XI
MCV9845	55795892D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MDF7512	55793572D	6556/1	10/05/2013	230 * I
MDK3987	55797734D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
MDW8560	55794860D	5010/0	24/04/2013	162 * I
MEI8374	55797913D	6920/0	11/04/2013	233
MFD6783	55797924D	6920/0	19/04/2013	233
MFE1440	55794758D	6769/1	18/04/2013	230 * XXII
MFE8235	54658690C	6610/2	21/04/2013	230 * VII
MFE9952	55796014D	6599/2	13/05/2013	230 * V
MFE9952	55796015D	6912/0	13/05/2013	232
MFJ5613	54109093D	5010/0	11/04/2013	162 * I
MFJ5613	55796576D	5010/0	17/05/2013	162 * I
MFV3852	55796507D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MFV8765	55797614D	6599/2	02/05/2013	230 * V
MFZ2780	55795894D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MFZ6106	55796920D	5010/0	23/04/2013	162 * I
MFZ6106	55796921D	5274/1	23/04/2013	175
MFZ6106	55796922D	6637/1	23/04/2013	230 * IX
MGJ4852	55795014D	6599/2	16/05/2013	230 * V
MGJ4852	55795015D	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGK0382	55797744D	6653/1	22/04/2013	230 * XI
MGP0772	55794214D	6599/2	09/05/2013	230 * V
MGT5613	55796912D	6599/2	23/04/2013	230 * V
MGT5613	55796913D	6912/0	23/04/2013	232
MHC6172	55797927D	6920/0	30/04/2013	233
MHZ2787	55796911D	6912/0	23/04/2013	232
MIB9924	55797337D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MIB9924	55797338D	5061/0	14/05/2013	163 c/c 162 * I
MJK7227	55794205D	5045/0	12/04/2013	162 * V
MJL1921	55794822D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MJU7195	55797743D	6912/0	22/04/2013	232
MJX0327	55797433D	7340/0	11/04/2013	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1466/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR6570	54658678C	7455/0	18/04/2013	218 * I
BNX4521	55797739D	5185/1	22/04/2013	167
CYZ5805	55794764D	5185/1	19/04/2013	167
HXX4959	55794802D	5541/1	23/04/2013	181 * XVII
IAT6770	55797426D	5541/1	11/04/2013	181 * XVII
IPL3625	55796651D	6122/0	09/05/2013	214 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

IQP6586	55796959D	5460/0	23/04/2013	181 * IX
LNW6353	55794206D	5371/0	12/04/2013	180
LNW6353	55794206D	5398/0	12/04/2013	181 * II
LWU1545	55796578D	5193/0	17/05/2013	168
LXL5592	55797334D	5207/0	11/05/2013	169
LXP7784	55797450D	7234/0	17/04/2013	250 * I * a
LZG5868	55796903D	5185/1	20/04/2013	167
MBI0633	55796572D	5185/1	12/05/2013	167
MBM0637	55797447D	7234/0	14/04/2013	250 * I * a
MBU0002	55797991D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MCF1361	55796013D	5452/2	13/05/2013	181 * VIII
MDC5448	55797429D	7234/0	11/04/2013	250 * I * a
MEL0069	55797740D	5185/1	22/04/2013	167
MEW5499	55794793D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MFE8235	54658693C	5240/0	21/04/2013	173
MFG0525	55793716D	5509/0	22/04/2013	181 * XIII
MFJ8014	55794759D	7064/0	18/04/2013	244 * IV
MFP6109	55053124D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MGF3005	55795946D	7366/2	14/04/2013	252 * VI
MGN6920	55793746D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MGU2974	55798000D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MGV3995	55797603D	6076/0	11/04/2013	210
MHE3783	55796714D	5738/0	08/05/2013	186 * II
MHF1020	55794815D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MHZ9142	54658677C	7455/0	18/04/2013	218 * I
MIF6332	55794792D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MIK2417	55797365D	6050/1	08/05/2013	208
MIK2417	55797366D	5185/1	08/05/2013	167
MIN1334	54109096D	5967/0	18/04/2013	203 * V
MJL1921	55794821D	5541/1	10/05/2013	181 * XVII
MJL9439	55797435D	7048/1	11/04/2013	244 * II
MJQ1662	55796735D	7099/1	14/05/2013	244 * VII
MKZ0471	55797993D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MRZ2986	55794813D	7455/0	07/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1467/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN4296	55491790D	5010/0	10/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
CGR0036	55794172D	5045/0	09/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
CGR0036	55794173D	5037/1	09/03/2013	R\$ 574,61	162 * III
MAI4871	55492147D	5010/0	08/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBX6643	55795867D	6912/0	23/02/2013	R\$ 53,20	232
MEI8541	55795869D	5045/0	23/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEI8541	55795870D	6556/1	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHB4377	55794151D	6599/2	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHB4377	55794152D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHL7197	55795628D	6599/2	12/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0230	55795926D	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0230	55795927D	6912/0	15/02/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1468/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAH5661	55794301D	5525/0	13/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DKX7002	55795795D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DPJ7027	55797709D	5541/1	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IGT4326	55492398D	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ISR0919	55794003D	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LAY4346	55794016D	5185/1	07/01/2013	R\$ 127,69	167
LYU7540	55794143D	5479/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * X
MBA2637	55794656D	5541/1	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ9833	55848830C	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ5869	55848833C	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFH1368	55797702D	5746/1	16/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFM6039	54109064D	5185/1	15/02/2013	R\$ 127,69	167
MIZ8398	55794164D	5541/1	24/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1469/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJZ0941	55794207D	6599/2	24/04/2013	230 * V
GTE2503	55796955D	6599/2	23/04/2013	230 * V
GTE2503	55796956D	6556/5	23/04/2013	230 * I
IBP3210	55797932D	6920/0	03/05/2013	233
JXV1386	55796910D	5274/1	23/04/2013	175
KGD0638	55794783D	6599/2	24/04/2013	230 * V
LWW2724	55797929D	6920/0	29/04/2013	233
LXE7339	55797938D	6920/0	08/05/2013	233
LYE2962	55795826D	5045/0	03/05/2013	162 * V
LYE2962	55795828D	6556/1	03/05/2013	230 * I
MAI2221	55796942D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MAZ2801	55796924D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MAZ8015	55796923D	6599/2	26/04/2013	230 * V
MBH4153	55796722D	7340/0	08/05/2013	252 * IV
MBI5923	55795070D	5010/0	21/04/2013	162 * I
MBI6828	55797948D	6920/0	13/05/2013	233
MEE5396	55794800D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MEO3882	55797949D	6920/0	08/05/2013	233
MEX5533	55796925D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MFO6016	55797944D	6920/0	10/05/2013	233
MFZ8951	55797928D	6920/0	30/04/2013	233
MHK4644	55796928D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
MKN8056	55797950D	6920/0	13/05/2013	233
MMF1770	55797943D	6920/0	09/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1470/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BKO1066	55793750D	5738/0	07/05/2013	186 * II
LXB6901	55794820D	5541/1	10/05/2013	181 * XVII
MCF3197	55794791D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MCP2302	55794795D	7455/0	24/04/2013	218 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGU2361	55796932D	5541/5	29/04/2013	181 * XVII
MHN4781	55796944D	5835/0	03/05/2013	195
MIQ7678	55797326D	5541/4	29/04/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1471/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMP0171	55847098C	6599/2	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
APY9867	55795886D	7340/0	07/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
ASN3252	55492144D	6637/1	07/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BGL6391	54109079D	6599/2	27/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
BGL6391	54109080D	5010/0	27/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
CMD4189	55793914D	5010/0	31/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
GVT4819	55797960D	5010/0	31/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
HPG3829	55797832D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
IGE1210	55797830D	6920/0	18/02/2013	R\$ 127,69	233
INX3911	55793475D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
LWT5591	55793848D	5045/0	10/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXV1769	55793642D	6556/1	29/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXV1769	55793642D	6637/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYK0432	54658667C	6610/1	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYK0432	54658670C	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZV6826	55797855D	6920/0	04/03/2013	R\$ 127,69	233
MAO3688	55793876D	5045/0	08/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBD7665	55797835D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	233
MBM1863	55794287D	5010/0	07/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBZ8636	55794521D	6599/2	31/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBZ8636	55794524D	5010/0	31/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCE3944	55794534D	7340/0	03/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCG8285	55053248D	5169/1	10/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MCG8285	55053249D	6912/0	10/02/2013	R\$ 53,20	232
MCV5851	55795411D	6599/2	08/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7626	55847097C	5045/0	01/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEJ8721	55793389D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MEK9993	55797903D	6920/0	05/04/2013	R\$ 127,69	233
MEN5295	55795565D	5010/0	03/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEN5295	55795566D	5118/0	03/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFM6598	55793390D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MFN9515	55795854D	5045/0	02/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFN9515	55795855D	5037/1	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * III
MFS0940	55794532D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGC3500	55793396D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MGD8887	55794424D	6912/0	13/02/2013	R\$ 53,20	232
MGQ1853	55797859D	6920/0	12/03/2013	R\$ 127,69	233
MGW0797	55794418D	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGW0797	55794419D	5061/0	10/02/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGW0797	55794420D	7340/0	10/02/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGX8076	55847081C	5045/0	15/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHL5153	55795929D	6599/2	16/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHL5153	55795930D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHU1461	55797806D	6920/0	06/02/2013	R\$ 127,69	233
MIF5821	55492500D	5045/0	22/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIM3196	55797763D	6599/2	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIV6580	55793497D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
MIV9963	55794550D	5010/0	06/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJE5934	55794154D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MMM7878	55793873D	5274/2	05/01/2013	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1472/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSC3328	55794146D	5452/7	18/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DEZ5021	55795623D	5452/1	07/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DKQ4607	55797066D	5525/0	17/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DQO9508	55847031C	5967/0	04/02/2013	R\$ 191,53	203 * V
JPC4005	55794312D	7366/2	15/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZK1007	54109092D	5541/1	11/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ8636	55794525D	5185/1	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MBZ8636	55794526D	5185/2	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MCE3944	55794533D	5185/1	03/01/2013	R\$ 127,69	167
MDE9522	55794150D	5509/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MED3960	55795817D	5185/1	24/02/2013	R\$ 127,69	167
MEW4449	55794367D	5525/0	14/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFF1679	55797708D	5380/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * I
MHI7690	55797088D	5550/0	09/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIJ0671	54109060D	5541/1	14/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK2208	55795461D	5541/1	11/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ6673	55795189D	7366/2	18/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJT7528	55797091D	5550/0	10/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKC6115	54109081D	5525/0	27/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MKN0358	55794167D	6050/1	03/03/2013	R\$ 191,53	208
MKT6780	55794142D	5746/1	16/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MKW0089	55795629D	5746/1	12/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MMA3279	55797653D	5525/0	21/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MMA3289	55794350D	5541/1	03/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM7878	55793875D	5215/2	05/01/2013	R\$ 191,53	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1473/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX2371	55795071D	6599/2	27/04/2013	230 * V
ABX2371	55795072D	5169/1	27/04/2013	165
AEG5986	55796768D	6920/0	27/05/2013	233
AHM5799	55794857D	5037/1	24/04/2013	162 * III
AHM5799	55794858D	6599/2	24/04/2013	230 * V
BRH9763	55797773D	5010/0	03/05/2013	162 * I
CEM1939	55795468D	6599/2	28/04/2013	230 * V
CEM1939	55795469D	5010/0	28/04/2013	162 * I
DAZ6089	55796553D	6599/2	07/05/2013	230 * V
DDW1570	55796771D	6920/0	24/05/2013	233
IDR8721	55796713D	5045/0	08/05/2013	162 * V
IKM0906	55796555D	5010/0	10/05/2013	162 * I
IKM0906	55796556D	6599/2	10/05/2013	230 * V
ILN9672	55797615D	5010/0	05/05/2013	162 * I
ILN9672	55797616D	6599/2	05/05/2013	230 * V
JKS4022	55796001D	6599/2	10/05/2013	230 * V
JKS4022	55796002D	5010/0	10/05/2013	162 * I
LWT1933	55796975D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
LWT1933	55796976D	5010/0	26/04/2013	162 * I
LXY7211	55794855D	6599/2	24/04/2013	230 * V
LXZ2563	55796764D	6920/0	24/05/2013	233
LYV4865	55796715D	6769/2	08/05/2013	230 * XXII
LZI4609	55794209D	6599/2	27/04/2013	230 * V
LZU3272	55796936D	6599/2	30/04/2013	230 * V
LZU3272	55796938D	5010/0	30/04/2013	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MAG1498	55796751D	6920/0	14/05/2013	233
MBS2395	55794938D	6556/1	05/05/2013	230 * I
MBV0831	55796509D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MBV0831	55796510D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MBW4906	55797931D	6920/0	30/04/2013	233
MCB1888	55796718D	6556/1	08/05/2013	230 * I
MCB1888	55796719D	6769/2	08/05/2013	230 * XXII
MCH7779	55796761D	6920/0	23/05/2013	233
MCI4202	55796511D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MCI4202	55796512D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MCI4202	55796513D	5169/1	08/05/2013	165
MCP5441	55795074D	6599/2	03/05/2013	230 * V
MCQ7242	55796929D	6912/0	26/04/2013	232
MCR5550	55797934D	6920/0	03/05/2013	233
MDC5463	55796559D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MDC5463	55796948D	7340/0	05/05/2013	252 * IV
MEC3621	55796940D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MEC3621	55796941D	6599/2	02/05/2013	230 * V
MED3960	55796950D	6610/2	05/05/2013	230 * VII
MEE9359	55797328D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MEE9359	55797329D	5061/0	05/05/2013	163 c/c 162 * I
MEK5533	55796926D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
MEO8167	55796012D	6912/0	12/05/2013	232
MEO8167	55796733D	5274/1	12/05/2013	175
MFL0566	55796712D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MFS9659	55796005D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MFS9659	55796505D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MFZ6700	55794932D	7340/0	29/04/2013	252 * IV
MHN4781	55794934D	6769/1	03/05/2013	230 * XXII
MHN4781	55796943D	5274/1	03/05/2013	175
MHP6828	55797204D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MIP6226	55796007D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MJX7791	55796721D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MJX7989	55794765D	7340/0	19/04/2013	252 * IV
MKR2538	55794210D	5045/0	27/04/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1474/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN4717	55796515D	5541/4	11/05/2013	181 * XVII
HBV0357	55795490D	5541/4	10/05/2013	181 * XVII
HJG6374	55796702D	7455/0	07/05/2013	218 * I
HRM2290	55793726D	7455/0	30/04/2013	218 * I
HVZ3105	55793747D	7455/0	30/04/2013	218 * I
IAQ1773	54108198D	7455/0	07/05/2013	218 * I
IHQ1561	55796575D	5185/1	12/05/2013	167
INN9576	55797464D	5185/1	03/05/2013	167
IOS6942	55795474D	7455/0	30/04/2013	218 * I
LXP7784	55796933D	5827/0	28/04/2013	194
MCQ0265	55796551D	5207/0	24/04/2013	169
MDA7986	55795481D	7463/0	30/04/2013	218 * II
MEK5533	55796927D	7064/0	26/04/2013	244 * IV
MEO8167	55796734D	7030/2	12/05/2013	244 * I
MEP6405	55797470D	5185/1	09/05/2013	167
MEQ0769	55796710D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MFR6745	55794930D	5185/1	26/04/2013	167
MHG7378	55793724D	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MHN4781	55794935D	5207/0	03/05/2013	169
MHZ6431	55793730D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MIG9401	55846822C	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MJO1365	55797460D	5185/1	27/04/2013	167
MJP1146	55794825D	5541/1	14/05/2013	181 * XVII
MJW5443	55794817D	7463/0	07/05/2013	218 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJW5443	55794818D	5835/0	07/05/2013	195
MLA7238	55793743D	7455/0	30/04/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1475/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG3170	55794176D	6556/1	11/03/2013	R\$ 191,53	230 * I
AGG3170	55794177D	5010/0	11/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANN2539	55794072D	6599/2	23/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
GXW4757	55797768D	6599/2	21/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
IPN9806	55797870D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
LZD4564	54108182D	5010/0	14/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAT6827	55797875D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
MDJ1996	55794428D	6912/0	20/02/2013	R\$ 53,20	232
MIT0421	55052198D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1476/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCW0477	55795283D	5525/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
JVG1307	55794163D	5541/1	19/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYN7651	55794062D	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167
LYN7651	55794063D	7366/2	08/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBF8777	55797982D	5185/1	25/03/2013	R\$ 127,69	167
MHS1220	54657417C	5541/1	01/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1477/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEB9439	55796907D	6912/0	20/04/2013	232
IGD8092	55796025D	5010/0	24/05/2013	162 * I
IGD8092	55796070D	6610/2	24/05/2013	230 * VII
ILI3717	55796790D	6920/0	04/06/2013	233
JYC6301	55797335D	6599/2	12/05/2013	230 * V
LWW2724	55797333D	5274/1	02/05/2013	175
LXZ7704	55796082D	6599/2	29/05/2013	230 * V
LXZ7704	55796083D	6556/1	29/05/2013	230 * I
MAF8544	55796018D	6912/0	14/05/2013	232
MAF8544	55796743D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MAN1239	55796004D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MAN1239	55796006D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MBI4842	55797363D	6912/0	25/04/2013	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBJ1088	55797945D	6920/0	10/05/2013	233
MBL9103	55793573D	5010/0	12/05/2013	162 * I
MBL9103	55793574D	5061/0	12/05/2013	163 c/c 162 * I
MBL9103	55793575D	6602/0	12/05/2013	230 * VI
MBL9103	55793576D	5274/1	12/05/2013	175
MBO3901	55796580D	6599/2	17/05/2013	230 * V
MBO3901	55796581D	6556/5	17/05/2013	230 * I
MBO3901	55796582D	6602/0	17/05/2013	230 * VI
MCG5645	55796742D	6556/1	14/05/2013	230 * I
MDA7639	55796557D	5045/0	10/05/2013	162 * V
MDD6707	55797343D	5010/0	23/05/2013	162 * I
MDD9214	55796017D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MDD9214	55796739D	6637/2	14/05/2013	230 * IX
MDD9284	55794928D	6637/2	23/04/2013	230 * IX
MDO9373	55796792D	6920/0	04/06/2013	233
MDX2339	55796584D	6912/0	17/05/2013	232
MES5820	55795829D	6599/2	15/05/2013	230 * V
MES5820	55795830D	6912/0	15/05/2013	232
MEZ9381	55796727D	5010/0	11/05/2013	162 * I
MEZ9381	55796728D	6599/2	11/05/2013	230 * V
MFJ5392	55796570D	6556/1	12/05/2013	230 * I
MGA6782	55795573D	6599/2	16/05/2013	230 * V
MGA6782	55795575D	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGA6782	55795576D	6653/1	16/05/2013	230 * XI
MHM0172	55796781D	6920/0	04/06/2013	233
MHP8924	55794215D	5010/0	02/06/2013	162 * I
MHP8924	55796737D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MJB5275	55793570D	6637/1	28/04/2013	230 * IX
MJS5204	55796741D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MWH5478	55797937D	6920/0	08/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1478/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DVN6191	55796574D	5185/1	12/05/2013	167
HYP0721	55797468D	5185/1	09/05/2013	167
IBQ8800	55797431D	7234/0	11/04/2013	250 * I * a
ILF9561	55796518D	7234/0	12/05/2013	250 * I * a
LWW2724	55797327D	5215/2	02/05/2013	170
LWW2724	55797332D	5835/0	02/05/2013	195
LXC6917	55797469D	5185/1	09/05/2013	167
MBO3901	55796579D	5541/4	17/05/2013	181 * XVII
MEJ4036	55797344D	5541/1	26/05/2013	181 * XVII
MGB4599	55796519D	5266/3	15/05/2013	174
MGB4599	55796520D	5835/0	15/05/2013	195
MGB4599	55796521D	6033/0	15/05/2013	206 * V
MGB4599	55796522D	6050/2	15/05/2013	208
MID3798	55797995D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MIX4430	55794948D	7455/0	07/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1479/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKB3442	55794775D	6556/5	23/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
AKI7220	55795457D	6599/2	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDP3343	55794187D	6637/2	28/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM7880	55491793D	6637/1	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM7880	55491794D	6610/2	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAM7880	55491795D	6912/0	02/02/2013	R\$ 53,20	232
MAM7880	55491796D	6637/2	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAO2712	55795380D	6912/0	28/01/2013	R\$ 53,20	232
MCQ4571	55052272D	6599/2	02/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ4571	55052273D	5169/1	02/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MES3133	55795397D	7340/0	29/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEW4250	55794666D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGT2728	55795948D	6602/0	14/04/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MHL2184	55847095C	5045/0	31/01/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1480/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARY8254	55053125D	5207/0	18/04/2013	R\$ 53,20	169
IBR0975	55491293D	5541/1	30/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IDP3343	55794186D	5215/2	28/03/2013	R\$ 191,53	170
LUK0172	54109097D	7463/0	18/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAI0451	55795789D	5185/1	28/12/2012	R\$ 127,69	167
MEM0891	55793996D	5541/1	03/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV3686	55797404D	7234/0	06/04/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MFJ5227	55794071D	5452/2	23/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHZ3477	55797092D	5550/0	10/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIX2429	55797703D	5509/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MJS2784	55491295D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MJT5824	55794925D	5185/1	23/04/2013	R\$ 127,69	167
MPX4100	55794782D	7455/0	24/04/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 28 DE JUNHO DE 2013

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor de Mobilidade Urbana
 Autoridade de Trânsito

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade - PM Imbituba - Edital 1442/2013 a 1480/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Diretoria de Mobilidade Urbana de Imbituba/SC

Edital de Notificação por Autuação de Trânsito e Edital de Notificação de Imposição de Penalidade – PM IMBITUBA

Edital 1442/2013 a 1480/2013

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1442/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN4296	55797760D	6912/0	17/02/2013	232
AKH7247	55797842D	6920/0	20/02/2013	233
DAY9030	55793917D	6599/2	15/02/2013	230 * V
FAL3060	55797836D	6920/0	20/02/2013	233
LWW6649	55797829D	6920/0	15/02/2013	233
LYD4102	55797834D	6920/0	20/02/2013	233
LYJ9470	55847089C	5010/0	28/01/2013	162 * I
LYJ9470	55847090C	6599/2	28/01/2013	230 * V
LYJ9470	55847091C	6556/1	28/01/2013	230 * I
LYN0354	55793892D	6610/2	17/02/2013	230 * VII
MAF4247	55795350D	5169/1	28/03/2013	165
MAW1773	55795822D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MAW1773	55795823D	6637/1	02/03/2013	230 * IX
MBB4627	55794908D	6661/0	31/03/2013	230 * XII
MBG0070	54109063D	5010/0	15/02/2013	162 * I
MBX6748	55795965D	6599/2	25/03/2013	230 * V
MBX8139	55793644D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MBX8139	55793645D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MBX8139	55793646D	5274/1	10/02/2013	175
MBX8812	55797988D	6769/1	26/03/2013	230 * XXII
MBZ2904	55795881D	5010/0	01/03/2013	162 * I
MCK0536	55795939D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MCK0536	55795940D	6599/2	27/03/2013	230 * V
MCK2739	55795811D	5045/0	28/02/2013	162 * V
MCK2739	55795821D	6637/2	28/02/2013	230 * IX
MDG4349	55797887D	6920/0	26/03/2013	233
MDY2659	55052281D	5045/0	13/02/2013	162 * V
MEF3578	55797845D	6920/0	26/02/2013	233
MEV8684	55795871D	5010/0	26/02/2013	162 * I
MFV1199	55797104D	6599/2	02/03/2013	230 * V
MGZ6126	55491929D	5274/1	23/03/2013	175
MIE1015	55793649D	6637/1	20/02/2013	230 * IX
MIE1015	55793650D	5010/0	20/02/2013	162 * I
MIZ9276	55795866D	6599/2	23/02/2013	230 * V
MJX7791	55795878D	5010/0	01/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1443/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LPB1679	55797102D	5541/1	17/02/2013	181 * XVII
LWR6700	55797065D	5525/0	17/02/2013	181 * XV



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MDC4164	55797762D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
MDL1205	55797710D	5452/7	18/02/2013	181 * VIII
MEG3930	55797560D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
MEG4102	55797537D	7030/1	15/02/2013	244 * I
MFA6983	55794746D	5541/1	15/02/2013	181 * XVII
MFM1306	55797515D	5550/0	10/02/2013	181 * XVIII
MFM8628	55797581D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MGZ6126	55491930D	5835/0	23/03/2013	195
MIE1015	54109071D	5460/0	17/02/2013	181 * IX
MIT8828	54109068D	5541/1	17/02/2013	181 * XVII
MIV8656	55795462D	5541/1	11/02/2013	181 * XVII
MJB9687	55797718D	5541/5	03/04/2013	181 * XVII
MJE6800	55793919D	5460/0	18/02/2013	181 * IX
MJK7227	55795346D	5924/2	14/02/2013	203 * I
MJZ2973	55794197D	5525/0	30/03/2013	181 * XV
MKB3748	55797260D	5207/0	28/03/2013	169
MKS7470	55795063D	5452/1	21/02/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1444/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANE8193	55794401D	5010/0	15/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANE8193	55794402D	6637/2	15/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BQV2024	55793444D	6920/0	22/11/2012	R\$ 127,69	233
BYM6706	55491892D	5010/0	24/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
BYM6706	55492478D	6599/2	24/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
CGG6853	55795503D	6912/0	08/11/2012	R\$ 53,20	232
DGS0020	54660663C	6610/2	31/10/2012	R\$ 127,69	230 * VII
DII7496	55795701D	5061/0	19/11/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
DII7496	55795702D	5010/0	19/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
EAI0264	55793471D	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
HXX4959	55793445D	6920/0	26/11/2012	R\$ 127,69	233
IAY2289	55793422D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
ICD9787	55795680D	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
IJL6718	55490397D	6599/2	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
JRI5702	55492124D	5010/0	30/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWS5806	55793149D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWS5806	55793150D	6599/2	17/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWY9631	55679893C	6599/2	11/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXU7742	55793846D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA0344	55793182D	5010/0	16/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYA0344	55793183D	6602/0	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * VI
LYL9435	55793409D	6920/0	31/10/2012	R\$ 127,69	233
LZR9051	55052270D	6637/1	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAB3224	55795677D	6912/0	21/11/2012	R\$ 53,20	232
MCF3197	55793410D	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
MCF9758	55793432D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MCN1817	55794050D	5010/0	13/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCX0627	55848817C	6599/2	29/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCZ2786	55052194D	6599/2	31/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDE5823	55793123D	6653/1	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MDS2016	55793429D	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MDX3699	55793439D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233
MEC1306	55793456D	6920/0	07/01/2013	R\$ 127,69	233
MEC9749	55793476D	6920/0	21/01/2013	R\$ 127,69	233
MEE1858	55492492D	5010/0	08/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEH4017	54108594D	6599/2	27/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFE8235	55793419D	6920/0	12/11/2012	R\$ 127,69	233
MFJ4789	55793352D	6920/0	04/12/2012	R\$ 127,69	233
MFL0678	55795361D	5169/1	11/01/2013	R\$ 1.915,38	165
MFN6408	55793404D	6920/0	29/10/2012	R\$ 127,69	233
MFX5910	55795902D	6599/2	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MFZ5082	55793412D	6920/0	06/11/2012	R\$ 127,69	233
MGO0730	55848850C	5010/0	23/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHB3601	55794507D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHB3601	55794508D	6637/1	22/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MHC2970	55793136D	6599/2	01/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHC2970	55793137D	5010/0	01/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHI7690	55847078C	5045/0	15/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHI7975	54108593D	5118/0	24/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHI7975	55793224D	5010/0	24/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHK5990	55794320D	6912/0	21/01/2013	R\$ 53,20	232
MHK6880	55847076C	6661/0	21/11/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MHM4399	55793828D	5010/0	26/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHO8707	55795314D	6637/2	21/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIC5803	55795744D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIQ6837	55793638D	6912/0	28/11/2012	R\$ 53,20	232
MIV9732	55793640D	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJP8503	55491877D	5010/0	25/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJT4502	55794316D	5010/0	17/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKA8535	55793434D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233
MMD5888	55795352D	6912/0	28/12/2012	R\$ 53,20	232
MRF0460	55793344D	6920/0	16/10/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1445/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DII7496	55795703D	5720/0	19/11/2012	R\$127,69	186 * I
EIY0188	55794675D	5525/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
IYY7979	55793234D	7366/2	02/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
KMN3604	55053244D	5185/1	27/11/2012	R\$ 127,69	167
MBA1793	55793969D	5525/0	07/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MCI0946	55492145D	5452/1	08/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCM5752	55491280D	5541/1	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV0857	55793872D	5967/0	27/12/2012	R\$ 191,53	203 * V
MCV0738	55793187D	5541/1	17/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0627	55793777D	5550/0	02/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDO6201	55795622D	5525/0	10/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFB2057	55491894D	5835/0	01/12/2012	R\$ 127,69	195
MIF2903	55795717D	6017/5	04/12/2012	R\$ 191,53	206 * III
MIX5477	55795345D	5541/1	12/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK6873	55795665D	5525/0	18/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MJP8503	55491879D	5207/0	25/10/2012	R\$ 53,20	169
MJP8503	55491880D	5215/1	25/10/2012	R\$ 191,53	170
MJP8503	55491881D	6076/0	25/10/2012	R\$ 191,53	210
MJX3368	55491918D	5525/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1446/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGG3170	55794175D	6599/2	11/03/2013	230 * V
CCO5547	55847033C	6599/2	05/04/2013	230 * V
CCO5547	55847034C	5010/0	05/04/2013	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

CDL4811	55797554D	6408/0	11/02/2013	221
DGD6081	55797893D	6920/0	01/04/2013	233
DII7496	55797848D	6920/0	06/03/2013	233
LNI6501	55797854D	6920/0	07/03/2013	233
LNU0812	55797891D	6920/0	04/04/2013	233
LWU7675	55793921D	5010/0	08/03/2013	162 * I
LWU7675	55793922D	6599/2	08/03/2013	230 * V
LWW2724	55797351D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LXV8196	55795463D	6599/2	17/02/2013	230 * V
LXV8196	55795464D	5010/0	17/02/2013	162 * I
LXZ2563	55793559D	6556/1	07/04/2013	230 * I
LXZ2563	55793560D	6637/1	07/04/2013	230 * IX
LXZ2563	55793560D	6637/2	07/04/2013	230 * IX
LZB9348	55793561D	5010/0	08/04/2013	162 * I
LZH2809	55795819D	5088/1	27/02/2013	163 c/c 162 * III
LZQ2899	55797252D	6599/2	13/03/2013	230 * V
MAK7570	55794445D	6599/2	28/03/2013	230 * V
MAO4947	55797860D	6920/0	12/03/2013	233
MBC4195	55797851D	6920/0	07/03/2013	233
MCY9435	55797852D	6920/0	07/03/2013	233
MDM1343	55797864D	6920/0	14/03/2013	233
MDS9046	55797857D	6920/0	12/03/2013	233
MER1582	55794432D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MER1582	55794433D	5061/0	15/03/2013	163 c/c 162 * I
MER1582	55794434D	6637/1	15/03/2013	230 * IX
MER6660	54109090D	5010/0	10/03/2013	162 * I
MER6660	54109091D	5061/0	10/03/2013	163 c/c 162 * I
MET0252	55795888D	5010/0	13/03/2013	162 * I
MET0252	55795889D	5061/0	13/03/2013	163 c/c 162 * I
MET0252	55795890D	5274/1	13/03/2013	175
MFB8950	55794425D	5010/0	16/02/2013	162 * I
MFB8950	55794426D	6637/2	16/02/2013	230 * IX
MFK5281	55793898D	5010/0	15/03/2013	162 * I
MFK5281	55793899D	5061/0	15/03/2013	163 c/c 162 * I
MFK5281	55793900D	6653/2	15/03/2013	230 * XI
MFS4740	55797418D	6599/2	08/04/2013	230 * V
MFS8070	55795880D	6599/2	01/03/2013	230 * V
MGA1193	55793562D	6661/0	10/04/2013	230 * XII
MGD3794	55795882D	6599/2	07/03/2013	230 * V
MGW0797	55053122D	6610/2	09/04/2013	230 * VII
MGZ6126	55491928D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MKT6780	55795572D	5169/1	07/04/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1447/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDL4811	55794294D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
ICI6286	55794059D	5460/0	02/03/2013	181 * IX
IML7717	55795884D	5193/0	07/03/2013	168
LWW2724	55794094D	5207/0	07/04/2013	169
LWW2724	55794095D	5215/2	07/04/2013	170
LWW2724	55797352D	5835/0	26/03/2013	195
MFV0958	55794398D	5541/1	09/02/2013	181 * XVII
MGA1193	55793563D	5185/1	10/04/2013	167
MGA1193	55793564D	5231/1	10/04/2013	172
MGA1193	55793565D	5835/0	10/04/2013	195
MGH2539	55794400D	5550/0	11/02/2013	181 * XVIII
MGQ1422	55797089D	5550/0	09/03/2013	181 * XVIII
MGU6373	55795825D	6050/2	11/03/2013	208
MHG9437	55797451D	5185/1	06/04/2013	167
MHQ8363	55797586D	5550/0	13/02/2013	181 * XVIII
MHU5178	55794131D	5746/1	12/02/2013	187 * I
MJC6596	55795883D	6122/0	07/03/2013	214 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJL7511	55794851D	5541/5	08/03/2013	181 * XVII
MJS2037	55797093D	5550/0	10/03/2013	181 * XVIII
MKO9408	55053118D	5819/1	10/03/2013	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1448/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9007	55794509D	6726/1	25/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABN9007	55794510D	6637/1	25/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
AMS2381	55679891C	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
BGG0097	55794740D	6912/0	25/01/2013	R\$ 53,20	232
HPX8009	55795728D	5010/0	13/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
IOZ3938	55053242D	5169/2	16/11/2012	R\$ 957,69	165
LXV3710	54660656C	6912/0	29/10/2012	R\$ 53,20	232
MAM0394	55794043D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAM0394	55794045D	6556/5	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBE4485	55795387D	6653/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBE4485	55795387D	6912/0	29/01/2013	R\$ 53,20	232
MDI3873	55795813D	6599/2	06/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0682	55795695D	6599/2	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDZ0682	55795696D	5045/0	13/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEE1858	55492490D	6599/2	08/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFW1110	55793845D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGQ6805	55793369D	6920/0	13/12/2012	R\$ 127,69	233
MIU5274	55492494D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIU5274	55492495D	5061/0	11/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MLD0320	55793472D	6920/0	09/01/2013	R\$ 127,69	233
NCK2894	55490059D	5010/0	25/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
NCK2894	55490060D	6599/2	25/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
NCK2894	55490061D	5061/0	25/01/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1449/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABN9007	55795903D	5452/1	23/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
DNH1999	55795403D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DNO6034	55794595D	5452/1	29/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
IGZ4475	55795266D	5525/0	17/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
KMF6488	55491897D	5541/4	15/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYE2460	55793832D	5541/4	01/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM7937	55795755D	5541/1	18/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MED8967	55794048D	5525/0	13/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MIQ2909	55794553D	5541/1	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD4720	55052733D	5541/1	25/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ6275	55793702D	5460/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJQ6275	55793703D	5185/1	07/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1450/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIT3228	55797868D	6920/0	18/03/2013	233
CNA3090	55797306D	5010/0	21/03/2013	162 * I
CNA3090	55797307D	5061/0	21/03/2013	163 c/c 162 * I
DJC2937	55797098D	6700/0	17/03/2013	230 * XVI
HYD4332	55797876D	6920/0	19/03/2013	233
INM3399	55797869D	6920/0	18/03/2013	233
KMR4593	55794467D	6599/2	12/02/2013	230 * V
LWW2724	55794926D	5274/1	20/04/2013	175
LWW2724	55795950D	5010/0	20/04/2013	162 * I
LYA7028	55797096D	5010/0	17/03/2013	162 * I
LYN0354	55793891D	5010/0	17/02/2013	162 * I
LZC5831	55794429D	6912/0	10/03/2013	232
MAF7891	55797873D	6920/0	19/03/2013	233
MBF6324	55795944D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBW3028	55797097D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MCA8940	55797871D	6920/0	14/03/2013	233
MCV9679	55795891D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MDF6513	55797889D	6920/0	26/03/2013	233
MDI9278	55797711D	6912/0	23/03/2013	232
MDI9278	55797712D	7340/0	23/03/2013	252 * IV
MED6430	55793713D	6599/2	19/03/2013	230 * V
MED6430	55793714D	6556/3	19/03/2013	230 * I
MER0059	55053119D	6912/0	22/03/2013	232
MET2313	55797729D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MEY7798	55797742D	6912/0	22/04/2013	232
MEZ1493	55797968D	5045/0	21/03/2013	162 * V
MEZ9891	55797882D	6920/0	25/03/2013	233
MFE4973	55794904D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MFQ5151	55797969D	6556/1	21/03/2013	230 * I
MFS9166	55797866D	6920/0	15/03/2013	233
MHM4561	55797883D	6920/0	22/03/2013	233
MIH8133	55794761D	7340/0	19/04/2013	252 * IV
MJH1014	55794179D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MJV6515	55795943D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MKM8069	55794902D	6599/2	21/03/2013	230 * V
MMM9868	55797999D	6599/2	18/04/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1451/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU5094	55796904D	5185/1	20/04/2013	167
AWS0036	54658675C	7455/0	18/04/2013	218 * I
DFH8323	55797261D	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
ILW1370	55797449D	6173/3	17/04/2013	215 * I * b
LWW2724	55794924D	5835/0	20/04/2013	195
LYG7868	54108240D	5452/2	16/04/2013	181 * VIII
MAU4271	54658669C	5835/0	16/04/2013	195
MBS9764	55794760D	7064/0	18/04/2013	244 * IV
MCO5023	55794755D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MED6430	55793712D	5541/4	19/03/2013	181 * XVII
MFJ1335	55797099D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MIH8011	55797301D	5215/1	18/03/2013	170
MIH8011	55797302D	5215/2	18/03/2013	170
MIH8011	55797303D	5835/0	18/03/2013	195



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MIH8011	55797304D	5843/3	18/03/2013	196
MIH8011	55797305D	5819/1	18/03/2013	193
MIS9816	54658674C	7463/0	18/04/2013	218 * II
MIU5640	55052746D	5541/1	20/04/2013	181 * XVII
MIZ5386	55797356D	6017/5	10/04/2013	206 * III
MIZ9760	54658684C	7455/0	18/04/2013	218 * I
MJB5275	55794438D	5185/1	16/03/2013	167
MJB5275	55794439D	6270/0	16/03/2013	220 * II
MJB5275	55794440D	6351/0	16/03/2013	220 * X
MKL7276	55797355D	7366/2	10/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1452/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASD2529	55795725D	6912/0	13/12/2012	R\$ 53,20	232
CLQ2893	55797814D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
CMQ0930	55793377D	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
IQO9928	55793496D	6920/0	31/01/2013	R\$ 127,69	233
MAN4027	55795444D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ4571	55052271D	5010/0	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCV1118	55795719D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDU3402	55795735D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDV6786	55794505D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDV6786	55794506D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY3059	55492130D	5010/0	15/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDY3059	55492131D	5061/0	15/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDY3059	55492132D	6599/2	15/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEU3641	55793242D	5010/0	17/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEU3641	55793243D	6599/2	17/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJC4549	55795733D	7340/0	16/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MKG1079	54659534C	5061/0	11/04/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MKG1079	55052148D	6637/2	11/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MKG1079	55052150D	5010/0	11/04/2012	R\$ 574,61	162 * I

1 /

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1453/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GVF8204	55052736D	5541/1	09/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK7832	55793626D	6050/2	01/11/2012	R\$ 191,53	208
MDX3037	55795443D	6050/1	25/01/2013	R\$ 191,53	208
MFZ1228	55795448D	5541/1	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM9823	55848820C	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MGT7660	55795726D	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
MIA7763	55793961D	5509/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIY6114	55795768D	5541/1	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH6088	55795408D	5568/0	05/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKA6499	55793905D	6050/1	17/12/2012	R\$ 191,53	208
MLC5228	55793850D	5541/5	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1454/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT7404	55795570D	5010/0	01/04/2013	162 * I
AAT7404	55795571D	6599/2	01/04/2013	230 * V
CRP9448	55797922D	6920/0	18/04/2013	233
DPJ7027	55797895D	6920/0	02/04/2013	233
LXD4081	55797748D	6599/2	22/04/2013	230 * V
LXD4081	55797749D	5010/0	22/04/2013	162 * I
LXW2803	55797880D	6920/0	21/03/2013	233
MBE4485	55794188D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MBE4485	55794189D	6912/0	28/03/2013	232
MBI4842	55797905D	6920/0	06/04/2013	233
MCE8223	55794853D	6637/1	20/04/2013	230 * IX
MCE8223	55794854D	6637/2	20/04/2013	230 * IX
MCV7897	55795009D	7340/0	22/03/2013	252 * IV
MCW2405	55794087D	6599/2	01/04/2013	230 * V
MDD5133	55797987D	6653/1	26/03/2013	230 * XI
MDK5928	55797872D	6920/0	18/03/2013	233
MDZ9119	55797900D	6920/0	03/04/2013	233
MEQ6402	55797738D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MFC8225	55797925D	6920/0	17/04/2013	233
MGC9183	55797607D	5045/0	20/04/2013	162 * V
MGM3783	55794448D	6602/0	28/03/2013	230 * VI
MGM3783	55794449D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MGM3783	55794450D	6637/1	28/03/2013	230 * IX
MGM3783	55794468D	5061/0	28/03/2013	163 c/c 162 * I
MGN5390	55795941D	6599/2	28/03/2013	230 * V
MGP3572	55797863D	6920/0	14/03/2013	233
MHC7602	55795893D	5010/0	21/04/2013	162 * I
MHM1395	55797750D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MHO0221	55797921D	6920/0	18/04/2013	233
MHQ0434	55794773D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
MHQ6661	55052285D	6912/0	03/04/2013	232
MIH8133	55794774D	7340/0	23/04/2013	252 * IV
MIR9220	55794090D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MJK1659	55797985D	7340/0	26/03/2013	252 * IV
MKF1867	55797308D	5010/0	27/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JAR. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1455/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJD8585	55797986D	7234/0	26/03/2013	250 * I * a
DKX7905	55794088D	5541/5	01/04/2013	181 * XVII
LXW1704	55797716D	6017/5	03/04/2013	206 * III
MAF5626	55797989D	5185/1	26/03/2013	167
MAR8834	55794909D	5541/4	02/04/2013	181 * XVII
MCO8027	55797727D	5541/1	03/04/2013	181 * XVII
MCW2405	55794085D	5460/0	01/04/2013	181 * IX
MDL3757	55794799D	6050/1	24/04/2013	208
MDL8783	55797100D	5550/0	23/03/2013	181 * XVIII
MDU4472	55796901D	5525/0	20/04/2013	181 * XV
MEC1306	55796951D	5452/2	23/04/2013	181 * VIII
MES9851	55797267D	5541/1	03/04/2013	181 * XVII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MEX9771	55794777D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MFY3233	55793720D	5185/1	24/04/2013	167
MGK5228	55797262D	5541/4	28/03/2013	181 * XVII
MGQ5842	55794927D	5185/1	23/04/2013	167
MGZ5098	55794917D	7366/2	17/04/2013	252 * VI
MHM2462	55052747D	7366/2	20/04/2013	252 * VI
MIN1875	55797124D	5541/1	30/03/2013	181 * XVII
MIR9220	55794092D	5452/2	04/04/2013	181 * VIII
MJN8173	55793718D	6017/5	22/04/2013	206 * III
MKC7185	55797113D	5541/1	29/03/2013	181 * XVII
MKW8043	55793723D	7366/2	24/04/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1456/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOX4570	55793244D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
ECT0002	55793372D	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
HVT2643	55793371D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
IBX4938	55794552D	6599/2	26/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKC3006	55793910D	5010/0	19/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
IKC3006	55793911D	6637/1	19/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IMQ8207	55795564D	6599/2	26/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
IQI8309	55793358D	6920/0	06/12/2012	R\$ 127,69	233
JEH7196	55793364D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
JGV9577	55847082C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
JNG6493	55052200D	5045/0	09/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
LWU8070	55793247D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWU8070	55793386D	6920/0	28/12/2012	R\$ 127,69	233
LWW6705	55797951D	6556/5	30/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXV2774	55793478D	6920/0	23/01/2013	R\$ 127,69	233
LXZ0835	55795901D	5010/0	20/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYO8050	55795953D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAT2253	55793370D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
MBO3215	55795741D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBS1084	55795184D	5010/0	28/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBS1084	55795184D	6556/3	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBS1084	55795184D	6599/2	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCC2498	55793492D	6920/0	30/01/2013	R\$ 127,69	233
MCM7049	55795917D	6599/2	22/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM7049	55795918D	6912/0	22/01/2013	R\$ 53,20	232
MCQ7242	55795734D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCS3449	55793484D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MCS3449	55848841C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ5414	55795957D	7340/0	19/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDD9214	55490999D	5010/0	24/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDD9214	55491000D	6599/2	24/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7898	55492319D	6653/2	03/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDJ7898	55492320D	5037/1	03/01/2013	R\$ 574,61	162 * III
MDJ7898	55794536D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7898	55794538D	6556/1	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDJ7898	55794539D	6912/0	03/01/2013	R\$ 53,20	232
MDJ7898	55794540D	5045/0	03/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDL2723	55793838D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDL8611	55795712D	5274/1	28/11/2012	R\$ 191,53	175
MDL8611	55795713D	7340/0	28/11/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MDM2863	55793866D	5010/0	27/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM2863	55793868D	5061/0	27/12/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MER5322	55795790D	7340/0	28/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MEZ2652	55795331D	5274/1	31/12/2012	R\$ 191,53	175
MFD9877	55795804D	6599/2	11/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK4091	55795954D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK4091	55795955D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFO8412	55794407D	5010/0	26/01/2013	R\$ 574,61	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGA6782	55794511D	5010/0	25/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGL6642	55795383D	6556/4	28/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGU7610	55793488D	6920/0	24/01/2013	R\$ 127,69	233
MGW0797	55795812D	6556/1	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHF6431	55793489D	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
MHY3288	55797965D	6599/2	04/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY8092	55492137D	5169/1	21/12/2012	R\$ 957,69	165
MJD6531	55491261D	6556/1	25/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MJX1551	55848843C	5010/0	23/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MRF0460	55793864D	6599/2	24/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1457/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMK5232	55491291D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
BNZ7010	55793197D	5746/1	25/12/2012	R\$ 85,12	187 * I
DKX7002	55795205D	5380/0	02/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
EKV1245	55795143D	5541/1	26/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ3026	55491288D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB1335	55795294D	5525/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MBM8706	55491289D	5541/1	25/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM2863	55793867D	5835/0	27/12/2012	R\$ 127,69	195
MDO7446	55795784D	5835/0	24/12/2012	R\$ 127,69	195
MDO7446	55795784D	7048/3	24/12/2012	R\$ 191,53	244 * II
MEV9984	54109084D	5452/2	05/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFZ1228	54657261C	5541/1	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO0694	55794108D	5541/1	20/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG0431	54660673C	5525/0	24/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MHQ0434	55795445D	5967/0	27/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MHU9699	55491792D	5207/0	22/01/2013	R\$ 53,20	169
MJ6274	55795292D	5541/1	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL6122	55794111D	5541/1	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ6376	55795101D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MIZ6408	55795173D	5746/1	03/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MJS5204	54108595D	5835/0	26/12/2012	R\$ 127,69	195
MJS5204	54108596D	5215/2	26/12/2012	R\$ 191,53	170
MJS5204	54108597D	5215/1	26/12/2012	R\$ 191,53	170
MJS5204	54108598D	5720/0	26/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
MMB3560	54109082D	5452/2	28/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1458/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADU5094	55796930D	6637/1	27/04/2013	230 * IX
ADU5094	55796931D	6912/0	27/04/2013	232
CMN3750	55797897D	6920/0	30/03/2013	233
GKU1107	55797405D	5045/0	06/04/2013	162 * V
GKU1107	55797406D	6912/0	06/04/2013	232
GVT4819	55793748D	5010/0	01/05/2013	162 * I
KMF6488	55797992D	6556/5	18/04/2013	230 * I
LWZ1467	55797908D	6920/0	08/04/2013	233
LXR2623	55794767D	6610/2	20/04/2013	230 * VII



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LXZ4178	55796501D	5010/0	26/04/2013	162 * I
LYO0804	55794910D	5010/0	06/04/2013	162 * I
LYQ4725	55794180D	6599/2	26/03/2013	230 * V
LYQ4725	55794181D	5010/0	26/03/2013	162 * I
LYQ4725	55794182D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794183D	6637/1	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794184D	6637/2	26/03/2013	230 * IX
LYQ4725	55794185D	6769/1	26/03/2013	230 * XXII
LZD9401	54658694C	6599/2	26/04/2013	230 * V
LZD9401	54658695C	5045/0	26/04/2013	162 * V
LZD9401	54658696C	6912/0	26/04/2013	232
MAK7570	55797914D	6920/0	10/04/2013	233
MBD3193	55797364D	6599/2	28/04/2013	230 * V
MBZ2904	55797407D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MBZ2904	55797408D	6912/0	06/04/2013	232
MBZ2904	55797409D	6556/5	06/04/2013	230 * I
MBZ2904	55797915D	6920/0	11/04/2013	233
MCG4523	55797411D	5010/0	08/04/2013	162 * I
MCG4523	55797412D	6637/2	08/04/2013	230 * IX
MCR3730	55797771D	5010/0	27/04/2013	162 * I
MDD9214	55797442D	6556/1	14/04/2013	230 * I
MDD9214	55797444D	6637/2	14/04/2013	230 * IX
MDD9214	55797445D	6912/0	14/04/2013	232
MDD9214	55797446D	5010/0	14/04/2013	162 * I
MDF6739	55795937D	6599/2	27/03/2013	230 * V
MDF6739	55795938D	5010/0	27/03/2013	162 * I
MDI5406	55847100C	5010/0	11/04/2013	162 * I
MDS1810	55797910D	6920/0	08/04/2013	233
MFB5754	54109094D	6599/2	15/04/2013	230 * V
MFB5754	54109095D	5010/0	15/04/2013	162 * I
MFO5727	55795896D	6637/1	25/04/2013	230 * IX
MFO5727	55795897D	5010/0	25/04/2013	162 * I
MFO5727	55795899D	6912/0	25/04/2013	232
MGB2030	55797909D	6920/0	08/04/2013	233
MGQ4284	55796945D	6912/0	05/05/2013	232
MGQ4284	55796947D	6556/5	05/05/2013	230 * I
MGW8213	55797453D	5010/0	09/04/2013	162 * I
MGW8213	55797454D	6912/0	09/04/2013	232
MHK4686	55797324D	5045/0	26/04/2013	162 * V
MHK4686	55797325D	6912/0	26/04/2013	232
MHT7833	55797309D	6599/2	05/04/2013	230 * V
MHT7833	55797310D	5010/0	05/04/2013	162 * I
MHT7833	55797311D	5169/1	05/04/2013	165
MJN5321	55797902D	6920/0	03/04/2013	233
MJX8189	55794753D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MKE1471	55492343D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MKO4261	55794911D	7340/0	08/04/2013	252 * IV
MMA1959	55491932D	6599/2	31/03/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1459/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRG1198	55797002D	5541/1	06/04/2013	181 * XVII
CHM0299	55797610D	5835/0	24/04/2013	195
CHM0299	55797612D	6076/0	24/04/2013	210
CHM0299	55797613D	6270/0	24/04/2013	220 * II
LXP9808	55797419D	7234/0	08/04/2013	250 * I * a
LZS3527	55491935D	5525/0	06/04/2013	181 * XV
MAR4256	55797772D	5967/0	30/04/2013	203 * V
MCG4523	55797413D	7030/2	08/04/2013	244 * I
MDT1382	55797462D	5185/1	30/04/2013	167
MFR2771	55797361D	5452/2	19/04/2013	181 * VIII
MGA3457	55794789D	7455/0	24/04/2013	218 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGQ4284	55796946D	7030/2	05/05/2013	244 * I
MGU7610	54108194D	7455/0	07/05/2013	218 * I
MIW5315	55794099D	5452/2	10/04/2013	181 * VIII
MJB9844	55794812D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MKO5111	55793711D	5541/4	19/03/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1460/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARB0810	55795960D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
CMF7214	55794284D	5010/0	07/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
HRG9608	55848849C	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
JKW5412	55797815D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
MAG6452	55794317D	5010/0	20/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAG6452	55794318D	6599/2	20/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAI1128	55793915D	6912/0	11/02/2013	R\$ 53,20	232
MAT0840	55793363D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
MCK7832	55795321D	5010/0	21/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCK7832	55795322D	5118/0	21/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCK7832	55795324D	6556/1	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MFF8892	55795180D	6599/2	25/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF8892	55795181D	6580/0	25/01/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MFF8892	55795182D	6637/1	25/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFK4091	55795955D	6912/0	19/12/2012	R\$ 53,20	232
MFM4918	55797805D	6920/0	04/02/2013	R\$ 127,69	233
MGH9638	55797823D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MJW0450	54660695C	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MKZ0471	55797963D	6599/2	31/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1461/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPM4936	55491900D	5541/4	24/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ILL2327	55795277D	5525/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LZY6622	55794523D	7030/2	31/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MFA8865	55795905D	5541/4	26/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF8892	55795183D	5746/1	25/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFZ0562	55795441D	5541/1	25/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1462/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCA1936	55796720D	6637/2	08/05/2013	230 * IX
MDW8560	55794859D	5010/0	24/04/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1463/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN2398	55795485D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MDZ5167	55796705D	7455/0	07/05/2013	218 * I
MHH8919	55793727D	7463/0	30/04/2013	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1464/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDF6636	55797589D	5550/0	13/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1465/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANE8193	55796563D	5010/0	10/05/2013	162 * I
ANE8193	55796564D	5169/1	10/05/2013	165
ANE8193	55796565D	6769/1	10/05/2013	230 * XXII
BIW4640	55492333D	6599/2	17/04/2013	230 * V
BIW4640	55492334D	6637/2	17/04/2013	230 * IX
BIW4640	55492335D	5010/0	17/04/2013	162 * I
BIW4640	55492336D	6556/5	17/04/2013	230 * I
BIW4640	55492337D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
BIW4640	55492338D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
BSI9788	55794922D	6599/2	20/04/2013	230 * V
BSI9788	55794923D	5045/0	20/04/2013	162 * V
BSI9788	55795949D	6637/1	20/04/2013	230 * IX
CCX5479	55796914D	6599/2	23/04/2013	230 * V
DVN6191	55795945D	5053/1	14/04/2013	162 * VI
EGS0741	55797918D	6920/0	08/04/2013	233
GUN5069	55796736D	6912/0	14/05/2013	232
IED1487	55796902D	6599/2	20/04/2013	230 * V
LWU8070	55797745D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
LXJ9596	55492342D	5010/0	17/04/2013	162 * I
LXY7111	55794929D	5010/0	23/04/2013	162 * I
LYF9196	55492339D	6599/2	17/04/2013	230 * V



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

LYF9196	55492340D	6637/1	17/04/2013	230 * IX
LYF9196	55492341D	6556/1	17/04/2013	230 * I
LZE6067	55794769D	6610/2	20/04/2013	230 * VII
MAO3688	55796908D	5029/2	21/04/2013	162 * II
MAP1881	55796009D	6912/0	11/05/2013	232
MAP1881	55796729D	6637/2	11/05/2013	230 * IX
MAU7650	55793566D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MAU7650	55793567D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MAW5280	55797428D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBA8911	55793568D	6599/2	19/04/2013	230 * V
MBA8911	55793569D	5010/0	19/04/2013	162 * I
MBA8911	55793569D	5061/0	19/04/2013	163 c/c 162 * I
MBD2496	55796957D	6912/0	23/04/2013	232
MBD9304	55797420D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797421D	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MBD9304	55797422D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797423D	6637/1	11/04/2013	230 * IX
MBD9304	55797425D	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MBF7513	55796740D	6599/2	14/05/2013	230 * V
MBM0637	55797448D	6912/0	14/04/2013	232
MBM0857	55794771D	6653/1	22/04/2013	230 * XI
MCV9845	55795892D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MDF7512	55793572D	6556/1	10/05/2013	230 * I
MDK3987	55797734D	7340/0	22/04/2013	252 * IV
MDW8560	55794860D	5010/0	24/04/2013	162 * I
MEI8374	55797913D	6920/0	11/04/2013	233
MFD6783	55797924D	6920/0	19/04/2013	233
MFE1440	55794758D	6769/1	18/04/2013	230 * XXII
MFE8235	54658690C	6610/2	21/04/2013	230 * VII
MFE9952	55796014D	6599/2	13/05/2013	230 * V
MFE9952	55796015D	6912/0	13/05/2013	232
MFJ5613	54109093D	5010/0	11/04/2013	162 * I
MFJ5613	55796576D	5010/0	17/05/2013	162 * I
MFV3852	55796507D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MFV8765	55797614D	6599/2	02/05/2013	230 * V
MFZ2780	55795894D	6599/2	21/04/2013	230 * V
MFZ6106	55796920D	5010/0	23/04/2013	162 * I
MFZ6106	55796921D	5274/1	23/04/2013	175
MFZ6106	55796922D	6637/1	23/04/2013	230 * IX
MGJ4852	55795014D	6599/2	16/05/2013	230 * V
MGJ4852	55795015D	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGK0382	55797744D	6653/1	22/04/2013	230 * XI
MGP0772	55794214D	6599/2	09/05/2013	230 * V
MGT5613	55796912D	6599/2	23/04/2013	230 * V
MGT5613	55796913D	6912/0	23/04/2013	232
MHC6172	55797927D	6920/0	30/04/2013	233
MHZ2787	55796911D	6912/0	23/04/2013	232
MIB9924	55797337D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MIB9924	55797338D	5061/0	14/05/2013	163 c/c 162 * I
MJK7227	55794205D	5045/0	12/04/2013	162 * V
MJL1921	55794822D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MJU7195	55797743D	6912/0	22/04/2013	232
MJX0327	55797433D	7340/0	11/04/2013	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1466/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJR6570	54658678C	7455/0	18/04/2013	218 * I
BNX4521	55797739D	5185/1	22/04/2013	167
CYZ5805	55794764D	5185/1	19/04/2013	167
HXX4959	55794802D	5541/1	23/04/2013	181 * XVII
IAT6770	55797426D	5541/1	11/04/2013	181 * XVII
IPL3625	55796651D	6122/0	09/05/2013	214 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

IQP6586	55796959D	5460/0	23/04/2013	181 * IX
LNW6353	55794206D	5371/0	12/04/2013	180
LNW6353	55794206D	5398/0	12/04/2013	181 * II
LWU1545	55796578D	5193/0	17/05/2013	168
LXL5592	55797334D	5207/0	11/05/2013	169
LXP7784	55797450D	7234/0	17/04/2013	250 * I * a
LZG5868	55796903D	5185/1	20/04/2013	167
MBI0633	55796572D	5185/1	12/05/2013	167
MBM0637	55797447D	7234/0	14/04/2013	250 * I * a
MBU0002	55797991D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MCF1361	55796013D	5452/2	13/05/2013	181 * VIII
MDC5448	55797429D	7234/0	11/04/2013	250 * I * a
MEL0069	55797740D	5185/1	22/04/2013	167
MEW5499	55794793D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MFE8235	54658693C	5240/0	21/04/2013	173
MFG0525	55793716D	5509/0	22/04/2013	181 * XIII
MFJ8014	55794759D	7064/0	18/04/2013	244 * IV
MFP6109	55053124D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MGF3005	55795946D	7366/2	14/04/2013	252 * VI
MGN6920	55793746D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MGU2974	55798000D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MGV3995	55797603D	6076/0	11/04/2013	210
MHE3783	55796714D	5738/0	08/05/2013	186 * II
MHF1020	55794815D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MHZ9142	54658677C	7455/0	18/04/2013	218 * I
MIF6332	55794792D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MIK2417	55797365D	6050/1	08/05/2013	208
MIK2417	55797366D	5185/1	08/05/2013	167
MIN1334	54109096D	5967/0	18/04/2013	203 * V
MJL1921	55794821D	5541/1	10/05/2013	181 * XVII
MJL9439	55797435D	7048/1	11/04/2013	244 * II
MJQ1662	55796735D	7099/1	14/05/2013	244 * VII
MKZ0471	55797993D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MRZ2986	55794813D	7455/0	07/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1467/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN4296	55491790D	5010/0	10/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
CGR0036	55794172D	5045/0	09/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
CGR0036	55794173D	5037/1	09/03/2013	R\$ 574,61	162 * III
MAI4871	55492147D	5010/0	08/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBX6643	55795867D	6912/0	23/02/2013	R\$ 53,20	232
MEI8541	55795869D	5045/0	23/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEI8541	55795870D	6556/1	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHB4377	55794151D	6599/2	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHB4377	55794152D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHL7197	55795628D	6599/2	12/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0230	55795926D	6599/2	15/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0230	55795927D	6912/0	15/02/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1468/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAH5661	55794301D	5525/0	13/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DKX7002	55795795D	5525/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
DPJ7027	55797709D	5541/1	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IGT4326	55492398D	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ISR0919	55794003D	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LAY4346	55794016D	5185/1	07/01/2013	R\$ 127,69	167
LYU7540	55794143D	5479/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * X
MBA2637	55794656D	5541/1	05/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ9833	55848830C	5541/1	06/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ5869	55848833C	5525/0	06/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFH1368	55797702D	5746/1	16/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MFM6039	54109064D	5185/1	15/02/2013	R\$ 127,69	167
MIZ8398	55794164D	5541/1	24/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1469/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJZ0941	55794207D	6599/2	24/04/2013	230 * V
GTE2503	55796955D	6599/2	23/04/2013	230 * V
GTE2503	55796956D	6556/5	23/04/2013	230 * I
IBP3210	55797932D	6920/0	03/05/2013	233
JXV1386	55796910D	5274/1	23/04/2013	175
KGD0638	55794783D	6599/2	24/04/2013	230 * V
LWW2724	55797929D	6920/0	29/04/2013	233
LXE7339	55797938D	6920/0	08/05/2013	233
LYE2962	55795826D	5045/0	03/05/2013	162 * V
LYE2962	55795828D	6556/1	03/05/2013	230 * I
MAI2221	55796942D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MAZ2801	55796924D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MAZ8015	55796923D	6599/2	26/04/2013	230 * V
MBH4153	55796722D	7340/0	08/05/2013	252 * IV
MBI5923	55795070D	5010/0	21/04/2013	162 * I
MBI6828	55797948D	6920/0	13/05/2013	233
MEE5396	55794800D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MEO3882	55797949D	6920/0	08/05/2013	233
MEX5533	55796925D	5010/0	26/04/2013	162 * I
MFO6016	55797944D	6920/0	10/05/2013	233
MFZ8951	55797928D	6920/0	30/04/2013	233
MHK4644	55796928D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
MKN8056	55797950D	6920/0	13/05/2013	233
MMF1770	55797943D	6920/0	09/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1470/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BKO1066	55793750D	5738/0	07/05/2013	186 * II
LXB6901	55794820D	5541/1	10/05/2013	181 * XVII
MCF3197	55794791D	7455/0	24/04/2013	218 * I
MCP2302	55794795D	7455/0	24/04/2013	218 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MGU2361	55796932D	5541/5	29/04/2013	181 * XVII
MHN4781	55796944D	5835/0	03/05/2013	195
MIQ7678	55797326D	5541/4	29/04/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO.FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1471/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMP0171	55847098C	6599/2	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
APY9867	55795886D	7340/0	07/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
ASN3252	55492144D	6637/1	07/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
BGL6391	54109079D	6599/2	27/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
BGL6391	54109080D	5010/0	27/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
CMD4189	55793914D	5010/0	31/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
GVT4819	55797960D	5010/0	31/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
HPG3829	55797832D	6920/0	19/02/2013	R\$ 127,69	233
IGE1210	55797830D	6920/0	18/02/2013	R\$ 127,69	233
INX3911	55793475D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
LWT5591	55793848D	5045/0	10/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXV1769	55793642D	6556/1	29/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
LXV1769	55793642D	6637/1	29/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYK0432	54658667C	6610/1	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYK0432	54658670C	5010/0	02/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZV6826	55797855D	6920/0	04/03/2013	R\$ 127,69	233
MAO3688	55793876D	5045/0	08/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBD7665	55797835D	6920/0	20/02/2013	R\$ 127,69	233
MBM1863	55794287D	5010/0	07/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBZ8636	55794521D	6599/2	31/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBZ8636	55794524D	5010/0	31/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCE3944	55794534D	7340/0	03/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCG8285	55053248D	5169/1	10/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MCG8285	55053249D	6912/0	10/02/2013	R\$ 53,20	232
MCV5851	55795411D	6599/2	08/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ7626	55847097C	5045/0	01/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEJ8721	55793389D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MEK9993	55797903D	6920/0	05/04/2013	R\$ 127,69	233
MEN5295	55795565D	5010/0	03/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEN5295	55795566D	5118/0	03/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFM6598	55793390D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MFN9515	55795854D	5045/0	02/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFN9515	55795855D	5037/1	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * III
MFS0940	55794532D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGC3500	55793396D	6920/0	03/01/2013	R\$ 127,69	233
MGD8887	55794424D	6912/0	13/02/2013	R\$ 53,20	232
MGQ1853	55797859D	6920/0	12/03/2013	R\$ 127,69	233
MGW0797	55794418D	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGW0797	55794419D	5061/0	10/02/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGW0797	55794420D	7340/0	10/02/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGX8076	55847081C	5045/0	15/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHL5153	55795929D	6599/2	16/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHL5153	55795930D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHU1461	55797806D	6920/0	06/02/2013	R\$ 127,69	233
MIF5821	55492500D	5045/0	22/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIM3196	55797763D	6599/2	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIV6580	55793497D	6920/0	28/01/2013	R\$ 127,69	233
MIV9963	55794550D	5010/0	06/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJE5934	55794154D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MMM7878	55793873D	5274/2	05/01/2013	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1472/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CSC3328	55794146D	5452/7	18/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DEZ5021	55795623D	5452/1	07/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DKQ4607	55797066D	5525/0	17/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DQO9508	55847031C	5967/0	04/02/2013	R\$ 191,53	203 * V
JPC4005	55794312D	7366/2	15/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZK1007	54109092D	5541/1	11/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ8636	55794525D	5185/1	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MBZ8636	55794526D	5185/2	31/12/2012	R\$ 127,69	167
MCE3944	55794533D	5185/1	03/01/2013	R\$ 127,69	167
MDE9522	55794150D	5509/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MED3960	55795817D	5185/1	24/02/2013	R\$ 127,69	167
MEW4449	55794367D	5525/0	14/01/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MFF1679	55797708D	5380/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * I
MHI7690	55797088D	5550/0	09/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIJ0671	54109060D	5541/1	14/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK2208	55795461D	5541/1	11/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ6673	55795189D	7366/2	18/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJT7528	55797091D	5550/0	10/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKC6115	54109081D	5525/0	27/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MKN0358	55794167D	6050/1	03/03/2013	R\$ 191,53	208
MKT6780	55794142D	5746/1	16/02/2013	R\$ 85,12	187 * I
MKW0089	55795629D	5746/1	12/01/2013	R\$ 85,12	187 * I
MMA3279	55797653D	5525/0	21/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MMA3289	55794350D	5541/1	03/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM7878	55793875D	5215/2	05/01/2013	R\$ 191,53	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1473/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX2371	55795071D	6599/2	27/04/2013	230 * V
ABX2371	55795072D	5169/1	27/04/2013	165
AEG5986	55796768D	6920/0	27/05/2013	233
AHM5799	55794857D	5037/1	24/04/2013	162 * III
AHM5799	55794858D	6599/2	24/04/2013	230 * V
BRH9763	55797773D	5010/0	03/05/2013	162 * I
CEM1939	55795468D	6599/2	28/04/2013	230 * V
CEM1939	55795469D	5010/0	28/04/2013	162 * I
DAZ6089	55796553D	6599/2	07/05/2013	230 * V
DDW1570	55796771D	6920/0	24/05/2013	233
IDR8721	55796713D	5045/0	08/05/2013	162 * V
IKM0906	55796555D	5010/0	10/05/2013	162 * I
IKM0906	55796556D	6599/2	10/05/2013	230 * V
ILN9672	55797615D	5010/0	05/05/2013	162 * I
ILN9672	55797616D	6599/2	05/05/2013	230 * V
JKS4022	55796001D	6599/2	10/05/2013	230 * V
JKS4022	55796002D	5010/0	10/05/2013	162 * I
LWT1933	55796975D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
LWT1933	55796976D	5010/0	26/04/2013	162 * I
LXY7211	55794855D	6599/2	24/04/2013	230 * V
LXZ2563	55796764D	6920/0	24/05/2013	233
LYV4865	55796715D	6769/2	08/05/2013	230 * XXII
LZI4609	55794209D	6599/2	27/04/2013	230 * V
LZU3272	55796936D	6599/2	30/04/2013	230 * V
LZU3272	55796938D	5010/0	30/04/2013	162 * I



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MAG1498	55796751D	6920/0	14/05/2013	233
MBS2395	55794938D	6556/1	05/05/2013	230 * I
MBV0831	55796509D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MBV0831	55796510D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MBW4906	55797931D	6920/0	30/04/2013	233
MCB1888	55796718D	6556/1	08/05/2013	230 * I
MCB1888	55796719D	6769/2	08/05/2013	230 * XXII
MCH7779	55796761D	6920/0	23/05/2013	233
MCI4202	55796511D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MCI4202	55796512D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MCI4202	55796513D	5169/1	08/05/2013	165
MCP5441	55795074D	6599/2	03/05/2013	230 * V
MCQ7242	55796929D	6912/0	26/04/2013	232
MCR5550	55797934D	6920/0	03/05/2013	233
MDC5463	55796559D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MDC5463	55796948D	7340/0	05/05/2013	252 * IV
MEC3621	55796940D	5010/0	02/05/2013	162 * I
MEC3621	55796941D	6599/2	02/05/2013	230 * V
MED3960	55796950D	6610/2	05/05/2013	230 * VII
MEE9359	55797328D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MEE9359	55797329D	5061/0	05/05/2013	163 c/c 162 * I
MEK5533	55796926D	7340/0	26/04/2013	252 * IV
MEO8167	55796012D	6912/0	12/05/2013	232
MEO8167	55796733D	5274/1	12/05/2013	175
MFL0566	55796712D	5010/0	08/05/2013	162 * I
MFS9659	55796005D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MFS9659	55796505D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MFZ6700	55794932D	7340/0	29/04/2013	252 * IV
MHN4781	55794934D	6769/1	03/05/2013	230 * XXII
MHN4781	55796943D	5274/1	03/05/2013	175
MHP6828	55797204D	5010/0	18/04/2013	162 * I
MIP6226	55796007D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MJX7791	55796721D	6599/2	08/05/2013	230 * V
MJX7989	55794765D	7340/0	19/04/2013	252 * IV
MKR2538	55794210D	5045/0	27/04/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1474/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN4717	55796515D	5541/4	11/05/2013	181 * XVII
HBV0357	55795490D	5541/4	10/05/2013	181 * XVII
HJG6374	55796702D	7455/0	07/05/2013	218 * I
HRM2290	55793726D	7455/0	30/04/2013	218 * I
HVZ3105	55793747D	7455/0	30/04/2013	218 * I
IAQ1773	54108198D	7455/0	07/05/2013	218 * I
IHQ1561	55796575D	5185/1	12/05/2013	167
INN9576	55797464D	5185/1	03/05/2013	167
IOS6942	55795474D	7455/0	30/04/2013	218 * I
LXP7784	55796933D	5827/0	28/04/2013	194
MCQ0265	55796551D	5207/0	24/04/2013	169
MDA7986	55795481D	7463/0	30/04/2013	218 * II
MEK5533	55796927D	7064/0	26/04/2013	244 * IV
MEO8167	55796734D	7030/2	12/05/2013	244 * I
MEP6405	55797470D	5185/1	09/05/2013	167
MEQ0769	55796710D	7463/0	07/05/2013	218 * II
MFR6745	55794930D	5185/1	26/04/2013	167
MHG7378	55793724D	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MHN4781	55794935D	5207/0	03/05/2013	169
MHZ6431	55793730D	7455/0	30/04/2013	218 * I
MIG9401	55846822C	7366/2	25/04/2013	252 * VI
MJO1365	55797460D	5185/1	27/04/2013	167
MJP1146	55794825D	5541/1	14/05/2013	181 * XVII
MJW5443	55794817D	7463/0	07/05/2013	218 * II



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MJW5443	55794818D	5835/0	07/05/2013	195
MLA7238	55793743D	7455/0	30/04/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1475/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG3170	55794176D	6556/1	11/03/2013	R\$ 191,53	230 * I
AGG3170	55794177D	5010/0	11/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANN2539	55794072D	6599/2	23/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
GXW4757	55797768D	6599/2	21/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
IPN9806	55797870D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
LZD4564	54108182D	5010/0	14/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAT6827	55797875D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
MDJ1996	55794428D	6912/0	20/02/2013	R\$ 53,20	232
MIT0421	55052198D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1476/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCW0477	55795283D	5525/0	27/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
JVG1307	55794163D	5541/1	19/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYN7651	55794062D	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167
LYN7651	55794063D	7366/2	08/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBF8777	55797982D	5185/1	25/03/2013	R\$ 127,69	167
MHS1220	54657417C	5541/1	01/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1477/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEB9439	55796907D	6912/0	20/04/2013	232
IGD8092	55796025D	5010/0	24/05/2013	162 * I
IGD8092	55796070D	6610/2	24/05/2013	230 * VII
ILI3717	55796790D	6920/0	04/06/2013	233
JYC6301	55797335D	6599/2	12/05/2013	230 * V
LWW2724	55797333D	5274/1	02/05/2013	175
LXZ7704	55796082D	6599/2	29/05/2013	230 * V
LXZ7704	55796083D	6556/1	29/05/2013	230 * I
MAF8544	55796018D	6912/0	14/05/2013	232
MAF8544	55796743D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MAN1239	55796004D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MAN1239	55796006D	5010/0	10/05/2013	162 * I
MBI4842	55797363D	6912/0	25/04/2013	232



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

MBJ1088	55797945D	6920/0	10/05/2013	233
MBL9103	55793573D	5010/0	12/05/2013	162 * I
MBL9103	55793574D	5061/0	12/05/2013	163 c/c 162 * I
MBL9103	55793575D	6602/0	12/05/2013	230 * VI
MBL9103	55793576D	5274/1	12/05/2013	175
MBO3901	55796580D	6599/2	17/05/2013	230 * V
MBO3901	55796581D	6556/5	17/05/2013	230 * I
MBO3901	55796582D	6602/0	17/05/2013	230 * VI
MCG5645	55796742D	6556/1	14/05/2013	230 * I
MDA7639	55796557D	5045/0	10/05/2013	162 * V
MDD6707	55797343D	5010/0	23/05/2013	162 * I
MDD9214	55796017D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MDD9214	55796739D	6637/2	14/05/2013	230 * IX
MDD9284	55794928D	6637/2	23/04/2013	230 * IX
MDO9373	55796792D	6920/0	04/06/2013	233
MDX2339	55796584D	6912/0	17/05/2013	232
MES5820	55795829D	6599/2	15/05/2013	230 * V
MES5820	55795830D	6912/0	15/05/2013	232
MEZ9381	55796727D	5010/0	11/05/2013	162 * I
MEZ9381	55796728D	6599/2	11/05/2013	230 * V
MFJ5392	55796570D	6556/1	12/05/2013	230 * I
MGA6782	55795573D	6599/2	16/05/2013	230 * V
MGA6782	55795575D	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGA6782	55795576D	6653/1	16/05/2013	230 * XI
MHM0172	55796781D	6920/0	04/06/2013	233
MHP8924	55794215D	5010/0	02/06/2013	162 * I
MHP8924	55796737D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MJB5275	55793570D	6637/1	28/04/2013	230 * IX
MJS5204	55796741D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MWH5478	55797937D	6920/0	08/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1478/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração/Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DVN6191	55796574D	5185/1	12/05/2013	167
HYP0721	55797468D	5185/1	09/05/2013	167
IBQ8800	55797431D	7234/0	11/04/2013	250 * I * a
ILF9561	55796518D	7234/0	12/05/2013	250 * I * a
LWW2724	55797327D	5215/2	02/05/2013	170
LWW2724	55797332D	5835/0	02/05/2013	195
LXC6917	55797469D	5185/1	09/05/2013	167
MBO3901	55796579D	5541/4	17/05/2013	181 * XVII
MEJ4036	55797344D	5541/1	26/05/2013	181 * XVII
MGB4599	55796519D	5266/3	15/05/2013	174
MGB4599	55796520D	5835/0	15/05/2013	195
MGB4599	55796521D	6033/0	15/05/2013	206 * V
MGB4599	55796522D	6050/2	15/05/2013	208
MID3798	55797995D	7455/0	18/04/2013	218 * I
MIX4430	55794948D	7455/0	07/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR OPAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1479/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKB3442	55794775D	6556/5	23/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
AKI7220	55795457D	6599/2	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDP3343	55794187D	6637/2	28/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM7880	55491793D	6637/1	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM7880	55491794D	6610/2	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAM7880	55491795D	6912/0	02/02/2013	R\$ 53,20	232
MAM7880	55491796D	6637/2	02/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAO2712	55795380D	6912/0	28/01/2013	R\$ 53,20	232
MCQ4571	55052272D	6599/2	02/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ4571	55052273D	5169/1	02/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MES3133	55795397D	7340/0	29/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEW4250	55794666D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGT2728	55795948D	6602/0	14/04/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MHL2184	55847095C	5045/0	31/01/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 436 1480/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração /Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARY8254	55053125D	5207/0	18/04/2013	R\$ 53,20	169
IBR0975	55491293D	5541/1	30/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
IDP3343	55794186D	5215/2	28/03/2013	R\$ 191,53	170
LUK0172	54109097D	7463/0	18/04/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAI0451	55795789D	5185/1	28/12/2012	R\$ 127,69	167
MEM0891	55793996D	5541/1	03/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV3686	55797404D	7234/0	06/04/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MFJ5227	55794071D	5452/2	23/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHZ3477	55797092D	5550/0	10/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIX2429	55797703D	5509/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MJS2784	55491295D	5509/0	30/12/2012	R\$ 85,12	181 * XIII
MJT5824	55794925D	5185/1	23/04/2013	R\$ 127,69	167
MPX4100	55794782D	7455/0	24/04/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IMBITUBA, 28 DE JUNHO DE 2013

Carlos Fernando Demétrio
 Diretor de Mobilidade Urbana
 Autoridade de Trânsito

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 346/2013 de 11 de Julho de 2013. CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ANGELA ESTELA PEROTTI TICIANI, matrícula 9-4, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2011 a 31/03/2012 e gozo de 11/07/2013 a 30/07/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11/07/2013.

Ipumirim - SC, 11 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Extrato de Contrato Nº 48/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 48/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 07/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VALDECIR FALABRETTI ME.

Valor: R\$ 74,61 (Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos)

Assinatura: 01/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VALDECIR FALABRETTI ME, situada na BOM SUCESO, Bairro RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.025.975/0001-53.

Extrato de Contrato Nº 49/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 49/2013

Objeto: O CREDENCIADO, do presente Edital destina-se a contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento

Público nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

Valor: R\$ 10,00 (Dez Reais)

Assinatura: 01/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JULIO CESAR COLAÇO-ME, situada na RUA CELSO RAMOS, Nº 579, S/N, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.208.760/0001-54.

Extrato de Contrato Nº 50/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 50/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013, Processo de Licitação nº 38/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2013, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 8.240,00 (Oito Mil Duzentos e Quarenta Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA D. PEDRO II 87, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

Extrato de Contrato Nº 51/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 51/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013, Processo de Licitação nº 38/2013, homologado em 10 de julho de 2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2013, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 8.850,00 (Oito Mil Oitocentos e Cinquenta Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MATADOURO E FRIGORIFICO LK LTDA ME, situada na VL LINHA ENTRE RIOS S/N, Bairro INTERIOR, cidade de Alto Bela Vista-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.538.406/0001-49.

Extrato de Contrato Nº 52/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 52/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013, Processo de Licitação nº 38/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2013, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 9.430,00 (Nove Mil Quatrocentos e Trinta Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP, situada na RUA D. PEDRO II, 68, Bairro , cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.569.756/0001-83.

Extrato de Contrato Nº 53/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 53/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013, Processo de Licitação nº 38/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2013, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 11.140,00 (Onze Mil Cento e Quarenta Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JONATAN VIEIRA, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL Nº 159, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.416.340/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 54/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 54/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013, Processo de Licitação nº 38/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o ano de 2013, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 2.700,00 (Dois Mil Setecentos Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

Extrato de Contrato Nº 55/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 55/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, Processo de Licitação nº 39/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 9.400,00 (Nove Mil Quatrocentos Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA EPP, situada na RUA D. PEDRO II, 68, Bairro , cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.569.756/0001-83.

Extrato de Contrato Nº 56/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 56/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, Processo de Licitação nº 39/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 6.800,00 (Seis Mil Oitocentos Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MATADOURO E FRIGORIFICO LK LTDA ME, situada na VL LINHA ENTRE RIOS S/N, Bairro INTERIOR, cidade de Alto Bela Vista-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.538.406/0001-49.

Extrato de Contrato Nº 57/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 57/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, Processo de Licitação nº 39/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 16.245,00 (Dezesseis Mil Duzentos e Quarenta e Cinco Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JONATAN VIEIRA, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL Nº 159, Bairro: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.416.340/0001-87.

Extrato de Contrato Nº 58/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 58/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, Processo de Licitação nº 39/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 13.200,00 (Treze Mil Duzentos Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA, situada na RUA D. PEDRO II 87, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.573.212/0003-57.

Extrato de Contrato Nº 59/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 59/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, Processo de Licitação nº 39/2013, homologado em 10 de julho de 2013.

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de gêneros

alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades da Creche Municipal Pedacinho do Céu, conforme anexos do Edital.

Valor: R\$ 2.700,00 (Dois Mil Setecentos Reais)

Assinatura: 11/07/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP, situada na RUA 15 DE NOVEMBRO 500, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.004.541/0001-90.

Irineópolis**PREFEITURA****Decreto N.º 2443/2013 - Republicação.**

DECRETO N.º 2443/2013 - REPUBLICAÇÃO.

"Institui Comissão Especial para Avaliação de Imóveis no Município de Irineópolis e dá outras Providências."

O Prefeito Municipal de Irineópolis. Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, insculpidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis no Município.

Art. 2º A Comissão Especial de Avaliação de que trata este será tem como objetivos e atribuições identificar e dar valor a imóveis localizados no Município de Irineópolis, especialmente para fins de composição da Planta de Valores, desapropriações, permutas, investidas, doações, compra e venda, dação em pagamento, cobrança de IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas, bem como todos e quaisquer atos administrativos que dependam de avaliação prévia.

§ 1º Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas para fins de elaboração dos respectivos laudos:

I. O preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos, desconsiderados fatores que, comprovadamente, resultem da prática de distorções especulativas;

II. As normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

III. A localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias, atendidos os padrões de habitabilidade;

IV. Será considerado, para fins de cobrança de contribuição de melhoria, acréscimo de valor econômico, no patrimônio de particulares, localizados na área de influência das melhorias realizadas;

V. Nos conjuntos habitacionais, a vistoria das unidades autônomas será efetuada por amostragem;

VI. O preço apurado para os imóveis será reajustado pela variação do Índice Geral de Preços Médios - IPGM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, verificado entre a data de publicação do laudo de avaliação e a da sua aplicabilidade.

§ 2º A Comissão terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de solicitação do respectivo serviço, para a apresentação

dos laudos finais de avaliação, podendo obter prorrogação uma única vez por igual período.

Art. 3º A Comissão Especial que trata o presente Decreto será composta pelos seguintes membros:

I - Presidente: Reinaldo Stasiak;

II - Secretário: Lucio Flávio Lima;

III - Membros:

a) Adilson Alcântara Jung;

b) Cintia Adriane Schapievski;

c) Francisco Eraldo Konkol;

d) José Alfredo Pinto;

e) Jullian Sidor;

f) Lindamir Coelho Figura;

g) Juliana Jacobovski.

Art. 4º A Comissão nomeada pelo artigo anterior terá validade para o biênio 2013/2014, podendo ser reconduzida.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2434/2013 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de Julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 2444/2013

Decreto nº 2444/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13, DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.042 - Manutenção do Piso Básico de Transição - Apoio à Família e suas crianças e ou Grupo de Idosos.

3.3.90.00.00.00.00.0250 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

T O T A L R\$ 5.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.042 - Manutenção do Piso Básico de Transição - Apoio à Família e suas crianças e ou Grupo de Idosos.

4.4.90.00.00.00.00.0250 (4) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

T O T A L R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 36/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 36/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Retilider Retífica de Motores Ltda- EPP.

Irineópolis, 12 de julho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 103/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 103/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Retilider Retífica de Motores Ltda- EPP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de peças para o conserto do caminhão VW 23-210 MWM, placa MGW 1160.

Valor: 13.968,50 (treze mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência: 12/07/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 36/2013 - Tomada de Preços 08/2013.

Lei 8.666/93

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 025/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 025/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - Vital Treinamentos Gerenciais E Profissionais Ltda - ME

Objeto - O presente contrato tem por objetivo a Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de cursos para funcionários da Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício de 2013.

Valor - R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Vigência - 09/07/2013 a 31/12/2013.

Base Legal - Processo Licitatório nº 09/2013 - Pregão Presencial nº 03/2013.

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Homologação Pregão Presencial 03/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Vital Treinamentos Gerenciais E Profissionais Ltda - ME.

Irineópolis, 09 de julho de 2013.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2013

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 28/2013, cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração de desenho técnico de móveis, equipamentos e climatização da nova unidade básica de saúde Fronteira. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 29 de julho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 123/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 123/2013, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global de projetos para implantação de rede de distribuição elétrica em tensão primária e secundária para instalação de iluminação pública, em diversos locais neste município. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 02 de agosto de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 124/2013, cujo objeto é aquisição de tintas para pintura de faixa de segurança em ruas da cidade e diversos materiais destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 30 de julho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax

(49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 126/2013, cujo objeto é aquisição de bandeirolas para decoração das ruas da cidade para Oktoberfest. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 05 de agosto/julho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 127/2013, cujo objeto é aquisição de peças para retroescavadeira PC-160LC 7B e materiais diversos destinados para manutenção das atividades da Oficina mecânica desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 31 de julho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 128/2013, cujo objeto é aquisição de 01 portão em tubo redondo galvanizado e corrimão de tubo galvanizado, destinado para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 01 de agosto de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 125/2013, cujo objeto é aquisição de materiais destinados para conserto do telhado do prédio do Centro Administrativo Municipal. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 30 de julho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 027/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 15/07/2013, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, VALERIO PACHECO, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzi-rem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000027/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 01(UM) ROÇADEIRA TRINCHA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
LITORAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
BRASIL PARTS PECAS PARA TRATORES LTDA. (ISS)

Representantes (Credenciados)
LIRIO DA SILVA
SILVIO CORREA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços

ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	LITORAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	32.000,0000	31.500,0000

Encerrado os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora, portanto, as empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
LITORAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	31.500,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata encerrada às 10h:30min.

Itapoá, 15/07/2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
VALERIO PACHECO

Assinantes	
Representantes	Assinatura
LITORAL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	
BRASIL PARTS PECAS PARA TRATORES LTDA.	

Errata ao Pregão Presencial Nº 29/2013 -

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2013 –

PROCESSO Nº 62/2013

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 16 de JULHO de 2013. HORÁRIO: 09h30min (abertura)

OBJETO: Aquisição de material de procedimento para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento 24 Horas e Centro de Reabilitação, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

AONDE LÊ-SE

5.1	Atadura crepe 18 fios 8cm x 4,5cm x 1,80cm, em repouso, pacote com 12 unidades - Atadura de crepe - largura 8 cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 8 cm e comprimento mínimo de 1,80 m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos.	Pcte	1000	R\$ 9,5600	R\$ 9.560,0000
5.2	Atadura crepe 18 fios 10cm x 4,5cm x 1,80cm, em repouso, pacote com 12 unidades - Atadura de crepe - largura 10 cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 10 cm e comprimento mínimo de 1,80 m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos.	Pcte	1000	R\$ 12,0800	R\$ 12.080,0000
5.3	Atadura crepe 18 fios 12cm x 4,5cm x 1,80cm, em repouso, pacote com 12 unidades - Atadura de crepe - largura 12 cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 12 cm e comprimento mínimo de 1,80 m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos.	Pcte	1000	R\$ 14,8700	R\$ 14.870,0000
5.4	Atadura crepe 18 fios 20cm x 4,5cm x 1,80cm, em repouso, pacote com 12 unidades - Atadura de crepe - largura 20 cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 20 cm e comprimento mínimo de 1,80 m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos.	Pcte	1000	R\$ 5,0000	R\$ 25.000,0000
26.1	Luva para procedimento tamanho P; caixa com 100 unidades	Caixa	1.000	R\$ 16,4700	R\$ 16.470,0000
26.2	Luva para procedimento tamanho M; caixa com 100 unidades	Caixa	1.000	R\$ 16,4700	R\$ 16.470,0000
26.3	Luva estéril 6,5 - Luva cirúrgica estéril, nº 6,5 , confeccionada em látex natural, com alta densidade tátil, formato anatômico, boa elasticidade, resistência, perfeita adaptação, acabamento no punho, textura uniforme sem falhas, com lubrificante à base de pó absorvível, com identificação de fácil visualização, envelopada aos pares, embalada em papel grau cirúrgico, sem visor transparente, esterilizada a Raio Gama ou Óxido de Etileno, contendo externamente dados de identificação e de procedência.	Par	500	R\$ 1,2000	R\$ 600,0000
26.4	Luva estéril 8,0 - Luva cirúrgica estéril, nº 8,0 , confeccionada em látex natural, com alta densidade tátil, formato anatômico, boa elasticidade, resistência, perfeita adaptação, acabamento no punho, textura uniforme sem falhas, com lubrificante à base de pó absorvível, com identificação de fácil visualização, envelopada aos pares, embalada em papel grau cirúrgico, sem visor transparente, esterilizada a Raio Gama ou Óxido de Etileno, contendo externamente dados de identificação e de procedência.	Par	900	R\$ 1,1800	R\$ 1.062,0000

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

5.1	Atadura crepe 13 fios 8cm x 4,5cm x 1,80 em repouso com 12 unidades. (Atadura de crepe – largura 8cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 8cm e comprimento mínimo de 1,80m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos)	Pcte	1000	R\$ 9,5600	R\$ 9.560,0000
5.2	Atadura crepe 13 fios 10cm x 4,5cm x 1,80 em repouso com 12 unidades. (Atadura de crepe – largura 10cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 10cm e comprimento mínimo de 1,80m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos)	Pcte	1000	R\$ 12,0800	R\$ 12.080,0000

5.3	Atadura crepe 13 fios 12cm x 4,5cm x 1,80 em repouso com 12 unidades. (Atadura de crepe – largura 12cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 12cm e comprimento mínimo de 1,80m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos)	Pcte	1000	R\$ 14,8700	R\$ 14.870,0000
5.4	Atadura crepe 13 fios 20cm x 4,5cm x 1,80 em repouso com 12 unidades. (Atadura de crepe – largura 20cm, 100% algodão ou misto, com propriedades elásticas, conforme "NBR 14056", possuir elasticidade no sentido longitudinal de no mínimo 50%, estar livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas, largura de 20cm e comprimento mínimo de 1,80m em repouso, com 13 fios por cm2. Embalagem contendo 12 rolos)	Pcte	1000	R\$ 5,0000	R\$ 25.000,0000
26.1	Luva para procedimento tamanho P caixa c/ 100 unidades. (Confeccionada em látex natural flexível, com bainha, ambidestra, com perfeição adaptação ao formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, material resistente, coloração uniforme, inodoro e hipoalergênico, sem furos que permita sensibilidade tátil, punho adequado ao uso, tamanho pequeno conforme padrão nacional, deverão ser levemente lubrificadas com pó absorvível, atóxico de forma que propicie seu calçamento fácil, deve apresentar no punho o número do CA (Certificado de aprovação) impresso. Deverão estar acondicionadas em caixa tipo "dispenser Box" com abertura que permita a retirada das luvas uma a uma, contendo 100 unidades. Embalagem íntegra e resistente, com identificação em língua portuguesa de: material, marca, fabricante, lote, prazo de validade. Apresentar certificado de conformidade com as portarias 332/2012 e 451/2012 do Inmetro.	Caixa	1.000	R\$ 16,4700	R\$ 16.470,0000
26.2	Luva para procedimento tamanho M caixa c/ 100 unidades. (Confeccionada em látex natural flexível, com bainha, ambidestra, com perfeição adaptação ao formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, material resistente, coloração uniforme, inodoro e hipoalergênico, sem furos que permita sensibilidade tátil, punho adequado ao uso, tamanho pequeno conforme padrão nacional, deverão ser levemente lubrificadas com pó absorvível, atóxico de forma que propicie seu calçamento fácil, deve apresentar no punho o número do CA (Certificado de aprovação) impresso. Deverão estar acondicionadas em caixa tipo "dispenser Box" com abertura que permita a retirada das luvas uma a uma, contendo 100 unidades. Embalagem íntegra e resistente, com identificação em língua portuguesa de: material, marca, fabricante, lote, prazo de validade. Apresentar certificado de conformidade com as portarias 332/2012 e 451/2012 do Inmetro.	Caixa	1.000	R\$ 16,4700	R\$ 16.470,0000
26.3	LUVA ESTÉRIL 6,5 (Luva cirúrgica estéril nº 6,5, confeccionada em látex natural, com alta densidade tátil, formato anatômico, boa elasticidade, resistência, perfeita adaptação, acabamento no punho, textura uniforme sem falhas, com lubrificante à base de pó absorvível, com identificação de fácil visualização, envelopada aos pares, embalada em papel grau cirúrgico, sem visor transparente, esterilizada a Raio Gama ou Óxido de Etileno, contendo externamente dados de identificação e de procedência) Apresentar certificado de conformidade com as portarias 332/2012 e 451/2012 do Inmetro.	Par	500	R\$ 1,2000	R\$ 600,0000
26.4	LUVA ESTÉRIL 8,0 (Luva cirúrgica estéril nº 8,0, confeccionada em látex natural, com alta densidade tátil, formato anatômico, boa elasticidade, resistência, perfeita adaptação, acabamento no punho, textura uniforme sem falhas, com lubrificante à base de pó absorvível, com identificação de fácil visualização, envelopada aos pares, embalada em papel grau cirúrgico, sem visor transparente, esterilizada a Raio Gama ou Óxido de Etileno, contendo externamente dados de identificação e de procedência) Apresentar certificado de conformidade com as portarias 332/2012 e 451/2012 do Inmetro.	Par	900	R\$ 1,1800	R\$ 1.062,0000

Conforme o Art. 21 d 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES altera-se para dia 29 de JULHO DE 2013, às 09h (entrega envelopes) e a s 09h e 30min (abertura). Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 15 de JULHO de 2013.
 FERNANDA CRISTINA ROSA
 PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato Administrativo Nº 01/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Av. André Rodrigues de Freitas, nº 719, neste Município, neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, o Sr. OSNI OCKER, portador do C.I. RG Nº 1260058 SSP-PR e do CNPF/MF nº: 193.681.279-72, residente e domiciliado à Rua São José, nº 107, cidade de Itapoá/SC, aqui denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP, com sede à Rua Bernardo Halfeld, nº 471, bairro Nossa Senhora do Rosário, na cidade de São José/SC, CEP 88110-695, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.371.228/0001-77 e Inscrição Estadual JUCESC nº42204544518, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. ELDER DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 034.127.079-29 e do CI.RG nº 4.086.800 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Bom Pastor, nº 189, Bairro Ipiranga, cidade de São José/SC, CEP 88111-520, aqui denominada CONTRATADA, ajustam Aquisição de condicionadores de ar, para climatização da nova sede do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013 – PROCESSO Nº 01/2013 de acordo com a Lei Federal no 10.520/2002, da Lei Federal no 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal no 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a Aquisição de condicionadores de ar, para climatização da nova sede do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia, conforme especificações abaixo descritas:

Item	DESCRIÇÃO DOS APARELHOS	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Condicionador de ar tipo split modelo HI WALL de 9000Btus/hr, ciclo quente e frio, com controle remoto sem fio e tensão de 220v monofásico.	06	R\$ 1.005,00	R\$ 6030,00
2	Condicionador de ar tipo split modelo HI WALL de 12000Btus/hr, ciclo quente e frio, com controle remoto sem fio e tensão de 220v monofásico.	06	R\$ 1.130,00	R\$ 6.780,00
3	Condicionador de ar tipo split modelo HI WALL de 24000Btus/hr, ciclo quente e frio, com controle remoto sem fio e tensão de 220v monofásico.	01	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
TOTAL DO PREGÃO:				R\$ 15.010,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2013. A disponibilidade dos objetos será conforme solicitação e indicação apresentada pelo Setor de Informática, devendo ser entregues em 25 (vinte e cinco) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1– O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 15.010,00 (quinze mil e dez reais).

3.2. - Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1 A despesa decorrente da presente licitação, conforme estabelece o art.17, §1º, LC nº101/2000, está prevista no orçamento do Poder Legislativo, na ação nº 2.002 – Manutenção da Câmara de Vereadores, através da dotação orçamentária 4.4.90 – Aplicações Diretas, Elemento 52 – equipamento e material permanente.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros até a entrega do objeto.

6.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na efetivação do serviço, inclusive no ato da entrega.

6.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4 – Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO, e as Normas de segurança exigidas por lei e Código de Trânsito, no que diz respeito a segurança e qualidade.

6.5 – A CONTRATADA se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.6 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com a Câmara Municipal de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND, em vigor.

6.7 – A CONTRATADA se obriga a dar garantia do objeto ofertado, nos termos da Lei Federal no 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 – O fornecimento do (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

7.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

7.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5 – A CONTRATANTE através do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

7.7 – Compete a CONTRANTE efetuar o pagamento devido a CONTRATADA de forma regular e pontual, mas se incorrer em atrasos fica estipulada a multa de 1,0% (um por cento) se exceder o prazo fixado, calculado sobre a fatura.

7.7.1. A correção monetária será pelo INPC (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1 - O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pelo Chefe do Setor de Informática

e Tecnologia da Câmara Municipal de Itapoá, através do servidor efetivo, Sr. FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, portador do CNPF/MF nº: 059.357.459-17, RG nº 4.386.419-8 SSP-SC, ou servidor técnico capacitado no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratados serão feitas mediante registro pela CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ em boletim de inspeção de serviços nos termos da letra "b" inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

9.3 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

9.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência ao Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Itapoá, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 25 de junho de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ	DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP
OSNI OCKER	ELDER DA SILVA
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA	SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 193.681.279-72	CPF: 034.127.079-29
SHERON SCHOLZE ROSA	
SECRETÁRIA GERAL	
CPF: 058.724.889.04	

TESTEMUNHAS	
FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO	MICHELE MAYER
SERVIDOR EFETIVO	SERVIDORA EFETIVA
RG 4.386.419-8	RG 6.846.989-9 SSP/PR
FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE	ELVIS ARON PINHEIRO
SERVIDORA EFETIVA	DIRETOR ADMINISTRATIVO
RG 4.386.1040 SSP/SC	RG 4.018.926 SSP/SC

Contrato Administrativo Nº 02/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 00.484.829/0001-07, com sede a Av. André Rodrigues de Freitas, nº 719, neste Município, neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, o Sr. OSNI OCKER, portador do C.I. RG Nº 1260058 SSP-PR e do CNPF/MF nº: 193.681.279-72, residente

e domiciliado à Rua São José, nº 107, bairro Itapema do Norte, cidade de Itapoá/SC, aqui denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa SUPERAR LTDA ME., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Joaquim Nabuco, nº 40, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.041-070, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.482.516/0001-61 e Inscrição Estadual do Registro de Empresa (NIRE) 4220466001-1 em 07/04/2012, representada neste ato pelo seu procurador nomeado pelo seu sócio administrador Sr. WILLIAM RICARDO ZEFERINO MUNIZ, portador do CNPF nº 010.113.209-32 e do RG nº 4.831.304 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Xavantes, nº 125, bairro Velha, cidade de Blumenau/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam Aquisição de condicionadores de ar, para climatização da nova sede do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013 – PROCESSO Nº 01/2013 de acordo com a Lei Federal no 10.520/2002, da Lei Federal no 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal no 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a Aquisição de condicionadores de ar, para climatização da nova sede do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia, conforme especificações abaixo descritas:

Item	DESCRIÇÃO DOS APARELHOS	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Condicionador de ar tipo split modelo PISO TETO de 36000Btus/hr, ciclo quente e frio, com controle remoto sem fio e tensão de 220v monofásico.	01	R\$ 3.440,00	R\$ 3.440,00
2	Condicionador de ar tipo split modelo PISO TETO de 60000Btus/hr, ciclo quente e frio, com controle remoto sem fio e tensão de 380v trifásico.	02	R\$ 4.490,00	R\$ 8.980,00
TOTAL DO PREGÃO:				R\$ 12.420,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2013. A disponibilidade dos objetos será conforme solicitação e indicação apresentada pelo Setor de Informática, devendo ser entregues em 25 (vinte e cinco) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1– O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 12.420,00 (doze mil quatrocentos e vinte reais).

3.2. - Os preços serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1 A despesa decorrente da presente licitação, conforme estabelece o art.17, §1º, LC nº101/2000, está prevista no orçamento do Poder Legislativo, na ação nº 2.002 – Manutenção da Câmara de Vereadores, através da dotação orçamentária 4.4.90 – Aplicações Diretas, Elemento 52 – equipamento e material permanente.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros até a entrega do objeto.

6.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na efetivação do serviço, inclusive no ato da entrega.

6.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4 – Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO, e as Normas de segurança exigidas por lei e Código de Trânsito, no que diz respeito a segurança e qualidade.

6.5 – A CONTRATADA se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.6 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com a Câmara Municipal de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND, em vigor.

6.7 – A CONTRATADA se obriga a dar garantia do objeto ofertado, nos termos da lei Federal no 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 – O fornecimento do (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

7.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

7.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5 – A CONTRATANTE através do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

7.7 – Compete a CONTRANTE efetuar o pagamento devido a CONTRATADA de forma regular e pontual, mas se incorrer em atrasos fica estipulada a multa de 1,0% (um por cento) se exceder o prazo fixado, calculado sobre a fatura.

7.7.1. A correção monetária será pelo INPC (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1 - O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pelo Chefe do Setor de Informática e Tecnologia da Câmara Municipal de Itapoá, através do servidor efetivo, Sr. FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, portador do CNPF/MF nº: 059.357.459-17, RG nº 4.386.419-8 SSP-SC, ou servidor técnico capacitado no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93.

9.2 - A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratados serão feitas mediante registro pela CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ em boletim de inspeção de serviços nos termos da letra “b” inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

9.3 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

9.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência ao Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Itapoá, através de Comunicação Interna – C.I., a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital

e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 25 de junho de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ	SUPERAR LTDA ME.
OSNI OCKER	WILLIAM RICARDO ZEFERINO
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA	MUNIZ
CPF: 193.681.279-72	SÓCIO ADMINISTRADOR
SHERON SCHOLZE ROSA	CPF: 010.113.209-32
SECRETÁRIA GERAL	
CPF: 058.724.889.04	

TESTEMUNHAS	
FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO	MICHELE MAYER
SERVIDOR EFETIVO	SERVIDORA EFETIVA
RG 4.386.419-8	RG 6.846.989-9 SSP/PR
FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE	ELVIS ARON PINHEIRO
SERVIDORA EFETIVA	DIRETOR ADMINISTRATIVO
RG 4.386.1040 SSP/SC	RG 4.018.926 SSP/SC

Contrato Administrativo N° 03/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 03/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2013

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N° 00.484.829/0001-07, com sede a Av. André Rodrigues de Freitas, nº 719, neste Município, neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, o Sr. OSNI OCKER, portador do C.I. RG N° 1260058 SSP-PR e do CNPF/MF nº: 193.681.279-72, residente e domiciliado à Rua São José, nº 107, bairro Itapema do Norte, cidade de Itapoá/SC, aqui denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa CEK INFORMÁTICA LTDA ME., com sede à Rua Alberto Malchinzky, nº 75, sala nº 01, bairro Progresso, cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.290-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.949.640/0001-42 e Inscrição Estadual do Registro da Empresa (NIRE) nº 4220210659-9, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. CARLOS EDUARDO KELLNER, portador do CPF nº 041.176.599-01 e do RG nº 4080-137, residente e domiciliado à Rua Adolfo Menel, nº 203, bairro Nereu Ramos, cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89265-680, aqui denominada CONTRATADA, ajustam contrato para aquisição de notebooks (computadores portáteis), para informatização do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia da Câmara Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2013 – PROCESSO N° 02/2013 de acordo com a Lei Federal no 10.520/2002, da Lei Federal no 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal no 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a aquisição de notebooks (computadores portáteis), para informatização do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia da

Câmara Municipal de Itapoá, conforme especificações abaixo descritas:

Item	DESCRIÇÃO DOS APARELHOS	QUANT	Valor Unitário	Valor Total
1	Notebook com Intel Core i7 - 3632QM, 6GB de memória primária, tipo de memória primária DDR3, 500GB de memória secundária, Gravador de DVD, Leitor de Cartões (Memory Stick, Memory Stick PRO, SD, xD, e MMC), Webcam integrada, Placa de Rede Wireless, Tela de HD high-brightness LED Tamanho 15.6, Entrada para trava Kensington, High-definition audio, Saída High-Definition Multimedia Interface (HDMI), peso máximo de 2,7Kg, Teclado Numérico, 1 ou mais entradas USB 3.0, 2 ou mais entradas USB 2.0, conexão para RJ45 (Rede), Conexão para VGA, conexão para Fone de Ouvidos, Placa de vídeo de no mínimo 128Mb dedicada, bateria de 6 células (4400 mAh) e tensão Bivolt. Deve vir acompanhado da fonte do modelo do notebook e da bateria.	29	R\$ 2.245,00	R\$ 65.105,00
Total:				R\$ 65.105,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2013. A disponibilidade dos objetos será conforme solicitação e indicação apresentada pelo Setor de Informática, devendo ser entregues em 15 (quinze) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 – O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$65.105,00 (sessenta e cinco mil cento e cinco reais).

3.2. - Os preços serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1 A despesa decorrente da presente licitação, conforme estabelece o art.17, §1º, LC nº101/2000, está prevista no orçamento do Poder Legislativo, na ação nº 2.002 – Manutenção da Câmara de Vereadores, através da dotação orçamentária 4.4.90 – Aplicações Diretas, Elemento 52 – equipamento e material permanente.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros até a entrega do objeto.

6.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na efetivação do serviço, inclusive no ato da entrega.

6.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4 – Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO, e as Normas de segurança exigidas por lei e, no que diz respeito a segurança e qualidade.

6.5 – A CONTRATADA se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.6 – Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com a Câmara Municipal de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND, em vigor.

6.7 – A CONTRATADA se obriga a dar garantia do objeto ofertado, nos termos da lei Federal no 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 – O fornecimento do (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

7.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

7.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5 – A CONTRATANTE através do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

7.7 – Compete a CONTRANTE efetuar o pagamento devido a CONTRATADA de forma regular e pontual, mas se incorrer em atrasos fica estipulada a multa de 1,0% (um por cento) se exceder o prazo fixado, calculado sobre a fatura.

7.7.1. A correção monetária será pelo INPC (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1 - O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pelo Chefe do Setor de Informática e Tecnologia da Câmara Municipal de Itapoá, através do servidor efetivo, Sr. FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, portador do CNPF/MF nº: 059.357.459-17, RG nº 4.386.419-8 SSP-SC, ou servidor técnico capacitado no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93.

9.2 - A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratados serão feitas mediante registro pela CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ em boletim de inspeção de serviços nos termos da letra "b" inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

9.3 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

9.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência ao Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Itapoá, através de Comunicação Interna – C.I., a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente

juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 25 de junho de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ	
OSNI OCKER	CEK INFORMÁTICA LTDA ME.
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA	CARLOS EDUARDO KELLNER
CPF: 193.681.279-72	CPF: 041.176.599-01
SHERON SCHOLZE ROSA	
SECRETÁRIA GERAL	
CPF: 058.724.889.04	

TESTEMUNHAS	
FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO	MICHELE MAYER
SERVIDOR EFETIVO	SERVIDORA EFETIVA
RG 4.386.419-8	RG 6.846.989-9 SSP/PR
FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE	ELVIS ARON PINHEIRO
SERVIDORA EFETIVA	DIRETOR ADMINISTRATIVO
RG 4.386.1040 SSP/SC	RG 4.018.926 SSP/SC

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.345 de 15 de Julho de 2013

DECRETO Nº 4.345 DE 15 DE JULHO DE 2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 15, inciso I da Lei Municipal 4.290 de 21/12/2012 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por conta do excesso de arrecadação do recurso vinculado à Vigilância em Saúde, repassado ao município para ações voltadas à prevenção de hepatites.

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 15 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 1168

PORTARIA Nº 1.168 DE 05 DE JULHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) PEDRO ANTONIO STELLA, Carpinteiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito,

conforme pedido protocolado através do processo n.º 130.186 de 25 de junho de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 01 de julho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1169

PORTARIA Nº 1.169 DE 05 DE JULHO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JULECI FATIMA VOLPATO, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo n.º 128.601 de 26 de fevereiro de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 03 de julho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1170

PORTARIA Nº 1.170 DE 08 DE JULHO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LEONIR ALEXANDRETTI, Carpinteiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de julho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1171

PORTARIA Nº 1.171 DE 08 DE JULHO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso d a s

atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LURDES FOPPA PANTTI, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo n.º 128.805 de 08 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de julho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1172

PORTARIA Nº 1.172 DE 11 DE JULHO DE 2013

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DEISE CRISTINA CRIPPA, Professor, das funções de Assistente de Projetos Sociais, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1173

PORTARIA Nº 1.173 DE 11 DE JULHO DE 2013

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) EDUARDO CAVALLI, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de julho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1174

PORTARIA Nº 1.174 DE 11 DE JULHO DE 2013

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. ADRIANO LUCIO ZIERO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 78/2013/PMJ de 12 de julho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 50/2013/PMJ - Carta Convite n.º 05/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1175

PORTARIA Nº 1.175 DE 11 DE JULHO DE 2013

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. PAULA GIOVANA KLEBER para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 29/2013/FMS de 09 de julho de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 28/2013/FMS - Tomada de Preço n.º 02/2013/FMS, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1176

PORTARIA Nº 1.176 DE 11 DE JULHO DE 2013

“SUBSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em especial o art. 2º, § 1º da Lei 4.298/2013,

RESOLVE,

1º SUBSTITUI COMISSÃO para condução do “Processo Administrativo Disciplinar”, portaria n.º 1.165/2013, com a finalidade de que se apure a responsabilidade da Diretora Geral, Diretora Adjunta, Assistente de Direção e Secretária com referência aos custos dos alunos de Herval d Oeste matriculados no CERT.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho

de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE

DI 4/2013/PMJ - PL 81/2013/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2013/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2013/PMJ

1 - DO OBJETO

Contratação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Joaçaba, SC, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho 2013 - PAT, Anexo I deste processo.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A dispensa de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela relevância dos serviços a serem prestados pela empresa contratada, os quais suprem a necessidade de suporte operacional para que a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município incremente suas atividades visando o pleno desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício de toda a sociedade.

Ressalta-se ainda que a empresa contratada, no que tange ao nível tático-operacional, delega às gerências regionais, além de outras competências, a articulação e suporte intrarregional, a participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local.

3 - DA EMPRESA CONTRATADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0034-20, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 172, centro, do Município de Joaçaba (SC).

4 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 16.000,00 (quinze mil reais) para a execução dos serviços, sendo que o mesmo deverá ser pago de forma parcelada, conforme estabelecido no contrato.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso VIII.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.044 - MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE AGRICULTURA
155 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas
230 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 12 de julho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 66/2013 PP 37/2013

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 66/2013/PMJ,
- Modalidade: PP 37/2013/PMJ.

Objeto: a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2013, que será realizado no período de 30 de outubro a 03 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt.

- Empresa Vencedora para o item 04:

O.N. EVENTOS S/C LTDA

VALOR R\$ 32.900,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato TP 13/2013/PMJ - PL 63/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2013/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a manutenção corretiva e preventiva dos semáforos implantados nas vias urbanas do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço. Data da abertura: Dia 02/08/2013, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 02/08/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de julho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo Contrato 55/2013 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 55/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rafael Laske, e a Empresa SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.779.384/0002-88, estabelecida na RODOVIA BR 153, S/Nº, no Município de VARGEM BONITA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ LOCKS, portador da Carteira de Identidade nº 854.597 e CPF nº 077.211.459-53, residente e domiciliado na cidade de CRICIUMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 55/2013/PMJ, firmado em 09/04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 28/2013/PMJ, instaurado

através do Edital de Pregão Presencial nº 18/2013/PMJ, homologado em 09/04/2013, cujo objeto é o fornecimento, de forma parcelada, de 170 (cento e setenta) toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - C.B.U.Q, destinadas à execução de lombadas físicas em diversas vias pavimentadas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC), onde se ADITA a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 03 (três) meses, a contar de 09 de julho de 2013, em conformidade com o disposto no § 1º, III, do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 08 de julho de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA
JOSÉ LOCKS

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Extrato Contrato 77/2013 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2013/PMJ

PL 66/2013/PMJ - PP 37/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: O.N. EVENTOS S/C LTDA

OBJETO: a execução pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2013, que será realizado no período de 30 de outubro a 03 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor total ora contratado é de R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS

22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 15/11/2013

DATA DE ASSINATURA: 12/07/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2013/PMJ

PL 66/2013/PMJ - PP 37/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: O.N. EVENTOS S/C LTDA

OBJETO: a execução pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2013, que será realizado no período de 30 de outubro a 03 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor total ora contratado é de R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS

22 - 3.3.90.00.00.00.00.01.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 15/11/2013

DATA DE ASSINATURA: 12/07/2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Intimação

Joaçaba-SC, 12 de julho de 2013.

INTIMAÇÃO

Intimamos a Servidora SIDNEIA APARECIDA DOS ANJOS e/ou seus procuradores, para a oitiva no dia 18 de julho de 2013 as 16h00min, junto à Prefeitura de Joaçaba, na Sala do Gabinete do Vice-Prefeito, para que possamos dar início ao Processo Administrativo Disciplinar conforme Portaria n.º 1.138 de 25 de junho de 2013, onde a mesma é citada.

INES MARIA PICOLI GEMELLI
Presidente

SIMAE

Contrato JHL 0066/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0066/2013
TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0057/2011
PREGÃO JHL Nº 0026/2011
PROTOCOLO JHL 1661/2011
Data: 15/07/2013

Objeto: REAJUSTE DE PRAZO E VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO, AJUSTES E CERTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

Contratado: HEXIS CIENTÍFICA S/A

Valor do Contrato: R\$ 13.541,62 (Treze mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos).

Programa/atividade - 04.122.0028.2.061

Elemento - 3.3.90.39.17

Prazo de vigência: 21/07/2013 a 20/07/2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 17/2013

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2013
PARA COTRATAÇÃO EMERGENCIAL
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 17/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Medicamentos injetáveis, pelo período máximo de cento e oitenta dias, das empresas:

- a) Genésio A. Mendes & Cia Ltda - valor R\$ 39.709,47;
- b) Farmácia São Vicente Ltda - valor de R\$ 825,00;
- c) Noeli Vieira Distribuidora De Soros - valor de R\$ 48.210,00;
- d) Promefarma Representações Com. Ltda - valor de R\$ 29.070,00.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de janeiro de 2013.

MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretaria Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 28 de janeiro de 2013.

ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 18/2013

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2013
PARA COTRATAÇÃO EMERGENCIAL
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 18/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Medicamentos para atendimentos da demanda Judicial, pelo período máximo de cento e oitenta dias, das empresas:

- a) Promefarma Rep. Comerciais Ltda - valor R\$ 12.036,40;
- b) Pontamed Farmacêutica Ltda - valor R\$ 1.078,64;
- c) Farmácia Nossa Senhora dos Campos - valor de R\$ 15.568,36;
- d) Farmácia São Vicente Ltda - valor de R\$ 75.510,88;
- e) Victoria Comercio de Prod. Hospitalares Ltda - valor R\$ 5.291,16.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de janeiro de 2013.

MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretário Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se

encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 28 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 19/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 19/2013
PARA COTRATAÇÃO EMERGENCIAL
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 19/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Medicamentos para a Farmácia Básica, pelo período máximo de cento e oitenta dias, das empresas:

- a) De Toffol & Cia Ltda - valor R\$ 144.276,00;
- b) Genegio A.Mendes & Cia Ltda - valor R\$ 89.613,30;
- c) Farmácia Nossa Senhora dos Campos - valor de R\$ 27.950,00;
- d) Conquista Dist. De Medicamentos e Prod. Hosp. Ltda - valor R\$ 11.270,00;
- e) Farmácia São Vicente Ltda - valor de R\$ 107.650,00;
- f) Dimaci/SC - valor R\$ 37.437,00.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de janeiro de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretário Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 28 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 20/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2013
PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 20/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Materiais para Enfermagem, pelo período máximo de cento e oitenta dias, das empresas:

- a) Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda - valor R\$ 387.645,92;
- b) Geneticop do Brasil - Comercio de Produtos Hosp. Ltda - valor R\$ 34.277,50;
- c) Metromed Com. De Material Medico-Hosp. Ltda - valor de R\$ 32.450,40;
- d) MF de Almeida Ltda - valor R\$ 14.355,05;
- e) Ballke Produtos Hosp. Ltda - valor de R\$ 8.366,00

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de janeiro de 2013.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretário Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 28 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 26/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2013
PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 26/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Fraldas Geriátricas e Infantis, pelo período máximo de cento e oitenta dias, da empresa ALVIMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.039.748/0001-23, com sede à Av. do Forte n.º 1343 - Porto Alegre/RS - cep: 91.360-001, no valor de R\$ 75.624,30.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 31 de janeiro de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretário Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 31 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 44/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 44/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação como a MENFIS IMOBILIÁRIA, para aluguel de um imóvel, sito a Rua Sete de Setembro, sem número, centro, onde será instalado o CASM da Secretaria da Saúde de Lages, pelo período de 08 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 08 de março de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 08 de março de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 50/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 50/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de Prestação de Serviços como a ELEVASUL MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 85.199.180/0001-35, com sede à Rua Dom João VI, 348 - D - Chapecó/SC - cep: 89.803-140, para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica do elevador da Policlínica de Lages, pelo prazo de 01 de março de 2013 á 31 de dezembro 2013 no valor R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de março de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 01 de março de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 96/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 96/2013
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 96/2013, em conformidade com a legislação vigente, com a empresa Vida Nossa Ltda, com sede à Rua Correia Pinto, 638 , nesta cidade de Lages, SC, para prestação de serviços de forma emergencial dos procedimentos abaixo relacionados:

- a) Laudo de Radiografias Mamográficas pelo valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais);
- b) Laudo de exames tomográficos pelo valor unitário de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais);
- c) Laudo de Ressonância Magnética pelo valor unitário R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de junho de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 28 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 97/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 97/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com a VALERIA WERNER AMARAL SENS, inscrita no CPF sob n.º 646.555.639-15, residente e domiciliada nesta cidade - SC, para aluguel do imóvel sito à Rua Caetano Vieira da Costa, 883 - medindo 223 m², onde esta instalada a Farmácia Popular do Brasil, pelo período de 02 de janeiro de 2013 até a data de 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por mês.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 99/2013
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 99/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de pacientes do SUS para cidades de Santa Catarina para fins de consulta e cirurgias com enfermeiros e/ou acompanhantes, no valor de R\$1,60 (Um real e sessenta centavos) por km rodado, perfazendo um total de R\$ 21.897,60 (vinte e um mil e oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos, com a empresa Alcides Wolff Filho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.465.877/0001-37, com sede à Rua Sebastião Ramos Schmidt, 470, nesta cidade de Lages, SC.

Lages, 09 de julho de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de julho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

PP 48, 58, 59 e 60-2013 PML e PP 17-2013 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 59-2013 PML

Objeto: Fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 12/08/2013 às 14:30
Valor Estimado: 787.417,50

Modalidade: PP 17-2013 FMAS

Objeto: Elaboração de Proposta de Trabalho para Assessoria, Planejamento e Formação
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 14/08/2013 às 09:00
Valor Estimado: 70.000,00

Modalidade: PP 60-2013 PML

Objeto: Aquisição de Microesfera, Solvente e Tinta
Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 13/08/2013 às 09:00
Valor Estimado: 154.367,38

Modalidade: PP 48-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção
Tipo: Menor Preço Por Lote
Abertura: 13/08/2013 às 14:30
Valor Estimado: 370.085,58

Modalidade: PP 58-2013 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Horas Maquinas
Tipo: Menor Preço Por Hora
Abertura: 08/08/2013 às 09:00
Valor Estimado: 241.962,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de julho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 047/2013

DECRETO Nº 047/2013

PERMITE O USO PRECÁRIO DE BEM MUNICIPAL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO DISTRITO DE GUATÁ DE LAURO MÜLLER.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal; Considerando que o imóvel encontra-se no momento sem utilidade pública;

Considerando o pedido do Conselho Comunitário do Distrito de Guatá, enviado a este chefe da municipalidade, onde solicitam por tempo indeterminado, para realização de atividades sociais;
DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido o uso do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal, com inscrição mobiliária nº 02.01.021.0076.001, localizado no Distrito de Guatá, município de Lauro Müller/SC, será cedido em caráter provisório ao Conselho Comunitário do Distrito de Guatá, para realização de atividades e programas sociais, sempre seguindo estritamente os ditames deste regulamento.

Parágrafo Único - A presente permissão de uso é outorgada por prazo indeterminado, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Art. 2º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de construção física e/ou modificação das características físicas do local, pelo Conselho Comunitário do Distrito de Guatá e/ou terceiros, sem a devida comunicação e autorização expressa e formal do chefe do poder executivo municipal;

Art. 3º - Ficará sob a responsabilidade do Conselho Comunitário do Distrito de Guatá, a limpeza e conservação do local, por eles utilizados, contando sempre que for possível com a colaboração da estrutura da municipalidade;

Art. 4º - Em hipótese alguma o Conselho Comunitário do Distrito de Guatá poderá auferir qualquer tipo de vantagem financeira sob o "imóvel" ora cedido;

Art. 5º - A responsável pelo Conselho, na pessoa do Senhora Fátima Regina Leandro Machado, fica desde já ciente, de que na eventualidade de qualquer fato legal impeditivo para a cessão da municipalidade ao Conselho, o Conselho Comunitário do Distrito de Guatá deverá após ser comunicado por escrito, deixar o local imediatamente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE JULHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO



Decreto Nº 048/2013

DECRETO Nº 048/2013

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 63.000,00 (Sessenta e Três Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.06 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.063 - Apoio ao Ensino Superior

DOTAÇÃO 64

3.3.90.00.00.116 - Aplicação Direta R\$ 63.000,00

T O T A L R\$ 63.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 116.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JULHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 049/2013

D E C R E T O Nº 049/2013

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA COMISSÃO MUNICIPAL PARA O SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica substituído o Senhor Alexandre Righetto, Secretário da Comissão Municipal Permanente de Licitação e da Comissão Municipal para o Sistema de Pregão Eletrônico e Presencial pela Senhora Priscila Carniato (CPF nº 069.118.349-02), ficando assim constituídas:

I - Comissão Municipal Permanente de Licitação:

- a) FÁBIO LEAL (CPF: 033.182.109-51) - PRESIDENTE
- b) PRISCILA CARNIATO (CPF: 069.118.349-02) - SECRETÁRIA
- c) EMERSON BORGES (CPF: 773.894.419-68) - MEMBRO
- d) ALAN JUNG CROCETTA (CPF: 063.454.109-93) - MEMBRO
- e) CAMILLA PIAVA PIZZOLATTI (CPF: 052.453.769-03) - MEMBRO

II - Comissão Municipal para o Sistema de Pregão Eletrônico e Presencial:

- a) Pregoeiro - FÁBIO LEAL (CPF: 033.182.109-51)
- b) Equipe de Apoio - CAMILLA PIAVA PIZZOLATTI (CPF: 052.453.769-03)

EMERSON BORGES (CPF: 773.894.419-68)

PRISCILA CARNIATO (CPF: 069.118.349-02)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JULHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Régis**PREFEITURA****Edital de Chamada Pública Nº 02/2013**

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS - SC

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2013

O Município de Lebon Régis, através da Comissão de Licitação torna público que realizará Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios produzidos por Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural Organizados em Grupo Formal/informal, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Recebimento das documentações e propostas até às 9h do dia 15/08/2013. Abertura das documentações e propostas às 9h15min do mesmo dia. Maiores informações: pelo e-mail licita-coes@lebonregis.sc.gov.br; site www.lebonregis.sc.gov.br ou tel. (49) 3247-0188.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente da Comissão.

Lebon Régis, 12 de Julho de 2013.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Decreto N.º 047/2013**

DECRETO Nº 47, DE 15 DE JULHO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 10.000,00

Unidade

Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 10.000,00

Função 04 Administração 10.000,00

Sub-Função 122 Administração Geral 10.000,00
Programa 0003 Gestão Geral e Administrativa 10.000,00
Projeto/Atividade 2.003 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças 10.000,00
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 10.000,00
Grupo de Natureza da
Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 10.000,00
Modalidade de
Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação Código Especificação Valor
Órgão 03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 10.000,00
Unidade
Orçamentária 01 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS 10.000,00
Função 04 Administração 10.000,00
Sub-Função 122 Administração Geral 10.000,00
Programa 0003 Gestão Geral e Administrativa 10.000,00
Projeto/Atividade 2.003 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças 10.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 10.000,00
Grupo de Natureza da
Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 10.000,00
Modalidade de
Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de Julho de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Tomada de Preço Nº 001/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Objetivando a contratação de empresa para construção do muro, fossa e filtro no Centro de Educação Infantil - Creche Pró Infância Tipo "C", no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 01 de agosto de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/07/2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Tomada de Preço Nº 002/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2013
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2013

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Objetivando a contratação de

empresa para construção das paredes em alvenaria da Quadra Esportiva Coberta na localidade de Ribeirão dos Ovos, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 01 de agosto de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/07/2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Contrato Nº 036/2013 - PMLL

CONTRATO Nº 036/2013 - PMLL

Contrato visando à aquisição de uma Motocicleta Honda CG 125 Fan KS, para sortear aos agricultores por ocasião da Festa do Colono e Motorista, no Município de Leoberto Leal, edição 2013.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa DORVALINO MOTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Bayer Filho, nº 215, Centro, Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.330.219/0003-46, neste ato representada pelo Senhor Dorvalino Manoel Galdino, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 039/2013, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de uma Motocicleta Honda CG 125 Fan KS, 124,7 cilindradas, motor OHC, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar, 05 velocidades, partida com pedal, potência máxima 11,6 cv a 8.250 rpm, capacidade do tanque 15,1 litros, medindo 1.978x731x1.053mm, ano fabricação 2013 e modelo 2013, a gasolina, cor vermelha, 0km, fabricação nacional.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de produto, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Produtos outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/08/2013, devendo ser entregue o produto até o dia 21 de julho de 2013 para inspeção da Comissão de Organização do Evento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 6.033,33 (Seis mil e trinta e três reais e trinta e três centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias, após a entrega do produto, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todo o produto fornecido.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a

data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar o produto ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar o produto com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Fornecer garantia do produto de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do produto;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII do Processo Licitatório nº 047/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer o produto aqui avençado, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Aquisição de uma Motocicleta, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

Leoberto Leal/SC, 12 de julho de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

DORVALINO MANOEL GALDINO

DORVALINO MOTOS LTDA

Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 04/2013 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013 FMS

RONALDO PISCINI - Secretario de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de medicamentos, as 08:30 horas, do dia 30 de julho de 2013, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de julho de 2013.

RONALDO PISCINI

Secretario de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1643 - Republicado por Incorreção

DECRETO Nº 1643 de 10 de julho de 2013.

"CRIA O COMITÊ DIRETOR, O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto Regulamentador nº 7.404/2010, marco regulatório completo para o setor de resíduos sólidos e a legislação vigente;

CONSIDERANDO a orientação do Guia para elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/Ministério do Meio Ambiente- SRHU/MMA;

CONSIDERANDO os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, as responsabilidades dos geradores, do Poder Público e dos consumidores, bem como os instrumentos econômicos aplicáveis,

DECRETA:

Art.1º- Ficam criados o COMITÊ DIRETOR, instância de coordenação e representação e o GRUPO DE SUSTENTAÇÃO, responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos ao longo do processo participativo na elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS nos termos da legislação vigente, podendo ser editada Portaria para regulamentar o assunto nos limites deste Decreto.

Art. 2º- A designação do Coordenador e Responsável Técnico do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS se dará mediante Portaria do Prefeito, recaiando necessariamente sobre Técnicos e/ou Servidores Municipais.

Art. 3º- O COMITÊ DIRETOR deverá ser formado por representantes dos principais Órgãos envolvidos no tema. Seu caráter é técnico e a atribuição é de formular os temas para debate, exercendo também papel executivo nas tarefas de organização e viabilização da infraestrutura, com a responsabilidade de garantir, inclusive com recursos, o bom andamento do processo.

Art. 4º- O COMITÊ DIRETOR será constituído por 6 (seis) membros, como segue:

1) Representante da Agricultura
MARCELO COSTA BEBER

2) Representante da Assessoria de Planejamento
MURIEL KIRSCH

3) Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
REGINA CARIN JACOBY CUREAU

4) Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
RAIMUNDO ANTÔNIO PASCOTTO

5) Representante da Secretaria da Fazenda e Administração
ÂNGELO BRANDALISE JUNIOR

6) Chefe do Escritório da EPAGRI local e/ou representante.
JAIME TURRA

7) Chefe do Escritório da CIDASC local e/ou representante.
LUIZ FERNANDO NODARI

Art. 5º- O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO, organismo político de participação social, será formado por representantes do setor público e da sociedade organizada, sendo responsável por garantir o debate e o engajamento de todos os segmentos ao longo do processo participativo.

Art. 6º- O GRUPO DE SUSTENTAÇÃO será constituído por 05 (cinco) membros, como segue:

1) Membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente
RÉGIS WALTER WEISER

2) Membro do Conselho Municipal de Saúde
NEREU LEMOS

3) Membro do Conselho Municipal de Assistência Social
JOVIANE COLOMBELLI

4) Membro do Conselho Municipal de Educação
ANDREA DALLA LANA VIERA

5) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ALTAIR FIORIN

Art. 7º- O processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS segue a metodologia sugerida pelo Guia de Elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos e o Cronograma das Atividades de Elaboração do PMGIRS, prevendo Capacitação e Sensibilização para Elaboração do PMGIRS, Reunião de Elaboração do PMGIRS, Realização de Conferência Territorial concentrada, Conferência Setorial, Conferência Temática e por fim Conferência Municipal de Apresentação Pública e Validação do Plano, reunião de acolhimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e o encaminhamento para a homologação por Decreto e/ou conversão do PMGIRS em Lei Municipal.

Art. 8º- O processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, através do Comitê Diretor e Grupo de Sustentação, deverá oferecer uma agenda de todo o processo de construção do Plano, a ser pactuada com toda comunidade local, devendo demonstrar a "participação cidadã", que pressupõe uma relação de troca entre a gestão municipal e a população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos. Trata-se de criar condições para que se realize um intercâmbio de saberes: de um lado, os que detêm um "conhecimento técnico" sobre a realidade urbana e que estão no Governo e, do outro lado, um "saber popular", fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções.

Art. 9º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1644

DECRETO Nº 1644 de 12 de julho de 2013.

"APROVA LOTEAMENTO QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 6.766 de 19.12.79, que Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e alterações posteriores e Lei Complementar nº 052 de de 07 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art.1º- Fica aprovado o LOTEAMENTO RESIDENCIAL FLORATA, de propriedade de SILVER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, localizado na Rua Beno Dresch, Bairro Vila Alemanha, no perímetro urbano do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), com área total de 115.607,39 m² (cento e quinze mil, seiscentos e sete metros e trinta e nove centímetros quadrados).

Parágrafo Único - O Loteador escriturará ao Município, 18.777,38 m² referente a área de arruamento; 3.877,05 m² para equipamentos comunitários e 25.492,27 m² para área verde.

Art.2º- O proprietário terá o prazo de 02 (dois) anos a contar da data de expedição do competente Alvará de Licença de Implantação de Loteamento para complementar a infraestrutura de acordo com a legislação vigente.

Art.3º - Integra o presente Decreto o TERMO DE COMPROMISSO, expedido pela Assessoria de Planejamento do Município e firmado pelo Loteador.

Art.4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato Pregão PML.043.13 - Sonorização

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 043/2013 - PML
Pregão Presencial nº 0032/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: Contratação de empresas especializada para prestação de serviços de sonorização e filmagem, destinados aos eventos a serem realizados pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 1º de agosto de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 1º de agosto de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra**PREFEITURA****Edital de Licitação Nº 068/2013**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de papel A4 para suprir as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura, pelo período de 12 meses conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 30/07/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 12 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****Processo Licitatório 22/2013 - FMS - Pregão 15/2013 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2013 - FMS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2013 - FMS
REGISTRO DE PREÇO
TIPO: MENOR PREÇO - POR LOTE

1 - PREÂMBULO:

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 89/2013, de 07 de março de 2013, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação POR LOTE, visando à contratação de empresa para realização de EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES RADIOLÓGICOS EFETUADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentações e os Anexos V - Credenciamento e VI - Modelo de Declaração para Habilitação deverá ser entregue até a data e horário abaixo, a saber:

a)Data: 26/07/2013

b)Local: Prefeitura Municipal de Massaranduba, sito à Rua 11 de Novembro, 2765 - Bairro Centro - Massaranduba (SC)

c)Horário para a entrega dos envelopes (Habilitação e Propostas): até às 08:00 horas, no Setor de Licitações

d)Horário para credenciamento e abertura dos envelopes: às 08:30 horas na sala de reuniões anexa ao Gabinete do Prefeito.

2 - OBJETO:

2.1. Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas, visando à contratação de empresa para realização de EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES RADIOLÓGICOS EFETUADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), conforme especificações mínimas, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Mural de Avisos e Site da Prefeitura Municipal de Massaranduba (SC).

Massaranduba (SC), em 28 de junho de 2013.

MARIO FERNANDO REINKE ANNA KARINE REINKE FRANZ
Prefeito Municipal Ge

Meleiro

PREFEITURA

Decreto N.º 045/2013

DECRETO n.º 045/2013

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 498.000,00 (Quatrocentos e noventa e oito mil reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0108.0 - Aplicações Diretas (30) R\$ 160.000,00

040112.361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (46) R\$ 103.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (52) R\$ 200.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120108241.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (163) R\$ 25.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0701.0 - Aplicações Diretas (47) R\$ 10.000,00

Total R\$ 498.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 - Aplicações Diretas (31) R\$ 160.000,00

040112.361.2014 - Manutenção do Transporte Escolar

3.2.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (47) R\$ 48.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (52) R\$ 35.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (53) R\$ 20.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (52) R\$ 200.000,00

060115.452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

120108241.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (161) R\$ 25.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2026 - Manutenção de Outros Programas de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0701.0 - Aplicações Diretas (42) R\$ 10.000,00

Total R\$ 498.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 034/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 29/07/2013, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2013. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400. O edital poderá ser retirado através do site do município www.meleiro.sc.gov.br

Meleiro, 12 de julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Contrato N.º 24/2013 - Daruma

CONTRATO N.º 24/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO – SC E DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos nove dias do mês de julho de 2013, de um lado a Prefeitura Municipal de Monte Carlo, com sede e foro em Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, localizada à Rodovia SC 456, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado Sr. Marcos Nei Siqueira Correa nomeado por meio da Ata de Posse nº 01/2013, portador da Carteira de Identidade nº 2.639.555, CPF nº 850.169.429-00, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa Daruma Telecomunicações e Informática S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 45.170.289/0001-25, estabelecida à

Avenida Independência nº 3.500 – Taubaté-SP – CEP: 12.032-000, neste ato representada pelo Sr. Mario Luis Campo Grande de Jesus Mendes, portador(a) da carteira de identidade nº 8.073.587, expedida pela SSP/SP, CPF nº 606.895.877-91, Ronnie Michel Helfstein, RG nº 209375565, CPF nº 143.363.398-13, expedida pela SSP/SP: doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem como objeto a contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, referente ao(s) item(ns) Computador Interativo do Pregão Eletrônico nº 72/2011.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor atribuído individualmente pela aquisição objeto da presente contratação será o seguinte:

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1		Computador Interativo	12	1.825,00	21.900,00

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

CLÁUSULA TERCEIRA – Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão Eletrônico nº 72/2011, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA – O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, tudo em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Sr. Delcir Barzotto, servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93. Parágrafo Primeiro – Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar o fornecimento, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas no fornecimento, cabendo à Contratada adotar as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento. emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SEXTA - A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

Proporcionar todas as facilidades para a Contratada executar o fornecimento do objeto do presente deste contrato e Termo de

Referência – Anexo I, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências;

Efetuar o pagamento no prazo previsto, de acordo com a Cláusula Nona deste Contrato.

Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.

Informar ao Órgão Gerenciador, quando da sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas na entrega, as características e origens dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para o fornecimento ou prestação de serviços, conforme o caso;

Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente contrato e Termo de Referência – Anexo I, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento no todo ou em parte, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico e no presente Contrato;

Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

Homologar os serviços prestados, quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado no Termo de Referência;

Proceder consulta "ON LINE" a fim de verificar a situação cadastral da CONTRATADA no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

Atender a todas as condições descritas no Termo de Referência e no presente Contrato.

Responsabilizar-se pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços e produtos ofertados.

Responsabilizar-se pelo fornecimento e entrega dos equipamentos objeto deste Contrato e Termo de Referência – Anexo I, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante;

Obter todas as autorizações, aprovações e franquias necessárias à execução dos fornecimentos e dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública;

Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato. A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da Contratante;

Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da Contratante;

Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante; Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da Contratante, a que a Contratada tiver conhecimento;

Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;

Somente desativar hardware, software e qualquer outro recurso computacional relacionado à execução do objeto, mediante prévia autorização da Contratante;

Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela Contratante sobre os fornecimentos e sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência;

Elaborar e apresentar documentação técnica dos fornecimentos e serviços executados, nas datas aprazadas, visando homologação da mesma pela Contratante;

Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados;

Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço, que eventualmente não atendam aos requisitos deste Termo de Referência, ou por solicitação da Contratante devidamente justificada;

Implementar rigorosa gerência de contrato com observância a todas as disposições constantes deste Termo de Referência;

Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do parágrafo 1º, art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do parágrafo 2º, inciso II, do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº. 9.648/98.

Manter o número 0800, para abertura de chamados para garantia e também para suporte aos equipamentos nas escolas e instituições de ensino contempladas, disponível até o término do prazo de garantia do último equipamento.

Fornecer, em até 30 (trinta) após à assinatura contrato, a relação dos pontos de atendimento (endereço e telefone), organizados em ordem de Estados e Municípios, com pelo menos um representante para cada Capital de Estado. A Contratada deverá comprovar a capacidade de assistência técnica mediante apresentação de registro no Conselho Regional de Engenharia, arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho Regional de Administração – CRA (a depender do caso) da região a que estão vinculadas cada uma das assistências técnicas relacionadas.

Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondente às demandas descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

DA ENTREGA E DA FORMA DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA OITAVA – O(s) serviço(s) e produto(s) deverá(ão) ser entregue(s), com despesa de transporte assumidas pelo licitante, no seguinte endereço: Rua Vilma Gomes Nº 56 – Centro – Monte Carlo – SC, CEP: 89618-000, nos seguintes horários e dias (úteis): Entre 8 e 17 e 30 de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Primeiro – A entrega deverá ser efetuada de acordo com a respectiva nota de empenho, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal, na forma disposta do item IV do Termo de Referência.

Parágrafo Segundo – O prazo de entrega será conforme o disposto no item 6 do Termo de Referência.

Parágrafo Terceiro – O recebimento será feito conforme especificado no item 7.1 do Termo de Referência – Anexo I.

Parágrafo Quarto – Em caso de conformidade, a comissão/servidor designado devolverá a Nota Fiscal e a encaminhará a Prefeitura Municipal de Monte Carlo-SC, para fins de pagamento.

Parágrafo Quinto – Em caso de não conformidade a comissão/servidor designado devolverá a Nota Fiscal com a devidas ressalvas, no prazo de 7 (sete) dias à Contratada para as devidas correções.

Parágrafo Sexto – Durante o recebimento provisório, o órgão participante poderá exigir a substituição de qualquer do(s) itens(s) que não esteja(m) de acordo com a(s) especificação(ões) do Anexo I, do presente Edital

Parágrafo Sétimo – Não serão pagos itens entregues em locais diferentes do mencionado no caput desta cláusula ou a pessoas não autorizadas.

Parágrafo Oitavo – O produto mesmo entregue e aceito fica sujeito à substituição desde que comprovado a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte.

Parágrafo Nono – Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Contratante, para que a Contratada faça a substituição, sendo emitido pela Contratante "Termo de Recusa de Produto". Este prazo iniciar-se-á a partir da data da emissão do mencionado termo de recusa. A Contratada ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA – O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados do atesto devidamente acompanhado da documentação certificada pelo Fiscal do Contrato, uma vez que tenham sido cumpridos, no que couber, todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e nos seus respectivos Encartes, juntamente com os documentos de aceite de cada tipo de serviço.

Parágrafo Primeiro – O Fiscal do Contrato verificará a conformidade dos serviços e/ou da entrega e da documentação requerida e, no caso de estarem conformes, atestará a Nota Fiscal e encaminhará para pagamento; no caso de não estarem conformes, as devolverá, com as ressalvas devidas, no prazo de até 07 (sete) dias da apresentação, para a Contratada providenciar a sua conformidade e novo encaminhamento para a Contratante.

Parágrafo segundo – A Contratante pagará as faturas somente à Contratada, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

Parágrafo Terceiro – No caso dos serviços e/ou entregas em não conformidade, a contagem dos prazos aqui estabelecidos será reiniciada a contar da data do saneamento das ressalvas pela Contratada, devidamente certificadas pelo Fiscal do Contrato

Parágrafo Quarto – O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará multa à Contratante, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = N \times VP \times I$, onde:

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = índice de atualização financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA – Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$ 21.900,00 (Vinte e um mil e novecentos).

Parágrafo Primeiro – Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato;

Parágrafo Segundo – Os recursos serão alocados neste exercício, à conta da contratante, na seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número de Empenho	Data de Empenho	Valor (R\$)
	2014	4490520350000000058	2505	11.07.2013	19.000,00
	2014	4490520350000000019	2506	11.07.2013	2.900,00

Parágrafo Terceiro – O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido do Contrato não caracterizam sua alteração, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, consoante faculdade inserta no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A Contratada obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

multas:

0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos equipamentos entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global deste contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "b".

suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Primeiro – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá ser descontado de acordo com o parágrafo quarto desta Cláusula, ou ainda, a critério da Contratante, via GRU – Guia de Recolhimento da União, informando a UG xxxxxxxx, a GESTÃO: xxxxxxxx; o CÓDIGO: xxxxxx e o CNPJ da Contratada, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia da referida guia. O formulário da GRU poderá ser obtido no sítio da STN, www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index_GRU.asp.

Parágrafo Terceiro – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

Parágrafo Quarto – No caso de a Contratada ser credora de valor suficiente, a Contratante poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a Contratada pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

Parágrafo Sexto – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sétimo – A sanção estabelecida no inciso IV desta Cláusula é de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado da Educação,

facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do § 3º, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à Contratante, decorrentes das infrações cometidas.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela Contratante, Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

Parágrafo Primeiro – A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Contratante e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da Contratante.

III – judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo – Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Terceiro - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido;

Parágrafo Quarto - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

DA ANÁLISE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pela Procuradoria Federal no FNDE, conforme determina a legislação em vigor.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subcrevem.

município de monte carlo contratante	daruma telecomunicações e informática sa contratada
---	--

TESTEMUNHAS:

1. Nome: DELCIR BARZOTTO	2. Nome: ALBERTINHO MANGOLT
CPF : 522.218.229.00	CPF : 789.268.079.91
R.G. : 1.688.385/SSP-SC	R.G. : 2.815.110/SSP-SC

Navegantes

PREFEITURA

Altera Leis Complementares e Cria e Extingue Vagas

LEI COMPLEMENTAR N º 184 DE 12 DE JULHO DE 2013

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 19 DE AGOSTO DE 2011, A LEI COMPLEMENTAR Nº 75 DE 8 DE MARÇO DE 2010 E A LEI COMPLEMENTAR 175 DE 30 DE ABRIL DE 2013, CRIANDO E EXTINGUINDO VAGAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 110 de 19 de agosto de 2011, com a EXTINÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
05	Gerente	GR	1.650,00

Art. 2 º Fica alterado o quadro constante do artigo 7º da lei complementar nº 75, de 08 de março de 2010, com a EXTINÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da administração pública indireta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
01	Diretor de Escola, CEI, EJA	DESC 4	2.150,00
01	Diretor de Escola, CEI, EJA	DESC 1	1.700,00

Art. 3 º Fica alterado o quadro constante do artigo 10 da lei complementar nº 75, de 08 de março de 2010, com a EXTINÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da administração pública indireta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
03	Secretária de Escola, CEI, EJA	SESC 2	1.250,00

Art. 4 º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 110 de 19 de agosto de 2011, com a CRIAÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
01	ASSESSOR TÉCNICO III	AT3	2.150,00

Art. 5 º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 175 de 30 de abril de 2013, com a CRIAÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
05	CHEFE DE SEÇÃO	CS	2.050,00

02	SUPERVISOR DE ATIVIDADES	SA	1.450,00
----	--------------------------	----	----------

Art. 6 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 12 de julho de 2013.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Decreto 285 Que Declara Imóvel de Utilidade Pública

DECRETO N º 870 DE 12 DE JULHO DE 2013
ALTERA O DECRETO N º 285 DE 13 DE ABRIL DE 2005, QUE DECLARA IMÓVEL QUE ESPECIFICA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1 º O Art. 1º do Decreto nº 285 de 13 de abril de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1 º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o seguinte imóvel: um terreno, sem benfeitorias, com a área de 316,80 metros quadrados, situado na cidade de Navegantes-SC, na Rua Francisco Solano Lopes, Bairro Centro, distrito da sede do Município de Navegantes-SC, medindo na frente, ao NORTE com a Rua acima citada 18,00 metros; FUNDOS ao SUL com terras de herdeiros de Evaldo Reiser, onde mede 18,00 metros; EXTREMA ao LESTE com terras de Maria de Assis, onde mede 17,60 metros. Ficando distante nesta extrema com a esquina da Rua Adolfo Manoel Toledo em 52,84 metros; e EXTREMA o OESTE com terras de Silvino Bento Ferreira, onde mede 17,60 metros, imóvel este registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis sob a matrícula nº 4.579”.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de julho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Concorrência Publica Nº 12/2013 FMV

AVISO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2013 FMV

A Prefeitura do Município de Navegantes comunica que se encontra aberta licitação para Concessão de serviços públicos, na modalidade Concorrência Pública, regida pelas Leis nº 8.666/1993, 8.987/1995 e demais legislações indicadas no edital, autuada sob o n.º 12/2013, pela combinação dos critérios da Melhor Técnica e do Menor Preço da Tarifa Pública. OBJETO: Seleção de empresa ou consórcio de empresas para Delegação da Concessão do Serviço para o Sistema Integrado de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de Navegantes. PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 (quinze) anos, prorrogáveis por até 10 (dez) anos em caso de novos investimentos, não previstos neste edital ao longo da execução do contrato, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou, por interesse justificado do Poder Concedente. DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Os envelopes Nº 01 (um) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, Nº 02 (dois) PROPOSTA TÉCNICA e Nº 03 - PROPOSTA DE PREÇO - TARIFA ÚNICA deverão ser entregues na sede da Secretaria de Administração, sita na Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes, até às 9h30 do dia 04 de setembro de 2013. A sessão pública de abertura do envelope Nº 01 (um) - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - terá início às 10h do dia 04 de setembro de 2013. Os interessados poderão ter acesso à íntegra do Edital, através da obtenção do CD - ROM correspondente, na sede da Secretaria de Administração, sita na Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes, ou ainda, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes na internet, no endereço: <http://www.navegantes.sc.gov.br>, a partir do dia 17 de julho de 2013. No ato de aquisição do CD-ROM, os interessados deverão fornecer outro CDR, sem qualquer uso, para reposição aos cofres públicos.

Navegantes, 15 de julho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município de Navegantes.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 43/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS) E MATERIAIS PERMANENTES DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS (QUANDO FOR O CASO) PARA AS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 26/07/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 26/07/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 15 de julho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato de Homologação Inexigibilidade Nº 93/2013

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 93/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/13
HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2013
CONTRATADO: PAPAS DA LINGUA - GRUPO MUSICAL LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL "PAPAS DA LÍNGUA" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2013 EM COMEMORAÇÃO AOS 51º DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 01 de julho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato de Homologação Pregão Presencial Nº 75/2013

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2013.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/13

HOMOLOGAÇÃO: 03/07/2013.

CONTRATADO: BARIGUI VEÍCULOS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

VALOR DA DESPESA: R\$ 197.500,00 (cento e noventa e sete mil e quinhentos reais).

Navegantes, 03 de julho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado do Pregão Presencial PM Nº 010/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2013

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 010/2013, cujo objeto trata-se da A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NAS OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS E TELAS" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos, que na data de sua realização: 15/07/2013 às 09:00 hs, que teve como empresa participantes: Silva e Gobi Ltda Me, SCS Comércio Ltda Me e Cleber Tadeu Bridi Me, sendo que a empresa Silva e Gobi Ltda Me foi vencedora dos itens 1,2,3,4,6,7,8,21,22,23,24,25,26,31 e 32 totalizando o valor de R\$ 1.942,26 (Um mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos). A empresa SCS Comércio Ltda Me foi vencedora os itens 5,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,27,28,30 e 33 totalizando o valor de R\$ 1.282,25 (Um mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos) e a empresa Cleber Tadeu Bridi Me foi vencedora de item 29 totalizando o valor de R\$ 540,00 (Quinhentos e quarenta reais) estando de acordo com o

orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte/SC, em 15 de Julho de 2013.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

Orleans

PREFEITURA

Aviso de Publicação(RREO - RGF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura de Orleans comunica que os anexos a Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao 3º. Bimestre da Execução Orçamentária de 2013, e referente ao 1º Semestre de 2013, em acordo com a legislação vigente, encontra-se publicado no Mural de Atos Públicos da Prefeitura de Orleans, sito a rua XV de Novembro, nº. 12, no Centro de Orleans e sítio <http://www.orleans.sc.gov.br/contas-publicas/lrf/lrf-exercicio> 2013, na data de 12 de julho de 2013.

Orleans, 15 de julho de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

MARCIO COAN

Contador

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº 1067/2013.

PORTARIA Nº 1067/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para a servidora ANDREA LUCIA VECHI, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, a contar de 14/02/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1070/2013

PORTARIA Nº 1070/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas

atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor DENIS PAULO FER-RARI, ocupante da categoria funcional de Professor de Informática, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1071/2013

PORTARIA Nº 1071/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ADRIANA DA ROSA LIBERATO SOTERO, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1082/2013

PORTARIA Nº 1082/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor THIAGO CESAR DA SILVA, ocupante da categoria funcional de Vigia, removido para Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1084/2013.

PORTARIA Nº 1084/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para a servidora VIVIANE MEYER, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, a contar de 14/02/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1087/2013.

PORTARIA Nº 1087/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CEDER para a Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina com ônus para origem, o servidor ARI LEONEL FILHO, matrícula nº. 500002, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Tributária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei 1.201, de 23 de maio de 2001 e Convênio nº. 018, de 07 de março de 2013, pelo período de 25/03/2013 a 31/12/2017.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1089/2013.

PORTARIA Nº 1089/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, a servidora JUDITE ESPINDOLA, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, em função do deferimento do seu requerimento junto ao INSS, devido o servidor não ser concursado nem estável, de acordo com o Artigo 103 da Lei 8213/91, com discriminação dos proventos, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1068/2013.

PORTARIA Nº. 1068/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GRAZIELLE FRANCIOSI DA SILVA, titular do cargo de Peda-gogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1069/2013.

PORTARIA Nº. 1069/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

FAZER CESSAR LICENÇA PREMIO da servidora ADRIANA DA ROSA LIBERATO SOTERO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1072/2013.

PORTARIA Nº. 1072/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR ANDERSON FARIAS CAPESTRANA, portador da CNH 529563430, vencimento em 21/03/2017, categoria AB, a dirigir veículos da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1073/2013.

PORTARIA Nº. 1073/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
500953	José Renato Ivo	Graduação	305%	15/02/2013

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1074/2013.

PORTARIA Nº. 1074/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JOSÉ FONTANA NETO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1075/2013.

PORTARIA Nº. 1075/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2146 de 08 de julho de 2011, que Nomeou por Concurso a servi-dora TALITA SILVA VIEIRA, para o cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao local de trabalho que deverá ser Unidade Básica de Saúde do Médio Aririú, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1076/2013.

PORTARIA Nº. 1076/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SONIA HEINZ DA SILVA, matrícula nº. 800858, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 02/04/2013 à 02/07/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1077/2013.

PORTARIA Nº. 1077/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA TERESINHA WEINGARTNER, matrícula nº. 800076, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2009 a 02/05/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 03/04/2013 à 03/07/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1078/2013.

PORTARIA Nº. 1078/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROBSON MANOEL HELIODORO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1079/2013.

PORTARIA Nº. 1079/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, WANDERSON MULLER PEREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1080/2013.

PORTARIA Nº. 1080/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FERNANDA ALBERTINA GARCIA, titular do cargo de Professor Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1081/2013.

PORTARIA Nº. 1081/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARILENE FRANCELINA FORTUNATO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/04/2013.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1083/2013.
PORTARIA Nº. 1083/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0569 de 01 de março de 2013, que Contratou a servidora ELIA-NE IDENIR DE SOUZA ROSA, para o cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Qua-dro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à data de admissão que deverá ser 27/02/2013 a 15/12/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1083/2013.
PORTARIA Nº. 1083/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0569 de 01 de março de 2013, que Contratou a servidora ELIA-NE IDENIR DE SOUZA ROSA, para o cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Qua-dro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à data de admissão que deverá ser 27/02/2013 a 15/12/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1085/2013.
PORTARIA Nº. 1085/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Matricula	Nome	De	Para	Período
129749	Cecília da Rosa dos Santos	20	40	18/02/2013 a 15/12/2013
129765	Eunice Geronimo	20	40	18/02/2013 a 15/12/2013
800617	Luciana Alice Francisco da Silva	20	40	04/02/2013 a 15/12/2013

129780	Tuana Mara Lemos Me-deiros	20	35	04/02/2013 a 15/12/2013
--------	----------------------------	----	----	-------------------------

Palhoça, SC, em 20 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1086/2013.
PORTARIA Nº. 1086/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VOLNEI WALDOMIRO DE MARCO, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Pre-ventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/03/2013 a 22/03/2014.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1088/2013.
PORTARIA Nº. 1088/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribui-ções legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELEN MORESCHI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Furadinho da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1090/2013.
PORTARIA Nº. 1090/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:



CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOÃO ARTHUR LANGE DE LINS NEVES, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2012, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/03/2013 a 22/03/2014.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1091/2013.

PORTARIA Nº. 1091/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALINY ABREU DEMETRIO, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1092/2013.

PORTARIA Nº. 1092/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0776 de 11 de março de 2013, que Contratou a servidora KA-MILA DA COSTA, para o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deverá ser KAMILA DA COSTA, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1093/2013.

PORTARIA Nº. 1093/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade aos funcionários, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a contar de 01 de março de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
401923	Debora May	250,00
401197	Deivid Isaias Kley da Silva	300,00
300093	Enedite Knabben Weber	520,00
402001	Fabiana Guthia	300,00
401289	Gabriel Marciano Souza Gomes	300,00
800360	Luzivani Maria Martins de Souza	800,00
401773	Oridon Jônio de Souza	300,00
401770	Rafael Cesar Calazans	300,00
700120	Rosana Gaidos	500,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
400204	Adriana Nascimento de Souza	600,00	1000,00
801487	Andreia dde Oliveira	210,00	540,00
500470	Claudio Manoel dos Santos	200,00	300,00
500072	Florisvaldo Martins	500,00	600,00
500498	Neuri Osorio Jose da Cruz	100,00	450,00
800840	Rosilda Maria Ramos	250,00	930,00
190041	Valdineia Borba	500,00	800,00
400386	Zenaide Alaide P. Sardá	300,00	600,00

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1094/2013.

PORTARIA Nº. 1094/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE MATTOS THOME, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta

Prefeitura, no período de 05/03/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1095/2013.
PORTARIA Nº. 1095/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CARLOS ALBERTO ALVES, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/04/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1096/2013.
PORTARIA Nº. 1096/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANGE-LA MARIA VIEIRA CABRAL, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1097/2013.
PORTARIA Nº. 1097/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANGEL FRANCINE TOMAZONI, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com

efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1098/2013.
PORTARIA Nº. 1098/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDILENE MARIA MARTINS, matrícula nº. 800624, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 15/04/2013 à 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1099/2013.
PORTARIA Nº. 1099/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELIA APARECIDA DE QUADROS SOUZA, matrícula nº. 800833, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 23/11/1995 a 23/11/2000, por 03 (três) meses e referente ao quinquênio de 23/11/2000 a 23/11/2005, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 08/04/2013 à 08/10/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1100/2013.
PORTARIA Nº. 1100/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I

e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400118	Abel Luiz dos Santos	Pós Graduação	15%	07/01/2013

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1101/2013.

PORTARIA Nº. 1101/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALBA TEREZINHA DA SILVA, matrícula nº. 800204, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 30/09/2004 a 30/09/2009, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 15/04/2013 à 15/07/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1102/2013.

PORTARIA Nº. 1102/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA CAMPOS, matrícula nº. 800200, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2008 a 01/08/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 02/04/2013 à 02/07/2013.

Palhoça, SC, em 25 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ata de Julgamento TP 80/2013

ATA DE JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA A TOMADA DE PREÇOS 80/2013

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões da

Comissão Permanente de Licitações, a partir das 17:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL, sob a presidência o Senhor ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA, convocando o servidor Júlio César da Cruz, para secretariar os trabalhos, a fim de realizar o julgamento e classificações das propostas apresentadas para a Tomada de Preços 80/2013, tendo como critério de julgamento, a conformidade das propostas com o edital e MENOR PREÇO. Assim levando em conta os dados constantes das propostas, esta Comissão de Licitações elaborou quadro comparativo de preços para melhor análise. Considerando as cotações de cada concorrente e o critério de julgamento adotado para o presente certame, chegou-se ao seguinte resultado classificatório: a empresa HABITAR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME venceu o item totalizando a importância de R\$ 169.570,72 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e setenta reais e setenta e dois centavos). Diante da classificação acima se destaca como vencedora e assim declarada pela Comissão Permanente de Licitações, pela unanimidade de votos de seus membros, a empresa HABITAR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, em seu menor preço. Concluídos os trabalhos o Presidente determinou a publicação no mural público e no site da Prefeitura Municipal de Palhoça, da classificação correspondente para efeitos de intimação e ciência dos interessados. Após o prazo para interposição de recursos, determinou ainda o envio do processo a autoridade superior para despacho. Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada, na qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão abaixo assinados.

Palhoça, 12 de julho de 2013.

ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA JÚLIO CÉSAR DA CRUZ

Presidente da Comissão Membro da Comissão

JANE DAS DORES DA SILVA

Membro da Comissão

Palmitos

PREFEITURA

Editais de Notificação

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 567/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

APX1814 54805384C 5835/0 24/12/2011 195

APX1814 54805385C 5843/3 24/12/2011 196

APX1814 54805386C 6599/2 24/12/2011 230 * V

APX1814 54805387C 6920/0 24/12/2011 233

MEL9946 54926256D 5738/0 12/12/2011 186 * II



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 568/2012
Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

ADE3408 55093838A 6599/0 27/02/2008 R\$ 191,54 230 * V

CJJ5731 55093682A 5010/0 05/08/2008 R\$ 574,61 162 * I

CJJ5731 55093683A 6599/2 05/08/2008 R\$ 191,53 230 * V

LAO2374 55446603B 6920/0 02/07/2008 R\$ 127,69 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 569/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

AKH7933 54926276D 6920/0 09/12/2011 233

JFS1055 54804131C 5576/0 01/01/2012 182 * I
KAP3029 54926277D 6920/0 09/12/2011 233
LXH8423 54926299D 6920/0 28/12/2011 233
LYM0874 54926278D 6920/0 12/12/2011 233
LZF8025 54926293D 5010/0 23/12/2011 162 * I
MAA6125 54926213D 5738/0 29/12/2011 186 * II
MAA6125 54926214D 6599/2 29/12/2011 230 * V
MCC2300 54926300D 6920/0 26/12/2011 233
MCX5583 54926289D 6920/0 21/12/2011 233
MDX7591 54926306D 6920/0 05/01/2012 233
MGX9515 54926318D 6920/0 19/01/2012 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 570/2012
Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

ACD1841 55445808B 6920/0 16/04/2008 R\$ 127,69 233

BGI2265 54803362C 6920/0 19/09/2008 R\$ 127,69 233

IFM1631 55445801B 6920/0 08/04/2008 R\$ 127,69 233

ILI0923 55445812B 6920/0 24/04/2008 R\$ 127,69 233

LYG2467 55446615B 6920/0 18/07/2008 R\$ 127,69 233

LZJ0521 55445535B 6920/0 10/03/2008 R\$ 127,69 233

MDF8124 55093775A 6599/2 04/09/2008 R\$ 191,53 230 * V

MDN2900 54803358C 6920/0 12/09/2008 R\$ 127,69 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30

(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 571/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

LXN5280 54926216D 7234/0 07/01/2012 250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 572/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

AEH4392 54803575C 6920/0 29/12/2008 R\$ 127,69 233

CAE3790 55446649B 6920/0 04/09/2008 R\$ 127,69 233

ILT4747 55093684A 5460/0 13/08/2008 R\$ 85,12 181 * IX

LXL1085 54926191D 6920/0 08/11/2011 R\$ 127,69 233

LYR1990 54803507C 6548/2 23/12/2008 R\$ 85,12 229

LZC4091 54803605C 6122/0 01/02/2009 R\$ 191,53 214 * I

LZC4091 54803606C 5835/0 01/02/2009 R\$ 127,69 195

LZC4091 54803607C 6394/4 01/02/2009 R\$ 191,53 220 * XIV

LZC4091 54803608C 7064/0 01/02/2009 R\$ 191,53 244 * IV

LZH9070 55445767B 6548/2 16/08/2008 R\$ 85,12 229

LZM6136 55446614B 6920/0 17/07/2008 R\$ 127,69 233

MBP8541 54803369C 6920/0 25/09/2008 R\$ 127,69 233

MEL4279 55093773A 5010/0 11/07/2008 R\$ 574,61 162 * I

MGW9081 54803667C 5169/1 13/02/2009 R\$ 957,69 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 573/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração / Desdobramento

COC1334 54926215D 7366/2 29/12/2011 252 * VI

IDF3306 54804467C 5541/1 29/01/2012 181 * XVII

MFF4601 54926221D 7048/1 29/12/2011 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Papanduva

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 047, de 12 de Julho de 2013 Altera Dispositivos da Lei Complementar N. 020, de 10 de Outubro de 2006

Lei Complementar nº 047, de 12 de julho de 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006.

Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. O artigo 158 da Lei Complementar n. 020, de 10 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 158. Ao longo das águas correntes e dormentes será obrigatória a arborização e a reserva de uma faixa "non-aedificandi" com, no mínimo 30m (trinta metros) de cada lado para a área rural e de 15m (quinze metros) de cada lado para a área urbana, sem que

caiba aos proprietários qualquer direito à indenização.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 12 de julho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Lei Nº 1980, de 12.07.2013 - Anexos

LEI Nº 1980, DE 15 DE JULHO DE 2013.

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO		UNIDADE 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
O legislativo Municipal, composto de 09 (nove) Vereadores, funciona em sede alugada, com autonomia financeira, e apoio de 08 (oito) servidores							
DIRETRIZES							
Realização de sessões Ordinárias conforme Regimento Interno, realização de Sessões Extraordinárias quando convocadas, realização de reuniões pelas diversas comissões, recebimento, discussão e votação das Leis, Projetos de Resolução e Indicações, fiscalização dos atos da administração, julgamento das contas anuais do Prefeito, execução das demais atribuições do Poder Legislativo.							
FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
01.031.0001 - Processo Legislativo	2.001 - Manu- tenção das Ativi- dades do Poder Legislativo	Custeio	%	100	X		5.140.000,00
OBJETIVOS: Garantir todas as atividades do legislativo municipal, pagamento de despesas básicas como folha de pagamento e materiais de consumo,incluindo infra-estrutura básica de instalações e equipamentos.							
01.031.0001 - Processo Legislativo	2.002 - Aquisição de Veículos	Veículos	Unid.	01	X		60.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de novo veículo em substituição do já existente							
01.031.0001 - Processo Legislativo	1.001 - Constru- ção da Sede da Câmara	Obra	Unid.	01	X		600.000,00
OBJETIVOS: Construção de uma sede para funcionamento da Câmara Municipal							
TOTAL							5.800.000,00

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 02 – GABINETE DO PREFEITO
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito Municipal, que possui um quadro de servidores e assessores adequado às necessidades do Município.	
DIRETRIZES	
Acompanhamento da legislação necessária a gestão publica municipal, Controle Interno, gestão de publicidade, propaganda e marketing do Governo Municipal, acompanhamento do processo legislativo, coordenação da execução das políticas públicas, defesa de interesses do Município.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
04.122.0002 - Administração Superior	2.003 - Manu- tenção da estru- tura do Gabinete do Prefeito.	Custeio	%	100	X		1.930.000,00
OBJETIVOS: Garantir pleno funcionamento da administração publica vencimentos, obrigações patronais, material de consumo, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente.							
04.122.0002 - Administração Superior	2.004 - Aquisição de Veículos	Veículos	Unid.	01	X		70.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de novo veículo em substituição do já existente.							
TOTAL						2.000.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 03 –GABINETE DO VICE-PREFEITO
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
O Gabinete do Vice Prefeito Municipal não possuem um quadro de assessores.	
DIRETRIZES	
Manter o Gabinete do Vice-Prefeito em uma estrutura mínima de funcionamento. Representar os munícipes na esfera municipal e intra municipal, bem como substituir o Prefeito quando de sua ausência.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
04.122.0002 - Administração Superior	2.005 - Manu- tenção da estru- tura do Gabinete do Vice-Prefeito.	Custeio	%	100	X		400.000,00
OBJETIVOS: Garantir pleno funcionamento do gabinete do vice-prefeito commaterial de consumo, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente.							
TOTAL						400.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO		UNIDADE 04 –SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
Estes programas serão executados pela estrutura de Planejamento Governamental e gerência de Recursos Humanos, Compras e Licitações, Patrimônio Público Municipal e serviços gerais.							
DIRETRIZES							
Política de desenvolvimento institucional e capacitação do servidor, no âmbito da Administração Pública Municipal, supervisão e coordenação do sistema de pessoal, de organização e modernização administrativa; perícia médica de pessoal; administração de recursos de informação e informática e de serviços gerais; modernização da gestão e promoção da qualidade do setor público; desenvolvimento de ações de produção da folha de pagamento dos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, quando for o caso; tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e dos imóveis; publicação dos atos legais assinados pelo Prefeito Municipal; manutenção de equipamentos de uso geral da administração, bem como sua guarda e conservação, recebimento, distribuição, controle do andamento e arquivamento definitivo dos papeis da Prefeitura, móveis e instalações; protocolo geral do município; segurança e higiene do trabalho; transportes internos, zeladoria; prestar informações e certidões, na forma e nos prazos previstos em lei; manter em operação as centrais de repetição de sinais de TV; administração dos recursos de informática; pagamento das contribuições a AMPLANORTE, FECAM, CNM e outras Entidades.							
FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
04.122.0003 - Administração e Planejamento	2.006 – Ma- nutenção da Secretaria de Administração.	Custeio	%	100	X		11.520.000,00

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 04 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO							
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
Estes programas serão executados pela estrutura de Planejamento Governamental e gerência de Recursos Humanos, Compras e Licitações, Patrimônio Público Municipal e serviços gerais.							
OBJETIVOS: Adequação dos setores com o objetivo de garantir o bom funcionamento e proporcionar informações transparentes e modernização administrativa. Proporcionar eficiência e agilidade no atendimento dos serviços administrativos, manter o funcionamento da Secretaria, vencimentos, obrigações patronais, material de consumo, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente.							
04.122.0003 - Administração e Planejamento	2.007 - Aquisição de veículos.	Veiculo	Unid.	2	X	X	80.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de dois veículos novos							
04.122.0003 - Administração e Planejamento	1.002 - Construção do Centro Administrativo	Obra	Unid.	1	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Adequação dos setores com o objetivo de garantir o bom funcionamento, expandir e qualificar os serviços prestados, proporcionar melhor atendimento aos usuários.							
28.846.0000 - Operações Especiais	9.001 - Contribuição ao PASEP	Custeio	%	100	X		1.000.000,00
OBJETIVOS: Manter em dia o pagamento do PASEP.							
04.122.0022 - Fortalecimento do Município	2.008 - Convênio com Entidades Municipalista	Entidades	Unid.	5	X		400.000,00
OBJETIVOS: pagamento das contribuições a AMPLANORTE, FECAM, CNM e outras Entidades.							
04.122.0003 - Administração e Planejamento	1.003 - Aquisição de Imóvel	Obra	Unid.	1	X	X	200.000,00
TOTAL							13.400.000,00

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 05 – SECRETARIA DA FAZENDA							
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
Este programa será executado pela estrutura da gerência do controle de cadastro e tributação, gerência de arrecadação e pagamentos e gerência de registros contábeis, envolvendo os servidores à disposição desta secretaria.							
DIRETRIZES							
Maior eficácia no atendimento ao público no menor tempo possível, manter e atualizar o cadastro imobiliário e econômico, fiscalizar e arrecadar tributos de sua competência, efetuar pagamento aos fornecedores, controlar os recursos financeiros, controle e aplicação dos recursos vinculados, efetuar o registro contábil dos fatos administrativos, emitir relatórios gerenciais exigido pela legislação, realizar prestação de contas, controlar o fluxo da dívida fundada interna.							
FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
04.123.0004 - Assistência a Administração Financeira.	2.009 - Manutenção da secretaria da Fazenda.	Custeio	%	100	X		2.140.000,00
OBJETIVOS: Garantir pleno funcionamento da Secretaria da Fazenda, com pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente.							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
04.123.0004 - Assistência a Administração Financeira.	2.009 – Manutenção da secretaria da Fazenda.	Custeio	%	100	X		2.140.000,00
OBJETIVOS: Garantir pleno funcionamento da Secretaria da Fazenda, com pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente.							
04.123.0004 - Assistência a Administração Financeira.	2.010 - Aquisição de veículos.	Veículo	Unid.	2	X	X	60.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de dois veículos para secretaria da fazenda.							
28.843.0000- Operações Especiais.	9.002 - Processar o pagamento da dívida fundada e seus encargos.	Dívida	Contrato	6	X		3.000.000,00
OBJETIVOS: Manter em dia o principal e encargos da dívida por contrato.							
TOTAL						5.200.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 06 –SECRETARIA DA EDUCAÇÃO							
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
O município possui 12 escolas na rede de ensino fundamental com 861 alunos, com 50 professores e 20 auxiliar de serviços gerais. Na educação de infantil de zero a cinco anos há 09 Centros de Educação Infantil com 575 alunos, com 75 professores e 25 auxiliar de serviços gerais. O transporte escolar diário é realizado com veículos próprios e de fretamento em diversas linhas existentes.							
DIRETRIZES							
Melhoria e ampliação da rede física municipal, equipamentos das escolas, melhoria das condições e ampliação do transporte escolar, diversificação do cardápio da alimentação escolar, capacitação dos professores e das merendeiras. Apoio aos estudantes do 2º e 3º grau do município. Ampliação do acervo bibliográfico, erradicação do analfabetismo e apoio a semana literária.							
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CON- VÊNIOS	VALOR
12.361.0010 - Educação para todos	2.011 - Manutenção da Secretaria da Educação.	Custeio	%	100	X		1.000.000,00
OBJETIVOS: Revitalizar a rede de ensino, garantir pleno funcionamento da Secretaria de Educação, com pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente .							
12.361.0010 - Educação para todos	1.004 - Construção de Auditório (arena de múltiplo uso).	Obra	unid	01	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Realizar obra de Construção de auditório em escola municipal do ensino fundamental. .							
12.361.0010 - Educação para todos	1.005 – Construção, Ampliação e Reforma da Rede Física.	Obra	m²	2.000	X	X	1.200.000,00
OBJETIVOS: Melhorar as edificações da rede municipal de ensino, ampliação e reformas pertinente a Educação, expandir e aperfeiçoar o ensino em todos os graus e ofertar o maior número possível de oportunidades educacionais.							

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
12.361.0010 - Educação para todos	2.011 - Manutenção da Secretaria da Educação.	Custeio	%	100	X		1.000.000,00
12.365.0010 - Educação para todos	1.006 - Construção de Centros de Educação Infantil	Obra	m²	2.000	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Modernizar e estruturar os centros de educação infantil, construção de novas unidades.							
12.361.0010 - Educação para todos	2.012 - Aquisição de Veículos.	Veículos	Unid.	12	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de novos veículos para transporte escolar e manutenção da Secretaria.							
12.306.0010 - Educação para Todos	2.013 - Manutenção da Merenda Escolar	Alunos	Unidade	6.000	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Estar atendendo na amplitude os alunos da rede municipal de ensino desde a área pedagógica até a parte de alimentação com fornecimento de merenda escolar com qualidade para todos.							
12.361.0010 - Educação para todos	1.007 - Construção, Reformas e Cobertura de Quadras Poliesportivas	Obra	m²	2.000	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Melhorar as edificações das quadras poliesportivas, ampliação e reforma pertinente a Educação							
12.366.0010 - Educação para todos	2.014 - Manutenção do Programa de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.	Alunos	Unid.	2.000	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Qualificar o ensino da educação de jovens e adultos, manutenção das despesas com materiais de consumo, despesas com pessoal, incluindo infra-estrutura básica de instalações e equipamentos.							
12.362.0010 - Educação para todos	2.015 - Incentivo ao Ensino Médio.	Alunos	Unid.	300	X		500.000,00
OBJETIVOS: Incentivo a alunos de cursos profissionalizantes e transporte escolar.							
12.364.0007 - Universidade ao nosso alcance	2.016 - Incentivo a estudantes do 3º grau.	Alunos	Unid.	400	X	X	400.000,00
OBJETIVOS: Incentivo ao transporte escolar até instituições de ensino superior em municípios vizinhos.							
12.361.0010 - Educação para todos	1.008 - Aquisição de Imóveis.	Unidade	Unid.	4	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de imóveis para implantação de novas unidades de educação.							
12.361.0010 - Educação para todos	2.017 - Manutenção do Transporte Escolar.	Alunos	Unid.	4.000	X	X	7.000.000,00
OBJETIVOS: Atender com qualidade os usuários do transporte escolar, despesa com pessoal, outros serviços terceiro jurídico, materiais de consumo, peças e reparos para veículos.							
12.365.0010 - Educação para todos	2.018 - Manutenção Ensino Infantil.	Alunos	Unid.	2.000	X	X	11.200.000,00
OBJETIVOS: Valorização dos profissionais da educação, despesas com pessoal, material escolar, equipamentos eletroeletrônicos, informática, móveis.							

12.306.0010 - Educação para Todos	2.013 - Manutenção da Merenda Escolar	Alunos	Unidade	6.000	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Estar atendendo na amplitude os alunos da rede municipal de ensino desde a área pedagógica até a parte de alimentação com fornecimento de merenda escolar com qualidade para todos.							
12.361.0010 - Educação para todos	2.019 - Manutenção Ensino Fundamental	Alunos	Unid.	3.000	X	X	18.000.000,00
OBJETIVOS: Qualificar o atendimento escolar, proporcionar qualidade de ensino, valorização dos profissionais da educação, despesas com pessoal, material escolar, equipamentos eletroeletrônicos, informática, móveis.							
028.361.0000 - Operações Especiais	9.004 - Amortização do principal e encargos da dívida.	Dívida	Contrato	2	X		200.000,00
OBJETIVOS: Processar o pagamento da dívida fundada em despesa pertinente a Educação.							
TOTAL							44.200.000,00

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 07 –SECRETARIA DA AGRICULTURA
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
O setor agrícola e pecuário apresenta-se como base econômica do município. Caracteriza-se nesta ordem um regime formado basicamente em nível familiar e de classificação em subsistência. Observamos predominância de algumas culturas à nível agrícola, como: soja, milho, feijão e fumo (sendo de forma única na maioria das propriedades). Podemos salientar ainda o início de uma produção de hortifrutigranjeiros. Em relação a produção animal destaca-se: suinocultura e avicultura (regime de integração), gado de corte e leite (intensiva e extensiva) e com menor espaço porém com forte horizonte piscicultura. A adequação, atendimento e orientação ao produtor acontece em 2 níveis: Público (secretaria municipal da agricultura, CIDASC E EPAGRI); Privado (cooperativas e agroindústrias).	
DIRETRIZES	
Desenvolver e agregar valores ao setor agropecuário. Tendo como foco a diversificação das atividades e aumento da produtividade através das seguintes medidas: Capacitação e orientação técnica mais eficiente; Disponibilidade de máquinas, equipamentos e implementos; Formação de sistemas integrados (cooperativas, associações) para fortalecimento dos diversos setores da cadeia produtiva; Orientação dos produtores em relação à importância da sustentabilidade e preservação do meio ambiente.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
20.606.0017 - Promoção Rural	2.020 - Manutenção da Secretaria da Agricultura	Custeio	%	100	X	X	2.550.000,00
OBJETIVOS: Manter em pleno funcionamento a Secretaria de Agricultura, com pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente. Implantação do programa porteira a dentro e ciclo verde. Apoio a piscicultura, bovinocultura de leite, olericultura, agroindústria familiar e realização de feira livre.							
20.606.0017 - Promoção Rural	2.021 - Aquisição de Veículos, Máquinas Agrícolas e Equipamentos.	Equipamento	Unid.	15	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Modernizar a estrutura para melhor atender a população, aquisição caminhões, veículos, máquinas e equipamentos de uso agrícola.							
20.606.0017 - Promoção Rural	1.009 - Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unid.	2	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de imóveis para futuras instalações da Secretaria da Agricultura, ampliação do horto municipal.							
20.606.0017 - Promoção Rural	2.022 - Apoio a Micro bacia	Custeio	%	100	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Apoio as micro bacias com distribuição e transporte de calcários a pequenos produtores							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
20.606.0017 - Promoção Rural	2.020 - Ma- nutenção da Secretaria da Agricultura	Custeio	%	100	X	X	2.550.000,00
OBJETIVOS: Manter em pleno funcionamento a Secretaria de Agricultura, com pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente. Implantação do programa porteira a dentro e ciclo verde. Apoio a piscicultura, bovinocultura de leite, olericultura, agroindústria familiar e realização de feira livre.							
20.601.0017 - Promoção Rural	2.023 - Ma- nutenção do Horto Municipal	Custeio	%	100	X	X	50.000,00
OBJETIVOS: Manutenção e ampliação do horto municipal, custear despesas correntes para manutenção, produção de mudas de árvores nativas para repovoamento das áreas verdes.							
20.541.0017 - Promoção Rural	2.024 - Apoio ao Programa SOS nascentes	Custeio	%	100	X	X	50.000,00
OBJETIVOS: Preservação das nascentes e áreas de APP, distribuição de mudas de árvores nativas para recuperação de áreas degradadas.							
20.541.0017 - Promoção Rural	2.025-Criação do Programa Flor do Campo	Custeio	%	100	X	X	50.000,00
OBJETIVOS: Fortalecer a Agricultura Familiar.							
TOTAL						3.300.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 08 –SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTOECONOMICO
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
O município está em constante processo de industrialização, e para tanto necessita oferecer apoio à indústria e comércio local, bem como oferecer incentivos para a instalação de novas indústrias.	
DIRETRIZES	
Estimular a instalação de novas indústrias, comércios e prestadores de serviços agregando valores à produção e incentivar a produção artesanal, doação de terreno com infra-estrutura de terraplanagem, com luz e água. Incentivo ao comercio local.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
22.661.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	2.026 - Ma- nutenção da Secretaria do Desenvol- vimento Econô- mico	Custeio	%	100	X		550.000,00
OBJETIVOS: Manter os serviços prestados com maior qualidade e firmar parcerias, pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente. Promoção de cursos profissionalizantes. Realização de Feira e Exposições.							
23.691.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	1.010 - Cons- trução Centro Eventos.	Obra	Unid.	1	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção de um centro de eventos para realização de eventos voltados a industria e comercio.							
22.661.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	1.011 - Aquisi- ção de Imóveis	Imóvel	Unid.	4	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de imóveis para incentivo a implantação de novas industrias, construção de centro de eventos.							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
22.661.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	2.026 - Ma- nutenção da Secretaria do Desenvol- vimento Econô- mico	Custeio	%	100	X		550.000,00
OBJETIVOS: Manter os serviços prestados com maior qualidade e firmar parcerias, pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente. Promoção de cursos profissionalizantes. Realização de Feira e Exposições.							
22.661.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	2.027 - Incenti- vo a Implan- tação e expansão de empresas	Custeio	%	100	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Apoio a implantação de industrias, como realização de obras de infra-estrutura, apoio a rede de energia elétrica.							
23.691.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	2.028 - Criação e Manutenção do PROCON	Custeio	%	100	X	X	20.000,00
OBJETIVOS: Apoio a implantação do PROCON com despesas de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manuten- ção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos e material permanente.							
22.661.0018 - Incentivo ao comercio e Industria	2.029 - Aquisi- ção de Veículo	Veiculo	Unid.	1	X	X	30.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de um veiculo para Secretaria de Desenvolvimento Econômico.							
TOTAL						1.000.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 09 –SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
O Município possui 70 Km de vias urbanas, sendo que, parte delas é pavimentada e as demais empedradas ou cascalhadas. No perímetro urbano existem 02 praças.	
DIRETRIZES	
Buscar a manutenção das vias urbanas e a limpeza para escoamento das águas pluviais, efetuar pavimentação de vias e edificar praças e jardins e manter as já existentes, manter e ampliar a iluminação publica e a coleta de lixo.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
15.452.0012 – Urbanização de Vias	2.030 – Manutenção dos Serviços Urbanos	Custeio	%	100	X	X	15.400.000,00
OBJETIVOS: Manter a cidade limpa e proporcionar melhor qualidade de vida a população, pagamento de salários dos funcionários, encar- gos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente. Abertura de Rodovias.							
15.451.0012 – Urbanização de Vias	1.012 – Pavi- mentação de Vias Urbanas	Obra	Unid.	50	X	X	6.000.000,00
OBJETIVOS: Execução de obras de infra-estrutura viabilizando melhoria na qualidade de vida da população, melhorias das vias públicas com recape, readequação, pavimentação asfáltica, pavimentação em lajotas de concreto e paralelepípedo.							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
15.452.0012 – Urbanização dos Serviços Vias	2.030 – Manutenção Urbanos	Custeio	%	100	X	X	15.400.000,00
OBJETIVOS: Manter a cidade limpa e proporcionar melhor qualidade de vida a população, pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos, mobiliários e material permanente. Abertura de Rodovias.							
15.451.0012 – Urbanização de Vias	1.012 – Pavi- mentação de Vias Urbanas	Obra	Unid.	50	X	X	6.000.000,00
15.451.0012 – Urbanização de Vias	1.013 – Construção de Praça Pública	Praça	Unid.	2	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Construção de duas novas praças viabilizando novas áreas de lazer e melhoria na qualidade de vida da população.							
15.451.0012 – Urbanização de Vias	1.014 – Construção de Passeios	Obra	Unid.	3	X	X	500.000,00
OBJETIVOS: Construção e ampliação dos passeios no perímetro urbano garantido maior segurança aos pedestres.							
15.451.0012 – Urbanização de Vias	1.015 – Aquisi- ção de imóveis	Imóvel	Unid.	3	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de imóveis para abertura de novas ruas e ampliação do cemitério municipal.							
15.451.0026 - Rodovias	1.016 – Refor- ma e Amplia- ção Terminal Rodoviário	Obra	Unid	1	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Reforma e ampliação do Terminal Rodoviário viabilizando melhoria no atendimento aos usuários.							
15.451.0026 - Rodovias	1.017 – Refor- ma e Amplia- ção Garagem Municipal	Obra	Unid.	1	X	X	400.000,00
OBJETIVOS: Executar obras de infra-estrutura para ampliação do espaço da garagem municipal.							
TOTAL						23.000.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 09 –SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA RODOVIAS
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
O Município possui aproximadamente 1.200 Km de estradas rurais, em razoáveis condições de trafego e seu parque rodoviário é composto por 06 caminhos caçamba, 04 moto niveladoras, 02 pá-carregadeiras e 02 retro-escavadeiras.	
DIRETRIZES	
Ensaibramento, patrolamento e limpeza das estradas vicinais, construção e conservação de pontes e bueiros, abertura de novas estradas e aquisição de novos equipamentos.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
26.782.0026 - Rodovias	2.031 – Manutenção dos Serviços Rodoviários.	Custeio	%	100	X	X	15.220.000,00
OBJETIVOS: Permitir o trânsito seguro entre as localidades interioranas, bem como o escoamento da produção a qualquer tempo. Abertura de novas estradas, processar o pagamento de salários dos funcionários, encargos, despesas correntes para manutenção das máquinas e equipamentos, diárias, obrigações tributárias e contributivas, bem como outros serviços de terceiros, aquisição de móveis, equipamentos e material permanente.							
26.782.0026 - Rodovias	2.032 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários.	Equipamento	Unid.	20	X	X	3.000.000,00
OBJETIVOS: Ampliação da patrulha rodoviária para dar condições de manutenção das vias públicas e estradas municipais							
26.782.0026 - Rodovias	1.018 – Construção de Pontes.	Ponte	Unid.	10	X	X	500.000,00
OBJETIVOS: Construção e reforma de pontes dando condições de trafegabilidade aos produtores.							
26.782.0026 - Rodovias	1.019 – Construção Abrigos de Passageiros	Abrigo	Unid.	30	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção de abrigos de passageiro no perímetro urbano e no interior do município.							
TOTAL						18.820.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO		UNIDADE 11 –FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
O município possui menores carentes, muito dos quais excluídos. As ações desenvolvidas pela assistência social e participação efetiva do Conselho Tutelar, necessitam melhorias para o ideal cumprimento do estatuto da criança e adolescente. Possui também, famílias que sobrevivem na pobreza, com deficiências de moradias, as quais carecem de assistência para melhoria do padrão de vida. As associações e clubes beneficentes, necessitam de apoio do Poder Público.							
DIRETRIZES							
Oferecer atendimento e orientação às pessoas ou famílias carentes que se encontrem no quadro de exclusão social, através do apoio financeiro, psicológico, saúde e moradia, buscando ações para despertar suas potencialidades visando a melhoria da qualidade de vida.							
FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
08.244.0006 - Assistência Social Geral	2.033–Manutenção do Fundo de Assistência Social	Custeio	%	100	X	X	6.520.000,00
OBJETIVOS: Manter o funcionamento do Fundo de Assistência Social com atendimento igualitário e com qualidade para todos, despesa com pessoal, material de consumo em geral, outros serviços de terceiros pessoa física e jurídica. Aquisição de móveis equipamentos e material permanente. Auxiliar as famílias carentes do Município, aquisição de materiais para atendimento aos programas sociais.							
08.244.0006 - Assistência Social Geral	2.034 - Convênios Com Entidades e Organizações Não Governamentais	Entidades	Unid.	8	X	X	40.000,00
OBJETIVOS: Manutenção de convênios com entidades não governamentais na área de assistência social.							
08.244.0006 - Assistência Social Geral	2.035 - Reativação do Clube de Mães	Pessoas	Pessoas	200	X	X	40.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de material de consumo em geral, demais serviços de terceiros pessoa física e jurídica. Aquisição de móveis equipamentos e material permanente, para reativação do clube de mães.							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CON- VÊNIOS	VALOR
08.244.0006 - Assistência Social Geral	2.033-Manutenção do Fundo de Assistência Social	Custeio	%	100	X	X	6.520.000,00
08.244.0006 - Assistência Social Geral	2.036 - Aquisição de Veículos	Veículos	Unid.	3	X	X	120.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de veículos para Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Conselho Tutelar.							
08.244.0006 - Assistência Social Geral	1.020 - Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unid.	4	X	X	150.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de imóveis para construção casa de passagem, construção sede PETI, construção do CRAS e futuras instalações da secretaria.							
08.241.0006 - Assistência Social Geral	1.021 - Construção da Casa do Idoso	Obra	Unid.	1	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção casa do idoso para melhorar atendimento do serviço de fortalecimento de vínculos aos idosos.							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	1.022 - Construção Casa de Passagem	Obra	Unid.	1	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção casa de passagem para Integrar crianças e adolescentes de riscos no contexto social.							
08.244.0006 - Assistência Social Geral	1.023 - Implantação Loteamento Popular	Lotes	Unid.	50	X	X	70.000,00
OBJETIVOS: Implantação de loteamento popular para atender famílias de baixa renda							
08.242.0006 - Assistência Social Geral	2.037 - Manutenção Convênio Com APAE	Custeio	%	100	X	X	60.000,00
OBJETIVOS: Manutenção do Convênio com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais visando a manutenção de serviços de atendimento a pessoa com deficiência.							
08.241.0006 - Assistência Social Geral	2.038 - Manutenção do Programa da Terceira Idade	Custeio	%	100	X	X	150.000,00
OBJETIVOS: Manutenção das atividades de atendimento ao idoso.							
08.244.0006 - Assistência Social Geral	1.024 - Construção de Centro de Múltiplo Uso	Obra	Unid.	1	X	X	160.000,00
OBJETIVOS: Construção de um Centro de Múltiplo Uso para utilização da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário.							
16.481.0006 - Assistência Social Geral	1.025 - Construção de Casas Populares Rural	Casa	Unid.	50	X	X	40.000,00
OBJETIVOS: Promover habitação com a construção de casa populares beneficiando a quem paga aluguel ou encontra-se em situação de risco na área rural.							
16.482.0006 - Assistência Social Geral	1.026 - Construção de Casas Populares Urbana	Casa	Unid.	100	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Promover habitação com a construção de casa populares beneficiando a quem paga aluguel ou encontra-se em situação de risco no perímetro urbano							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	1.027 - Construção Sede PETI	Obra	Unid.	1	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção da sede para funcionamento do PETI							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	1.028 - Construção Sede do CRAS	Obra	Unid.	200	X	X	100.000,00

08.241.0006 - Assistência Social Geral	1.021 - Construção da Casa do Idoso	Obra	Unid.	1	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção casa do idoso para melhorar atendimento do serviço de fortalecimento de vínculos aos idosos.							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	1.022 - Construção Casa de Passagem	Obra	Unid.	1	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção casa de passagem para Integrar crianças e adolescentes de riscos no contexto social.							
08.244.0006 - Assistência Social Geral	1.023 - Implantação Loteamento Popular	Lotes	Unid.	50	X	X	70.000,00
OBJETIVOS: Construção da sede para funcionamento do CRAS							
16.481.0006 - Assistência Social Geral	2.039 - Fundo Rotativo de Habitação	Custeio	%	100	X	X	50.000,00
OBJETIVOS: Manutenção do Fundo Rotativo de Habitação							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	2.040 - Manutenção do PETI	Custeio	%	100	X	X	250.000,00
OBJETIVOS: Integrar crianças e adolescentes de riscos no contexto social, criando oportunidade de crescimento pessoal. Despesas com pessoal, materiais de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, móveis, equipamentos e material permanente.							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	2.041 - Manutenção do CRAS	Custeio	%	100	X	X	400.000,00
OBJETIVOS: Manutenção do centro de atendimento da criança e do adolescente. Despesas com pessoal, materiais de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, móveis, equipamentos e material permanente.							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	2.042 - Manutenção da Casa de Passagem	Custeio	%	100	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Manutenção do Abrigo Municipal para adolescente. Assegurar atendimento integral às crianças, jovens e adolescentes do Município. Despesas com pessoal, materiais de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, móveis, equipamentos e material permanente.							
TOTAL							8.850.000,00

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO		UNIDADE 12 –FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
O município possui menores carentes, muito dos quais excluídos. As ações desenvolvidas pela assistência social e participação efetiva do Conselho Tutelar, necessitam melhorias para o ideal cumprimento do estatuto da criança e adolescente. Possui também, famílias que sobrevivem na pobreza, com deficiências de moradias, as quais carecem de assistência para melhoria do padrão de vida. As associações e clubes beneficentes, necessitam de apoio do Poder Público.							
DIRETRIZES							
Oferecer atendimento e orientação às pessoas ou famílias carentes que se encontrem no quadro de exclusão social, através do apoio financeiro, psicológico, saúde e moradia, buscando ações para despertar suas potencialidades visando a melhoria da qualidade de vida.							
08.243.0006 - Assistência Social Geral	2.043 - Fundo da Infância e Adolescência	Custeio	%	100	X	X	50.000,00
OBJETIVOS: Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência com despesas voltadas as crianças e adolescentes em situação de risco. Oferecer oportunidade às crianças e adolescentes carentes para que descubram suas potencialidades através do ensino profissionalizante, Proteção e a defesa da criança e adolescente junto aos seus direitos constitucionais.							
TOTAL							50.000,00

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO	UNIDADE 10 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
CULTURA	
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 10 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
CULTURA

DIAGNOSTICOS

A existência da cultura no município permite formar uma identidade cultural, Portanto, construindo a cultura o homem concretiza seus valores e os valores estéticos do município. Criando um processo de identificação cultural moldada a partir de valores culturais do município, desenvolvendo e elevando a cultura Papanduvense.

DIRETRIZES

Desenvolver ações que visem a difusão cultural e a preservação dos conhecimentos através de pesquisa e consulta. Edificação de espaço físico para seu suporte.

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
13.392.0011 - Eventos Culturais	2.044 - Manutenção das Festividades de Aniversário do Município.	Custeio	%	100	X	X	270.000,00
OBJETIVOS: Manutenção da programação das festividades de aniversário do município despesas com serviços de terceiros, material de consumo, shows e eventos culturais.							
13.392.0011 - Eventos Culturais	2.045 - Manutenção Banda Municipal	Custeio	%	100	X	X	30.000,00
OBJETIVOS: Implantação e Manutenção da Banda Municipal município despesas com serviços de terceiros, material de consumo, aquisição de equipamentos.							
13.391.0011 - Eventos Culturais	1.029 - Construção de Museu	Obra	Unid.	1	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Construção de um museu, resgatar a história de nossa cidade.							
13.392.0011 - Eventos Culturais	1.030 - Construção da Casa da Cultura	Obra	Unid.	1	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Realizar obra para construção da Casa da Cultura. Resgatar a cultura dos munícipes com ações e eventos.							
TOTAL						700.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 10– SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
TURISMO E LAZER

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

DIAGNOSTICOS

O município possui uma cultura étnica diversificada, possui belezas naturais, cachoeiras e trilhas, com possibilidades de exploração turística.

DIRETRIZES

Estimular a exploração econômica do turismo oferecendo ao empresário o suporte técnico, serviços e material necessário para sua implantação. Gerar política que visem explorar a cultura étnica e belezas naturais.

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
23.695.0024 - Lazer Coletivo	2.046 - Implantação e Manutenção de Rota Turística	Custeio	%	100	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Implantação de uma rota turística. Divulgar as belezas naturais de nosso município. Despesas com pessoal material de consumo, serviços de terceiros, material permanente.							
TOTAL						100.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 10 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
ESPORTE

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

DIAGNOSTICOS

O município possui 01 ginásio de esportes, 01 estádio municipal, 02 canchas polivalentes em céu aberto, diversos campos de futebol para atender uma população de 18.000 habitantes, sendo sua maior carência uma pista de atletismo.

DIRETRIZES

Construção e ampliação de espaço poliesportivo, promoção de eventos esportivos, buscando o envolvimento da sociedade.

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
27.812.0021 - Desporto Amador	2.047 - Manu- tenção do Des- porto Amador	Custeio	%	100	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Melhorar e incentivar práticas esportivas, despesas com material de esporte, material de consumo, despesa com pessoal, moveis, equipamentos e material permanente							
27.812.0021 - Desporto Amador	2.048 - Aquisição de Veículos e ônibus	Equipamento	Unidade	2	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de um veículo e um ônibus para transporte de atletas em competições para representa o município.							
27.812.0021 - Desporto Amador	1.031 - Reforma e Ampliação do Ginásio Municipal	Obra	Unid.	1	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Reforma e ampliação do Ginásio municipal. Proporcionar melhor qualidade em esportes.							
27.812.0021 - Desporto Amador	1.032 - Cons- trução Ginásio Municipal	Obra	Unid.	1	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Construção de um ginásio de esporte no Bairro São Cristovão.							
27.812.0021 - Desporto Amador	1.033 - Constru- ção de Quadras Polivalentes	Quadra	Unid.	7	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Construção de quadras polivalentes na cidade e interior.							
27.812.0021 - Desporto Amador	1.034 - Constru- ção de Centro Poliesportivo de Atletismo	Obra	Unid.	1	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Construção de Centro Poliesportivo de Atletismo com pista de corrida. Apoio total em infra-estrutura para treinamentos de atletas.							
TOTAL							1.900.000,00

ANEXO II

ORGÃO 01 – PODER EXECUTIVO UNIDADE 10 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
SEGURANÇA

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

DIAGNOSTICOS

O município possui convênio com o Corpo de Bombeiros Voluntário e com a Polícia Militar e o sistema de municipalização do transito.

DIRETRIZES

Manter os atuais convênios, revigorar a sinalização horizontal e vertical na área urbana e rural.

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE/ AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR	
06.182.0005 - Serviço de Segurança Pública	2.049 - Manu- tenção Convê- nio Corpo de Bombeiros	Custeio	%	100	X	X	800.000,00	
OBJETIVOS: Atender os serviços de Bombeiros com qualidade e eficiência, despesas com pessoal, materiais de consumo, serviços de terceiros, aquisição de veículos máquinas e equipamentos..								
06.181.0005 - Serviço de Segurança Pública	2.050 - Manu- tenção Con- vênio Polícia Militar e Civil	Custeio	%	100	X	X	400.000,00	
OBJETIVOS: Promover manutenção do convênio SSP trânsito.								
06.181.0005 - Serviço de Segurança Pública	2.051 - Manu- tenção do Sis- tema Municipal de Trânsito.	Custeio	%	100	X	X	400.000,00	
OBJETIVOS: Promover melhorias no setor viário da cidade despesas com pessoal material de consumo: tintas, placas de trânsito, serviços de terceiros, moveis e equipamentos.								
TOTAL							1.600.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 99 – RESERVA DE CONTINGENCIA	UNIDADE 99 – RESERVA DE CONTINGENCIA
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes intempéries e outros riscos fiscais.	
DIRETRIZES	
A utilização dos recursos das Reservas de Contingência, somente se efetivará quando ocorrer fatos descritos no diagnostico.	

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR	
99.999.9999 - Reserva de Contingência	2.052 - Reserva de Contingência	Custeio	%	100	X		180.000,00	
OBJETIVOS: Amenizar situações de riscos e outras eventualidades ocorrida em fatos isolados. Materiais em geral a ser utilizados em caso de situações emergenciais.								
TOTAL							180.000,00	

ANEXO II

ORGÃO 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	UNIDADE 13 –FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PLANO PLURIANUAL 2014/2017	
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS	
DIAGNOSTICOS	
O Fundo Municipal de Saúde possui independência financeira com repasse da União, Estado e Transferência do Município, o quadro de servidores e alguns serviços são terceirizados com profissionais da área.	

ORGÃO 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE 13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETRIZES

Construção, ampliação e melhoria das Unidades de Saúde; aquisição e manutenção de equipamentos, mobiliário, instrumentais e veículos, contratação e capacitação de profissionais; implantação, implementação e manutenção de programas de atenção, promoção, recuperação, reabilitação e apoio à Saúde dentro dos princípios e diretrizes SUS; manutenção da estrutura física e funcional. Realizar ações voltadas à medicina preventiva, curativa, de promoção, proteção, recuperação, reabilitação e apoio, proporcionando melhores condições de saúde à população, objetivando contribuir para a construção de Município com excelência em Qualidade de Vida.

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PROPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
10.301.0014 - Sistema de Esgoto	3.001 - Construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares	Banheiro	Unid.	200	X	X	50.000,00
OBJETIVOS: Buscar recurso junto a FUNASA para construção de banheiros a famílias carentes.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.001 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Custeio	%	100	X	X	2.000.000,00
OBJETIVOS: Proporcionar melhor atendimento à população com serviços prestados, despesa com pessoal, demais serviços de terceiros físico e jurídico, materiais de consumo em geral, moveis e equipamentos.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.002 - Manutenção do Programa de Saúde da Família - SF	Custeio	%	100	X	X	3.000.000,00
OBJETIVOS: Assegurar atendimento integral as famílias, manutenção das despesas do programa saúde da família com despesas de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.003 - Manutenção da Atenção Básica	Custeio	%	100	X	X	15.450.000,00
OBJETIVOS: Manter e conservar os serviços oferecidos a população, bem como ampliá-los oferecendo melhorias contínuas nos serviços e atendimentos prestados, manutenção das despesas do programa de atenção básica com despesas de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.004 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	Custeio	%	100	X	X	1.600.000,00
OBJETIVOS: Manter e ampliar o quadro de agentes e aprimorar as ações do programa de saúde, manutenção das despesas do programa PACS com despesas de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.005 - Manutenção do Programa Saúde Bucal	Custeio	%	100	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Manutenção das despesas do programa saúde bucal com despesas de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente. Promover campanhas nas escolas voltadas a saúde bucal.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.006 - Manutenção do Programa Farmácia Básica	Custeio	%	100	X	X	1.500.000,00
OBJETIVOS: Manter a farmácia em pleno funcionamento atendendo a população em geral, despesas com pessoal, material de consumo, medicamentos, moveis equipamentos e material permanente.							
10.304.0009 - Saúde Básica	4.007 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	Custeio	%	100	X	X	1.000.000,00
OBJETIVOS: Manter o serviço de vigilância sanitária no município com qualidade, manutenção do programa vigilância sanitária com despesas de pessoal e encargos, diárias, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.305.0009 - Saúde Básica	4.008 - Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica	Custeio	%	100	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Manter e conservar os serviços oferecidos a população, manutenção das despesas com pessoal e encargos, diárias, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.009 - Manutenção do Convênio de Subvenção Com Hospital	Custeio	%	100	X	X	1.500.000,00

10.301.0009 - Saúde Básica	4.006 - Manutenção do Programa Farmácia Básica	Custeio	%	100	X	X	1.500.000,00
OBJETIVOS: Manter a farmácia em pleno funcionamento atendendo a população em geral, despesas com pessoal, material de consumo, medicamentos, moveis equipamentos e material permanente.							
OBJETIVOS: Despesas com a atenção Básica através de contrato com hospitais e subvenções sociais							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.010 - Aquisição de Veículos	Veiculo	Unid.	12	X	X	300.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de novos veículos para melhorar a segurança no transporte de pacientes para tratamento fora do domicilio (TFD), transporte de pacientes para hemodiálise, Veículos para programa Saúde da Família e Vigilância em Saúde.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.011 - Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unid.	5	X	X	200.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de imóveis para construção de novas Unidades de Saúde							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.012 - Manutenção do Consórcios Intermunicipais de Saúde.	Custeio	%	100	X	X	1.800.000,00
OBJETIVOS: Manter e conservar os serviços oferecidos à população, despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.013 - Manutenção do PMQ	Custeio	%	100	X	X	1.600.000,00
OBJETIVOS: Proporcionar melhor atendimento à população com serviços prestados, despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.014 - Manutenção da Educação Permanente em Saúde.	Custeio	%	100	X	X	400.000,00
OBJETIVOS: Capacitação dos profissionais da Saúde, despesas com cursos, diárias e transporte.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.015 - Manutenção do programa de Saúde Mental	Custeio	%	100	X	X	1.800.000,00
OBJETIVOS: Manutenção do Centro de Atendimento Psico-Social - CAPS com qualidade, despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.016 - Manutenção do PA – Pronto Atendimento	Custeio	%	100	X	X	1.500.000,00
OBJETIVOS: Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento, despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.302.0009 - Saúde Básica	4.017 - Manutenção das despesas com a atenção de MAC ambulatorial e hospitalar	Custeio	%	100	X	X	4.000.000,00
OBJETIVOS: Despesas com a atenção de MAC ambulatorial e hospitalar com despesas de pessoal e encargos, subvenções, diárias, material de consumo e distribuição gratuita, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamento e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.018 - Manutenção do NSF – Nucleo de Apoio Saúde da Família.	Custeio	%	100	X	X	500.000,00
OBJETIVOS: Assegurar atendimento integral as famílias, despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente.							
10.301.0009 - Saúde Básica	4.019 - Manutenção do Programa Assistência Social em Saúde	Custeio	%	100	X	X	400.000,00
OBJETIVOS: Auxiliar as famílias carentes do Município com problemas de saúde, despesas com material de consumo e material de distribuição gratuita.							
10.301.0009 - Saúde Básica	3.002 – Construção de Unidades de Saúde	Obra	%	2	X	X	150.000,00

OBJETIVOS: Construção de duas unidades de Saúde SF - centro

10.301.0009 - Saúde Básica	3.003 – Construção Unidades de Saúde Mista.	Obra	%	1	X	X	200.000,00
----------------------------	---	------	---	---	---	---	------------

OBJETIVOS: Construção de uma unidade mista central.

10.301.0009 - Saúde Básica	3.004 – Construção Unidade de Saúde COHAB.	Obra	%	1	X	X	150.000,00
----------------------------	--	------	---	---	---	---	------------

OBJETIVOS: Construção de uma unidade Saúde na COHAB.

10.301.0009 - Saúde Básica	3.005 – Construção Unidade de Saúde Guarani.	Obra	%	1	X	X	150.000,00
----------------------------	--	------	---	---	---	---	------------

OBJETIVOS: Construção de uma unidade Guarani..

10.301.0009 - Saúde Básica	3.006 – Construção e Implantação Unidade de Saúde São Tomaz.	Obra	%	1	X	X	150.000,00
----------------------------	--	------	---	---	---	---	------------

OBJETIVOS: Reforma Ampliação e Readequação Unidade Saúde São Tomaz.

TOTAL							40.000.000,00
-------	--	--	--	--	--	--	---------------

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

DIAGNOSTICOS

O Regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, administrado pelo IPREPAV, possui segurados vinculados ao instituto.

DIRETRIZES

Administrar dentro do equilíbrio financeiro/atuarial o regime próprio de previdência social, conforme disposto na legislação previdenciária. Constituir recursos financeiros capazes de garantir a previdência social dos servidores públicos municipais, na forma estabelecida em lei específica, obedecidas às normas constitucionais.

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVIDADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
09.272.0008 - Previdência aos Servidores Municipais	6.001 - Pagamento de aposentadorias e Pensões	Custeio	%	100	X	X	11.300.000,00

OBJETIVOS: Cumprir as obrigações do IPREPAV com os segurados, Pagamento dos benefícios aos segurados, tais como: aposentadoria, pensão.

09.122.0008 - Previdência aos Servidores Municipais	6.002 - Manutenção da administração do IPREPAV	Custeio	%	100	X	X	1.000.000,00
---	--	---------	---	-----	---	---	--------------

OBJETIVOS: Desenvolver as atividades com agilidade, despesa com manutenção e pessoal administrativo, móveis, equipamentos de informática e outros bens de uso operacional.

09.272.0008 - Previdência aos Servidores Municipais	6.003 - Benefícios sociais	Custeio	%	100	X	X	3.000.000,00
---	----------------------------	---------	---	-----	---	---	--------------

OBJETIVOS: Pagamento dos benefícios aos segurados, tais como: auxílio doença, auxílio maternidade, salário família.

09.122.0008 - Previdência aos Servidores Municipais	6.004 - Pagamento de Inativos e Pensionistas Prefeitura	Custeio	%	100	X	X	500.000,00
---	---	---------	---	-----	---	---	------------

OBJETIVOS: Pagamento dos benefícios aos segurados da Prefeitura.

99.999.9999 - Reserva de Contingência	6.005 - Reserva de Contingência	Custeio	%	100	X	X	200.000,00
---------------------------------------	---------------------------------	---------	---	-----	---	---	------------

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
09.272.0008 - Previdência aos Servidores Municipais	6.001 - Pa- gamento de aposentadorias e Pensões	Custeio	%	100	X	X	11.300.000,00
OBJETIVOS: Cumprir as obrigações do IPREPAV com os segurados, Pagamento dos benefícios aos segurados, tais como: aposentadoria, pensão.							
OBJETIVOS: Dar atendimento a situações de emergências devidamente comprovadas.							
TOTAL							16.000.000,00

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE)							
PLANO PLURIANUAL 2014/2017							
DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA, DIAGNOSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS							
DIAGNOSTICOS							
O SAMAE possui aproximadamente 3.300 ligações de água, atendendo em torno de 95 % da população Urbana, fazendo novas ampliações de acordo com o surgimento de ruas, loteamentos e outras formas de ampliação. Apresenta o sistema de saneamento precário, sendo que poucas residências possuem o filtro anaeróbio individual, e outras estão ligadas à rede coletora dos filtros anaeróbios							
DIRETRIZES							
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente; ampliação, reforma e reaparelhamento do sistema de água; implantação de rede coletora, ramais, emissários, aquisição de terrenos para construção das estações de recalque e de tratamento do esgoto sanitário. Fornecer água tratada a população proporcionando desta forma mais saúde e melhoria na qualidade de vida; atender com coleta e tratamento de esgoto sanitário, toda a população do perímetro urbano do Município.							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
17.122.0014 - Saneamento	8.001 - Manuten- ção dos Serviços Administrativos	Custeio	%	100	X		1.500.000,00
OBJETIVOS: Manutenção dos Serviços Administrativos, despesas com pessoal, material de consumo, outros serviços de terceiros físico e jurídico, moveis, equipamentos e material permanente.							
17.122.0014 - Saneamento	8.002 - Ma- nutenção do Sistema de Abastecimento de água	Custeio	%	100	X	X	2.500.000,00
OBJETIVOS: Operacionalização Manutenção dos Serviços de Captação, Distribuição de Água e Tratamento, despesas com pessoal, materiais hidráulico/elétrico em geral, materiais de consumo serviços de terceiros, equipamentos e material permanente.							
17.122.0014 - Saneamento	7.001 - Recupe- ração e Amplia- ção do Sistema de Água	Obra	Unid.	1	X	X	500.000,00
OBJETIVOS: Construção e reforma e ampliação da estação de tratamento de Água.							
17.122.0014 - Saneamento	8.003 - Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bens	Unid.	3	X	X	100.000,00
OBJETIVOS: Aquisição de dois veículos novos para administração do SAMAE e para Manutenção do sistema de abastecimento de água.							
17.122.0014 - Saneamento	7.002 - Im- plantação da Rede e Estação Tratamento de Esgoto	Obra	Unid.	1	X	X	680.000,00
OBJETIVOS: Melhorar a qualidade de vida, estruturar a rede de esgoto sanitário. Construção de Unidades de Captação, Tratamento de Esgoto Sanitário							
99.999.9999 - Reserva de contingência	8.004 - Reserva de Contingência	Custeio	%	100	X	X	20.000,00
OBJETIVOS: Amenizar situações de riscos, caso necessário, materiais em geral para situações emergenciais.							

FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA	PROJETO/ATIVI- DADE/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE ME- DIDA	META	RECURSOS PRO- PRIOS	RECURSOS CONVÊNIOS	VALOR
17.122.0014 - Saneamento	8.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos	Custeio	%	100	X		1.500.000,00
OBJETIVOS: Manutenção dos Serviços Administrativos, despesas com pessoal, equipamentos e material permanente.					material de consumo, outros serviços de terceiros físico e jurídico, moveis,		
TOTAL							5.300.000,00

Lei Nº 1980, de 12.07.2013, Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município Para o Quadriênio 2014/2017 e Dá Outras Providências.

LEI Nº 1980, DE 12 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Macapá, para o quadriênio 2014 a 2017, em cumprimento ao disposto no art. 92, da Lei Orgânica do Município, na forma do anexo desta LEI.

Parágrafo único. São Partes integrantes do Plano, objeto desta lei: Anexo I - Demonstrativo da Receita e despesas dos últimos três exercícios;

Anexo II - Demonstrativo de programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas.

Art. 2º. O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Papanduva, para o quadriênio 2014 a 2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada, as quais se encontram devidamente especificadas no Anexo II desta Lei, o qual faz parte integrante e inseparável da mesma.

Art. 3º. As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representada e integrantes do Anexo II desta Lei, serão estruturadas em Unidades Orçamentárias, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Códigos, Programas, Ações, Unidades de Medidas, Metas e Fonte de Recursos para as realizações das Ações.

Art.4º. Para os Fins desta Lei Considera-se:

I - Unidades Orçamentárias, obedece a estrutura administrativa do município com definição das tarefas que lhe compete a executar;

II - Diagnósticos, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, Conjunto de Critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, Os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Código, Expressão numérica com três algarismos que da estruturas aos programas;

VI - Programas, O instrumento de Organização das ações governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

VII - Ações Programadas, O Conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Unidades de Medida, Identifica a expressão utilizada com parâmetro para quantificar as metas.

IX - Metas, Os objetivos quantitativos em termo de produtos e resultados a alcançar;

X - Fontes de Recursos, Indica o suporte Financeiro para execução das ações programadas.

Art. 5º. Os valores constantes do Anexo I desta Lei estão orçados a preço corrente com projeção de acréscimo de 10% ao ano, sendo projetado uma inflação de 6% e um crescimento econômico de 4% para cada ano, bem como o histórico das arrecadações verificadas em 2010 a 2012 e a orçada para o presente exercício.

Art.6º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicara os programas prioritários a serem incluídos no Orçamento Programa, com as respectivas fontes de recurso.

Art. 7º. As novas programações somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 8º. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compartilhar a despesa orçada com a receita estimada, em cada exercício financeiro, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 9º. As Prioridades da Administração Pública Municipal, em cada exercício financeiro, serão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas do anexo único desta LEI.

Art. 10º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas disposições em contrário.

Município de Papanduva, 12 de julho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Lei Nº 1981, de 12.07.2013 - Que Estabelece As Diretrizes Orçamentárias do Município, As Metas e Objetivos da Administração, Seus Recursos Financeiros

Lei nº 1981, de 15 de julho de 12 de julho de 2013.

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Ele, sanciona a seguinte

**L E I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O orçamento do Município de Papanduva /SC, para o exercício financeiro de 2014 será elaborado de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta lei, conforme a Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64, na Lei Complementar 101 de 04/05/00 e Lei Orgânica Municipal artº 93, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração pública do Município de Papanduva extraída/contemplada no Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre a dívida pública Municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, instruído com as memória e metodologias de cálculo, e que conterá ainda:

- I - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2012;
- II - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- III - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
- IV - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- V - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- VI - Demonstrativo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII- Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- VIII - Demonstrativo IX - Demonstrativo dos Riscos Fiscais.
- IX - Demonstrativo X - Das Prioridades e Metas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º. As prioridades e metas fiscais da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas e demonstradas nos DEMONSTRATIVO X, de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no DEMONSTRATIVO X, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de formas a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por objeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária em conformidade com a portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, ambos da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos ou atividades e a Receita por rubrica na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por categoria dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto

no Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
X - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada por modalidade dos últimos três exercícios, da fixada para o exercício corrente e da projeção para o exercício seguinte;

Art. 6º. O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos; poderá o executivo enviar o orçamento por centro de custo.

Art. 7º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Papanduva e dos Fundos Especiais abaixo descritos:

- I - Fundo Municipal de Saúde;
- II - Fundo Municipal de Assistência Social;
- III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Fundo Rotativo Habitacional;

Art. 8º. A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 9º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto de lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - adendos conforme § 3º do Art. 3º desta lei.

IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES;

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº. 25).

Art. 12. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização da economia editados pelo Governo Federal, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º. As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 15. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no Art. anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV - redução dos investimentos programados.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 18. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto do público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 19. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

Art. 20. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário financeiro num exercício financeiro não pode exceder ao percentual de 0,18% da Receita Corrente Líquida apurada até mês imediatamente anterior.

Art. 21. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta LEI.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, contingenciamento de despesas do excesso de arrecadação do exercício, de 2014 e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 22. O orçamento para o exercício de 2014, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2,2% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Demonstrativo IX desta lei.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipais não orçados ou orçados a menor.

Art. 23. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 24. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;

III - o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;

IV - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 25. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. Salvo por força de cláusulas de convênio.

§ 1º. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 26. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2014, são constantes do demonstrativo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 27. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 29. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 30. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 31. Na execução da Lei Orçamentária para 2014, o Executivo Municipal está autorizado nos termos do art. 7 da Lei Federal

nº 4320/64, a abrir crédito adicionais suplementares até o limite previsto na proposta Orçamentária da Receita Prevista, para cada orçamento de das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos desde que não comprometidas. Conforme do Art. 43º, § 1º da Lei 4.320/64:

I - O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observada a fontes de recursos e suas vinculações; e
II - Os provenientes de excesso de arrecadação ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e a fonte de recursos e suas vinculações.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Demonstrativo das Metas e Prioridades das Despesas por Programa;

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2014, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento ou despesas correntes quando contrato prever a aplicação dos recursos para estas finalidades.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O montante da dívida pública contratada para o exercício de 2014 não excederá o limite de 16% da Receita Corrente Líquida.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DE PESSOAL;

Art. 37. O Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual o limite 54% e 6% da Receita Corrente Líquida respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal artigos 19 e 20

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores públicos serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal.", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Art., entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos o valor for inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) não será encaminhada para cobrança judicial, serão canceladas, mediante autorização Legislativa, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 46. A concessão de subsídios, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas por lei específica, nos termos do § 6º do Art. 150 da Constituição Federal, observadas ainda, as exigências do Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000

VIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) Recursos vinculados;
- b) Recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) Contrapartida obrigatória de Convênios firmados com o Estado e a União.

II - Anulem despesas relativas à:

- a) Dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) Serviço da dívida;
- c) Transferências tributárias constitucionais para os municípios;
- d) Limite mínimo de Reserva de Contingência.

III - incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

Parágrafo único. As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta lei e do Plano Plurianual.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 49. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º. Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste Art., o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 50. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, cronograma anual de desembolso mensal observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste Artigo.

Art. 52. O Poder Executivo poderá desde que autorizado, firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 53. Fica, também, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação e outros ajustes com Entidades do Governo Federal, do Governo Estadual e outros Municípios, de qualquer dos Poderes, bem como Entidades Filantrópicas, mediante seus respectivos representantes legais, para a realização de obras, serviços e cessão de servidores municipais para terem exercício nesses órgãos, sempre que presente o interesse público, com remuneração do órgão ou da origem, conforme ajustado.

Parágrafo único. As disposições deste artigo, aplicam-se à cessão de servidores municipais para o Poder Judiciário, Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntários, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião.

Art. 54. O montante da despesa não deverá ser superior à receita.

Art. 55. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de

sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 em seus art. 22.

Art. 56. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 57. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Papanduva enviará à Câmara Municipal, até 31 de Outubro de 2.013 a proposta orçamentária para o exercício de 2014.

§ 1º. Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 12 de julho de 2013.
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Lei Nº 1982, de 12.07.2013 - Que Institui Atendimento Reservado Para Clientes dos Estabelecimentos Financeiros Situados No Município de Papanduva, e D

LEI Nº 1982, DE 12 DE JULHO DE 2013.

Institui atendimento reservado para clientes dos estabelecimentos financeiros situados no Município de Papanduva, e dá outras providências.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Os estabelecimentos financeiros, situados no Município de Papanduva, ficam obrigados a proporcionar atendimento reservado a seus clientes, nos caixas em que há movimentação de dinheiro.

§1º O local entre os caixas e o espaço reservado aos clientes e

usuários deve ser visualmente isolado com divisórias confeccionadas com material opaco ou estrutura similar, proporcionado privacidade nas operações financeiras.

§2º Não se enquadram nas exigências do caput deste artigo os caixas eletrônicos ou onde houver autoatendimento por parte dos clientes.

Art. 2º. Os estabelecimentos financeiros, referidos no artigo 1º, terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta Lei, para as devidas adaptações.

Art. 3º. O descumprimento do disposto no artigo 2º acarretará sanções aplicadas pelo Município de Papanduva, da seguinte forma:

I - advertência: quando da primeira infração;

II - multa no valor de 100 (cem) UFMs (Unidade Fiscal Municipal) no caso de reincidência;

III - a partir da terceira infração, multa diária de 100 (cem) UFMs (Unidade Fiscal Municipal), até o integral cumprimento da Lei e a suspensão das atividades ou o fechamento definitivo do estabelecimento.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 12 de julho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Aviso de Licitação - Dispensa de Licitação Nº 110/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 110/2013. Objeto Contratação de serviços médicos de clínico geral e psiquiatra, para a manutenção dos serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva. Contratados: MARCELO CAETANO GARCIA LUFIEGO e MAZZARO SAÚDE S/S LTDA. Justificativa Trata-se da contratação de serviços médicos de clínico geral e de psiquiatra, destinada à manutenção dos Serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde, sendo estes profissionais indispensáveis para o programa ESF e CAPS, como também para acesso dos munícipes a unidade de saúde básica e a falta destes serviços colocará em risco a saúde e a vida dos cidadãos. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, combinado com o Artigo 26, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá duração entre 15 de julho de 2013 até 15 de setembro de 2013 ou até a realização de processo seletivo ou licitatório, o que acontecer primeiro Valor total: R\$ 24.600,00, (vinte e quatro mil e seiscentos reais).

Papanduva, 15 de julho de 2013

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 01913 de 16 de Julho de 2013**

Portaria Nº 019/13 de 16 de julho de 2013

“CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 120, A SENHORA ROSINHA SAVITSKI REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2013 À 21 DE MAIO DE 2013.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 120, a senhora Rosinha Savitski, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, no período de 17 de julho de 2013 à 05 de agosto de 2013, referente período aquisitivo de 22 de maio de 2012 à 21 de maio de 2013, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário no mês de julho de 2013, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 16 de julho de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Portaria Nº 020/13 de 16 de Julho de 2013

Portaria Nº 020/13 de 16 de julho de 2013

“CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 134, A SENHORA NOELI CRISTINA DA SILVA REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 17 DE SETEMBRO DE 2011 À 16 DE SETEMBRO DE 2012.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º. - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 134, a senhora Noeli Cristina da Silva, portadora do CPF nº. 842.758.809-78, no período de 17 de julho de 2013 à 05 de agosto de 2013, referente período aquisitivo de 17 de setembro de 2011 à 16 de setembro de 2012, bem como autorizado a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário no mês de julho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 16 de julho de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Portaria Nº 201, de 17 de Junho de 2013**

PORTARIA Nº 201, DE 17 DE JUNHO DE 2013

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de venda de bem móvel inservível,

RESOLVE:

Art. 1.º Determina à Secretaria de Administração que instaure processo administrativo a fim de efetuar avaliação dos bens móveis inservíveis:

I - Um trator agrícola de pneu, marca Ford, 4x4, ano 1997;

II - Um trator misto, marca Ford, ano fabricação e modelo 1983, diesel.

Art. 2.º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem a comissão de avaliação:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Renda;

II - Fernando Rabuske, Operador de Trator agrícola;

III - Edson Rabuske, Secretário de Agricultura.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 05 (cinco) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de junho de 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 213, de 03 de Julho de 2013

PORTARIA Nº 213, DE 03 DE JULHO DE 2013

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 025/2013 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 025/2013, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado à empresa POSTO VÊNETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.358.169/0002-61, pelos seguintes itens e respectivos preços unitários:

- I - combustível gasolina comum, pelo preço de R\$ 3,00 (três reais) por litro;
- II - combustível óleo diesel, pelo preço de R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos) por litro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 03 DE JULHO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Portaria Nº 214, de 04 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº 214, DE 04 DE JULHO DE 2013.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 024/2013, E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão pregoeira, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 024/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas e respectivos lotes:

I - FRANCIS BREZOLIN BOGONI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.950.027/0001-07, pelos seguintes lotes: lote 01 (R\$ 851,00), lote 05 (R\$ 3664,00), lote 06 (R\$ 1.932,00), lote 07 (R\$ 2.734,00), lote 10 (R\$ 146,00), lote 11 (R\$ 1.425,00), lote 12 (R\$ 40,50), lote 13 (R\$ 135,00), lote 14 (R\$ 200,00), lote 15 (R\$ 340,00), lote 16 (R\$ 136,80), lote 17 (R\$ 230,00), lote 21 (R\$ 2.678,00), lote 24 (R\$ 140,00), lote 25 (R\$ 657,10), lote 26 (R\$ 230,00), lote 30 (R\$ 71,92), lote 31 (R\$ 74,85), lote 32 (R\$ 250,00), lote 35 (R\$ 481,00), lote 37 (R\$ 1.881,00), lote 38 (R\$ 910,00) totalizando R\$ 19.208,17 (dezenove mil e duzentos e oito reais e dezessete centavos).

II - MERCADO RZ LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 85.373.157/0001-15, pelos seguintes lotes: n.ºs 02 (R\$ 768,00), lote 03 (R\$ 1.500,00), lote 04 (R\$ 7.600,00), lote 09 (R\$ 1.205,00), lote 18 (R\$ 43,70), lote 19 (R\$ 850,00), lote 20 (R\$ 5.979,50), lote 27 (R\$ 180,00), lote 28 (R\$ 1.537,00), lote 29 (R\$ 545,00), lote 34 (R\$ 315,00), lote 36 (R\$ 1.360,00), totalizando R\$ 21.883,20 (dezenove mil e novecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos)

III - MERCEARIA TIA LORENA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 85.220.564/0001-92, pelos seguintes lotes: lote 08 (R\$ 750,00), lote 22 (R\$ 2.400,00), lote 23 (R\$ 1.710,00), lote 33 (R\$ 3.750,00) totalizando R\$ 8.610,00 (oito mil e seiscentos e dez reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 04 DE JULHO 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 220, de 09 de Julho de 2013

PORTARIA Nº 220, DE 09 DE JULHO DE 2013

HOMOLOGA A ADJUDICAÇÃO REFERENTE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitações, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a chamada pública nº 002/2013, e adjudica o objeto licitado referente aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, aos seguintes proponentes e respectivos produtos e preços unitários:

a) COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA – COOPER-TRINTA, inscrita no CNPJ sob nº 07.591.970/0001-58, pelos seguintes produtos e respectivos preços totais:

Açúcar mascavo (kg)	R\$ 165,00
Feijão preto(kg)	R\$ 155,00
nectarina (kg)	R\$ 300,00
Bolacha caseira de açúcar mascavo(kg)	R\$ 378,00
Bolo caseiro de cenoura(kg)	R\$ 244,80
Bolo caseiro de fubá(kg)	R\$ 244,80
Bolo caseiro de laranja(kg)	R\$ 244,80
Bolo caseiro de chocolate(kg)	R\$ 340,00
Bolo caseiro cuca com farofa(kg)	R\$ 340,00
Carne do tipo linguíinha toscana(kg)	R\$ 118,00
Carne lombo fatiado(kg)	R\$ 310,00
Carne suína moída(kg)	R\$ 310,00
Doce caseiro de frutas sabor de abóbora(kg)	R\$ 76,50
Doce caseiro de frutas sabor de figo(kg)	R\$ 94,50
Doce caseiro de frutas sabor de pêra(kg)	R\$ 76,50
Doce caseiro de frutas sabor de uva(kg)	R\$ 76,50
Filé de tilápia(kg)	R\$ 506,00
Lasanha caseira(kg)	R\$ 175,00
Leite Integral UTH Longa Vida(lts)	R\$ 1.192,00
Linguíinha com legumes(kg)	R\$ 256,50
Milho para pipoca(kg)	R\$ 30,50
Mini pizza(kg)	R\$ 525,00
Suco integral (natural) de abacaxi (lts)	R\$ 151,50
Suco integral (natural) de laranja(lts)	R\$ 151,50
Suco integral (natural) de maracujá(lts)	R\$ 187,50
Suco integral (natural) de tomate(lts)	R\$ 101,00
Suco integral (natural) de uva(lts)	R\$ 130,50

b) ALÍRIO ARNELDON HACK, inscrito no CPF sob nº 296.635.479-87, referente aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, pelos seguintes produtos e respectivos preços totais:

Alface (diversos tipos) (und)	R\$ 130,00
Almeirão (und)	R\$ 45,00
Brócolis(kg)	R\$ 200,00
Chá mistos(maços)	R\$ 30,00
Chicória(maços)	R\$ 75,00
Couve flor(kg)	R\$ 180,00
Feijão carioca(kg)	R\$ 125,00
Feijão vermelho(kg)	R\$ 78,00
Limão (galego e colonial) (kg)	R\$ 12,50
Pokã(kg)	R\$ 225,00
Mandioca(kg)	R\$ 75,00
Mel natural de abelha(kg)	R\$ 36,00
Repolho(kg)	R\$ 80,00

Rúcula (maços)	R\$ 75,00
Tempero verde (diversos tipos) (maços)	R\$ 60,00

c) CLAUDETE ANDRETTA PERAZZOLI, inscrita no CPF sob nº 016.042.739-84, referente aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, pelos seguintes produtos e respectivos preços totais:

Batata inglesa (kg)	R\$ 288,00
Batata salsa (kg)	R\$ 214,00
Cebola (kg)	R\$ 245,00
Laranja (kg)	R\$ 190,00
Melancia (kg)	R\$ 362,50
Pêssego (kg)	R\$ 225,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
09 DE JULHO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 215 de 04 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº. 215 DE 04 DE JULHO DE 2013.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR JAIR BOESING OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe o art. 166 da lei complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JAIR BOESING ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, gozo de 464 (Quatrocentos e sessenta e quatro) dias consecutivos de Licença Sem Remuneração para tratar de Interesses Particulares, com início em 02 de julho de 2013 e término em 08 de outubro de 2013.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 04 de julho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento de Material Nº 208/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 208/2013
Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MATERIAL" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa PROGETTO PUBLICIDADE LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 122/2013, Licitação n.004/2013, modalidade CONVITE

O presente contrato tem por objeto:

I - Impressão de 02 adesivos de outdoor para serem colocados nas entradas da cidade de Pinheiro Preto:
Preço unitário R\$ 5.500,00
Preço total R\$ 11.000,00

II - Impressão de adesivos para placas turísticas do Município em estrutura de ferro 20x20 e chapa galvanizada com aplicação de

produto anticorrosivo, com suporte de metal e poste em aço carbono 3 polegadas, pintado. (Garantia 02 anos)

- 01 und de 3,00m x 1,80m

R\$ 3.048,00

- 08 und de 1,00m x 0,50m

R\$ 702,00

R\$ 5.616,00

- 01 und de 1,00m x 1,00m

R\$ 936,00

Valor total (b.1 b.2 b.3) R\$ 9.600,00

III - Folders de divulgação do município, formato aberto 45x30, 3 vincos, 4x4 cores, no papel couché 170gr com verniz UV total. (5.000 und)

Valor unitário R\$ 2,98

Valor total R\$ 14.900,00

Preço global de R\$ 35.500,00,

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) Início: assinatura do contrato

b) término: 31/12/2013

Pinheiro Preto - SC, 07 de junho de 2013.

Contrato de Fornecimento de Prestação de Serviços N.º: 230/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 230/2013.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 002/2013 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da secretaria da Administração.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, função de operador de trator agrícola, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.002/2013, e na Lei Complementar Municipal n. 795/97 e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

Preço mensal de R\$ 1.274,43 (mil e duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

O contrato vigorará da data de sua assinatura até a realização do concurso público e ou retorno do titular, não podendo ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

Pinheiro Preto - SC, 01 de julho de 2013.

Contrato de Fornecimento de Prestação de Serviços N.º: 231/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 231/2013.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 003/2013 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da secretaria da Administração.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, função de servente, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações

constantes do Edital de Seleção n.003/2013, e na Lei Complementar Municipal n. 795/97 e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

Preço mensal de R\$ R\$ 989,55 (novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

O contrato vigorará da data de sua assinatura até a realização do concurso público e ou retorno do titular, não podendo ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

Pinheiro Preto - SC, 01 de julho de 2013

Contrato de Fornecimento N. 189/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 189/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO de medicamentos para as pessoas carentes, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado De Santa Catarina, e a empresa FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA, autorizado através do Processo nº 166/2013, Dispensa de Licitação nº. 131/2013.

Valor de R\$ 2.442,07 (dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e sete centavos).

Pinheiro Preto, 31 de Maio de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 209/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 209/2013.

Termo de Contrato de CONserto NOS EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA, autorizado através do Processo nº 181/2013, Dispensa de Licitação nº. 146/2013.

Valor de R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais).

Pinheiro Preto - SC, 10 de Junho de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 210/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 210/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE 03 (três) QUADROS BRANCOS EM FÓRMICA PARA SALA DE AULA DO CENTRO EDUCACIONAL PE. TRUDO PLESSERS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa NELTO CARLOS BAGATINI & CIA LTDA, autorizado através do Processo nº 182/2013, Dispensa de Licitação nº. 147/2013.

Valor de R\$ 1.998,00 (um mil novecentos e noventa e oito reais).

Pinheiro Preto - SC, 10 de Junho de 2013.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Anexos LRF RREO 3Bim 2013

+ [CPL] -----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
Categoria Econômica / Fontes		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.476.116,00	12.476.116,00	2.120.712,32	17,000	6.081.191,33	48,740	6.394.924,67
RECEITAS CORRENTES	12.465.100,00	12.465.100,00	1.962.470,40	15,740	5.635.142,34	45,210	6.829.957,66
RECEITA TRIBUTÁRIA	456.600,00	456.600,00	94.739,85	20,750	322.530,09	70,640	134.069,91
IMPOSTOS	302.000,00	302.000,00	74.221,35	24,580	237.685,37	78,700	64.314,63
TAXAS	91.600,00	91.600,00	20.518,50	22,400	84.844,72	92,630	6.755,28
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM	63.000,00	63.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	63.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	411.700,00	411.700,00	63.388,80	15,400	160.190,97	38,910	251.509,03
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	360.000,00	360.000,00	55.922,08	15,530	136.436,80	37,900	223.563,20
CONTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	51.700,00	51.700,00	7.466,72	14,440	23.754,17	45,950	27.945,83
RECEITA PATRIMONIAL	826.650,00	826.650,00	39.212,15	4,740	98.819,53	11,950	727.830,47
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,000	376,60	7,530	4.623,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	761.650,00	761.650,00	32.780,79	4,300	80.159,79	10,520	681.490,21
Outras Receitas Patrimoniais	60.000,00	60.000,00	6.431,36	10,720	18.283,14	30,470	41.716,86
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	60.000,00	60.000,00	6.431,36	10,720	18.283,14	30,470	41.716,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	156,00	15,600	366,00	36,600	634,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	156,00	15,600	366,00	36,600	634,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	5.817,00	23,270	13.492,00	53,970	11.508,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.611.000,00	10.611.000,00	1.744.428,98	16,440	4.963.391,85	46,780	5.647.608,15
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.547.000,00	10.547.000,00	1.721.174,67	16,320	4.917.500,23	46,620	5.629.499,77
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	64.000,00	64.000,00	23.254,31	36,330	45.891,62	71,710	18.108,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	133.150,00	133.150,00	14.727,62	11,060	76.351,90	57,340	56.798,10
MULTAS E JUROS DE MORA	40.600,00	40.600,00	2.432,94	5,990	8.545,13	21,050	32.054,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	4.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	4.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.500,00	13.500,00	447,94	3,320	2.919,55	21,630	10.580,45
RECEITAS DIVERSAS	75.050,00	75.050,00	11.846,74	15,790	64.887,22	86,460	10.162,78
RECEITAS DE CAPITAL	11.016,00	11.016,00	158.241,92	1436,470	446.048,99	4049,100	-435.032,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	124.319,18	0,000	124.319,18	0,000	-124.319,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	124.319,18	0,000	124.319,18	0,000	-124.319,18
ALIENAÇÃO DE BENS	11.000,00	11.000,00	30.466,74	276,970	115.701,54	1051,830	-104.701,54
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,000	5.001,00	0,000	-5.001,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,000	7.001,00	63,650	3.999,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	30.466,74	0,000	103.699,54	0,000	-103.699,54
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	3.456,00	21600,00	206.028,27	1287676,00	-206.012,27
TRANSF DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	3.456,00	0,000	3.456,00	0,000	-3.456,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	0,00	0,000	202.572,27	1266076,00	-202.556,27
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	742.205,00	742.205,00	77.584,43	10,450	184.533,43	24,860	557.671,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	13.218.321,00	13.218.321,00	2.198.296,75	100,000	6.265.724,76	100,000	6.952.596,24
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	13.218.321,00	13.218.321,00	2.198.296,75	100,000	6.265.724,76	100,000	6.952.596,24
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	13.218.321,00	13.218.321,00	2.198.296,75		6.265.724,76		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	D O T A Ç Ã O		Atualizada	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM		Saldo a
	Inicial	Cred.Adicion.		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	RESTOS A PAGAR	%	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	(d)	(e)	(f)=(d+e)					NÃO	PROCESSADOS	Liquidar
								(h)	((g+h)/f)	(f-(g+h))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	12.474.116,00	1.197.154,35	13.671.270,35	1.941.560,73	6.955.279,74	2.175.226,17	5.637.406,91	0,00	41,24	8.033.863,44
DESPESAS CORRENTES	10.554.940,00	188.332,80	10.743.272,80	1.625.140,16	6.061.264,32	1.891.631,43	4.965.901,66	0,00	46,22	5.777.371,14
Pessoal e Encargos Sociais	4.933.915,00	-24.098,70	4.909.816,30	934.525,39	2.398.252,94	938.277,61	2.384.141,16	0,00	48,56	2.525.675,14
Juros/Encargos da Dívida	145.000,00	0,00	145.000,00	9.555,84	28.925,90	9.555,84	28.925,90	0,00	19,95	116.074,10
Outras despesas Correntes	5.476.025,00	212.431,50	5.688.456,50	681.058,93	3.634.085,48	943.797,98	2.552.834,60	0,00	44,88	3.135.621,90
DESPESAS DE CAPITAL	958.176,00	1.008.821,55	1.966.997,55	316.420,57	894.015,42	283.594,74	671.505,25	0,00	34,14	1.295.492,30
Investimentos	571.176,00	1.156.821,55	1.727.997,55	298.280,17	850.561,05	265.454,34	628.050,88	0,00	36,35	1.099.946,67
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Amortização da Dívida	385.000,00	-148.000,00	237.000,00	18.140,40	43.454,37	18.140,40	43.454,37	0,00	18,34	193.545,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	161.000,00	0,00	161.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	744.205,00	39.000,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	0,00	35,87	502.260,67
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	13.218.321,00	1.236.154,35	14.454.475,35	2.061.492,29	7.236.224,07	2.295.157,73	5.918.351,24	0,00	40,94	8.536.124,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	13.218.321,00	1.236.154,35	14.454.475,35	2.061.492,29	7.236.224,07	2.295.157,73	5.918.351,24	0,00	40,94	8.536.124,11
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	347.373,52	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	13.218.321,00	1.236.154,35	14.454.475,35	2.061.492,29	7.236.224,07	2.295.157,73	6.265.724,76	0,00	40,94	8.536.124,11

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS		até o Bimestre	%	SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%			
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	120.000,00	120.000,00	18.582,58	15,490	44.123,08	36,770	75.876,92
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	622.205,00	622.205,00	59.001,85	9,480	140.410,35	22,570	481.794,65
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	622.205,00	622.205,00	59.001,85	9,480	140.410,35	22,570	481.794,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	18.582,58	15,490	44.123,08	36,770	75.876,92
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	742.205,00	742.205,00	77.584,43	10,450	184.533,43	24,860	557.671,57
TOTAL	742.205,00	742.205,00	77.584,43		184.533,43		557.671,57

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O		Atualizada	E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM		Saldo a
	Inicial	Cred.Adicion.		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	RESTOS A PAGAR	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)					NÃO	PROCESSADOS	Liquidar
								(h)	((g+h)/f)	(f-(g+h))
DESPESAS CORRENTES	744.205,00	39.000,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	0,00	35,87	502.260,67
Pessoal e Encargos Sociais	744.205,00	39.000,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	0,00	35,87	502.260,67
TOTAL	744.205,00	39.000,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	0,00	35,87	502.260,67

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELIContadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVOResponsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.474.116,00	13.671.270,35	1.941.560,73	6.955.279,74	2.175.226,17	5.637.406,91	100,00	41,24	8.033.863,44
01	LEGISLATIVA	508.000,00	508.000,00	60.316,79	199.751,29	60.316,79	199.751,29	3,54	39,32	308.248,71
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	508.000,00	508.000,00	60.316,79	199.751,29	60.316,79	199.751,29	3,54	39,32	308.248,71
	Subtotal	508.000,00	508.000,00	60.316,79	199.751,29	60.316,79	199.751,29	3,54	39,32	308.248,71
04	ADMINISTRAÇÃO	1.912.600,00	2.029.800,00	252.425,14	1.115.654,00	318.402,23	901.874,31	16,00	44,43	1.127.925,69
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.912.600,00	2.029.800,00	252.425,14	1.115.654,00	318.402,23	901.874,31	16,00	44,43	1.127.925,69
	Subtotal	2.420.600,00	2.537.800,00	312.741,93	1.315.405,29	378.719,02	1.101.625,60	19,54	43,41	1.436.174,40
06	SEGURANÇA PÚBLICA	42.700,00	49.288,71	782,72	2.295,69	782,72	2.295,69	0,04	4,66	46.993,02
06.181	POLICIAMENTO	42.700,00	49.288,71	782,72	2.295,69	782,72	2.295,69	0,04	4,66	46.993,02
	Subtotal	2.463.300,00	2.587.088,71	313.524,65	1.317.700,98	379.501,74	1.103.921,29	19,58	42,67	1.483.167,42
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	399.202,00	531.797,84	57.024,18	178.332,58	53.550,74	172.321,06	3,06	32,40	359.476,78
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	63.000,00	63.000,00	14.532,19	35.386,94	15.649,19	35.386,94	0,63	56,17	27.613,06
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	336.202,00	468.797,84	42.491,99	142.945,64	37.901,55	136.934,12	2,43	29,21	331.863,72
	Subtotal	2.862.502,00	3.118.886,55	370.548,83	1.496.033,56	433.052,48	1.276.242,35	22,64	40,92	1.842.644,20
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	582.205,00	582.205,00	89.696,78	227.298,03	89.696,78	227.298,03	4,03	39,04	354.906,97
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	582.205,00	582.205,00	89.696,78	227.298,03	89.696,78	227.298,03	4,03	39,04	354.906,97
	Subtotal	3.444.707,00	3.701.091,55	460.245,61	1.723.331,59	522.749,26	1.503.540,38	26,67	40,62	2.197.551,17
10	SAÚDE	2.446.312,00	2.497.429,54	298.949,30	1.638.114,16	453.078,44	1.197.241,23	21,24	47,94	1.300.188,31
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.327.712,00	2.372.829,54	289.768,27	1.580.649,87	427.212,82	1.153.216,42	20,46	48,60	1.219.613,12
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.500,00	16.500,00	4.204,58	4.284,58	4.204,58	4.284,58	0,08	25,97	12.215,42
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.600,00	16.600,00	295,90	5.875,90	295,90	5.875,90	0,10	35,40	10.724,10
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	86.000,00	86.000,00	4.680,55	47.303,81	21.365,14	33.864,33	0,60	39,38	52.135,67
10.605	ABASTECIMENTO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
	Subtotal	5.891.019,00	6.198.521,09	759.194,91	3.361.445,75	975.827,70	2.700.781,61	47,91	43,57	3.497.739,48
12	EDUCAÇÃO	2.082.145,00	2.218.965,29	282.736,51	984.046,83	328.146,94	910.385,63	16,15	41,03	1.308.579,66
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.751.315,00	1.888.135,29	257.309,11	882.372,96	299.435,46	817.998,52	14,51	43,32	1.070.136,77
12.364	ENSINO SUPERIOR	70.000,00	70.000,00	1.750,00	16.500,00	1.950,00	16.500,00	0,29	23,57	53.500,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	240.830,00	240.830,00	23.677,40	65.219,87	23.677,48	65.185,11	1,16	27,07	175.644,89
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	20.000,00	20.000,00	0,00	19.954,00	3.084,00	10.702,00	0,19	53,51	9.298,00
	Subtotal	7.973.164,00	8.417.486,38	1.041.931,42	4.345.492,58	1.303.974,64	3.611.167,24	64,06	42,90	4.806.319,14
13	CULTURA	116.002,00	116.002,00	30.362,50	76.795,70	30.362,50	76.795,70	1,36	66,20	39.206,30
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	116.002,00	116.002,00	30.362,50	76.795,70	30.362,50	76.795,70	1,36	66,20	39.206,30
	Subtotal	8.089.166,00	8.533.488,38	1.072.293,92	4.422.288,28	1.334.337,14	3.687.962,94	65,42	43,22	4.845.525,44
15	URBANISMO	284.744,00	961.845,33	307.042,82	593.841,92	276.976,69	479.823,63	8,51	49,89	482.021,70
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	40.002,00	310.155,64	141.180,21	217.912,56	110.251,38	136.784,21	2,43	44,10	173.371,43
15.452	SERVIÇOS URBANOS	244.742,00	651.689,69	165.862,61	375.929,36	166.725,31	343.039,42	6,09	52,64	308.650,27
	Subtotal	8.373.910,00	9.495.333,71	1.379.336,74	5.016.130,20	1.611.313,83	4.167.786,57	73,93	43,89	5.327.547,14
16	HABITAÇÃO	50.000,00	36.330,57	0,00	35.376,17	0,00	35.376,17	0,63	97,37	954,40
16.482	HABITAÇÃO URBANA	50.000,00	36.330,57	0,00	35.376,17	0,00	35.376,17	0,63	97,37	954,40
	Subtotal	8.423.910,00	9.531.664,28	1.379.336,74	5.051.506,37	1.611.313,83	4.203.162,74	74,56	44,10	5.328.501,54
17	SANEAMENTO	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.002,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.002,00
	Subtotal	8.443.912,00	9.551.666,28	1.379.336,74	5.051.506,37	1.611.313,83	4.203.162,74	74,56	44,00	5.348.503,54
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	Subtotal	8.446.912,00	9.554.666,28	1.379.336,74	5.051.506,37	1.611.313,83	4.203.162,74	74,56	43,99	5.351.503,54
20	AGRICULTURA	531.202,00	592.452,00	161.656,04	413.885,86	119.349,03	241.551,52	4,28	40,77	350.900,48
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	68.202,00	155.452,00	7.207,00	112.080,00	5.208,00	5.581,00	0,10	3,59	149.871,00
20.606	EXTENÇÃO RURAL	463.000,00	437.000,00	154.449,04	301.805,86	114.141,03	235.970,52	4,19	54,00	201.029,48

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
Subtotal		8.978.114,00	10.147.118,28	1.540.992,78	5.465.392,23	1.730.662,86	4.444.714,26	78,84	43,80	5.702.404,02
22	INDÚSTRIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Subtotal		8.984.114,00	10.153.118,28	1.540.992,78	5.465.392,23	1.730.662,86	4.444.714,26	78,84	43,78	5.708.404,02
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	85.000,00	1.479,98	3.842,87	2.223,94	3.807,09	0,07	4,48	81.192,91
23.695	TURISMO	5.000,00	85.000,00	1.479,98	3.842,87	2.223,94	3.807,09	0,07	4,48	81.192,91
Subtotal		8.989.114,00	10.238.118,28	1.542.472,76	5.469.235,10	1.732.886,80	4.448.521,35	78,91	43,45	5.789.596,93
26	TRANSPORTE	1.735.002,00	1.831.152,07	321.613,40	1.277.809,82	365.679,27	1.000.430,96	17,75	54,63	830.721,11
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.735.002,00	1.831.152,07	321.613,40	1.277.809,82	365.679,27	1.000.430,96	17,75	54,63	830.721,11
Subtotal		10.724.116,00	12.069.270,35	1.864.086,16	6.747.044,92	2.098.566,07	5.448.952,31	96,66	45,15	6.620.318,04
27	DESPORTO E LAZER	129.000,00	129.000,00	22.924,44	67.673,82	25.760,19	51.543,82	0,91	39,96	77.456,18
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	129.000,00	129.000,00	22.924,44	67.673,82	25.760,19	51.543,82	0,91	39,96	77.456,18
Subtotal		10.853.116,00	12.198.270,35	1.887.010,60	6.814.718,74	2.124.326,26	5.500.496,13	97,57	45,09	6.697.774,22
28	ENCARGOS ESPECIAIS	660.000,00	512.000,00	54.550,13	140.561,00	50.899,91	136.910,78	2,43	26,74	375.089,22
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	660.000,00	512.000,00	54.550,13	140.561,00	50.899,91	136.910,78	2,43	26,74	375.089,22
Subtotal		11.513.116,00	12.710.270,35	1.941.560,73	6.955.279,74	2.175.226,17	5.637.406,91	100,00	44,35	7.072.863,44
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	161.000,00	161.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	161.000,00	161.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.000,00
Subtotal		11.674.116,00	12.871.270,35	1.941.560,73	6.955.279,74	2.175.226,17	5.637.406,91	100,00	43,80	7.233.863,44
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Subtotal		12.474.116,00	13.671.270,35	1.941.560,73	6.955.279,74	2.175.226,17	5.637.406,91	100,00	41,24	8.033.863,44
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		744.205,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	4,98	35,87	502.260,67
TOTAL (III)=(I+II)		13.218.321,00	14.454.475,35	2.061.492,29	7.236.224,07	2.295.157,73	5.918.351,24	104,98	40,94	8.536.124,11

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		744.205,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	4,98	35,87	502.260,67
01	LEGISLATIVA	2.000,00	2.000,00	367,10	866,63	367,10	866,63	0,02	43,33	1.133,37
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	2.000,00	2.000,00	367,10	866,63	367,10	866,63	0,02	43,33	1.133,37
04	ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	20.415,98	49.149,29	20.415,98	49.149,29	0,87	36,41	85.850,71
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	135.000,00	20.415,98	49.149,29	20.415,98	49.149,29	0,87	36,41	85.850,71
10	SAÚDE	155.000,00	155.000,00	29.988,97	73.053,54	29.988,97	73.053,54	1,30	47,13	81.946,46
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	155.000,00	155.000,00	29.988,97	73.053,54	29.988,97	73.053,54	1,30	47,13	81.946,46
12	EDUCAÇÃO	272.205,00	311.205,00	38.082,40	83.374,21	38.082,40	83.374,21	1,48	26,79	227.830,79
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	237.205,00	276.205,00	33.487,36	72.793,34	33.487,36	72.793,34	1,29	26,35	203.411,66
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	35.000,00	35.000,00	4.595,04	10.580,87	4.595,04	10.580,87	0,19	30,23	24.419,13
20	AGRICULTURA	30.000,00	30.000,00	6.856,01	16.567,94	6.856,01	16.567,94	0,29	55,23	13.432,06
20.606	EXTENÇÃO RURAL	30.000,00	30.000,00	6.856,01	16.567,94	6.856,01	16.567,94	0,29	55,23	13.432,06
26	TRANSPORTE	150.000,00	150.000,00	24.221,10	57.932,72	24.221,10	57.932,72	1,03	38,62	92.067,28
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	150.000,00	150.000,00	24.221,10	57.932,72	24.221,10	57.932,72	1,03	38,62	92.067,28
TOTAL		744.205,00	783.205,00	119.931,56	280.944,33	119.931,56	280.944,33	4,98	35,87	502.260,67

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JULHO/2012 A JUNHO/2013 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	07/2012	08/2012	09/2012	10/2012	11/2012	12/2012	01/2013
RECEITAS CORRENTES (I)	985.457,38	940.306,43	977.945,58	991.730,12	1.138.061,69	1.453.027,81	1.058.601,90
Receita Tributária	15.087,43	22.283,46	25.577,80	27.363,61	25.997,84	42.194,70	21.146,97
IPTU	422,22	378,18	626,21	789,89	283,12	3.416,57	228,88
ISS	7.544,34	12.659,21	10.547,98	10.412,99	9.990,45	14.191,01	12.045,73
ITBI	680,00	2.273,56	1.930,18	7.282,33	5.252,78	5.377,80	252,74
IRRF	5.662,57	6.126,51	8.716,68	8.509,93	9.018,88	16.990,84	5.767,14
Outras	778,30	846,00	3.756,75	368,47	1.452,61	2.218,48	2.852,48
Receita de Contribuições	31.397,99	31.976,90	31.267,81	31.508,54	31.465,50	80.712,64	8.383,15
Receita Patrimonial	64.183,66	39.500,63	56.334,57	74.506,37	42.620,53	67.406,56	24.450,24
Receita Agropecuária	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	30,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.835,00	1.075,00	1.450,00	0,00	4.205,00	3.015,00	1.785,00
Transferências Correntes	855.542,53	839.729,75	850.611,03	849.733,30	1.026.407,15	1.245.857,67	997.160,55
Cota-Parte do FPM	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	498.044,23	459.205,74
Cota-Parte do ICMS	305.582,79	305.883,49	354.991,34	334.452,46	359.939,06	363.850,15	354.456,84
Cota-Parte do IPVA	51.893,00	39.420,00	30.615,27	48.505,55	27.330,76	11.404,28	22.216,15
Cota-Parte do ITR	12,82	0,00	518,76	1.559,77	5,52	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	1.685,19	1.685,19	0,00	3.370,38	1.685,19	1.685,19	0,00
Transferência do FUNDEB	71.403,95	74.085,14	83.235,12	77.833,41	83.169,49	78.002,41	83.009,21
Outras Transferências	106.912,26	67.691,64	74.161,95	58.023,34	113.650,27	292.871,41	78.272,61
Demais Receitas Correntes	17.350,77	5.740,69	12.704,37	8.618,30	7.365,67	13.781,24	5.645,99
II-DEDUÇÕES	164.299,08	168.741,48	167.136,51	171.569,34	194.251,89	253.123,17	172.828,16
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	27.852,75	28.044,42	27.374,73	27.692,33	27.239,47	76.869,10	4.400,08
Servidor	27.852,75	28.044,42	27.374,73	27.692,33	27.239,47	76.869,10	4.400,08
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	136.446,33	140.697,06	139.761,78	143.877,01	167.012,42	176.254,07	168.428,08
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	821.158,30	771.564,95	810.809,07	820.160,78	943.809,80	1.199.904,64	885.773,74

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JULHO/2012 A JUNHO/2013 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.182.261,35	954.427,00	1.137.872,76	1.225.944,67	1.097.746,84	13.143.383,53	14.662.600,00	
Receita Tributária	24.179,84	48.401,13	134.062,30	53.598,39	41.141,46	481.034,93	456.600,00	
IPTU	0,00	5.873,75	69.087,48	4.643,11	2.212,33	87.961,74	70.000,00	
ISS	4.453,86	14.053,76	6.958,50	6.360,19	16.242,42	125.460,44	110.000,00	
ITBI	342,37	6.253,32	980,85	13.996,91	6.139,24	50.762,08	36.000,00	
IRRF	11.773,97	12.307,78	13.083,89	12.805,67	11.821,48	122.585,34	86.000,00	
Outras	7.609,64	9.912,52	43.951,58	15.792,51	4.725,99	94.265,33	154.600,00	
Receita de Contribuições	29.757,24	28.697,68	29.964,10	32.314,69	31.074,11	398.520,35	411.700,00	
Receita Patrimonial	11.953,08	31.103,41	-7.899,35	18.409,31	20.802,84	443.371,85	826.650,00	
Receita Agropecuária	30,00	60,00	90,00	60,00	96,00	486,00	1.000,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	1.355,00	1.310,00	3.225,00	2.517,00	3.300,00	25.072,00	25.000,00	
Transferências Correntes	1.108.078,91	835.095,65	939.118,83	1.110.485,57	995.164,52	11.652.985,46	12.808.500,00	
Cota-Parte do FPM	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.061.608,56	6.100.000,00	
Cota-Parte do ICMS	317.986,29	300.202,46	361.977,76	359.725,27	336.948,77	4.055.996,68	4.400.000,00	
Cota-Parte do IPVA	31.059,31	37.085,82	37.053,60	43.412,69	45.784,42	425.780,85	400.000,00	
Cota-Parte do ITR	13,78	0,00	0,00	26,10	0,00	2.136,75	1.500,00	
Transf.da LC 87/1996	0,00	0,00	6.586,37	1.646,59	1.646,59	19.990,69	26.000,00	
Transferência do FUNDEB	80.168,51	70.548,28	82.281,90	86.727,75	78.325,59	948.790,76	1.000.000,00	
Outras Transferências	61.038,80	71.445,13	69.438,85	70.380,70	74.794,21	1.138.681,17	881.000,00	
Demais Receitas Correntes	6.907,28	9.759,13	39.311,88	8.559,71	6.167,91	141.912,94	133.150,00	
II-DEDUÇÕES	219.988,94	164.314,31	183.874,38	221.712,57	197.278,01	2.279.117,84	2.427.500,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	25.653,06	24.845,07	25.616,51	28.325,54	27.596,54	351.509,60	230.000,00	
Servidor	25.653,06	24.845,07	25.616,51	28.325,54	27.596,54	351.509,60	230.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	194.335,88	139.469,24	158.257,87	191.722,06	169.499,05	1.925.760,85	2.197.500,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	1.664,97	182,42	1.847,39	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	962.272,41	790.112,69	953.998,38	1.004.232,10	900.468,83	10.864.265,69	12.235.100,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 EUZEBIO CALISTO VIECELI

 Contadora CRC/SC 031218/09
 SIMONE RABUSKE OLIVO

 Responsável pelo Controle Interno
 SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.	de 2012			
Anteriores	de 2012					de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERV.PUBLICOS DE PINHEIRO PRETO - IPREPI										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA ASSIST.MÉDICA HOSPITALAR SERVIDORES PINHEIRO PRETO-SIMASPP										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.	de 2012			
Anteriores	de 2012					de 2012				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	760.000,00	760.000,00	52.987,63	155.920,38	316.484,13
RECEITAS CORRENTES	760.000,00	760.000,00	52.987,63	155.920,38	316.484,13
Receita de Contribuições	230.000,00	230.000,00	34.911,38	84.670,64	302.192,75
Pessoal Civil	230.000,00	230.000,00	34.911,38	84.670,64	83.909,44
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	230.000,00	230.000,00	34.911,38	84.670,64	83.909,44
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	500.000,00	500.000,00	11.445,62	20.551,15	218.283,31
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	500.000,00	500.000,00	11.445,62	20.551,15	218.283,31
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	30.000,00	30.000,00	6.630,63	50.698,59	14.291,38
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	1.382.205,00	1.382.205,00	111.989,48	296.330,73	458.416,38

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	577.205,00	577.205,00	86.033,58	216.659,93	186.937,78
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	577.205,00	577.205,00	86.033,58	216.659,93	186.937,78
Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00	500.000,00	86.033,58	216.659,93	186.937,78
Pessoal Civil	0,00	0,00	86.033,58	216.659,93	186.937,78
Aposentadorias	0,00	0,00	70.809,16	178.401,43	149.387,20
Pensões	0,00	0,00	15.224,42	38.258,50	37.550,58
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	77.205,00	77.205,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	577.205,00	577.205,00	86.033,58	216.659,93	186.937,78

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) **805.000,00** **805.000,00** **25.955,90** **79.670,80** **271.478,60**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS

Previsão Orçamentária

Valor	0,00
-------	------

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(05/2013)	Anterior(2012)	Atual(2013)
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	2.726,39	574.539,86	0,00
Investimentos	3.814.501,08	3.176.332,85	3.820.056,32

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25
Contrib . Patro. Serv. Civil Ativo	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	622.205,00	622.205,00	59.001,85	140.410,35	141.932,25

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	616.953,36	591.639,39	697.818,17
DEDUÇÕES (II)	831.554,07	1.251.081,74	1.079.635,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	831.554,07	1.251.081,74	1.079.635,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-214.600,71	-659.442,35	-381.817,29
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-214.600,71	-659.442,35	-381.817,29

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	277.625,06	-167.216,58

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-30.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	1.704.615,31
DEDUÇÕES (VIII)	3.750.872,71	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.750.872,71	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-2.046.257,40	1.704.615,31	1.704.615,31
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-2.046.257,40	1.704.615,31	1.704.615,31

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUEZBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	12.385.655,00	1.998.995,29	5.719.385,45	5.562.805,54
Receita Tributária	456.600,00	92.892,46	320.682,70	231.235,03
IPTU	70.000,00	5.019,17	80.209,28	67.550,67
ISS	110.000,00	22.602,61	60.114,46	48.358,10
IRRF	86.000,00	24.627,15	67.559,93	37.805,69
ITBI	36.000,00	20.125,03	27.954,31	14.770,69
Outras	154.600,00	20.518,50	84.844,72	62.749,88
Receita de Contribuição	1.153.905,00	140.973,23	344.724,40	343.967,38
Receita Previdenciária	230.000,00	55.922,08	136.436,80	133.790,29
Outras Contribuições	181.700,00	6.277,74	22.486,39	23.222,08
Receitas Previdenciárias	742.205,00	77.584,43	184.533,43	186.955,01
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	0,00	376,60	1.989,65
Receita Patrimonial	826.650,00	39.212,15	98.819,53	355.610,30
(-) Aplicações Financeiras	761.650,00	32.780,79	80.159,79	335.310,88
Transferências Correntes	10.611.000,00	1.744.428,98	4.963.391,85	4.856.401,98
FPM	4.880.000,00	804.985,19	2.256.675,11	2.142.128,19
ICMS	3.520.000,00	557.339,38	1.625.038,41	1.540.576,45
Outras Transferências	2.211.000,00	379.068,04	1.078.563,16	1.173.697,34
Demais Receitas Correntes	159.150,00	20.700,62	90.209,90	129.211,50
Dívida Ativa	13.500,00	447,94	2.919,55	6.930,14
Diversas Receitas Correntes	145.650,00	20.252,68	87.290,35	122.281,36
Receitas de Capital (II)	11.016,00	158.241,92	446.048,99	1.202.955,99
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	124.319,18	124.319,18	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	11.000,00	30.466,74	115.701,54	0,00
Tranferências de Capital	16,00	3.456,00	206.028,27	1.202.955,99
Convenios	0,00	3.456,00	3.456,00	0,00
Outras Transferências de Capital	16,00	0,00	202.572,27	1.202.955,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	16,00	3.456,00	206.028,27	1.202.955,99
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	12.385.671,00	2.002.451,29	5.925.413,72	6.765.761,53

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	11.526.477,80	2.011.562,99	5.246.845,99	5.588.955,56
Pessoal e Encargos Sociais	5.663.221,30	1.053.743,17	2.651.687,49	2.314.194,09
Outras Despesas Correntes	5.718.256,50	948.263,98	2.566.232,60	3.271.417,80
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	145.000,00	9.555,84	28.925,90	3.343,67
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	11.381.477,80	2.002.007,15	5.217.920,09	5.585.611,89
Despesas de Capital (XI)	1.966.997,55	283.594,74	671.505,25	1.561.174,92
Investimentos	1.727.997,55	265.454,34	628.050,88	1.542.958,88
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	237.000,00	18.140,40	43.454,37	18.216,04
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	1.729.997,55	265.454,34	628.050,88	1.542.958,88
Reserva de Conting. (XVI)	161.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	22.292,70	69.032,70	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	13.272.475,35	2.289.754,19	5.915.003,67	7.128.570,77
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-886.804,35	-287.302,90	10.410,05	-362.809,24
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			0,00	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-242.650,00



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	311.900,00	311.900,00	90.262,06	165.477,30	53,05
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	79.000,00	79.000,00	69.189,29	76.512,40	96,85
1.1.1- Imposto s/ Propr. Predial e Territorial U	70.000,00	70.000,00	69.087,48	75.190,11	107,41
1.1.2- Multas e Juros de Mora do IPTU	1.000,00	1.000,00	101,81	137,71	13,77
1.1.3- Receita de Dívida Ativa Tributária do IPT	6.000,00	6.000,00	0,00	776,07	12,93
1.1.4- Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributá	2.000,00	2.000,00	0,00	408,51	20,43
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	36.000,00	36.000,00	980,85	7.829,28	21,75
1.2.1- Imp. s/ Transm. Interv. Bens Imóv.e Dir.	36.000,00	36.000,00	980,85	7.829,28	21,75
1.3 - Receita Resultante do - ISS	110.900,00	110.900,00	7.008,03	38.202,84	34,45
1.3.1- Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	110.000,00	110.000,00	6.958,50	37.511,85	34,10
1.3.2- Multas e Juros de Mora do ISSQN	200,00	200,00	49,53	67,18	33,59
1.3.3- Receita de Dívida Ativa Tributária do ISS	500,00	500,00	0,00	528,83	105,77
1.3.4- Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributá	200,00	200,00	0,00	94,98	47,49
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	86.000,00	86.000,00	13.083,89	42.932,78	49,92
1.4.1- Imp.de Renda Ret.na Fonte s/ Rend.do Trab	86.000,00	86.000,00	13.083,89	42.932,78	49,92
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.987.500,00	10.987.500,00	791.290,47	3.302.459,18	30,06
2.1 - Cota Parte do FPM	4.880.000,00	4.880.000,00	305.424,30	1.451.689,92	29,75
2.1.2- Cota-Parte do FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	381.780,35	1.814.612,27	29,75
2.2- Cota-Parte do ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	361.977,76	1.334.623,35	30,33
2.3- Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração LC	26.000,00	26.000,00	6.586,37	6.586,37	25,33
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	3.892,39	19.208,53	32,01
2.5- Cota-Parte do ITR	1.500,00	1.500,00	0,00	13,78	0,92
2.6- Cota-Parte do IPVA	400.000,00	400.000,00	37.053,60	127.414,88	31,85
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	11.299.400,00	11.299.400,00	881.552,53	3.467.936,48	30,69
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	186.000,00	186.000,00	13.957,65	46.277,26	24,88
5.1- Transf.do FNDE Progroma Salário Educação	110.000,00	110.000,00	7.867,67	37.527,28	34,12
5.2- Transf.do FNDE Programa Alimentação Escolar -	26.000,00	26.000,00	2.660,00	5.320,00	20,46
5.2- Transf.do FNDE Programa Transporte Escolar -	50.000,00	50.000,00	3.429,98	3.429,98	6,86
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	64.000,00	64.000,00	11.318,67	22.637,31	35,37
6.1- Transf. Convênio Transporte Escolar Estadual	64.000,00	64.000,00	11.318,67	22.637,31	35,37
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	250.000,00	250.000,00	25.276,32	68.914,57	27,57

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.197.500,00	2.197.500,00	158.257,87	660.491,07	30,06
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	76.356,05	362.922,35	29,75
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	72.395,43	266.924,32	30,33
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	1.317,27	1.317,27	25,33
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	778,48	3.841,71	32,01
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	300,00	300,00	0,00	2,75	0,92
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	7.410,64	25.482,67	31,85
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.006.000,00	1.006.000,00	82.527,74	316.598,28	31,47
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	82.281,90	316.007,90	31,60
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	6.000,00	6.000,00	245,84	590,38	9,84
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	1.197.500,00	1.197.500,00	75.975,97	344.483,17	28,77

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	990.400,00	990.400,00	193.915,81	427.334,04	43,15
13.1 - Com Educação Infantil	175.000,00	175.000,00	16.613,54	47.055,10	26,89
13.2 - Com Ensino Fundamental	815.400,00	815.400,00	177.302,27	380.278,94	46,64
14.0 - OUTRAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	991.400,00	991.400,00	193.915,81	427.334,04	43,10

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	1.977,86
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	1.977,86
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11.0) x 100)	% 134,35

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.824.850,00	2.824.850,00	220.388,13	866.984,12	30,69
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	244.230,00	244.230,00	28.272,52	75.765,98	31,02
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	175.000,00	175.000,00	16.613,54	47.055,10	26,89
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	69.230,00	69.230,00	11.658,98	28.710,88	41,47
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.771.520,00	1.771.520,00	299.782,04	764.864,09	43,18
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	816.400,00	816.400,00	177.302,27	380.278,94	46,58
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	955.120,00	955.120,00	122.479,77	384.585,15	40,27
25.0 - ENSINO MEDIO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00



[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	20.000,00	40.000,00	3.084,00	10.702,00	26,76
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	2.035.750,00	2.055.750,00	331.138,56	851.332,07	41,41

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	344.483,17
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	590,38
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	1.977,86
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	341.914,93
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	1.182.545,00

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 34,10

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	100.000,00	108.044,99	12.906,79	41.174,35	38,11
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	114.000,00	114.000,00	20.233,99	31.313,33	27,47
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	214.000,00	222.044,99	33.140,78	72.487,68	32,65
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	2.249.750,00	2.277.794,99	364.279,34	923.819,75	40,56

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2012 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	14.876,16	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	580.660,38	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	484.857,83	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	590,38	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	111.269,09	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	124.319,18	124.319,18	-124.319,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	124.319,18	124.319,18	-124.319,18
Operações de Crédito Internas	0,00	124.319,18	124.319,18	-124.319,18
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	124.319,18	124.319,18	-124.319,18
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	0,00	124.319,18	124.319,18	-124.319,18

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	1.966.997,55	283.594,74	671.505,25	1.295.492,30
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	1.966.997,55	283.594,74	671.505,25	1.295.492,30
--------------------------------	--------------	------------	------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-1.966.997,55	-159.275,56	-547.186,07	-1.419.811,48
-------------------	---------------	-------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	11.000,00	116.969,32	-105.969,32
Alienação de Bens Móveis	0,00	5.001,00	-5.001,00
Alienação de Outros Bens Móveis	11.000,00	7.001,00	3.999,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	104.967,32	-104.967,32
Total	11.000,00	116.969,32	-105.969,32

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	11.000,00	0,00	11.000,00
Despesas de Capital	11.000,00	0,00	11.000,00
Investimentos	11.000,00	0,00	11.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	11.000,00	0,00	11.000,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	8.652,18	116.969,32	125.621,50

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	11.292.900,00	11.292.900,00	5.347.284,44	47,35
Impostos	305.400,00	305.400,00	238.717,91	78,17
Imposto s/ Propr. Predial e Territorial Urbana -	70.000,00	70.000,00	82.045,55	117,21
Imp.de Renda Ret.na Fonte s/ Rend.do Trabalho -	86.000,00	86.000,00	67.559,93	78,56
Imp. s/ Transm. Interv. Bens Imóv.e Dir. Reais -	36.000,00	36.000,00	27.965,43	77,68
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - IS	110.000,00	110.000,00	60.114,46	54,65
Multas e Juros de Mora do IPTU	1.000,00	1.000,00	205,76	20,58
Multas e Juros de Mora do ISSQN	200,00	200,00	88,25	44,12
Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributária do	2.000,00	2.000,00	643,55	32,18
Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributária do	200,00	200,00	94,98	47,49
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.987.500,00	10.987.500,00	5.108.566,53	46,49
da União	6.127.500,00	6.127.500,00	2.830.763,11	46,20
Cota-Parte do FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	2.820.843,68	46,24
Cota-Parte do ITR	1.500,00	1.500,00	39,88	2,66
Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração LC nº	26.000,00	26.000,00	9.879,55	38,00
do Estado	4.860.000,00	4.860.000,00	2.277.803,42	46,87
Cota-Parte do ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	2.031.297,39	46,17
Cota-Parte do IPVA	400.000,00	400.000,00	216.611,99	54,15
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00	60.000,00	29.894,04	49,82
(-)-Dedução para o Fundef	-2.197.500,00	-2.197.500,00	-1.024.827,35	46,64
Total de Receita de Impostos	9.095.400,00	9.095.400,00	4.322.457,09	47,52

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.469.800,00	2.520.917,54	1.269.064,77	50,34
Pessoal e Encargos Sociais	1.088.000,00	1.088.623,44	615.770,86	56,56
Outras Despesas Correntes	1.381.800,00	1.432.294,10	653.293,91	45,61
Despesas de Capital	131.512,00	131.512,00	1.230,00	0,94
Investimentos	130.512,00	130.512,00	1.230,00	0,94
Inversões Financeiras	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Total	2.601.312,00	2.652.429,54	1.270.294,77	47,89

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.270.294,77	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	7.700,00	7.700,00	7.420,44	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	7.700,00	7.700,00	2.419,44	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	5.001,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.262.874,33	0,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+

|

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2012(e)	Aplic.Apurada em 2012(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2012	Can.em 2013(g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	28,26	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2012				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	23,62

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.482.712,00	2.527.829,54	1.226.269,96	96,53
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.500,00	16.500,00	4.284,58	0,34
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.600,00	16.600,00	5.875,90	0,46
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	86.000,00	86.000,00	33.864,33	2,67
ABASTECIMENTO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00
Total	2.601.312,00	2.652.429,54	1.270.294,77	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	7.700,00	7.700,00	7.420,44	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	7.700,00	7.700,00	2.419,44	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	5.001,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Próprias com Saúde	2.601.312,00	2.652.429,54	1.262.874,33	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	13.218.321,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	13.218.321,00
Receitas Realizadas	2.198.296,75	6.265.724,76
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit Orçamentário	0,00	1.236.154,35

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	13.218.321,00
Dotação Atualizada	0,00	14.454.475,35
Despesas Empenhadas	2.061.492,29	7.236.224,07
Despesas Liquidadas	2.295.157,73	5.918.351,24
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.061.492,29	7.236.224,07
Despesas Liquidadas	2.295.157,73	5.918.351,24

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	10.864.265,69

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	111.989,48	296.330,73
Despesas Previdenciárias (IV)	86.033,58	216.659,93
Resultado Previdenciário (III-IV)	25.955,90	79.670,80

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	-30.000,00	-167.216,58	557,3886
Resultado Primario	-242.650,00	10.410,05	-4,2902

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de PINHEIRO PRETO
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	34,0994
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	134,352
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	124.319,18	-124.319,18
Despesa de Capital Líquida	671.505,25	1.295.492,30

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	296.330,73	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	216.659,93	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	79.670,80	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	116.969,32	-105.969,32
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	11.000,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.262.874,33	15,00	23,62

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
 SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
 SANDRA R. P. BRESSAN



RGF 1 Semestre 2013

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de PINHEIRO PRETO - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JULHO/2012 A JUNHO/2013 |

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	5.140.941,24	0,00
Pessoal Ativo	4.710.275,94	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	429.085,30	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	1.580,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	423.633,80	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	423.633,80	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	294.575,30	0,00
Pessoal Ativo	294.575,30	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	5.011.882,74	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		10.864.265,69
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		46,13%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	6.518.559,41
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	6.192.631,44

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

Município de PINHEIRO PRETO - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa Com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JULHO/2012 A JUNHO/2013

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	5.140.941,24	0,00
Pessoal Ativo	4.710.275,94	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	429.085,30	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	1.580,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	423.633,80	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	423.633,80	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	4.717.307,44	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		10.864.265,69
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		43,42%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54,00%	5.866.703,47
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	51,30%	5.573.368,30

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Dívida Consolidada |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/1º Quadrimestre |
 +-----

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS			
Especificação	Saldo do Exercício Anterior	1º Semestre	2º Semestre
Dívida Consolidada (I)	616.953,36	697.818,17	0,00
Dívida Contratual	544.854,20	625.719,01	0,00
Outras	72.099,16	72.099,16	0,00
Ativo Financeiro (II)	2.135.246,52	2.465.615,55	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.114.307,12	2.444.566,35	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	20.939,40	21.049,20	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III=I-II)	-1.518.293,16	-1.767.797,38	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	10.963.088,43	4.706.241,69	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	5,63	14,83	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	-13,85	-37,56	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	13.155.706,12	5.647.490,03	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
Descrição	Sld.Ex.Anterior	Até o 1º Qua	Até o 2º Qua
	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001 3º Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/1º Semestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)			
Beneficiários	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.963.088,43	10.864.265,69	0,00
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.411.879,45	2.390.138,45	0,00

COTNRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|                                     Município de PINHEIRO PRETO          CONSOLIDADO |
|                                     Relatório de Gestão Fiscal              |
|                                     Demonstrativo das Operações de Crédito   |
|                                     Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  |
|                                     JANEIRO A JUNHO 2013/1º Semestre          |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		Operações Realizadas Até o 1º Semestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Internas		124.319,18
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.		0,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa		124.319,18
Externas		0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)		124.319,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		10.864.265,69
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL		1,14
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL		0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%		1.738.282,51
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%		760.498,60

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2013/3º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.444.566,35	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	53.875,60
Disponibilidade Financeira	2.444.566,35	Depósitos de Diversas Origens	53.875,60
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	2.444.566,35	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	2.444.566,35	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	2.444.566,35	SUBTOTAL	53.875,60
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	2.390.690,75
TOTAL	2.444.566,35	TOTAL	2.444.566,35
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			1.317.872,83
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			1.072.817,92

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	REGIME PREVIDENCIÁRIO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	1.072.817,92

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo dos Restos a Pagar |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/3º Bimestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS	SUFICIENCIA
	-----				CANCELADOS E	ANTES DA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		NÃO INSCRITOS	INSCRIÇÃO EM
	(Processados)		(Não Processados)		POR	RESTOS A PAGAR
	-----				INSUFICIENCIA	NÃO
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	FINANCEIRA	PROCESSADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.718,68
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO	0,00	0,00	0,00	884.427,86	0,00	899.766,70
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	0,00	0,00	0,00	427.433,45	0,00	179.868,76
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	3.908,50	0,00	21.569,66
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERV.PUBLIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.820.056,32
SISTEMA ASSIST.MÉDICA HOSPITALAR SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	2.103,02	0,00	1.287.642,55
Subtotal	0,00	0,00	0,00	1.317.872,83	0,00	6.208.903,99
TOTAL	0,00	0,00	0,00	1.317.872,83	0,00	6.264.622,67

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

!@#&%



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 1º Semestre de 2013

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	4.717.307,44	43,42
Limite Maximo	5.866.703,47	54,00
Limite Prudencial	5.573.368,30	51,30

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-1.767.797,38	-16,27
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	13.037.118,83	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	2.390.138,45	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Internas e Externas	124.319,18	1,14
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito Internas e Externas	1.738.282,51	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antec. de Receita	760.498,60	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF. ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	1.317.872,83	2.444.566,35

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC 031218/09
SIMONE RABUSKE OLIVO

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.059/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.059, DE 15 DE JULHO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO A SERVIDÃO. Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

ART. 1º Fica denominada "JOSÉ FRANCISCO DE LIMA", a servidão, com Código de Logradouro 2816, que tem seu início na Avenida José Neoli Cruz, a primeira servidão após a Igreja Assembleia de Deus, e tem seu término em terras de propriedade da Sra. Maria Francisca Gomes de Siqueira, no Bairro Alto Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.060/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.060, DE 15 DE JULHO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO A RUA. Autor: Vereador Francisco Scottini - Kiko.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

ART. 1º Fica denominada "MARIA DE LURDES FORMENTO FISCHER", a Rua "G", com Código de Logradouro 174, que tem seu início na Rua Iara de Araújo Miranda, e tem seu término na Rua Melanie Grausch, no Bairro Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 505/2013 - RH

PORTARIA Nº 505, de 06 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº

14024070.1.00082/08-8, datada de 10 de setembro de 2008, do servidor JOAO CARLOS COSTA, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 4.374 dias, ou seja, 11 (onze) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
- 10/03/1972 a 09/02/1982 -	Fundação Nacional do Índio	09a 11m 00d
- 02/05/1986 a 19/01/1995 -	S.A Empresa de Viação Aérea Varig	02a 00m 29d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 591/2013 - RH

PORTARIA Nº 591, de 02 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 24 de junho a 01 de julho de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Aliane Lipka Graeff, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Elizabet Carmen Pannen que se encontra afastada para Tratamentos de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 24 de junho de 2013.

Porto União - SC, em 02 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 595/2013 - RH

PORTARIA Nº 595, de 05 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 05 de julho de 2013, referente ao período aquisitivo de abril de 2007 a abril de 2012, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Janete Preveda, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 597/2013 - RH

PORTARIA Nº 597, de 05 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Carlos Augusto Saccomori Ferreira, das funções do cargo de Médico Plantonista do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 598/2013 - RH

PORTARIA Nº 598, de 08 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 08 de julho de 2013 a 07 de julho de 2014 ou até que a realização de Concurso Público Municipal para o cargo, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Carlos Augusto Saccomori Ferreira, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público

para o cargo.

Art 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 08 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 002/2013

Dispensa de Licitação 001/2013

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários de Porto União, através de sua presidente eleita, declara, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 002/2013, a dispensa de licitação, objetivando a contratação de empresa para executar a reforma de sala para consultório odontológico, com 20,72 m².

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela AMASPU, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado.

Porto União, SC, 05 de julho de 2013.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

Decreto nº 001/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 002/2013

Dispensa de Licitação n.º 001/2013

Caracterização da Situação: A autarquia necessita executar a reforma de sala para instalação de consultório odontológico, na sede da mesma, na Avenida Getúlio Vargas, 228, centro do município de Porto União, com área de 20,72 m², incluindo o material e a mão de obra, conforme projeto constante dos presentes autos.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é justamente a contratação de empresa para executar a reforma de sala para instalação de consultório odontológico, com área de 20,72 m², incluindo o material e a mão de obra.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa João Lorenzini & Filho Ltda, visto ter sido a que apresentou menor preço, conforme orçamentos em anexo ao processo.

Do Preço: O valor total proposto pela empresa é R\$ 14.387,10 (quatorze mil, trezentos e oitenta e sete reais e dez centavos) estando, portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias no:

Órgão 03	AMASPU
Unidade 01	AMASPU - Autarquia Mun. Assist. a Saúde Func. Púb. P.U.



Proj./Ativ. 2.043	Manutenção Serviços Administrativos
3	3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas
	3.3.90.92.51.00.00.00 - Obras e Instalações

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, restando evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, SC, 05 de julho de 2013.
MARGARETH FLISSAK
Presidente da AMASPU
Decreto 001/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Através do presente Termo, fica HOMOLOGADO o objeto constante do processo licitatório nº 002/2013, dispensa de licitação nº 001/2013, com base na lei 8.666/93, em seu artigo 24, I.

Porto União SC, 05 de julho de 2013.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Através do presente Termo, fica adjudicado o objeto constante do processo licitatório nº 002/2013, dispensa de licitação nº 001/2013.

Porto União SC, 05 de julho de 2013.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU

Extrato de Contrato 009/2013 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 009/2013 - CULTURA
Partes: Município de Porto União e a empresa Márcia Regina Arendt - ME

Objeto: Prestação de Serviços de Fotocópias, conforme segue:
Item 01 - 2.000 (duas mil) fotocópias monocromáticas (preto & branco) de boa qualidade tamanho A4,
Item 02 - 200 (duzentas) fotocópias monocromáticas (preto & branco) de boa qualidade tamanho A3, que serão fornecidos conforme a requisição da Fundação Municipal de Cultura.
Valor de R\$ 0,12 (Doze centavos) a unidade de fotocópias monocromáticas A4, totalizando um valor de R\$ 240,00 (Duzentos e quarenta reais), e o valor de R\$ 0,25 (Vinte e cinco centavos) a unidade de fotocópias monocromáticas A3, totalizando um valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais).
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 12 meses, podendo ser renovado por igual período se interesse das partes.
Base legal: Pregão Presencial 045/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 03 de Julho de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA ARENDT - ME
Contratada.

Extrato de Contrato 010/2013 - Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 010/2013 - CULTURA
Partes: Município de Porto União e a empresa Luis Kaminski - ME

Objeto: aquisição de material de expediente, para manutenção da Secretária Municipal de Cultura
Valor total: R\$ 3.357,80 (Três mil e trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato podendo ser prorrogado por igual período.
Base legal: Pregão Presencial 001/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 10 de Julho de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

LUIS KAMINSKI - ME.
Contratada.

Extrato de Contrato 032/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 032/2013 - FAS
Partes: Município de Porto União e empresa LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Objeto: fornecimento de 800 (oitocentas) cestas básicas completas, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Valor total R\$ 64,14 (sessenta reais e quatorze centavos) cada cesta básica, totalizando R\$ 51.312,00 (cinquenta e um mil trezentos e doze reais).
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 08 de outubro de 2013 ou até a retirada total do quantitativo lícitado.
Base legal: Pregão Presencial 009/2013 FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 08 de Julho de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Contratada

Extrato de Contrato 033/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 033/2013 - FAS
Partes: Município de Porto União e empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP.

Objeto: fornecimento de 800 (oitocentos) pacotes de leite em pó integral com 400 gr. cada, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Valor total R\$ 6,69 (seis reais e sessenta e nove centavos) cada pacote, totalizando R\$ 5.352,00 (cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais).
Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 08 outubro de 2013 ou até a retirada total do quantitativo lícitado.
Base legal: Pregão Presencial 009/2013 FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 08 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA EPP.

Contratada

Extrato de Contrato 086/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 086/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e a empresa Márcia Regina Arendt - ME

Objeto: Prestação de Serviços de Fotocópias, conforme segue:

Item 01 - 100.000 (cem mil) fotocópias monocromáticas (preto & branco) de boa qualidade, em papel tamanho A 4, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Educação

Valor: R\$ 0,12 (Doze centavos) a unidade de fotocópias monocromáticas A4, totalizando um valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 12 meses, podendo ser renovado por igual período se interesse das partes.

Base legal: Pregão Presencial 045/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA ARENDT - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 111/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 111/2013

Partes: Município de Porto União e a empresa Márcia Regina Arendt - ME

Objeto: Prestação de Serviços de Fotocópias, conforme segue:

Item 01 - 100.000 (cem mil) fotocópias monocromáticas (preto & branco) de boa qualidade, em papel tamanho A 4, para Secretaria de Administração, que serão fornecidos conforme a requisição Secretaria Municipal de Administração

Valor: R\$ 0,12 (Doze centavos) a unidade de fotocópias monocromáticas A4, totalizando um valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 12 meses, podendo ser renovado por igual período se interesse das partes.

Base legal: Pregão Presencial 045/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 03 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

MÁRCIA REGINA ARENDT - ME

Contratada.

Termo de Homologação do Pregão Presencial 001/2013 - Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 004/2013 - CULTURA

Pregão Presencial 001/2013 - CULTURA

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Luis Kaminski - ME.

Porto União SC, 10 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 009/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 018/2013 - FAS

Pregão Presencial 009/2013 - FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP;

LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Porto União SC, 08 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 045/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 066/2013

Pregão Presencial 045/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Márcia Regina Arendt - ME.

Porto União SC, 03 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 045/2013 - Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 066/2013 - CULTURA

Pregão Presencial 045/2013 - CULTURA

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Márcia Regina Arendt - ME

Porto União SC, 03 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 045/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 066/2013 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 045/2013 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
MÁRCIA REGINA ARENDT - ME

Porto União SC, 03 de Julho de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 125/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 125/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO: CLÁUDIA REGINA GIOTTO PILLE

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços especializados em arquitetura para elaboração de planos e projetos, consultoria e assessoria, fiscalização e execução de obras e serviços, junto ao Município de Presidente Castello Branco/SC, a ser prestado semanalmente em oito horas na sede da contratante.

VALOR: R\$ 17.520,00 (dezesete mil, quinhentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: 12/07/2013 a 31/12/2013.

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0844/RH

PORTARIA N. 0844/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Roselita Sebold, matrícula n. 16187/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, a terceira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2007 a 2011, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de fevereiro de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0845/RH

PORTARIA N. 0845/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Elisa Nalsira Beling Cerutti, matrícula n. 31496/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Consultório Bucal a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2008 a 2011, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0846/RH

PORTARIA N. 0846/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Jonas Pereira, matrícula n. 13919/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Calceteiro, a terceira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2007 a 2011, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0847/RH

PORTARIA N. 0847/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora Elisângela Vitorino Montagna, matrícula n. 28800/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2007 a 2011, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de

2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0849/RH

PORTARIA N. 0849/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Fernando Cesar Alexandrino, matrícula n. 26263/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0850/RH

PORTARIA N. 0850/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor José Carlos Moraes, matrícula n. 14885/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, a terceira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de junho de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0851/RH

PORTARIA N. 0851/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Ramon Baridó Navarro Lins, matrícula n. 35217/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2010 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0852/RH

PORTARIA N. 0852/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 01/07/2013 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2013, designada pela Portaria n. 0700/RH de 23/05/2013 (publicada em 29/05/2013), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2013.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 010/P.A.D.007/2013, de 01/07/2013, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Portaria N. 0853/RH

PORTARIA N. 0853/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2013, referente à servidora Sirlei Fiamoncini,

matrícula n. 35382/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, para apurar os fatos relatados no Memorando SMA/RH n. 099/2013 e documentos em anexo.

Parágrafo único - A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 157, incisos III e X e o Art. 158, inciso I, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputado a pena de Advertência conforme disposto no inciso I, do Art. 171, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Carlos Alberto Luithardt, matrícula n. 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- c) Marilse Eliane Mattos Pompílio, matrícula n. 25178/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LSos

Portaria N. 0857/RH

PORTARIA N. 0857/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matricula	Cargo	Protocolo
Fernando Cesar Alexandrino	2626302	Auxiliar Administrativo II	140793/2013

José Rubens Raitez	2968801	Médico Pediatra	140815/2013
--------------------	---------	-----------------	-------------

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LSos

Portaria N. 0858/RH

PORTARIA N. 0858/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matricula	Cargo	Protocolo
Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento	131702	Agente Administrativo	123212/2010
Maira Klauberg	3526301	Auxiliar de Saúde Bucal	123875/2010
Noemia Schuch	3526701	Assistente Social	123928/2010
Rubia Cristina Mohr	3519101	Contador	123471/2010

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LSos

Portaria N. 0859/RH

PORTARIA N. 0859/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, à servidora Sara Priscila Ramos Becker, matrícula n. 35411/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Graduação CST em Gestão de Recursos Humanos, com fundamento ao disposto nos Arts. 73 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 27(vinte e sete) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de junho de 2013, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 0860/RH
PORTARIA N. 0860/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder, à servidora Liliane Seraphim matrícula n. 29254/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Licenciatura em Pedagogia, com fundamento ao disposto nos Arts. 73 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 48(quarenta e oito) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de julho de 2013, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Extrato de Inexigibilidade 29/2013 FMS

Prefeitura de Rio do Sul
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Suprimentos - Setor de Compras
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2013 - FMS

OBJETO: Aquisição de vale-transporte para atender necessidade dos servidores desta secretaria, para os meses de julho, agosto e setembro de 2013.

JUSTIFICATIVA: Único fornecedor, com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que estabelece "é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição".

VALOR DO OBJETO: R\$ 49.765,00 (quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais)
FORNECEDORES:

* Ônibus Circular Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.775.633/0001-24;
* Expresso Taioense Ltda, situada na rua Lauro Muller, nº 444, bairro Budag, município de Rio do Sul. CNPJ: 85.776.342/0001-50.

Rio do Sul (SC), 10 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Pauta de Julgamento Nº 005/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 005/2013

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 29 de Julho de 2013, às 08hs00, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para sequência do julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 138421/2013
Nome do Recorrente: Dias e Nichellatti Administradora de Imóveis Próprios Ltda
Nº do Recurso: 003/2013

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.
LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Aldo Mutschler	383.221.539-53	138812
Arlindo Kruger	549.199.919-91	139185
Dionísio Elias	292.811.059-34	98982

Rio do Sul, 15 de julho de 2013.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 218/2013

DECRETO Nº 218/2013

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1128/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 1.815,90 (hum mil oitocentos e quinze reais e noventa centavos).

06.00 Secretaria de Infraestrutura
06.01 Depto de Serviços Urbanos
226610040.1.025000 Implantação de área industrial
0100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.815,90

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 1.815,90 (hum mil oitocentos e quinze reais e noventa centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescência
11.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência
082430028.2.049000 Manutenção das atividades do FIA
748 0100 3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 1.815,90

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 12 de Julho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Assessor de Projetos
Matricula nº 136/8

Decreto 219/2013

DECRETO Nº 219/2013

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do

artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1129/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, por conta dos recursos de contrato de repasse 1000.629-04/2012/PRODESA/MDA/CAIXA, no valor de R\$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital
2400.00.00.00.00 Transferências de Capital
2470.00.00.00.00 Transferências de Convênios
2471.00.00.00.00 Transferências de Convênios da União
2471.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União
0124 - Transferências de Convênios - Outros

Art. 2º Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012, até o valor de R\$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
206060048.1.020000 Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários
0189 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 487.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 12 de Julho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Assessor de Projetos
Matricula nº 136/8

Decreto 220/2013

DECRETO Nº 220/2013

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1093, de 12 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1131/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, no valor de até R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais).

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
206060048.1.020000 Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários
933 0100 4.4.90.00.00.0000 Aplicações Diretas 92.500,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1093, de 12 de Dezembro de 2012, no valor de R\$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais), a seguir especificados:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária	
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária	
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária	
766 0100 3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas
57.500,00	

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária	
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária	
206060048.2.038000 Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária	
770 0100 3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas
35.000,00	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 11 de Julho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Assessor de Projetos
Matricula nº 136/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3209/2013

LEI Nº 3209, DE 11 DE JULHO DE 2013.

RATIFICA CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA OS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica ratificado, em conformidade com o art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o Convênio que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e a UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, nos termos da minuta anexa, parte integrante da presente lei.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de julho de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ,

VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA OS ALUNOS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, neste Município, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador do CPF nº 033.667.519-40, e a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675, Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela União Norte do Paraná de Ensino Ltda., CNPJ/MF nº. 75.234.583/0001-14, neste ato representada pela Encarregada da Divisão de Convênios e Estágios, Profa. Maria Isabel Andrade Cogo, doravante denominada UNOPAR, celebram entre si este CONVÊNIO, sem vínculo empregatício, com base no que preconiza a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, convencionado as Cláusulas e Condições seguintes:

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objetivo proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos dos cursos mantidos pela doravante denominada, UNOPAR, indicados pela mesma e aceitos pela concedente do estágio, nas dependências das unidades de serviço do Município de São Bento do Sul/SC - Poder Executivo.

Cláusula Segunda - Sempre que se fizer necessário, será elaborado o planejamento de atividades a ser desenvolvido pelos alunos nas dependências do Município de São Bento do Sul/SC - Poder Executivo, constando o número de vagas, relação nominal dos estagiários, disciplinas de estágio, dias e horários de estágios.

Parágrafo Único. Os locais para campo de estágios, lotação, horário e número de vagas, serão estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo do Município de São Bento do Sul/SC, em comum acordo com os demais departamentos da concedente.

Cláusula Terceira - O Município de São Bento do Sul/SC - Poder Executivo fica desobrigado do pagamento de qualquer importância financeira aos alunos da UNOPAR, bem como de despesas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem originado deste convênio.

Cláusula Quarta - A UNOPAR se responsabiliza pela contratação de seguros contra acidentes de seus respectivos alunos/estagiários, em atividades na concedente.

Cláusula Quinta - A vinculação dos estagiários às atividades no campo de estágio será fixada através do Termo de Compromisso entre os mesmos, de acordo com a Lei Federal nº 11.788/08, com a interveniência da UNOPAR.

Parágrafo Único. A aceitação de estagiários pela concedente no âmbito de suas dependências ou locais de atuação, não configura vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos de legislação vigente, ficando o mesmo desobrigado de encargos sociais e trabalhistas.

Cláusula Sexta - Sempre que necessário, serão promovidas reuniões entre as partes convenientes para:

- a) definição e manutenção do sistema de integração do(a) Estagiário(a), para avaliação geral do campo de estágio;
- b) dirimir dúvidas e dificuldades quanto ao bom andamento do estágio supervisionado;
- c) tratar de outras matérias não especificadas no presente convênio.

§1º. As reuniões a que se refere esta cláusula, poderão ser convocadas por quaisquer das partes convenientes, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, designando local, data e horário.

§2º. Considerando a natureza do curso como EaD as reuniões de que trata a presente cláusula, podem assumir a forma "on line".

Cláusula Sétima - Os alunos e docentes da UNOPAR, ficarão sujeitos às normas internas da respectiva instituição conveniente, prevalecendo sempre, quando a permanência desses no campo de estágio.

Cláusula Oitava - Fica estabelecido que o comportamento inadequado por parte dos alunos e docentes da UNOPAR, ensejará

imediatamente afastamento dos mesmos das dependências do Município de São Bento do Sul/SC - Poder Executivo, mediante avaliação conjunta de eventuais fatos em que estejam envolvidos, a ser realizada pela administração da instituição concedente e a UNOPAR. Clausula Nona - Nos termos da Lei nº. 11.788/08, são obrigações específicas das partes abaixo:

OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- a) celebrar termo de compromisso com o educando e com a parte concedente do estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- b) estabelecer o Plano de Estágio que consubstancie as condições e requisitos a exigência legal de adequação à etapa e modalidade da formação escolar do estagiário;
- c) indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- d) zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- e) elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- f) disponibilizar no site da UNOPAR o início do período letivo e o período destinado às avaliações acadêmicas.
- g) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais.

OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE do estágio

- a) celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- b) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- c) fornecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho das atividades dos estagiários;
- d) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- e) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- f) manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- g) comunicar a UNOPAR, através dos supervisores acadêmicos, qualquer irregularidade no desenvolvimento do estágio.

Cláusula Décima - O presente convênio tem prazo indeterminado a partir da presente data, podendo ser modificado mediante prévio entendimento entre as partes convenientes.

Cláusula Décima Primeira - A renúncia do convênio poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que precedida de comunicação formal, em prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

Cláusula Décima Segunda - As questões oriundas deste instrumento serão resolvidas de comum acordo entre as partes e, para os casos pendentes, elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que se produzam os efeitos de fato e de direito.

São Bento do Sul-SC, 01 de abril de 2013.
UNOPAR - UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ
MARIA ISABEL ANDRADE COGO
Divisão de Convênios e Estágios

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

EMERSON HINKE
Assessor Jurídico

CLEUSA PICCOLI VIEIRA
Assessora de Gabinete

Aviso de Licitação - Pregão Nº 105/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 01 de agosto de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS VARIADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS CONFORME RELAÇÃO DESCRITIVA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 12 de julho de 2013.
MARCOS GERTLER
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Nº 197/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2013
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 26 de julho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA AS UNIDADES ESCOLARES CORRESPONDENTE AO 2º SEMESTRE DE 2013 NAS UNIDADES ESCOLARES CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2013.
MARCOS GERTLER
Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira

IPRESBS**Portaria IPRESBS 226/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 226/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 089/2013, à servidora VIVIANE DE MACEDO CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Neuropediatra, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/07/2013 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/07/2013.

São Bento do Sul, 12/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 227/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 227/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/07/2013 a 06/09/2013, concedido a servidora FRANCISCA BEIGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 021/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/07/2013.

São Bento do Sul, 10/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 228/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 228/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/07/2013 a 31/07/2013, a servidora JOSEANE DZIEDICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/07/2013 a 25/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/07/2013.

São Bento do Sul, 11/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 229/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 229/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/07/2013 a 16/08/2013, ao servidor OCLAIR CARLOS SILVEIRA SOBRINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/07/2013 a 16/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/07/2013.

São Bento do Sul, 11/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 230/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 225/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/07/2013 a 09/08/2013, a servidora CECILIA NOVAK DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/06/2013 a 11/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/07/2013.

São Bento do Sul, 05/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 231/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 231/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/07/2013 a 30/09/2013, concedido a servidora ANIZIA TARACHUK VILMIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 077/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/07/2013.

São Bento do Sul, 11/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 232/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 232/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/07/2013 a 16/08/2013, a servidora ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS RIBAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/07/2013 a 15/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/07/2013.

São Bento do Sul, 11/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 233/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 233/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/07/2013 a 16/09/2013, a servidora SIDERLENE NEVE ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/06/2013 a 03/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/07/2013.

São Bento do Sul, 11/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 234/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 234/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/07/2013 a 02/08/2013, ao servidor CARLOS PRUDENTE SODRE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/07/2013 a 22/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/07/2013.

São Bento do Sul, 12/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 235/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 235/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/07/2013 a 02/09/2013, a servidora ANDREIA KIATKOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/06/2013 a 14/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/07/2013.

São Bento do Sul, 12/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 236/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 236/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/07/2013 a 09/08/2013, a servidora SIMONE ROESLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 25/06/2013 a 09/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/07/2013.

São Bento do Sul, 12/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 237/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 237/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 09/07/2013 a 19/07/2013, a servidora DANIELE NOGUEIRA GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/06/2013 a 04/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/07/2013.

São Bento do Sul, 12/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 238/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 238/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/07/2013 a 11/10/2013, concedido a servidora JEAN CARLOS PRESTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 046/2013,

conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/07/2013.

São Bento do Sul, 12/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA**Portaria Nº 1470, de 15 de Julho de 2013.**

Concede férias a servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

-Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS as servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Sergio Roque Zappani	Operador de Máquinas	11/10/11-12	15	15/07/2013 a 29/07/2013
Claucia Teresinha Tibola	Fiscal de Vigilância Sanitária	01/12/11-12	15	15/07/2013 a 29/07/2013
Fabiana Aparecida Aiolfi Orlandi	Agente Comunitário de Saúde	02/06/10-11	10	22/07/2013 a 31/07/2013
Altair Bertozzo	Motorista	01/06/10-11	15	22/07/2013 a 05/08/2013
Gustavo Bortoli Valgoi	Farmacêutico	17/11/10-11	15	22/07/2013 a 05/08/2013
Marizete Aparecida Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	02/06/11-12	15	22/07/2013 a 05/08/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de julho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Convênio Prefe 006/2013, de 10 de Maio de 2013

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO/TERMO DE CESSÃO:

MÊS/ANO: MAIO/2013

NÚMERO: PREFE 006/2013, de 10 de maio de 2013 (Contrato de Repasse nº 772289/2012/MAPA/CAIXA).

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 10/05/2013

VALOR: R\$ 68.421,12

DESCRIÇÃO: O presente Convênio tem por objeto a cessão, por parte da SAR - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca para a Prefeitura Municipal de São Domingos, de 01 (um) Trator Agrícola, Marca Massey Ferguson, Modelo MF 4275/4, Diesel, 04 Cilindros, 75 CV, juntamente com manual de operação, manutenção e garantia.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR

CNPJ: 82.951.336/0001-02

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 31/12/2014

Aditivo Prefe N° 063/2013 de 28/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE nº 063/2013 de 28/06/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 099/2012 de 31 de dezembro de 2012 (CT 1.003.048-07/2012/Mtur/CAIXA - Processo 781772/2012).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/06/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 100304807/2012 de 31/12/2012, realizado segundo os Termos do Programa Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo (Construção de Portal de Acesso a Cidade de São Domingos SC).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MTUR

CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

Aditivo Prefe N° 064/2013 de 04/07/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JULHO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE nº 064/2013 de 04/07/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 094/2012 de 31 de dezembro de 2012 (CT 1.002.984-35/2012/MCIDADES/CAIXA - Processo 781890/2012).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/07/2013

VALOR: R\$ 493.100,00 R\$ 35.163,31= R\$ 528.263,31

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1.002.984-35/2012 de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades (Pavimentação asfáltica em trechos de diversas Ruas do Perímetro Urbano do Município de São Domingos SC).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MCIDADES

CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

Termo Aditivo de Convênio Nº 004/2013 de 27/06/13

DADOS E TEXTO:

MÊS/ANO: JUNHO/2013

NÚMERO: 4º Termo Aditivo Prefe nº 004/2013 de 27/06/13 ao Convênio Prefe nº 002/2011 de 22/08/11 (Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/06/2013

DESCRIÇÃO: O Presente Termo Aditivo tem por objetivo e finalidade de alterar o subitem 4.1 da Cláusula Quarta - Do Valor, do Anexo ao Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011/Ministério das Cidades de 22/08/11, realizado segundo os termos do programa - FNHIS - Urbanização, Regularização, e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

CONCEDENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MCIDADES/UNIÃO FEDERAL

CNPJ: nº 00.360.305/0001-04

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: nº 83.009.894/0001-08

FINAL DA VIGÊNCIA: 22/03/2014

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 1.135/2013

DECRETO Nº 1.135/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Aline Hoffmann	Auxiliar de Ensino	25/06/2013	30 horas
Ilson Vanderlei Furtado	Professor-H	25/06/2013	28 horas aulas
Luciano Alves da Rocha	Professor-H	25/06/2013	35 horas aulas
Renata Rodrigues Santiago	Auxiliar de Ensino	25/06/2013	30 horas
Ritchelly Weber da Silva	Auxiliar de Ensino	25/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 25/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.145/2013

DECRETO Nº 1.145/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Graziela Bauer Vermohler	Auxiliar de Ensino	08/07/2013	30 horas
Luana Pricila Pacheco Kempfer	Auxiliar de Ensino	08/07/2013	20 horas
Marco André Martini	Professor-H	08/07/2013	17 horas aulas
Maristela Silva da Conceição	Professor-M	08/07/2013	30 horas
Rosângela Maria da Silva	Auxiliar de Ensino	08/07/2013	20 horas
Stefanny Cabral	Auxiliar de Ensino	08/07/2013	20 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 08/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.084/2013

DECRETO Nº 1.084/2013

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Edvânia Cristina Nogueira	Professor-M	12.06.2013

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 12/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de Junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.086/2013

DECRETO Nº 1.086/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Maria Tatiana Alves de Castro	Auxiliar de Sala	20/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 20/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de Junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.098/2013

DECRETO Nº 1.098/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor WALTERSON DE FARIA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/06/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.099/2013

DECRETO Nº 1.099/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA JAQUELINE DA SILVA SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/06/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.100/2013

DECRETO Nº 1.100/2013

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SOLANGE PONCIANO CUSTÓDIA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/06/2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.134/2013

DECRETO Nº 1.134/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Daiana Morgana Gonzaga Ventura	Auxiliar de Ensino	19/06/2013	30 horas
Emanuella Batista	Auxiliar de Ensino	19/06/2013	30 horas
Jeane de Oliveira	Auxiliar de Ensino	19/06/2013	30 horas
Patricia Hipolito	Auxiliar de Sala	19/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 19/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.136 /2013

DECRETO Nº 1.136 /2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Fábio Bento dos Santos	Professor-H	01/07/2013	22 horas aulas
Pablo Monani Amorim	Professor-H	01/07/2013	20 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.137/2013

DECRETO Nº 1.137/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Admar Ribeiro Pereira	Professor-H	02/07/2013	22 horas aulas
Adriana Karla Schutz da Silva	Auxiliar de Ensino	02/07/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 02/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.138/2013

DECRETO Nº 1.138/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei

Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Elmi Inês Gomes Vieira	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	30 horas
Lourdes Cecilia Weber	Auxiliar de Sala	04/07/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 04/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.139/2013

DECRETO Nº 1.139/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	CARGA HORÁRIA
Rafaela Goulart Kuhn	Auxiliar de Sala	05/07/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 05/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.140/2013

DECRETO Nº 1.140/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Vanessa Juliana Souza	Professor-H	01/07/2013	25 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.141/2013

DECRETO Nº 1.141/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Bruna Rafaella Lopes	Professor-H	02/07/2013	36 horas aulas
Gerusa de Amorim	Professor-M	02/07/2013	30 horas
Lizziane Goedert Faccin	Professor-M	02/07/2013	40 horas
Luana Dias Alberton	Auxiliar de Ensino	02/07/2013	30 horas
Mariangela Vilela	Professor-M	02/07/2013	20 horas
Regiane Aldaleia Soares	Professor-M	02/07/2013	20 horas
Rose Alves Ribeiro	Auxiliar de Ensino	02/07/2013	30 horas
Rosimar Martinovski	Auxiliar de Ensino	02/07/2013	30 horas

Schayane Gonçalves Campos	Professor-M	02/07/2013	30 horas
Valéria Schneiders	Auxiliar de Ensino	02/07/2013	20 horas
Vanessa Shikanai Feliciano	Auxiliar de Ensino	02/07/2013	20 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 02/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.142/2013

DECRETO Nº 1.142/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Alcione de Almeida Faria	Professor-H	03/07/2013	18 horas aulas
Aline Maria Laurindo de França	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	30 horas
Ana Lúcia Machado	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Angela Carvalho de Sousa Moraes	Professor-M	03/07/2013	30 horas
Angelita Maria Hames Coelho	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	30 horas
Edna Szumanski	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	30 horas
Fernanda Cidral Muller	Professor-M	03/07/2013	30 horas
Jaqueline Vicente	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	30 horas
Jeneci Salete Verus	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Liz Raquel Alves da Silva	Professor-M	03/07/2013	30 horas
Luciana Iracema Pereira Gesser	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Márcia Regina da Silva	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Marcos Luiz dos Santos Brabo	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Maria Amélia de Jesus Freire Nascimento	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	30 horas

Maria Augusta Ouriques dos Santos	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Michelli Buzzi	Professor-H	03/07/2013	15 horas aulas
Rafael Philippe Correa	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Sandro Cardoso	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Terezinha Eleotero	Auxiliar de Ensino	03/07/2013	20 horas
Thais Karine Amaral Mangrich	Professor-H	03/07/2013	20 horas aulas
Valci Teresinha Demmer	Professor-H	03/07/2013	37 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 03/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.143/2013

DECRETO Nº 1.143/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Ana Paula e Silva	Professor-H	04/07/2013	33 horas aulas
Carine Correa	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	20 horas
Eliete Vieira Mathias	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	20 horas
Iramaia Bonnassis Cavalcante	Professor-H	04/07/2013	38 horas aulas
Izolete Eulália Silva	Professor-M	04/07/2013	30 horas
Josiane Borges Ouriques	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	30 horas
Juliane da Cruz de Castro	Professor-M	04/07/2013	20 horas
Karina Radtke	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	30 horas
Kariny Souza dos Santos	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	20 horas
Kátia Silvana Medeiros	Professor-M	04/07/2013	40 horas
Karla Viviane Muller	Professor-M	04/07/2013	20 horas
Maria Helena da Silva Nascimento	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	20 horas
Marlete Cardoso	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	30 horas

Priscila Neis	Professor-M	04/07/2013	30 horas
Renne Soares	Professor-H	04/07/2013	20 horas aulas
Sabrina Alves	Professor-M	04/07/2013	20 horas
Silvia Cristina Pereira Souza	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	30 horas
Tatiana Gonçalves Zampieri	Auxiliar de Ensino	04/07/2013	30 horas
Vanusa Marlene Coelho da Costa	Professor-M	04/07/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 04/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1.144/2013

DECRETO Nº 1.144/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Cymara Cristina de Souza Aguiar Pacheco	Professor-M	05/07/2013	40 horas
Elis Tatiane Pereira	Professor-M	05/07/2013	30 horas
Flávio Theodósio Junkes	Auxiliar de Ensino	05/07/2013	20 horas
Francine Hubert de Souza	Professor-H	05/07/2013	18 horas aulas
Gisele Valmira de Souza	Auxiliar de Ensino	05/07/2013	30 horas
Gizeuda Alexandre da Silva	Auxiliar de Ensino	05/07/2013	30 horas
Janaina Kassie Mendes Marin	Professor-M	05/07/2013	20 horas
Jaqueline Nunes	Auxiliar de Ensino	05/07/2013	30 horas
Jocélia Cristina Elias	Auxiliar de Ensino	05/07/2013	30 horas
Josiane Pereira de Freitas	Professor-M	05/07/2013	20 horas
Leandro César de Souza	Professor-M	05/07/2013	30 horas
Lilian Fernanda Rocha Goulart Gasperini	Professor-M	05/07/2013	20 horas

Luciane da Silva Madalena	Professor-M	05/07/2013	20 horas
Maria Aparecida Soares Teixeira	Auxiliar de Ensino	05/07/2013	20 horas
Marivone Terezinha Teixeira Nunes	Professor-M	05/07/2013	20 horas
Mayra Aparecida de Mattos	Auxiliar de Sala	05/07/2013	30 horas
Neusete Teresinha Rosa	Professor-M	05/07/2013	30 horas
Priscyla Kelly Pereira Gonçalves	Professor-M	05/07/2013	30 horas
Sarah de Sousa Silvestre	Professor-H	05/07/2013	15 horas aulas
Silvania Borba Rosa	Professor-M	05/07/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 05/07/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de Julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto Nº 1115/2013

DECRETO Nº 1115/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado "A PEDIDO" o servidor ILMAR MACALOSSI DORIGON, ocupante do cargo de Assessor II Administrativo - CCM 2, com lotação na com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1119/2013

DECRETO Nº 1119/2013

DECRETA ÁREA DE FESTA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada área de festa, nos dias 03 e 04 de agosto do corrente ano, toda a área que envolve a Avenida Assis Brasil, ente os números 6.130 e 6.296, tendo em vista a realização da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1148/2013

DECRETO Nº 1148/2013

EXONERA SERVIDORA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora LUCIANA DA SILVA, ocupante do cargo de DIREÇÃO IV de CEM- CCM 7, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1149/2013

DECRETO Nº 1149/2013

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2013, os seguintes servidores:

Como Membros Efetivos e sob a Presidência do primeiro: CARLOS ALFREDO SCHMIDT, REJANE MAGALI DOS SANTOS MEDEIROS, EDSON MARCOS REIS e PAULO DUTRA, todos ocupantes de cargo efetivo.

Como Membros Suplentes: KETY TERESINHA DA SILVA TRIER-VEILER, HUMBERTO ALCINO DA SILVA, e ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS, todos ocupantes de cargo efetivo.

Art. 2º - Fica concedido à Comissão Permanente de Licitação, poderes de assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 1120/2013, retroagindo seus efeitos a 08 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1150/2013

DECRETO Nº 1150/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada "A PEDIDO" a servidora, CARLA RIBEIRO

DOS SANTOS, ocupante do cargo de Assessor Pedagógico I-CCM1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1151/2013

DECRETO Nº 1151/2013
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, MADALENA DUTRA, ocupante do cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1152/2013

DECRETO Nº 1152/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, ERIC MORITZ SILVEIRA para exercer o cargo de Diretor III de CEM - CCM-6, com lotação na Secretaria da Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1154/2013

DECRETO Nº 1154/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado, EDSON ROBERTO DA SILVA para exercer o cargo de Direção I de CEM - CCM-4, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1158/2013

DECRETO Nº 1158/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, JOSIANE DA SILVEIRA RIBEIRO para o cargo em comissão de Diretor de Saúde da Família - CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 212/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1164/2013

DECRETO Nº 1164/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, SUÉLYN OLIVEIRA DE SOUZA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1165/2013

DECRETO Nº 1165/2013
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado, PEDRO HENRIQUE BOLL para exercer o cargo de Diretor IV de CEM- CCM 7, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 906/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1166/2013

DECRETO Nº 1166/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, MAURÍCIO KIMMEL para exercer o cargo Diretor de Geração de Trabalho e Renda - CCM 7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1168/2013

DECRETO Nº 1168/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, CHARLES AUGUSTO MACÁRIO para o cargo em comissão de Assessor I Administrativo - CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei nº 4.283/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1178/2013

DECRETO Nº 1178/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada, DENISE PAZ DE BRUM para o cargo em comissão de Diretor I de Centro de Saúde - CCM 4, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1180/2013

DECRETO Nº 1180/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, CELSO JOÃO DE SOUZA JUNIOR para exercer o cargo de Diretor III de CEM - CCM-6, com lotação na Secretaria da Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1181/2013

DECRETO Nº 1181/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado, JOSÉ MAURO SCHROEDER D'AVILA para exercer o cargo de Direção I de CEM - CCM-4, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1182/2013

DECRETO Nº 1182/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, EDVALDA ERONDINA DAMÁZIO para exercer o cargo de Assessor II ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Ordinária nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1183/2013

DECRETO Nº 1183/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada SANDRA MARANGONI, para exercer o cargo de Assessor Técnico Planejamento Institucional - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 11 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1185/2013

DECRETO Nº 1185/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada JOSIANE ANTUNES, para exercer o cargo de Assessor Técnico Assuntos Estudantis - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 12 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 1186/2013

DECRETO Nº 1186/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, LORRAINA NAIRA STAHELIN para o cargo em comissão de Coordenador de Contabilidade - CCM 5, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o decreto 617/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº1156/2013

DECRETO Nº1156/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada SARA DO ROCIO TEODORO, para exercer o cargo de Assessor III Administrativo - CCM4, com lotação no Gabinete do Vice Prefeito, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Termo Aditivo Nº 006/Pmsj/Semas/FMAS/2013

TERMO ADITIVO Nº 006/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 007/2013 QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO REDENÇÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado o INSTITUTO REDENÇÃO, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.197.909/0001-35, estabelecido(a) à Rua das Torres, nº 40, Areias do Meio, Governador Celso Ramos - SC, representado pelo Presidente, Senhor ALCEU DAUD MELO, portador da C.I. nº 44.741.235, CPF nº 41849256187, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 007/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo única e exclusivamente a adequação meramente formal ao Termo Aditivo nº 0040/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, em sua Cláusula Primeira, passando a ter a seguinte redação:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Convênio n. 007/2013, previsto na Cláusula oitava, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013. Portanto, ficam mantidos os pagamentos do total de 10 (dez) capacidades instaladas previstas e especificadas no termo de Convênio n. 007/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas do Convênio n. 007/2013 não modificadas por termo aditivo posterior e pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

São José, SC, 10 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO

Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____

ALCEU DAUD MELO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF/MF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF/MF: _____

Assinatura: _____

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo Aditivo Nº 007/Pmsj/Semas/FMAS/2013
TERMO ADITIVO Nº 007/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 008/2013 QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO REDENÇÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado o INSTITUTO REDENÇÃO, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.197.909/0001-35, estabelecido(a) à Rua das Torres, nº 40, Areias do Meio, Governador Celso Ramos - SC, representado pelo Presidente, Senhor ALCEU DAUD MELO, portador da C.I. nº 44.741.235, CPF nº 41849256187, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo única e exclusivamente a adequação meramente formal ao Termo Aditivo nº 0050/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, em sua Cláusula Primeira, passando a ter a seguinte redação:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência constante na Cláusula oitava do Convênio nº. 008/2013, alterado pelo Termo Aditivo nº 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013. Portanto, ficam mantidos os pagamentos do total de 50 (cinquenta) capacidades instaladas previstas e especificadas no termo de Convênio nº. 008/2013, com alteração ocorrida por intermédio do Termo Aditivo nº 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas do Convênio nº. 008/2013 não modificadas por termo aditivo posterior e pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

São José, SC, 10 de julho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO
Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____
ALCEU DAUD MELO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF/MF: _____
Assinatura: _____

CPF/MF: _____
Assinatura: _____

Edital Nº 004/2013

EDITAL Nº 004/2013

PAUTA PERMANENTE DE JULGAMENTO EM 2ª INSTÂNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

Art. 1º - O Conselho Municipal de Contribuintes - Decreto Municipal nº 30.828/2009, com sede nesta cidade, na Avenida Acioni Souza Filho, 403 - Beira Mar São José, Praia Comprida - São José/SC, através de seu Presidente Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos, nos termos do art. 179 do código Tributário Municipal, faz publicar edital da pauta de julgamentos em 2ª instância dos processos abaixo relacionados, que são realizados todas as quintas-feiras, às 12:45h., na sala de Reuniões da Procuradoria Geral do Município de São José. Esclareço que os recursos que não forem julgados na semana serão automaticamente pautados para as reuniões subsequentes.

Ordem	Nº Processo Principal	Recorrente-Contribuinte
01	12.604/2009	Maria da Luz Carpes da Costa

São José, 08 de julho de 2013
FRANCISCO A. L. DE MACEDO CAMPOS
Presidente



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1648/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1648/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDS4939	55918517D	5371/0	11/02/2013	R\$ 85,12	180
KMY2885	55916222D	5460/0	11/03/2013	R\$ 85,12	181 * IX
LYD6096	55160284C	5452/2	02/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LYK6147	55914874D	5452/1	15/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LZI3198	55911925D	5452/1	20/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAS1024	55916911D	5541/4	25/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT2633	55918929D	5452/1	11/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBG4430	55914919D	5550/0	25/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCL6805	55919962D	5452/1	12/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCV9134	55918506D	5738/0	09/02/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDC1158	55920214D	5380/0	12/04/2013	R\$ 85,12	181 * I
MDC1158	55920216D	7030/2	12/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
MDK1017	55919357D	5541/5	27/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD8295	55916210D	5738/0	11/02/2013	R\$ 191,53	186 * II
MFO3481	55913802D	7030/1	01/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGW5642	55916349D	5452/2	25/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHB5271	55160295C	5185/1	11/01/2013	R\$ 127,69	167
MHD4213	55910361D	7366/2	07/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHK8072	55917798D	5460/0	03/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MHR4194	55054843D	5185/1	03/03/2013	R\$ 127,69	167
MHV9056	55913107D	7056/1	17/01/2013	R\$ 191,53	244 * III
MIF3127	55917731D	5460/0	03/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIN5612	55917742D	5541/4	03/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS3357	55061681D	5185/1	16/02/2013	R\$ 127,69	167
MIS3357	55061682D	5231/1	16/02/2013	R\$ 85,12	172
MKQ6247	55919621D	6858/0	04/03/2013	R\$ 85,12	231 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE JULHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1176/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1176/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEP4441	55655467C	5185/1	27/02/2013	R\$ 127,69	167
AFC4055	55637745C	7366/2	08/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AFX5555	55656331C	5185/1	01/04/2013	R\$ 127,69	167
AGI8352	55130213C	5185/1	18/01/2013	R\$ 127,69	167
AKX9555	55654130C	5185/1	26/01/2013	R\$ 127,69	167
DJC3333	55654247C	5720/0	27/02/2013	R\$ 127,69	186 * I
DXY5851	55656918C	5703/0	09/04/2013	R\$ 85,12	185 * I
EBJ6516	55655528C	5185/1	28/02/2013	R\$ 127,69	167
HDK6630	55646638C	7366/2	18/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
HDK6630	55646639C	5835/0	18/12/2012	R\$ 127,69	195
HRF3796	55650045C	7366/2	22/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
JLG5950	55651045C	6564/0	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * II
KZZ7026	55652363C	5568/0	02/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LWT0843	55653172C	5185/1	23/01/2013	R\$ 127,69	167
LWZ5033	55652955C	5185/1	23/01/2013	R\$ 127,69	167
LXJ2668	55654228C	5185/1	03/02/2013	R\$ 127,69	167
LXY7308	55656888C	5215/2	17/04/2013	R\$ 191,53	170
LYD4941	55656259C	5460/0	28/03/2013	R\$ 85,12	181 * IX
LYM3758	55634186C	5541/4	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZF8292	55652147C	5460/0	02/01/2013	R\$ 85,12	181 * IX
LZR3695	55652626C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MAF6565	55651461C	5932/0	07/11/2012	R\$ 191,53	203 * II
MAL7964	55655730C	5185/1	20/03/2013	R\$ 127,69	167
MAR3971	55652628C	5185/1	21/01/2013	R\$ 127,69	167
MAZ2170	55653254C	5541/1	17/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL1011	55652282C	5452/1	21/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBL9178	55656409C	5568/0	05/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBO5456	55653708C	7366/2	25/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBT5632	55630195C	5541/5	03/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY0121	55648737C	5185/1	09/12/2012	R\$ 127,69	167
MBY3568	55654965C	7366/2	21/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCA2336	55130231C	5541/4	06/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH2956	55654570C	5703/0	08/02/2013	R\$ 85,12	185 * I
MCH7200	55652170C	5185/1	09/12/2012	R\$ 127,69	167
MCR8140	55652726C	7366/2	14/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCR8140	55656474C	5509/0	09/04/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MCT0355	55655628C	7366/2	19/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDI6916	55656296C	5452/1	05/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDO9432	55652699C	5819/1	22/01/2013	R\$ 574,61	193
MDU9142	55656204C	5550/0	31/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEB3123	55654664C	5819/6	07/02/2013	R\$ 574,61	193
MEX2254	55651123C	5185/1	14/01/2013	R\$ 127,69	167
MFA0049	55652144C	5452/1	02/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFG4019	55655260C	5550/0	25/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFK7466	55650882C	5460/0	08/12/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MFP4237	55651951C	5720/0	07/12/2012	R\$ 127,69	186 * I
MFR5892	55653980C	5460/0	26/03/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFV0637	55656836C	7366/2	09/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFV9073	55656534C	5185/1	05/04/2013	R\$ 127,69	167
MGA2999	55654002C	5819/6	07/02/2013	R\$ 574,61	193
MGI9548	55634197C	5550/0	19/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGL7170	55652086C	5550/0	08/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGP7873	55654744C	7030/1	07/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGY9049	55652816C	5550/0	16/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHB2922	55654583C	5550/0	04/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHE8069	55656824C	5550/0	09/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHK6273	55653323C	5819/6	24/01/2013	R\$ 574,61	193
MHL9519	55656253C	5452/7	28/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHN1317	55654287C	5185/1	03/02/2013	R\$ 127,69	167
MHP6924	55654655C	5819/6	06/02/2013	R\$ 574,61	193
MHS0219	55650886C	5460/0	08/12/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MID4163	55652354C	5541/4	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE0326	55653400C	5509/0	05/02/2013	R\$ 85,12	181 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE5910	55655643C	7366/2	27/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIL2592	55653910C	5185/1	29/01/2013	R\$ 127,69	167
MIL8180	55653093C	5185/1	16/01/2013	R\$ 127,69	167
MIN5612	55653025C	5550/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIN5612	55653419C	5541/4	03/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN7711	55653076C	5185/1	16/01/2013	R\$ 127,69	167
MIW3672	55634233C	5568/0	03/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJB6449	55641362C	6122/0	23/11/2012	R\$ 191,53	214 * I
MJD8521	55653222C	7366/2	22/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJM5196	55656490C	5541/4	17/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY4186	55651625C	6050/1	09/01/2013	R\$ 191,53	208
MKI2881	55652099C	5452/1	21/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKT0821	55654814C	5185/1	13/02/2013	R\$ 127,69	167
MLA1079	55655658C	6947/2	14/04/2013	R\$ 127,69	235
MNB5867	55656725C	5479/0	27/04/2013	R\$ 85,12	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE JULHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1646/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1646/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES5058	55920659D	5550/0	30/05/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE JULHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1175/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1175/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BID8318	55657099C	5452/1	18/05/2013	181 * VIII
GOA2336	55657574C	5460/0	20/05/2013	181 * IX
MHE2042	55658246C	5452/1	26/05/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 15 DE JULHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 101/2013**

Portaria nº 101/2013

Considerando que os contratos devem se executados fielmente pelas partes de acordo com a lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear o Servidor GABRIEL NIENCHOTTER, para gerir o contrato nº 014/2009 da empresa Primer Produção e Locação Ltda ME, contrato nº 025/2009 da empresa Primer Produção e Locação Ltda ME e o contrato decorrente do Processo de compra nº 17/2011 da empresa Decisão Comunicação LTDA, firmados com a Câmara Municipal de São José.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Portaria Nº 102/2013

Considerando que os contratos devem se executados fielmente pelas partes de acordo com a lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear o Servidor VALMOR JOSÉ HEBERLE, para gerir o contrato nº 004/2010 da empresa ADSERVI Administradora de Serviços Ltda, Ata de registro de preço nº 001/2013 da empresa Arte Máxima Indústria e Comércio Ltda, contrato nº 001/2013 da empresa Célia Regina W. Sani ME, contrato nº 002/2013 da empresa Las Comércio Ltda ME, Ata de registro de preço nº 002/2013 da empresa D&M Oficina Mecânica Ltda, contrato nº 024/2009, da empresa Green Card S/A Refeições Comércio e Serviços, contrato nº 009/2010 da empresa Khronos Segurança Privada Ltda, contrato nº 003/2013 da empresa Peres Muller Ltda e o convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (FEPESE), firmados com a Câmara Municipal de São José.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Portaria Nº 103/2013

Portaria nº 103/2013

Considerando que os contratos devem se executados fielmente pelas partes de acordo com a lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear o Servidor MAURICIO LUIZ SCHMITT, para gerir o contrato nº 005/2012 da empresa Becker Comércio e Locação de Máquinas Copiadoras Ltda ME, contrato nº 002/2011 da empresa Claro S/A, contrato nº 029/2009, da empresa Digital Tecnologia e Serviços Ltda, contrato nº 001/2011 da empresa Lancer Soluções em Informática Ltda, contrato nº 027/2012 da empresa Neomap TI Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda, contrato nº 032/2012 da empresa Tecnosuporte soluções Corporativas Ltda ME, contrato nº 005/2013 da empresa Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), e o contrato decorrente do Processo nº 005/2012 da empresa Becker Comércio e locação de Máquinas Copiadoras Ltda ME, firmados com a Câmara Municipal de São José.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Extrato de Contrato Nº. 006/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2013

CONTRATO Nº: 006/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Fornecimento de solução informatizada para Gestão Pública, nos seguintes módulos de Contabilidade Tesouraria e Orçamento Público, Compras, Licitações e Contratos, Almoxarifado, Patrimônio Público, Gestão de pessoas e ponto eletrônico para funcionamento das atividades da Câmara Municipal.

Disposição Legal: art. 24, IV da Lei n.º 8.666/1993

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.11.00.00.00

VALOR R\$: 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 26/06/2013 à 23/09/2013 (90 dias)

Extrato de Contrato Nº. 007/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 007/2013

CONTRATO Nº: 007/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: NEOMAP TI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico em Administração de Redes e Administração de Servidores Windows e Linux da Câmara Municipal de São José.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.47.00.00.00 (13)

VALOR TOTAL (12 MESES): R\$ 69.000,00

VIGÊNCIA: 01/07/2013 à 01/07/2014

Ata da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária, do Primeiro Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Cat

Presidente: Sanderson Almedci de Jesus - PMDB

Secretário : Meri Terezinha de Melo Hang - PSD

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência e secretaria dos Titulares. Pela lista de presença à Sessão, foi constada o comparecimento de todos os Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente solicitou à Senhora Primeira Secretária que proferisse a leitura da ata da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária, que posta em votação foi aprovada por doze votos favoráveis, com as ressalvas: 1) da Vereadora Meri Terezinha de Melo Hang - PSD, que solicitou que constasse a aprovação em Primeira Discussão, por onze votos favoráveis do Projeto de Lei nº 80/2013, da Mesa, que altera o Parágrafo único do Art 12 da 4.696, o Anexo 1º da Lei 4696, alterado pela Lei 5.692, e o anexo 7 da Lei 4.692/2008, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de São José e dá outras providências. 2) Do Vereador Sanderson Almedci de Jesus - para que constasse sua Manifestação de Voto ao Requerimento do Vereador Túlio Maciel para que o Executivo Encaminhasse para votação nesta Casa o novo Plano Diretor. Disse ser favorável a que seja votado um novo Plano Diretor da Cidade, mas entende que não existe um novo Plano Diretor, e por entender que deveria ser citado o Projeto de Lei do Plano Diretor que está com o Executivo. Disse que sua preocupação é que se vier a esta Casa um Novo Plano Diretor, este terá que ir às Comissões para depois ser votado. Disse que o entendimento mais comum é que seja encaminhado para votação o Projeto elaborado em 2004, para o qual já foram realizadas as audiências públicas. Manifestou-se pela ordem o Vereador Adriano de Brito - PR, que solicitou autorização da presidência para afastar-se da sessão, para participar de uma reunião previamente agendada. A seguir foi lida a relação das matérias da presente sessão e em continuidade, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a Tribuna a Vereadora Meri Terezinha de Melo Hang - PSD, dizendo ter sido realizada Reunião com a Comunidade para tratar dos problemas da Lagoa de Estabilização da CASAN, onde ficou acertada que teria como prioridade as questões das obras. Foi também naquela oportunidade criada uma Comissão, que será presidida pelo Vereador Francisco Bento da Costa Silvy, que irá fazer uma nova avaliação do contrato daquela companhia com o município de São José. Ficou combinado também que da AGES-SAN, agência reguladora de Água e Saneamento Básico, faria uma manifestação junto à CASAN, o que foi feito no dia 28 de junho, quando a Agência encaminhou notificação com avaliação que fez na Lagoa de Estabilização. Disse que a notificação deu quinze dias para a manifestação da Companhia. Disse que já foi recebida a resposta, de que as lonas serão imediatamente recuperadas, que a compra dos queimadores de gases já foi licitada. Continuando a oradora sugeriu ao Presidente da Comissão, que convide a AGES-SAN a ter um representante na Comissão. Continuando a oradora comentou já ter realizado a primeira Reunião da Comissão de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e na próxima semana será realizada a segunda. Disse que o primeiro encaminhamento foi buscar a retomada dos trabalhos do departamento do Hospital Regional, que atendia à mulheres vítimas de agressão. Foi também solicitada a manutenção de um médico legista no hospital, para atender não somente aos óbitos mas também às outras vítimas. Disse que foi solicitado também que fosse mantida uma unidade da Defensoria Pública, na cidade, para atender às vítimas e suas famílias, que não tem atendimento jurídico gratuito na cidade. Citou exemplo da Senhora Pâmela que foi queimada com álcool por seu companheiro e após uma luta por sua recuperação, veio a falecer. Continuando a oradora disse ter feito solicitação à Prefeita, e ao Secretário da Saúde, para que o Município disponibilizasse às meninas a vacina contra o vírus HPV, que previne o

aparecimento do Câncer do Colo do Útero. Disse que ficou feliz ao saber que a partir de 2014 o governo Federal irá disponibilizar a vacina a todas as meninas de nove a quatorze anos. Em aparte o Vereador Geraldo Swiech, disse que o Câncer de Colo de Útero é a segunda maior causa de mortalidade feminina no Brasil. Disse que ideal seria que fossem imunizadas todas as meninas antes da iniciação sexual. Tendo o Vereador Túlio Maciel, declinado do uso da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Francisco Bento da Costa Silvy - PT, que manifestou sua indignação com a segurança pública do município, que as vezes faz com que acredite não haver mais solução. Disse já ter sido procurado por várias lideranças e comerciantes, apavorados com a insegurança nos bairros. Apresentou números alarmantes que não expressam a grandeza dos fatos, uma vez que a maioria dos casos não são registrados. Lamentou que para agravar a situação, Companhia da Polícia Militar de Campinas foi transferido para o Bairro Fazenda Santo Antonio, o que irá agravar em muito o problema. Disse nada ter contra o Bairro fazenda, mas a polícia não pode deixar um bairro para ir para outro. Registrou o grande número de furtos que está acontecendo no Loteamento Luar e no Bairro Serrarias. Em aparte o Vereador Clonny Capistrano Maia de Lima, disse que a Companhia de Polícia saiu de Campinas, porque a Prefeitura rompeu o contrato de locação da sede, deixando de cumprir o compromisso que tinha com o Governo do Estado. Disse que a sede da fazenda foi doada para a Polícia que não terá mais aluguel. Também em aparte o Vereador Michel da Silva Schlemper registrou que os foram fechados postos policiais nos bairros Ipiranga de Barreiros, Jardim Cidade de Florianópolis, Bela Vista, entre outros, o que agravou em muito a insegurança em toda a cidade. Disse que a segurança não está sendo priorizada na cidade, pois os postos construídos pelo município estão sendo fechados e utilizados para outros fins. Retomando a palavra o Vereador Francisco Silvy, disse não fazer críticas à Polícia Militar, e sim ao Governo do Estado que não tem renovado o efetivo e sequer mantém a estrutura existente. Disse que é do Governo do Estado a obrigação com a segurança e não do município. Em aparte o Vereador Geraldo Swiech - PT, disse ter participado de reuniões do CONSEG e de outras reuniões, onde ouviu do Coronel Vinícius, de que o grande problema é de efetivo, que não é renovado. Os policiais se aposentam e não são contratados novos, com o efetivo reduzindo ao mesmo tempo em que a cidade cresce. Retomando a palavra o Vereador Francisco Silvy, lembrou as barbaries que aconteceram no início do ano com inúmeros casos de incêndio de ônibus. Disse que somente foi tomada uma atitude quando um carro do Governo do Estado foi incendiado. Continuando o orador enalteceu a luta de vereadores desta Casa, em manifestações apelando pela melhoria da segurança. Não estando mais em plenário o Vereador Adriano de Brito, ocupou a tribuna o Vereador Neri Osvaldo do Amaral, dizendo ter feito um comentário na tribuna sobre as áreas rurais da cidade e teve a felicidade de ter recebido ofício do Presidente do Sindicato Rural, trazendo dados sobre o plantel de gado, equinos e bovinos da cidade, bem como o número de produtores atuantes. Continuando comentou que vivemos também uma insegurança política no país, e precisamos pressionar nossos deputados e senadores para efetivar a reforma política. Disse que não precisamos de plebiscito para isto, basta apenas uma emenda constitucional. Disse que a reforma é simples e em sua opinião o que deveria ser mudado era proibir a reeleição, Colocar as eleições para todos os cargos em um só dia, reduzir o número de partidos, acabando com os partidos de aluguel e com as coligações, para que tenhamos uma política mais clara. Disse que coligação é sinônimo de acerto e conchavo e não é bom para o país. Continuando comentou sobre a segurança pública, que está abandonada, com vários postos tendo sido fechados por falta de efetivo. Ressaltou que o aumento do número de assaltos e roubos está ocorrendo por toda a cidade. Disse que agora existe uma lei que policial tem que ter nível superior, no entanto não se consegue contratar um profissional de nível superior com o salário oferecido. Continuando o orador lembrou ter feito críticas a instalação do estaleiro da Empresa OLX, e hoje já sabemos que tinha

total razão. Estando esgotado o prazo do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Inicialmente foi posto em deliberação em Discussão Única o Requerimento nº 052, do Vereador Orvino Coelho de Ávila, tendo este solicitado a retirada dos requerimentos nº 052 e 053 de sua autoria, constantes da pauta, o que foi provado por unanimidade. Ainda em Discussão Única, foi posto em deliberação e aprovado por onze votos favoráveis o Requerimento nº 054/2013 do Vereador Moacir da Silva - PMDB, que solicita a Chefe do Executivo que encaminhe a esta Casa o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico. Em Segunda Discussão, foi aprovado por onze votos favoráveis, Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº- 080/2013, da Mesa Diretora, que altera o parágrafo único do art. 12, da Lei nº- 4.696/2008, o anexo I, da Lei nº- 4.696, alterado pela Lei nº- 5.172/2012 e o anexo VII da Lei nº- 4.696/2008, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José. Em Primeira Discussão. Foi aprovado por nove votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº- 063/2013, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a concessão de passagens e diárias para Vereadores e Servidores do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São José - CMSJ e dá outras providências. Também em Discussão Única, foi aprovado por dez votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; da Comissão de educação, Cultura, Saúde e Assistência Social e defesa do Consumidor e da Comissão de Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº- 071/2013, de Diversos Vereadores, que autoriza o poder executivo a celebrar convênios com associações, ONG'S e/ou Entidades que realizem atendimento veterinário no Município de São José e dá outras providências. Não havendo mais matérias a serem deliberadas e estando esgotado o prazo regimental da Presente Sessão o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando a todos para uma Ordinária, Quarta feira em horário regimental.

São José (SC), 08 de julho de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS GERALDO SWIECH

Presidente Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

1º Secretário Segundo Secretário

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 11/07/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 11/07/2013 até 11/07/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		130.421,89
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	43,38
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	43,38
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	43,38
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	26,02
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	10,85
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	6,51
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	130.387,18
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	130.387,18
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	78.232,31
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	52.154,87
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-8,67
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-8,67
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-8,67

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/07/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.946/2013

LEI Nº1.946/2013

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Anual para o exercício de 2014, será elaborado segundo as diretrizes de que trata esta Lei.

Art. 2º O Orçamento anual abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, os Fundos Municipais da: Saúde, Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo de Habitação de Interesse Social de Schroeder, estes como unidades gestoras independentes, além do Fundo Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor, estes como unidades orçamentárias pertencentes ao orçamento geral do município.

Art. 3º A manutenção das atividades, bem como a conservação e recuperação de bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.

Art. 4º Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 5º Os projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida do município.

Art. 6º Fica o Município autorizado a conceder transferência de recursos financeiros ao:

I – Fundo Municipal da Saúde;

II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Fundo Municipal da Assistência Social;

IV – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

V – Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá estudos, sempre que necessário, visando introduzir modificações na administração tributária do Município para:

I – Adequar o Código Tributário Municipal ao Sistema Tributário Nacional;

II – Manter o cadastro imobiliário do município atualizado, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos de impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

III – Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, principalmente no que se refere à pavimentação de ruas;

IV – Rever critérios de cobrança de taxas, para mantê-las adequadas ao custo real dos serviços que constituem os respectivos geradores;

V – Executar a cobrança da Dívida Ativa;

VI – Promover reajuste do IPTU e Unidade Fiscal Municipal;

VII – Refinanciamento de Dívidas Tributárias.

Art. 8º Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-á:

I – A despesa fixada não será superior à receita estimada;

II – Na estimativa das receitas serão considerados os valores efetivamente arrecadados nos exercícios de 2010, 2011, 2012 e a tendência do exercício de 2013, acrescidos da inflação além do crescimento econômico projetados para 2014, recursos de operação de crédito e convênios advindos de projetos devidamente encaminhados ao governo Estadual e Federal;

III – O pagamento dos serviços da dívida de pessoal e encargos e a manutenção das atividades terão prioridades sobre as ações de expansão.

Art. 9º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual de Aplicação, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 10. O chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, promovendo o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação acompanhado do cronograma de execução da despesa.

§ 1º As metas de arrecadação da receita serão baseadas na previsão de arrecadação das receitas correntes e de capital. As receitas de capital serão compostas por alienação de ativos, de operação de crédito e da soma dos valores constantes nos projetos encaminhados ao governo Estadual e Federal para realização de obras e investimentos.

§ 2º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado o total da receita efetivamente arrecadada bem como a despesa realizada no exercício, além do resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observando-se a vinculação da destinação de recursos.

§ 3º Na execução do orçamento, se ficar evidenciado que a receita arrecadada poderá ficar abaixo da programação da despesa, o Poder Executivo adotará medidas para limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se a destinação de recursos, nas seguintes situações:

I – Contrapartidas para projetos ou atividades vinculados a convênios, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que não iniciadas;

III – Centralização do uso de veículos e maquinários, reduzindo o gasto com combustível;

IV – Redução do uso de telefones e energia elétrica nos ambientes de fácil luminosidade;

V – Promoção de estudos com os diversos setores da municipalidade para implementar outros mecanismos capazes de garantir o equilíbrio das contas públicas.

Art. 11. As metas fiscais das receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, de que trata o art.4º, § 1º, da Lei Complementar nº101/2000, estão identificados através de Anexos, que farão parte integrante desta lei, de acordo com a seguinte especificação:

ANEXO I – Metas Anuais para os exercícios de 2014, 2015, 2016, em valores correntes e constantes;

ANEXO II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

ANEXO III - Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

ANEXO IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

ANEXO V - Origem e aplicação dos Recursos obtidos com a alienação de ativos;

ANEXO VI – Avaliação da Situação Financeira e atuarial do RPPS;

ANEXO VII – Estimativa e Compensação de renúncia da receita;

ANEXO VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuo;

ANEXO IX – Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências.

ANEXO X – Prioridades e metas para fixação das receitas;

ANEXO XI – Prioridades e metas para fixação das despesas.

Parágrafo único. As prioridades e metas fixadas no Anexo XI ficam condicionadas a disponibilidade financeira para a sua execução;

Art. 12. De acordo com Lei específica, o Município fica autorizado a aplicar o regime de adiantamento aos servidores e conselheiros municipais para despesas de viagem, participação em cursos, seminários, bem como outros eventos de interesse municipal.

Art. 13. Não serão concedidos adiantamentos:

I – A responsável por dois adiantamentos;

II – A responsável com prazo de prestação de contas vencido;

III – A responsável que dentro do prazo fixado, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas.

Art. 14. Somente serão concedidos repasses financeiros a título de subvenção, auxílios, contribuições às entidades legalmente constituídas e que não apresentem pendências junto à fazenda municipal ou prestações de contas em atraso.

Art. 15. Não serão concedidos repasses financeiros a entidades responsáveis por dois adiantamentos consecutivos sem apresentar prestação de contas do repasse anterior.

Art. 16. As entidades que pretendem receber repasses financeiros do município devem apresentar ao executivo municipal projeto de execução das despesas a serem realizadas, contendo descrição de sua aplicação bem como o levantamento dos custos para execução do projeto.

Art. 17. As entidades que receberem repasses financeiros do município terão prazo de até 60 dias da data do recebimento dos recursos para prestação de contas, ficando sujeito à devolução dos recursos caso não seja comprovada a devida aplicação conforme descrição no artigo anterior.

Art. 18. O Município de Schroeder fica autorizado realizar a revisão do plano de cargos e salários e conceder revisão e/ou reajuste salarial mediante lei complementar.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 19. Dentro das necessidades, fica o município autorizado a realizar Concurso Público Municipal de acordo com o Artigo 37, Inciso II, da CF de 1988, bem como processo seletivo para admissão em caráter temporário, conforme cargos previstos em legislação específica.

Art. 20. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra a referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. As contratações de mão-de-obra cujas atividades ou funções não estão relacionadas no Plano de Cargos do Município não serão consideradas como substituição de servidores.

Art. 21. As despesas com pessoal e encargos sociais não poderão exceder o limite estabelecido na Lei Complementar nº101/2000, adotando-se as seguintes medidas caso a despesa ultrapasse os limites:

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras;

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – Pedido de Demissão Incentivada, conforme lei específica.

Art. 22. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo até 30 dias antes do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município.

Art. 23. Na elaboração do Orçamento Geral do Município, serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta Lei.

Art. 24. As despesas com manutenção e o desenvolvimento do ensino e Saúde observarão o limite mínimo fixado na Constituição Federal do Brasil.

Art. 25. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 26. O orçamento assegurará recursos destinados à Reserva Orçamentária, não superior a 10% (dez por cento) da despesa fixada.

Art. 27. A abertura de créditos suplementares será assegurada

pela Lei Orçamentária até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada.

Art. 28. O Poder Executivo fica autorizado a remanejar através de Decreto as dotações de um elemento para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como realizar suplementações orçamentárias com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente e superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 29. Os recursos oriundos de convênio não previstos no orçamento, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fonte de recursos para créditos adicionais suplementares de projeto e atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Os excessos de arrecadação das fontes de recursos dos repasses de convênios serão considerados de acordo com o objeto do repasse;

Art. 30. O projeto de lei da proposta orçamentária deverá ser devolvido ao Executivo para sanção antes do término do exercício financeiro, até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 31. O Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito, observando os limites de capacidade de endividamento do Município, em conformidade com as exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e outros municípios, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 33. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na da publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 9 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2014

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 1º

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	47.368.736,00	44.701.876,16		50.210.860,16	47.700.317,15		53.223.511,77	50.828.453,74	
Receitas Financeiras ou Não Primárias	1.404.600,00	1.325.521,02		428.876,00	407.432,20		454.608,56	434.151,17	
(-) Operação de Crédito	1.000.000,00	943.700,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Rendimento de Aplicação Financeira	364.600,00	344.073,02		386.476,00	367.152,20		409.664,56	391.229,65	
(-) Alienação de Ativos	40.000,00	37.748,00		42.400,00	40.280,00		44.944,00	42.921,52	
Total das Receitas Primárias (I)	45.964.136,00	43.376.355,14		49.781.984,16	47.292.884,95		52.768.903,21	50.394.302,57	
Despesa Total	47.368.736,00	44.701.876,16		50.210.860,16	47.700.317,15		53.223.511,77	50.828.453,74	
Despesas Financeiras ou Não primárias	1.345.000,00	1.269.276,50		1.211.000,00	1.150.450,00		334.000,00	318.970,00	
(-) Juros e Amortização da Dívida Interna	1.345.000,00	1.269.276,50		1.211.000,00	1.150.450,00		334.000,00	318.970,00	
Total das Despesas Primárias (II)	46.023.736,00	43.432.599,66		48.999.860,16	46.549.867,15		52.889.511,77	50.509.483,74	
Resultado Primário (I – II)	-59.600,00	-56.244,52		782.124,00	743.017,80		-120.608,56	-115.181,17	
Resultado Nominal	-107.776,78	-101.708,95		-749.227,65	-716.793,09		1.008.248,99	955.142,09	
Dívida Pública Consolidada	1.835.625,68	1.732.279,95		694.444,42	659.722,20		361.111,06	344.861,06	
Ativo Disponível	2.633.535,96	2.485.267,89		2.241.582,35	2.129.503,23		900.000,00	859.500,00	
Haveres Financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Total da Dívida Consolidada Líquida	-797.910,28	-752.987,94		-1.547.137,93	-1.469.781,03		-538.888,94	-514.638,94	

FONTE: IPCA – Banco Central do Brasil

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Os valores Correntes foram calculados conforme Boletim FOCUS divulgado pelo Banco Central. Sendo previsto índice de 5,63% para 2014, 5% para 2015 e 4,5% para 2016.
O Ativo Financeiro de 2010 foi de R\$2.796.764,88, de 2011 R\$3.809.396,77 e 2012 R\$1.416.867,91. Estimou-se o Ativo Financeiro para 2013 em R\$2.674.343,19 e para 2014 em 2.633.535,96. Em relação à Receita Orçada R\$4.620.000,00 (Quatro milhões, seiscentos e vinte mil reais) trata-se da expectativa de recebimento

de recursos financeiros federais e estaduais devido a projetos encaminhados para a realização de obras e investimentos no município e R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), trata-se de possível Operação de Crédito junto ao BADESC.

Em relação à Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida foram considerados os valores relativos ao parcelamento da Dívida com o BADESC e o BNDES 2013: R\$1.984.209,69; 2014: R\$1.835.625,68; 2015: R\$694.444,42 e 2016: R\$361.111,06.

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2014

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	35.968.700,00		33.468.639,47		-2.500.060,53	-7
Receitas Não Primárias	3.369.700,00		2.780.124,25		-589.575,75	-17
(-) Operações de Crédito	3.000.000,00		2.462.539,32		-537.460,68	-18
(-) Rendimento de Aplicações Financeiras	349.700,00		317.584,93		-32.115,07	-9
(-) Alienação de Ativos	20.000,00		0,00		-20.000,00	-100
Receitas Não-Financeiras (I)	32.599.000,00		30.688.515,22		-1.910.484,78	-6
Despesa Total	35.968.700,00		35.864.375,16		-104.324,84	-0,29
Despesas Não Primárias	686.000,00		603.693,67		-82.306,33	-12
(-) Juros e Amortização da Dívida Interna	686.000,00		603.693,67		-82.306,33	-12
Despesas Não-Financeiras (II)	35.282.700,00		35.260.681,49		-22.018,51	-0,06
Resultado Primário III = (I - II)	-2.683.700,00		-4.572.166,27		-1.888.466,27	70
Resultado Nominal	2.135.861,42		3.851.937,71		1.716.076,29	80
Dívida Pública Consolidada	3.395.833,36		2.724.114,01		-671.719,35	-20
Ativo Disponível	1.802.000,00		2.023.601,12		221.601,12	12
Haveres Financeiros	0,00		0,00		0,00	0
(-) Restos a Pagar Processados	0,00		0,00		0,00	0
Dívida Consolidada Líquida	1.593.833,36		700.512,89		-893.320,47	-56

FONTE: Balanço Geral do Município de Schroeder

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00		0,00		0,00	0
Despesas Primárias por PPP (V)	0,00		0,00		0,00	0
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00		0,00		0,00	0

FONTE:

PPP – Parcerias Público-Privadas

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS

TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2014
DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	31.207.700,00	35.968.700,00		38.048.000,00		47.368.736,00		50.210.860,16		53.223.511,77	
Receitas Primárias - Não-Financeiras (I)	31.000.200,00	32.599.000,00		37.643.600,00		45.964.136,00		49.781.984,16		52.768.903,21	
Despesa Total	31.207.700,00	35.968.700,00		38.048.000,00		47.368.736,00		50.210.860,16		53.223.511,77	
Despesas Primárias Não-Financeiras (II)	30.599.918,97	35.282.700,00		37.196.629,74		46.023.736,00		48.999.860,16		52.889.511,77	
Resultado Primário (III) (I – II)	400.281,03	-2.683.700,0		446.970,26		-59.600,00		782.124,00		-120.608,56	
Resultado Nominal	-359.494,85	2.135.861,42		185.333,33		-107.776,78		-749.227,65		1.008.248,99	
Dívida Pública Consolidada	657.971,95	3.395.833,36		2.979.166,69		1.835.625,68		694.444,42		361.111,06	
Dívida Consolidada Líquida	-542.028,06	1.593.833,36		1.779.166,69		-797.910,28		-1.547.137,93		-538.888,94	

A Variação da Receita Total ocorre devido a valores de projetos encaminhados ao governo estadual e federal para realização de obras e investimentos.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	29.803.353,50	34.350.108,50		36.335.840,00		44.701.876,16		47.700.317,15		50.828.453,74	
Receitas Não-Financeiras (I)	29.605.191,00	31.132.045,00		35.949.638,00		43.376.355,14		47.292.884,95		50.394.302,57	
Despesa Total	29.803.353,50	34.350.108,50		36.335.840,00		44.701.876,16		47.700.317,15		50.828.453,74	
Despesas Não-Financeiras (II)	29.222.922,61	33.694.978,50		35.522.781,40		43.432.599,66		46.549.867,15		50.509.483,74	
Resultado Primário (I – II)	382.268,38	-2.562.933,50		426.856,60		-56.244,52		743.017,80		-115.181,17	
Resultado Nominal	-343.317,58	2.039.747,65		176.993,34		-101.708,95		-716.793,09		955.142,09	
Dívida Pública Consolidada	628.363,21	3.243.020,85		2.845.104,19		1.732.279,95		659.722,20		344.861,06	
Dívida Consolidada Líquida	-517.028,06	1.522.110,85		1.699.104,19		-752.987,94		-1.469.781,03		-514.638,94	

Fonte Banco Central do Brasil 2011 (4,5%) 2012 (4,5%) 2013 (4,5) 2014 (5,63%); 2015 (5,0%);2016(4,5%)

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IV
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2010 A 2012
2014

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio / Capital	22.798.664,13		19.996.450,83		17.476.288,43	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	22.798.664,13		19.996.450,83		17.476.288,43	

Fonte: Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Schroeder

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio / Capital	0,00		0,00		0,00	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	0,00		0,00		0,00	

FONTE:

O Município de Schroeder não possui Regime Previdenciário sendo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO V
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2014

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis		0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior		0,00	6.026,37
Rendimento de Aplicações financeiras	310,31	497,33	0,00
TOTAL		497,33	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00

TOTAL	0,00	0,00	0,00
	(g) + (a-d)+(h)	(h) = (b-e)+(i)	(i) = (c-f)
TOTAL	6.834,01	6.523,70	6.026,37

FONTE: Balanço Geral Consolidado do Município de Schroeder

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VI
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2014

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

TABELA 1 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a
R\$1,00

	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previdenciária de aposentadorias RPPS e RGPS			
Compensação Previdenciária de Pensões RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			
FONTE:			

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

TABELA I1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID. Valor (b)	DESPESAS PREVID. Valor (c)	RESULTADO PREVID. Valor (d) = (a+b-c)	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFI- CIT RPPS (e)

FONTE:

A Prefeitura Municipal de Schroeder não possui Regime Próprio de Previdência Social, sendo regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2014

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$1,00

SETOR/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	2014	2015	2016	COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição				
	Desconto em Tributos Municipais e Refinanciamento da Dívidas Tributárias	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
TOTAL					-

FONTE:

O Município promoverá estudos para Refinanciamento de Dívidas Tributárias, para compensação das receitas será feita a regularização fundiária.

,MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VIII
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2014

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$1,00

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	4.454.500,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências do FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.454.500,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.454.500,00
Impacto de Novas DOCC (IV)	1.617.150,32
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	2.837.349,68

Programa	Folha	Manutenção	Total
PESSOAL			
Contratação de Servidores Municipais	1.504.650,32		1.504.650,32
Manutenção de Unidade Básica de Saúde em decorrência de construção		112.500,00	112.500,00
TOTAL GERAL	1.504.650,32	112.500,00	1.617.150,32

O demonstrativo expressa a elevação das despesas obrigatórias de caráter continuado em decorrência de contratações de servidores públicos além de despesas com manutenção em decorrência de construção de Unidade Básica de Saúde. Verifica-se saldo positivo da receita no valor de R\$2.837.349,68. O aumento da receita está pautado na efetiva fiscalização dos tributos municipais, atualização cadastral de contribuintes e índice inflacionário.

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

REFERÊNCIA: 2014

LRF, art. 4º, § 3º

R\$1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas relativas a despesas inesperadas causadas por calamidade pública como enchentes, vendavais e outros fatores de risco a municipalidade. Decisão Judicial referente Ações Trabalhistas			
		Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00

FONTE:

ANEXO X – DAS RECEITAS

RECEITAS	
PREFEITURA	2014
TOTAL IPTU	1.680.000,00
IPTU 60%	1.008.000,00
IPTU 25%	420.000,00
IPTU 15%	252.000,00
TOTAL IRRF	450.000,00
IRRF 60%	270.000,00
IRRF 25%	112.500,00
IRRF 15%	67.500,00
TOTAL ITBI	435.500,00
ITBI 60%	261.300,00
ITBI 25%	108.875,00
ITBI 15%	65.325,00
TOTAL ISS	1.408.000,00
ISS 60% -	844.800,00
ISS 25%	352.000,00
ISS 15%	211.200,00
Taxa Fiscalização Sanitária	162.000,00
Taxa de Funcionamento Estabelecimento	52.500,00
Taxa de aprovação de projetos	49.500,00
Taxa de cemitérios	16.500,00

Taxa de limpeza pública	857.520,00
Receita de sucumbência	2.400,00
Receita de auto de infração	84.000,00
Outras Taxas de Prestação de serviços	192.150,00
Contribuição de Melhoria	700.000,00
COSIP – Iluminação Pública	765.000,00
Remuneração Depósitos Bancários FUNDEB	16.000,00
Remuneração Impostos Educação	3.500,00
Remuneração Convênios Educação	7.000,00
Remuneração Salário Educação	16.000,00
Remuneração PNAE	1.500,00
Remuneração PNATE	100,00
Remuneração PDDE	100,00
Remuneração outros recursos FNDE	2.000,00
Remuneração COSIP	1.300,00
Remuneração Convênios	13.000,00
Remuneração CIDE	2.500,00
Remuneração Fundo Especial	500,00
Remuneração Convênio SSP-PM	200,00
Remuneração Convênio SSP-PC	200,00
Remuneração Convênio SSI	200,00



Remuneração Alienação de Bens	200,00
Remuneração Depósitos Bancários	
Não Vincu	250.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	70.000,00
Abastecimento de Água	1.980.000,00
Religação de água	22.000,00
TOTAL FPM	11.500.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 60%	6.900.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 25%	2.875.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 15%	1.725.000,00
Dedução FPM – FUNDEB	(2.300.000,00)
TOTAL ITR	16.000,00
ITR 60%	9.600,00
ITR 25%	4.000,00
ITR 15%	2.400,00
Dedução ITR – FUNDEB	(3.200,00)
Recursos Hídricos	170.000,00
Recursos Minerais	2.000,00
Fundo Especial	154.000,00
Salário Educação	680.000,00
Transferências PDDE	4.000,00
TOTAL PNAE	262.400,00
PNAE – Ensino Fundamental	96.000,00
PNAE – Centros de Educação Infantil	89.600,00
PNAE – Pré-escolares	76.800,00
TOTAL PNATE	32.000,00
PNATE – Ensino Médio	17.920,00
PNATE – Ensino Fundamental	14.080,00
TOTAL ICMS/DESONERAÇÃO	50.000,00
ICMS/DESONERAÇÃO 60%	30.000,00
ICMS/DESONERAÇÃO 25%	12.500,00
ICMS/DESONERAÇÃO 15%	7.500,00
Dedução ICMS/DESONERAÇÃO – FUNDEB	(10.000,00)
TOTAL ICMS	10.000.000,00
ICMS 60%	6.000.000,00
ICMS 25%	2.500.000,00
ICMS 15%	1.500.000,00
Dedução ICMS – FUNDEB	(2.000.000,00)
TOTAL IPVA	1.430.000,00
IPVA 60%	858.000,00
IPVA 25%	357.500,00
IPVA 15%	214.500,00
Dedução IPVA - FUNDEB	(286.000,00)
TOTAL IPI	176.000,00
IPI 60%	105.600,00
IPI 25%	44.000,00
IPI 15%	26.400,00
Dedução IPI – FUNDEB	(35.200,00)
CIDE	62.000,00
TOTAL FUNDEB	7.296.000,00
FUNDEB 60%	4.377.600,00
FUNDEB 40%	2.918.400,00
Outras Transferências da União FEX	50.000,00
Convênio Estado Educação TOTAL	266.200,00
Transporte Escolar Ensino Médio	199.650,00
Transporte Escolar Ensino Fundamental	66.550,00
SSP-GERAL	62.500,00
SSP – Polícia Civil	20.312,50
SSP – Polícia Militar	20.312,50

SSI	21.875,00
TOTAL CONVÊNIOS CRECHE	160.000,00
Convênio Creche Girassol	100.000,00
Convênio Creche Cristiane Zerbini	30.000,00
Convênio Creche Schroeder I	30.000,00
Multa vigilância Sanitária	1.500,00
TOTAL MULTA IPTU	8.000,00
Multa IPTU 60%	4.800,00
Multa IPTU 25%	2.000,00
Multa IPTU 15%	1.200,00
TOTAL MULTA ITBI	500,00
Multa ITBI 60%	300,00
Multa ITBI 25%	125,00
Multa ITBI 15%	75,00
TOTAL MULTA ISS	8.800,00
Multa ISS 60%	5.280,00
Multa ISS 25%	2.200,00
Multa ISS 15%	1.320,00
Multa águas	22.500,00
Multa Outros Tributos	18.000,00
TOTAL MULTA DIVIDA ATIVA IPTU	104.500,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 60%	62.700,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 25%	26.125,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 15%	15.675,00
TOTAL MULTA DÍVIDA ATIVA ITBI	1.000,00
Multa Dívida Ativa ITBI - 60%	600,00
Multa Dívida Ativa ITBI - 25%	250,00
Multa Dívida Ativa ITBI - 15%	150,00
TOTAL MULTA DIVIDA ATIVA ISS	15.200,00
Multa Dívida Ativa ISS - 60%	9.120,00
Multa Dívida Ativa ISS - 25%	3.800,00
Multa Dívida Ativa ISS - 15%	2.280,00
Multa Dívida Ativa Fiscalização Sanitária	1.200,00
Multa Dívida Ativa Contribuição Melhoria	60.000,00
Multa Dívida Ativa - Outros Tributos	150.000,00
Multa Dívida Ativa - águas	1.000,00
Outras Restituições	92.000,00
TOTAL DIVIDA ATIVA IPTU	130.000,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 60%	78.000,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 25%	32.500,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 15%	19.500,00
TOTAL DÍVIDA ATIVA ITBI	2.000,00
Receita Dívida Ativa do ITBI - 60%	1.200,00
Receita Dívida Ativa do ITBI - 25%	500,00
Receita Dívida Ativa do ITBI - 15%	300,00
TOTAL DIVIDA ATIVA ISS	15.000,00
Receita Dívida Ativa ISS - 60%	9.000,00
Receita Dívida Ativa ISS - 25%	3.750,00
Receita Dívida Ativa ISS - 15%	2.250,00
Receita Dívida Ativa Contribuição Melhoria	250.000,00
Receita Dívida Ativa Outros tributos	180.000,00
Receita Dívida Ativa - águas	5.000,00
Outras Receitas	120.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00
Operação de Crédito	1.000.000,00
Transferências de Convênios	3.300.000,00
RECEITAS CORRENTES	42.800.670,00
DEDUÇÃO FUNDEB	4.634.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	38.166.270,00
RECEITA DE CAPITAL	4.320.000,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	42.486.270,00

RECEITAS	
FUNDO DE SAÚDE	
Remuneração Dep.Bancários Impos- tos Saúde	3.000,00
Remuneração Atenção Básica	30.000,00
Remuneração Média e Alta Comple- xidade	1.000,00
Remuneração Vigilância em Saúde	4.000,00
Remuneração Farmácia Básica	2.000,00
Programa ESF – PACS	526.266,00
Programa ESF	655.200,00
Programa ESF - Saúde Bucal	150.000,00
Transferências SUS – PMAQ	714.000,00
PAB	372.000,00
Vigilância Epidemiológica	44.700,00
Recursos NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família (Federal)	96.000,00
SUS – Vigilância Sanitária	12.000,00
SUS – Farmácia Básica	84.000,00
SUS – Média e Alta Complexidade	200.000,00
SUS – Média e Alta Complexidade – Rede Cegonha	126.000,00
Estado – Farmácia Básica	80.000,00
Estado – NASF	96.000,00
Estado – Co-financiamento	108.000,00
Alienação de bens	20.000,00
Transferência de recursos para academias	80.000,00
Transferências Convênio – Saúde	850.000,00
RECEITAS CORRENTES	3.304.166,00
RECEITAS DE CAPITAL	950.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	4.254.166,00
RECEITAS	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Remuneração Depósitos Bancários API	1.000,00
Remuneração Depósitos Bancários PAC	1.000,00
Remuneração Depósitos Bancários Sentinela	3.000,00
Remuneração Depósitos Bancários Bolsa Fam.	100,00
Remuneração Depósito Bancários IGD-SUAS	100,00
Remuneração Depósito Bancário Benef.Event	100,00
Remuneração Depósitos Bancários Não Vinc.	2.000,00
Piso Básico de Transição	65.000,00
Média Complexidade	84.000,00
Bolsa Família	12.000,00
IGD – SUAS	12.000,00
Transferências do Estado	20.000,00
Transferências Convênio – Assistên- cia Social	200.000,00
RECEITAS CORRENTES	200.300,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	400.300,00
RECEITAS	
FUNDO DE HABITAÇÃO	
Remuneração de Depósitos Bancá- rios Não Vin	500,00
Transferências Convênio União Habitação	100.000,00

RECEITAS CORRENTES	500,00
RECEITA DE CAPITAL	100.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	100.500,00
RECEITAS	
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLES- CÊNCIA	
Remuneração de Depósitos Bancá- rios	2.500,00
Transferências de Instituições Privadas	70.000,00
Outras transferências de pessoas	5.000,00
Transferências de Convênios	50.000,00
RECEITAS CORRENTES	77.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	127.500,00

RECEITAS	
PREFEITURA	2014
RECEITAS CORRENTES	42.800.670,00
DEDUÇÃO FUNDEB	4.634.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	38.166.270,00
RECEITA DE CAPITAL	4.320.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	42.486.270,00

RECEITAS	
FUNDO DA SAÚDE	
RECEITAS CORRENTES	3.304.166,00
RECEITAS DE CAPITAL	950.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	4.254.166,00

RECEITAS	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
RECEITAS CORRENTES	200.300,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	400.300,00

RECEITAS	
FUNDO DE HABITAÇÃO	
RECEITAS CORRENTES	500,00
RECEITA DE CAPITAL	100.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	100.500,00

RECEITAS	
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLES- CENCIA	
RECEITAS CORRENTES	77.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	127.500,00

RESUMO GERAL	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	41.748.736,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5.620.000,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	47.368.736,00

ANEXO XI

PRIORIDADES E METAS PARA FIXAÇÃO DAS DESPESAS

0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

Amortização da dívida com o BADESC;
Juros amortização da dívida com o BADESC;
Amortização Dívida BNDES (PROVIAS);
Juros Amortização da dívida com o BNDES.

01 - GABINETE DO PREFEITO

Manutenção do Gabinete do Prefeito;
Aquisição de veículo para o Gabinete do Prefeito;
Manutenção do Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor;
Manutenção da Diretoria Municipal da Defesa Civil;

02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito.

03 - GESTÃO MUNICIPAL

Aquisição de equipamentos de informática e demais materiais permanentes conforme a necessidade;
Realização de Concurso Público, conforme necessidade;
Promover estudos para revisão do Plano de Cargos e Salários;
Contratação de pessoal conforme a necessidade e limites legal;
Contratação de estagiários, conforme legislação municipal;
Contribuição a Associação de Servidores Municipais;
Contribuição a AMVALI, FECAM, CNM e demais associações legalmente constituídas;
Contribuição ao PASEP;
Cursos de capacitação conforme demanda de cada setor;
Implantação de programas de ambientação com palestras e treinamentos para novos servidores;
Implantação de programas motivacionais e de qualidade no atendimento;
Aquisição de 01 veículo;
Promover estudo para oferecer plano de saúde aos servidores municipais;
Viabilizar a implantação do programa de saúde médica ocupacional;
Desenvolver estudo de viabilização do regime estatutário para os servidores municipais;
Construção de Refeitório, almoxarifado e arquivo permanente;
Criação da CIPA, contratação de técnico de segurança do trabalho e aquisição de equipamentos de Proteção Individual (EPI);
Definição e delimitação dos bairros e regularização das ruas existentes através de levantamento e legislação municipal;
Firmar parceria com empresa especializada para regularização fundiária;
Intensificar a fiscalização dos tributos municipais;
Viabilizar a implantação da ouvidoria municipal;
Revisão do plano diretor e do código tributário municipal;
Manutenção do Setor de Gestão, Informática e Protocolo;
Manutenção do Setor de Recursos Humanos;
Manutenção do Setor Licitações, Compras, Convênios e Contratos;
Manutenção do Setor de Contabilidade, Patrimônio e Finanças;
Manutenção do Setor de Tributos e Fiscalização;

05 - EDUCAÇÃO PARA TODOS

Ampliação de salas de aulas nas Escolas Santos Tomaselli e Frida Hein Krause;
Reforma, pintura e manutenção das unidades escolares;
Construção de Centro de Educação Infantil;
Cobertura de quadras de esportes junto às Escolas Municipais;
Construção de ginásio de esportes e/ou quadra coberta junto a unidade escolar;
Construção de quadra coberta
Construção de unidade escolar para atender alunos do 1º a 9º ano no centro;
Aumento do espaço territorial na Escola Clarice Lange Jacobi;
Aquisição de 01 veículo para Secretaria de Educação;
Aquisição de equipamentos de Proteção Individual (EPI);
Realização de exames laboratoriais para confecção de carteira de saúde para serventes e auxiliares de serviços gerais lotados na Secretaria de Educação;
Fornecimento de merenda escolar;

Ofertar transporte escolar gratuito;
Desenvolver projetos para viagens de estudo e transporte de alunos para eventos municipais;
Distribuição de uniforme para profissionais e alunos;
Implantação de salas de informática nas escolas;
Aquisição de mobília e demais materiais permanentes para atender as ampliações, construções e manutenções das unidades escolares;
Garantir a vigilância eletrônica das escolas;
Ampliação do quadro de profissionais da educação (professores, serventes, pessoal técnico e administrativo), conforme a necessidade e limite legal;
Firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Associação Amigos dos Altistas (AMA) através de subvenção social;
Convênios com SENAI/SENAC/SESI/SOCIESC/NAES e outras instituições de ensino;
Auxílio a estudantes através de bolsas de estudos;
Aquisição de brinquedos pedagógicos para a educação infantil;
Aquisição de materiais esportivos para as unidades escolares;
Manutenção de programa para gestão dos dados da educação;
Manutenção do Ensino Fundamental;
Manutenção dos Pré-Escolares Municipais;
Manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipais;

06 - CULTURA VIVA

Ampliação do acervo bibliográfico;
Equipamentos de cinema (projektor multimídia);
Resgate histórico do município de Schroeder;
Construção de museu ou reforma de prédio da antiga Prefeitura para museu;
Viabilizar a continuidade do projeto do telecentro;
Aquisição de ar condicionado e computadores para biblioteca municipal;
Reforma de prédio da antiga biblioteca para projetos culturais;
Festival da canção, sessões de teatro e demais eventos culturais no centro e bairros;
Manutenção do grupo folclórico, grupo de teatro e banda municipal;
Aquisição de instrumentos musicais e materiais para o ensino de música;
Reposição de trajes para grupo folclórico, uniforme para banda municipal e aquisição de figurino para equipe de teatro;
Promover estudo para implantação da Fundação Municipal da Cultura;
Implementação do projeto banda nas escolas com aproveitamento dos alunos da banda;
Manutenção do Setor da Cultura;

07 - ESPORTE E LAZER

Reforma e ampliação da quadra do ginásio de esportes Alfredo Pasold;
Reforma e pintura da quadra do ginásio de esportes dos Imigrantes;
Implantação de drenagem e melhorias no gramado do estádio municipal Cláudio Tomaselli;
Construção de alambrado junto ao ginásio de esportes dos Imigrantes e praça de lazer Helmuth Moritz Germano Hertel;
Construção de lanchonete e aquisição de mobília junto ao ginásio de esportes dos Imigrantes;
Construção de áreas de lazer nos bairros, como parques infantis, campos, quadras poliesportivas e praças;
Revitalizar o campo de futebol de areia no bairro Itoupava-Açu;
Manutenção do espaço externo e interno, como limpeza, organização, pintura do complexo esportivo municipal, ginásios de esportes Alfredo Pasold e dos Imigrantes e estádio municipal Cláudio Tomaselli;

Instalação de bicicletários nos ginásio de esportes Alfredo Pasold e dos Imigrantes;
 Organização e realização do evento: Torneio de Verão aberto de futebol de salão;
 Manutenção e ampliação das atividades do calendário esportivo municipal (campeonatos, torneios, jogos, festivais), incluindo premiação, material esportivo, arbitragem e outros;
 Manutenção e ampliação das atividades esportivas das categorias de base, incluindo premiação, material esportivo, arbitragem, uniformes, participação em competições regional e estadual;
 Fornecimento de alimentação, transporte, estadia e uniformes para atletas que representam o município em eventos esportivos como Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI), Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC), Olimpíadas Estudantis de Santa Catarina (OLESC) e outros;
 Capacitação de profissionais de Educação Física;
 Contratação de profissionais de Educação Física em modalidades específicas, conforme a necessidade e limite legal;
 Promover incentivo a prática de atletismo, viabilizando espaço próprio e aquisição de materiais conforme necessidade, nas diversas modalidades;
 Promover apoio na promoção de eventos esportivos e de lazer em diversas modalidade, como canoagem, ciclismo, automotivo e outros;
 Repasse financeiro a entidades legalmente constituídas, conforme lei específica;
 Construção de arquibancada e iluminação junto ao estádio municipal Cláudio Tomaselli;
 Promover evento de integração e socialização com competições em modalidades diferenciadas das realizadas no calendário, como tênis de mesa, xadrez, bolão, atletismo, jogos de mesa, de recreação (gincanas) envolvendo associações, sociedades, clubes, terceira idade, empresas, grupos familiares, jovens e crianças.
 Promover estudo para a implantação da Fundação Municipal de Esportes;
 Implantar sistema de segurança e/ou contratação de vigias para o complexo esportivo municipal;
 Estruturar os sanitários e vestiários junto ao estádio municipal Cláudio Tomaselli;
 Contratação de Auxiliar de Serviços Gerais, para limpeza de área interna e externa do complexo esportivo municipal;
 Revitalizar a trilha ecológica junto ao estádio municipal;
 Retomar a cultura do tiro ao alvo, revitalizando o Stand de Tiro e promovendo parceria com as sociedades esportivas;
 Desenvolver atividades durante período de férias escolares a exemplo do Programa Federal "Recreio nas férias";
 Promover concorrência pública para uso da lanchonete do ginásio de esportes Alfredo Pasold e ginásio dos Imigrantes;

08 - SCHROEDER EM AÇÃO

Promover parceria com o Município de Jaraguá do Sul para construção de passarela para pedestres e ciclistas junto à ponte que liga o Município de Schroeder à Jaraguá do Sul;
 Construção de passarela para pedestres junto a ponte localizada na Rua Erich Froehner;
 Construção de galerias de águas pluviais;
 Melhoria da iluminação das pontes do município;
 Continuação da abertura da Avenida dos Imigrantes;
 Construção abrigos para passageiros de ônibus;
 Construção de ponte Schroeder – Jaraguá (São João);
 Urbanização da Rua Marechal Castelo Branco, através de construção de calçadas
 Legalização junto aos órgãos competentes a exploração de saibro, seixo e barro no município de Schroeder;
 Aquisição de saibro e seixo;
 Alargamento, retificação, ensaibramento e patrolamento de ruas não pavimentadas do município, conforme a necessidade;
 Pavimentação asfáltica de diversas ruas, através de convênios

com o governo federal e estadual, regime de mutirão e contribuição de melhoria;
 Ampliação e manutenção da rede de iluminação pública;
 Construção de garagem para máquinas, caminhões e veículos da Prefeitura;
 Indenização por desapropriação de terrenos junto a Avenida dos Imigrantes;
 Urbanização da Rua Marechal Castelo Branco, através de construção de calçadas;
 Construção de rotatória na Rua Presidente Costa e Silva e canteiro central na Rua Alphons Maria Schmalz;
 Aquisição de 01 veículo tipo camionete para Secretaria de Obras;
 Construção de rampa para manutenção e lavagem da frota municipal;
 Aquisição de lava jato alta pressão água quente;
 Aquisição de ferramentas;
 Instalação de rádio comunicador "PX" nos veículos da Secretaria de Obras;
 Aquisição de 01 britador e rolo compactador;
 Aquisição de miniescavadeira hidráulica;
 Terceirização de serviços de limpeza de ruas do município;
 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

09 - CORPO DE BOMBEIROS E SEGURANÇA

Convênio com a Polícia Civil e Militar através da Secretaria de Segurança Pública;
 Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários;
 Incentivo ao programa de formação de bombeiros mirins e aspirantes através de repasse financeiro;
 Monitoramento de ruas por câmera de vigilância controlado pela polícia local;
 Implantação do Conselho de Segurança nos bairros;
 Padronização, ampliação, adequação e conserto das placas de sinalização de trânsito, placas informativas e faixas de pedestres;
 Instalação de hidrantes nos bairros.
 Realização de estudos para instalar redutor de velocidade em todo o município;
 Manutenção do Setor de Segurança;
 Promover estudo para criação do FUMPOM – Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar;
 Viabilizar parceria para destinação de um terreno por meio de comodato para a instalação da sede do Corpo de Bombeiros;
 Convênio com o CONSEG.

10 - APOIO A AGRICULTURA

Manter programa de distribuição de sementes e mudas de plantas;
 Contratação de serviços de retroescavadeira, trator de esteiras e escavadeira hidráulica;
 Curso de capacitação para agricultores;
 Contribuição a associações agrícolas;
 Assistência Técnica e Extensão Rural, através de convênio com a EPAGRI;
 Incentivo à pesquisa e promoção de ações para combate e controle de insetos nocivos ao ser humano (maruim, borrachudo e outros);
 Apoiar a implementação e expansão da agricultura familiar;
 Programa de distribuição de calcário;
 Aquisição de rotativa, nivelador e distribuidor de esterco;
 Reativação do viveiro de mudas horto florestal;
 Incentivo a devolução de embalagens tóxicas;
 Aquisição e distribuição de medicamentos de uso veterinário;
 Construção de barragens para canais de irrigação nas associações rurais;
 Manutenção das estradas públicas de acesso às propriedades rurais para o transporte da produção.
 Promover estudo e atualização da legislação municipal para apoio aos produtores rurais através de abertura e manutenção de

estradas/caminhos em propriedades rurais;
Desenvolver ações de promoção do desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias no Município de Schroeder, por meio de patrulha agrícola mecanizada, serviço de inseminação artificial em bovinos, serviço de apoio veterinário e agrônomo aos produtores rurais, conforme lei municipal;
Incentivo ao cooperativismo e às agroindústrias;
Apoio a produção e olericultura em abrigos protegidos;
Incentivo a produção de plantas ornamentais;
Manter o incentivo nas produções já existentes (arroz, banana, aipim, leite, peixes, aves e outros);
Aquisição de veículo para Secretaria de Agricultura;
Promover parceria com o governo federal para aquisição de escavadeira hidráulica e trator de esteiras;
Criação de programa de controle de zoonoses;
Manutenção da Secretaria de Agricultura;

11 - INCENTIVO AO TURISMO

Promover acesso às áreas turísticas do município;
Promoção e participação em feiras e eventos para divulgação do turismo – marketing turístico;
Manutenção e infraestrutura (paisagismo, placas e choupanas) na Estrada Macaquinho;
Promover a sinalização viária nos bairros indicando limites e confrontações, BR, áreas turísticas, pontos comerciais e serviços públicos;
Confecção de material publicitário, cadernos, livros, folders, banners;
Decoração natalina;
Realização da Schroederfest;
Melhoramento de estrutura física para campeonatos de canoagem e outros;
Legalização e investimento na estrutura básica na área de acesso ao “morro pelado”, incluindo construção de mirante e infraestrutura da prainha – área de lazer;
Promoção do evento: Circuito Expedição Schroeder Natureza Viva;
Realização de concurso de jardins, pratos típicos (gastronomia) e fotografias;
Realização de eventos como “corrida de aventura”, maratonas, mountain bike e outros;
Promover parceria com a CELESC, para visita da Usina Hidrelétrica do Bracinho;
Manter o incentivo as caminhadas ecológicas e ao cicloturismo;
Instalar um centro de informação turística com exposição e venda de produtos agrícolas e artesanais;
Criação de um título para o Município de Schroeder, incentivando a promoção do turismo;
Promover parceria junto a Sociedade Esportiva para realização da “Kolonestenfest”, valorizando a agricultura familiar do município de Schroeder;
Promover pesquisa e estudo do potencial turístico do município;
Manutenção do Setor de Turismo;

12 - INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Contrato com SEBRAE;
Convênio com ACIAS, promovendo o comércio local e parceria na realização de expo-feira, além de viagens empresariais;
Viabilizar estudo de incentivo fiscal, bem como aquisição, permuta ou intermediação de negociação de terrenos para instalação de novas indústrias;
Auxiliar através de serviços de terraplenagem e outros serviços pertinentes à instalação de indústrias;
Promover estudo de planejamento estratégico para expansão e implantação de indústrias, e do comércio local;
Promover incentivo fiscal na implantação de micro e pequeno empreendedor;
Criar e ampliar as zonas industriais no município, através da

revisão do Plano Diretor;
Promover campanhas como “nota fiscal premiada” e/ou “com nota fiscal é legal”, para fomentar a arrecadação municipal;
Incentivo para implantação de incubadoras para micro e pequenas empresas;

13 - ÁGUA PARA TODOS

Aquisição de reservatório para água potável com capacidade de até 1.000.000 (um milhão de litros);
Aquisição de 02 veículos para Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental;
Aquisição de gerador de energia para Estação de Tratamento de Água;
Elaboração de projeto para ampliação do sistema de abastecimento de água;
Ampliação do sistema de captação, distribuição e tratamento de água;
Aquisição de caminhão com adaptação para retroescavadeira;
Aquisição de disco de corte para asfalto;
Aquisição de compactador para solo;
Manutenção da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental.

14 - CIDADE LIMPA

Manutenção dos Serviços de Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e hospitalares;
Viabilizar estudo para aprimorar o programa de coleta seletiva;
Incentivar a implantação de cooperativa de recicladores de lixo do município de Schroeder;
Aquisição de balança e/ou maior fiscalização na pesagem dos resíduos sólidos.

15 - SANEAMENTO É SAÚDE

Elaboração de projeto para implantação de sistema de esgoto no município;
Implantação do sistema e Estação de Tratamento de Esgotos;

16 – SAÚDE

Manter os programas de DST/HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase, combate a dengue e controle de vetores, planejamento familiar, programa de controle de tabagismo e seus fatores de risco de câncer e outros;
Manter as ações de atendimento de saúde do idoso, da mulher, crianças e adolescentes, saúde do homem, humanização do pré-natal e nascimento;
Realizar atividades coletivas via equipe multidisciplinar;
Manter ações de vigilância sanitária;
Manter auxílio de benefícios eventuais de acordo com a legislação municipal;
Manter o atendimento da Unidade Básica de Saúde e alguns de Média Complexidade de acordo com os procedimentos da tabela de Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS);
Manter fornecimento de medicamentos especiais, de farmácia básica e material ambulatorial;
Manter o consórcio CIS/AMUNESC para a compra de consultas, exames e procedimentos;
Manter convênio com hospitais para realização de cirurgias eletivas com contrapartida do município;
Manter convênio com o SAMU;
Implantar convênio com clínicas de tratamento de dependência química;
Implantar nova academia ao ar livre e manutenção das já existentes;
Implantar convênio com SESC e SESI para serviços de saúde e odontologia;
Implementar convênio/credenciamento para compra de consultas

especializadas e exames de média e alta complexidade;
Implementar assistência odontológica nas escolas através de odontomóvel;
Aquisição de materiais/equipamentos ambulatoriais/hospitalares e odontológicos;
Aquisição de materiais educativos para educação em saúde física/mental/bucal e divulgação das ações do SUS;
Aquisição de equipamentos de informática, mobília e demais materiais permanente para as Unidades de Saúde e Centro de Atendimento Especializado (CAE);
Implementar as ações para Saúde Mental;
Capacitação para os profissionais da saúde e para os conselheiros municipais da saúde;
Contratação de profissionais da saúde, conforme necessidade e limite legal;
Contratação ou credenciamento de serviços médicos;
Criação de almoxarifado para atender as necessidades de política municipal da saúde;
Aquisição de veículo para realização de transporte de pacientes e demandas da Secretaria e Unidade Básica de Saúde.

17 - SAÚDE DA FAMÍLIA

Manutenção e ampliação das atividades coletivas de educação e saúde realizadas pelas equipes Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e Movimenta Schroeder;
Aquisição de materiais de consumo e equipamentos que atendam as necessidades das Equipes Saúde da Família, NASF e Movimenta Schroeder;
Revisão dos territórios das Equipes Saúde da Família e implantação de novas equipes da Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários da Saúde, garantindo-se local e estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades das equipes;
Manutenção da Consultoria/assessoria continuada de profissional habilitado a Estratégia Saúde da Família;
Aquisição de 01 veículo;
Capacitação continuada aos profissionais lotados no programa Saúde da Família;
Construção de Unidade Básica de Saúde;
Reforma e ou/ampliação da Unidade Básica de Saúde de Itoupava-Açu;
Contratação de profissionais como motorista, nutricionista, pediatra e educador físico para os programas da Estratégia da Saúde da Família, NASF e Movimenta Schroeder;

18 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aquisição de veículo para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
Construção do Centro de Referência de Assistência Social;
Desvinculação das políticas públicas de Saúde e Assistência Social;
Estruturação de equipe mínima conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS) para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conforme limite legal de contratações;
Manutenção e ampliação dos serviços da proteção social básica e proteção social de média complexidade (benefícios eventuais definidos em lei municipal e critérios estabelecidos em resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº16/2010), Programa Bolsa Família, Piso Básico Fixo (PBF), Benefício de Prestação Continuada (PBC) na Escola, Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Serviço de Proteção Social em Domicílio para Idosos e Pessoas com Deficiência, Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
Manutenção do Sistema Informatizado de Assistência Social;

Capacitação continuada para servidores e conselheiros municipais;
Manter convênios e ou/credenciamentos com instituições de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos;
Repasse financeiro na forma da lei para entidades de Assistência Social;
Implantação da rua e/ou casa da cidadania, com projetos de capacitação e geração de renda e emissão de documentos;
Manutenção e aquisição de mobília, ar condicionado, computadores e equipamentos eletroeletrônicos para os Centros de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

19 – HABITAÇÃO

Viabilizar a implementação da política de habitação e interesse social;
Viabilizar o pagamento de auxílio aluguel, conforme lei municipal específica.

20 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

Realização de campanha para captação de recursos para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA;
Capacitação de conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos das crianças e dos adolescentes;
Divulgação do estatuto da criança e do adolescentes;
Financiamento de programa e projetos para crianças e adolescentes;
Repasse financeiros na forma da lei, para entidades não governamentais que desenvolvam projetos e programas para crianças e adolescentes;
Manutenção e aquisição de mobília e demais materiais permanentes para atender o conselho tutelar;
Aquisição de veículo para o conselho tutelar;

21 - CÂMARA DE VEREADORES

Conclusão de sede;
Construção de muro na nova sede;
Contratação de sistema de alarme, monitoramento e serviços de vigilância;
Construção de garagem;
Aquisição de 01 veículo;
Aquisição de aparelhagem de som, gravação e informática;
Aquisição de sistema de condicionador de ar;
Aquisição de mobília;
Serviços de paisagismo e jardinagem para nova sede
Manutenção da câmara de vereadores.

Decreto Nº 2.670/2013 de 15 de Julho de 2013

DECRETO Nº 2.670/2013 de 15 de julho de 2013

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 5.006 de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando a Ata nº 82, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 82/2013 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

- Karolina Harth Silveira;
- Giseli Eccel Ronchi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 15 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

JESSICA TAIANE WALZ
Diretora de Recursos Humanos

Portaria No5.193/2013, de 15 de Julho de 2013

PORTARIA No5.193/2013, DE 15 DE JULHO DE 2013
DELEGA RESPONSABILIDADE PELA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE AIH, TFD, APAC E CONSULTAS DO CIS/AMUNESC.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao médico Cláudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, CRM no 143.845, CPF no824.262.287-68, a responsabilidade de médico autorizador dos laudos de Internação Hospitalar (AIH), Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e Procedimentos de Alta Complexidade (APAC) e consultas do Consórcio CIS/AMUNESC, aos usuários do Município de Schroeder.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 15 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ
Diretora de Recursos Humanos

Portaria Nº 5.189/2013, de 11 de Julho de 2013

PORTARIA Nº 5.189/2013, de 11 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV e V, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a extinção do contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário, senhor Gilberto de Moraes Campos Roth, previsto para o dia 15 de julho de 2013;

Considerando a Lei Complementar nº 132/2013, de 11/06/2013, que criou o cargo de Médico Plantonista;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.668/2013, de 11/07/2013, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR o Sr. Claudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, para exercer o cargo de Médico Plantonista, percebendo o nível salarial nº 131 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, a ser pago proporcionalmente de acordo com a carga horária necessária ao atendimento de toda a população, determinada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, assinando contrato entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK HALINA TEMOTHIO
Prefeito Municipal Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.192/2013, de 15 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº 5.192/2013, de 15 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do funcionário Sr. Gilberto de Moraes Campos Roth, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de julho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

JESSICA TAIANE WALZ
Diretora de Recursos Humanos

Termo Aditivo Nº. A22/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A22/2013 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
126/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: INOVA ENGENHARIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.552.792/0001-23, estabelecida na Av. Getúlio Vargas nº. 538, apartamento 04, Bairro Centro, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.278-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Renato Lira, inscrito no CPF sob o nº. 018.276.029-45, portador da carteira de identidade nº. 6.452.286-SESP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 126/2012-PMS, celebrado em 23 de julho de 2012, Modalidade Tomada de Preço nº. 10/2012-PMS, Processo nº. 57/2012-PMS, para contratação de empresa especializada para COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO, CONTROLE À FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da execução dos trabalhos rodoviários de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras correntes, sinalização, obras complementares, nas ruas e trechos abaixo identificados, totalizando 3.250.10m, totalizando a extensão de 32.501m² em Ruas do Município de Schroeder, conforme Termo Referência - Anexo IX, deste instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação da vigência do contrato até dia 31 de dezembro de 2013, em função das obras asfálticas a serem fiscalizadas ainda não estarem concluídas.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima quarta "da vigência" no item 14.1 do contrato nº 126/2012-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até 31 de dezembro de 2013.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 126/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que

produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de julho de 2013.

CONTRATADA:
INOVA ENGENHARIA SS LTDA
RENATO LIRA
CPF nº. 018.276.029-45

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Termo Aditivo Nº. A27/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A27/2013 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
225/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: TAF DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.017.350/0001-98, estabelecida na Rua Vidal Procópio Lohn, nº 155, Distrito Industrial, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88104-810, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Isaque José de Abreu, inscrito no CPF sob o nº. 006.157.909-25, portador da carteira de identidade nº. 705.500-5-SSP-SC, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de licitação, modalidade Pregão Presencial Registro de Preço no 86/2012-PMS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 225/2012-PMS, celebrado em 07 de dezembro de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 138/2012 – PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 86/2012 – PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Esportes de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos da cláusula quarta - parágrafo único do contrato nº 225/2012-PMS, bem como artigo 65, parágrafo 5º da Lei federal nº 8.666/93.

Considerando a solicitação feita pela empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que resta a Administração 237 unidades para o item 11, 404 unidades para o item 12, 757 unidades para o item 13, 103 unidades para o item 26, 85 unidades para o item 27 e 41 unidades para o item 29, até o término desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa representa

um percentual de aproximadamente 10%, para o item 11, 9% para o item 12, 23% para o item 13, 26% para o item 26, 28% para o item 27 e 47% para o item 29, do valor anteriormente contratado.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” o reajuste de 237 unidades, no valor unitário de R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos) para o item 11, 404 unidades no valor unitário de R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos) para o item 12, 757 unidades no valor unitário de R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) para o item 13, 103 unidades no valor unitário de R\$ 1,81 (um real e oitenta e um centavos) para o item 26, 85 unidades no valor unitário de R\$ 8,92 (oito reais e noventa e dois centavos) para o item 27 e 41 unidades no valor unitário de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos) para o item 29, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
11	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B 9), amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	450	1,88	Unidade	237	2,07	490,59
12	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), amido, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	700	1,78	Unidade	404	1,94	783,76
13	BISCOITO SALGADO, INTEGRAL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), farinha de trigo integral, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	1.300	2,64	Unidade	757	3,26	2.467,82
26	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	200	1,44	Unidade	103	1,81	186,43
27	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	150	6,95	Unidade	85	8,92	758,20
29	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	80	1,21	Unidade	41	1,78	72,98

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 807,94 (oitocentos e sete reais e noventa e quatro centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 16.477,14 (Dezesseis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quatorze centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 225/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de julho de 2013.

CONTRATADA:

TAF DISTRIBUIDORA LTDA

ISAQUE JOSÉ DE ABREU

CPF nº. 006.157.909-25

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

NOME: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

NOME: IVANDRA DE SOUZA

CPF nº. 047.563.299-00

Termo Aditivo Nº. A28/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A28/2013 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 224/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Venesio Hornburg, inscrito no CPF sob o nº. 821.724.049-34, portador da carteira de identidade nº. 2.980.532-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 225/2012-PMS, celebrado em 07 de dezembro de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 138/2012 - PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 86/2012 - PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos da cláusula quarta - parágrafo único do contrato nº 224/2012-PMS, bem como artigo 65, parágrafo 5º da Lei federal nº 8.66/93.

Considerando que resta a Administração 161 unidades para o item 24, até o termino desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa representa um percentual de aproximadamente 39%, para o item 24, do valor anteriormente contratado.

Considerando o pedido de reajuste do item 24 pela empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.017.350/0001-98, indeferido pela administração, de acordo com Parecer da Procuradoria nº 042/2013-PROJUR.

Considerando que a terceira colocada para o item 24 a empresa SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, aceitou entregar o objeto licitado. Onde a administração possui um saldo de 161 unidades, no valor unitário de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" o reajuste de 161 unidades, no valor unitário de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 481,39, (quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
24	FARINHA DE MANDIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Subgrupo fina ou extra-fina, tipo 1, classe branca, 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	300	2,25	Unidade	161	2,99	481,39

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivada o valor de R\$ 119,14 (cento e dezenove reais e quatorze centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 200.214,94 (Duzentos mil, duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 224/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de julho de 2013.

CONTRATADA:

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

VENESIO HORNBERG

CPF nº. 821.724.049-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

NOME: ORLANDO TECILLA

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

NOME: IVANDRA DE SOUZA

CPF nº. 047.563.299-00

Termo Aditivo Nº. A29/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A29/2013 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 225/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: TAF DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.017.350/0001-98, estabelecida na Rua Vidal Procópio Lohn, nº 155, Distrito Industrial, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88104-810, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Isaque José de Abreu, inscrito no CPF sob o nº. 006.157.909-25, portador da carteira de identidade nº. 705.500-5-SSP-SC, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de licitação, modalidade Pregão Presencial Registro de Preço no 86/2012-PMS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 225/2012-PMS, celebrado em 07 de dezembro de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 138/2012 - PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 86/2012 - PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o ofício nº 078/2013-SECEL, referente ao pedido de cancelamento dos pedidos de compras de itens licitados dos dias 10 e 11/07/2013, pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Considerando o cancelamento dos pedidos de compras de itens licitados, retificando as quantidades do aditivo A27/2013-PMS, então resta a Administração 256 unidades para o item 11, 422

unidades para o item 12, 772 unidades para o item 13, 113 unidades para o item 26, 96 unidades para o item 27 e 41 unidades para o item 29, até o término deste contrato.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" o reajuste e retificação de quantidade de 256 unidades, no valor unitário de R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos) para o item 11, 422 unidades no valor unitário de R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos) para o item 12, 772 unidades no valor unitário de R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) para o item 13, 113 unidades no valor unitário de R\$ 1,81 (um real e oitenta e um centavos) para o item 26, 96 unidades no valor unitário de R\$ 8,92 (oito reais e noventa e dois centavos) para o item 27 e 41 unidades no valor unitário de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos) para o item 29, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
11	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B 9), amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	450	1,88	Unidade	256	2,07	529,92
12	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), amido, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	700	1,78	Unidade	422	1,94	818,68
13	BISCOITO SALGADO, INTEGRAL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), farinha de trigo integral, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	1.300	2,64	Unidade	772	3,26	2.516,72
26	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	200	1,44	Unidade	113	1,81	204,53
27	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	150	6,95	Unidade	96	8,92	856,32
29	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	80	1,21	Unidade	41	1,78	72,98

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivada e retificada o valor de R\$ 849,10 (oitocentos e quarenta e nove reais e dez centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 16.518,30 (Dezesseis mil, quinhentos e dezoito reais e trinta centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 225/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de julho de 2013.

CONTRATADA:

TAF DISTRIBUIDORA LTDA

ISAQUE JOSÉ DE ABREU

CPF nº. 006.157.909-25

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

NOME: ORLANDO TECILLA

NOME: DANIELA SAMULESCKI

CPF Nº. 311.753.079-34

CPF Nº. 053.350.739-18

Termo Aditivo Nº. A30/2013 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A30/2013 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 224/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Venesio Hornburg, inscrito no CPF sob o nº. 821.724.049-34, portador da carteira de identidade nº. 2.980.532-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 225/2012-PMS, celebrado em 07 de dezembro de 2012, proveniente do Processo de licitação nº. 138/2012 - PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 86/2012 - PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o ofício nº 078/2013-SECEL, referente ao pedido de cancelamento dos pedidos de compras de itens licitados dos dias 10 e 11/07/2013, pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Considerando o cancelamento dos pedidos de compras de itens licitados, retificando as quantidades do aditivo A28/2013-PMS, então resta a Administração 168 unidades para o item 24, até o término desse contrato.

Considerando que a terceira colocada para o item 24 a empresa SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, aceitou entregar o objeto licitado. Onde a administração possui um saldo de 168 unidades, no valor unitário de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do

objeto do contrato, e descrição" aditivado e retificado a quantidade de 168 unidades, no valor unitário de R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 502,32 (quinhentos e dois reais e trinta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO	VALOR ATUALIZADO
24	FARINHA DE MANDIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Subgrupo fina ou extra-fina, tipo 1, classe branca, 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	300	2,25	Unidade	168	2,99	502,32

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivada e retificada o valor de R\$ 502,32 (quinhentos e dois reais e trinta e dois centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 200.598,12 (Duzentos mil, quinhentos e noventa e oito reais e doze centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 224/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de julho de 2013.

CONTRATADA:

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

VENESIO HORNBURG

CPF nº. 821.724.049-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

NOME: ORLANDO TECILLA

CPF Nº. 311.753.079-34

2ª _____

NOME: DANIELA SAMULESCKI

CPF Nº. 053.350.739-18

Serra Alta**PREFEITURA****Extrato Contratual 076-2013**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 076/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: JK PNEUS LTDA

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 09, 12, e 13 referente a Aquisição de PNEUS NOVOS, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde e Assistência Social, DMER, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações dos itens constantes no Edital do PP 37/2013;

Valor: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos Pneus licitados o valor total proposto de R\$ 15.800,00 (Quinze mil e oitocentos reais).

Vigência 15/07/2013 á 31/12/2013.

Dotação Orçamento vigente: 02.01.2.200/06.02.2.900/07.01.2.01 0/08.01.2.110 DR 0001.

SERRA ALTA, 15 de Julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Contratual Nº 075-2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 075/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: CLAUDEMIR MARTINELLI & CIA LTDA.

Objeto A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01, 02, 04, 05, 06, 11, 14 e 16 referente a Aquisição de PNEUS NOVOS, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde e Assistência Social, DMER, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações dos itens constantes no Edital do PP 37/2013;

Valor: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos Pneus licitados o valor total proposto de R\$ 18.598,00 (Dezoito mil, quinhentos e noventa e oito reais).

Vigência 15/07/2013 á 31/12/2013

Dotação Orçamento vigente: 02.01.2.200/06.02.2.900/07.01.2.01 0/08.01.2.110 DR 0001.

SERRA ALTA, 15 de Julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Extrato Contratual Nº 077/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 077/2013

Contratante MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada: MODELO PNEUS LTDA

Objeto: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 07, 08, 10 e 15 referente a Aquisição de PNEUS NOVOS, de primeira Linha de Fabricação, para manutenção da Frota de veículos pertencentes a municipalidade. Oferecendo melhores condições de trabalho agilidade e segurança no desempenho das atividades das Secretarias de Saúde e Assistência Social, DMER, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações dos itens constantes no Edital do PP 37/2013.

Valor: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo fornecimento dos Pneus licitados o valor total proposto de R\$ 12.258,00 (Doze mil, duzentos e cinquenta e oito reais).

Vigência 15/07/2013 á 31/12/2013.

Dotação Orçamento vigente: 02.01.2.200/06.02.2.900/07.01.2.01 0/08.01.2.110 DR 0001.

SERRA ALTA, 15 de Julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Siderópolis**PREFEITURA****Lei 2.049/2013**

LEI Nº 2.049, DE 09 DE JULHO DE 2013

DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO "HUMBERTO DE MATTIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua HUMBERTO DE MATTIA a Rua Projetada, localizada na Comunidade de São Martinho Alto.

Art. 2º A Rua agora denominada HUMBERTO DE MATTIA tem seu inicio na Estrada Geral, que liga o município de Nova Veneza via São Martinho Alto, e seu término na Comunidade de Linha Macarini.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 09 de Julho de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 09 de Julho de 2013.

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 14/2013

Data	Contrato	Contratante	Contratado	Objeto
05/04/2013	Nº 14/2013	MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS	INFOWAY - COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME	Nos termos do art.57 da lei nº8.666/93, o presente termo, resolve aditar o prazo até 31/07/2013 a vigência do contrato.

Timbó

PREFEITURA

Resolução Nº 03/2013 - CMDCA/Timbó/SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2013 - CMDCA/TIMBÓ/SC

Dispõe sobre o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbó/SC.

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Ação 2013 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com os seguintes objetivos:

ABRIL- Lançar e publicar o edital para a 11ª Eleição dos Membros de Entidades Não Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

MAIO- Posse dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Analisar para aprovação o Regimento Interno do Conselho Tutelar.

- Solicitar que o Conselho Tutelar apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório de atendimento conforme Regimento Interno do mesmo.

- Informar aos Membros do CMDCA que no dia 17 de maio foi lançado oficialmente a Campanha de Combate à Violência e a Exploração Sexual Infantojuvenil, em Santa Catarina. O tema da Campanha deste ano é "Exploração Sexual Comercial: Se você viu, denuncie".

JUNHO SUGESTÕES:

- Convidar os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para participar da Conferência Municipal de Assistência Social no dia 04/07/2013.

- Apresentação em reunião ordinária do CMDCA um panorama geral dos recursos do FIA pelo Gestor responsável.

- Solicitar que o Conselho Tutelar apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório de atendimento conforme Regimento Interno.

- Apresentação dos Serviços à criança e o adolescente executados na Secretaria de Assistência Social/CRAS/CREAS/BOLSA FAMÍLIA

E BENEFÍCIO EVENTUAL.

JULHO- Solicitar ao Conselho Tutelar que apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório de atendimento conforme Regimento Interno.

- Solicitar que o Serviço de cumprimento das Medidas Sócio-Educativas apresente em reunião ordinária relatório dos adolescentes em cumprimento das medidas.

- Atualizar a Lei Municipal 1375/92 que dispõe sobre a Política Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, CMDCA, FIA.

AGOSTO - Apresentação em reunião ordinária de um panorama geral dos recursos do FIA pelo gestor responsável.

- Solicitar ao Conselho Tutelar que apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório de atendimento conforme Regimento Interno.

- Nomear comissão para organizar campanha para arrecadação do FIA para 2014.

SETEMBRO- Solicitar ao Conselho Tutelar que apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório de atendimento conforme Regimento Interno.

- Solicitar que o serviço de cumprimento das Medidas Sócio-Educativas apresente em reunião ordinária relatório dos adolescentes em cumprimento das Medidas.

- Nomear comissão para a Campanha de Combate a Violência e a Exploração.

OUTUBRO- Elaboração do Plano de Ação para 2014.

- Solicitar que o Conselho Tutelar apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório conforme Regimento Interno do mesmo.

- Avaliação do CMDCA da campanha de Combate a Violência e Exploração.

NOVEMBRO

- Apresentar em reunião ordinária do CMDCA um panorama geral dos recursos do FIA pelo Gestor responsável.

- Elaboração do Plano de Aplicação para 2014.

- Solicitar que o serviço de cumprimento das Medidas Sócio-Educativas apresente em reunião ordinária relatório dos adolescentes em cumprimento das Medidas.

- Solicitar que o Conselho Tutelar apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório conforme Regimento Interno do mesmo.

DEZEMBRO- Solicitar que o Conselho Tutelar apresente em reunião ordinária do CMDCA o relatório conforme Regimento Interno do mesmo.

Timbó, 27 de junho de 2013.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Presidente do CMDCA

Aviso Retificação Pregão Presencial N.º 72 2013

PMT - Aquisição de Coifa e Toldo

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 72/2013

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 72/2013 que trata da aquisição de coifa com exaustor e toldo fixo para melhoria na construção da cozinha da escola municipal professor Nestor margarida de timbó/SC sofreu alteração na descrição do item 2, bem como no valor estimado constante no Anexo I do Edital,

Dessa forma, o item 2 passa a vigorar com a seguinte redação:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TOLDO FIXO CURVADO, MODELO "L" COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 16,50 DE LARGURA X 1,80 E 12,50 X 1,80M, BASE DE ESTRUTURA EM AÇO 30MM X 50MM, 30MM X 40MM, 7/8" E 1", TRATAMENTO EM PINTURA AUTOMOTIVA, LAMINADO PVC, COR AZUL. VALOR ESTIMADO: R\$5.755,00 (CINCO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)

TIMBÓ/SC, 15/07/2013
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Aviso Tomada de Preço N.º 33 2013 SAMAE - Obra de Drenagem Rua Inglaterra

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 33/2013

OBJETO: implantação de obra de drenagem na Rua Inglaterra, no Bairro das Nações, Regime de Execução por empreitada global, menor preço. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 01 de agosto de 2013. ABERTURA: dia 01 de agosto de 2013 as 09h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 12/07/2013.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Aviso Tomada de Preço N.º 74 2013 PMT - Entrada de Energia Ginásio Escola Tiroleses

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 74/2013

OBJETO: contratação de empresa para execução, sob o regime de empreitada por preço global, do projeto de entrada de energia do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Tiroleses, conforme memorial descritivo, plantas, quantitativo e orçamento estimativo. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 01 de agosto de 2013. ABERTURA: dia 01 de agosto de 2013 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 04/07/2013
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Extrato Edital de Chamada Pública Agricultura Familiar N.º 03 2013 - Banana, Maçã, Leite e Iogurte

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
Edital 03/2013

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC torna público, que foi lançado edital de Chamada Pública para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar sendo banana caturra, banana branca, maçã, leite e iogurte

destinados à alimentação escolar para o período de junho à dezembro de 2013, conforme Lei n.º 11.947/09 e Resolução FNDE n.º 38 de 16/07/2009 alterada pela Resolução n.º 25 de 04 de julho de 2012.

Os interessados deverão encaminhar habilitação, propostas e projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Timbó, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó/SC, até o dia 31 de julho de 2013 às 10:00 horas.

Demais esclarecimentos e a íntegra do Edital de Chamada Pública poderão ser obtidos de segunda a sexta no Departamento de Licitações do Município de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó ou pelo telefone 47 3382-3655 ramal 2038 e 2018 ou no site www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbó, 15 de julho de 2013.
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

Extrato Contrato 2013/100

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/100

CONTRATANTE: TIMBOPREV - Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos Municipais De Timbó. CONTRATADO: COPPINI & CIA LTDA - EPP (INFOPREV). OBJETO: Licença de Uso Anual do SICAP WEB pelo LICENCIANTE, para uso exclusivo do TIMBOPREV, oferecido por meio da Internet no site <http://www.sicapweb.infoprev.com.br>, pelo prazo de 1 (um) ano, e a prestação de todos os serviços de suporte técnico e manutenção necessários ao seu pleno cumprimento/funcionamento do objeto. VALOR TOTAL/ANUAL: R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais). PRAZO: vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do início da Licença de Uso (data de emissão da Nota Fiscal Eletrônica). Data da Assinatura: 01/07/13.

OSMAIR DE CASTILHO
Presidente

Extrato Contrato 2013/99

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/99

CEDENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através Fundo Municipal De Reequipamento Do Corpo De Bombeiros Militar De Santa Catarina - FUNREBOMPOM.

CESSIONÁRIO: ESTADO DE SANTA CATARINA através do Corpo De Bombeiros Militar De Santa Catarina - CBMSC.

OBJETO: Cessão de Uso, pelo CEDENTE ao CESSIONÁRIO, do veículo adquirido pelo Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - FUNREBOMPOM: I - marca FIAT, modelo MILLE ECONOMY, tipo AUTOMÓVEL, combustível GASOLINA/ÁLCOOL, ano de fabricação/modelo 2013/2013, cor vermelha, chassi nº. 9BD15802AD6828793, placas MLC-7783, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 23.117,30 (vinte e três mil cento e dezessete reais e trinta centavos). PRAZO: 01/07/2013 até 01/07/2023. Data da assinatura: 01/07/2013.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Extrato Aditivo Convênio FMS Nº 2012.11 - Hospital Oase

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/11 - celebra do entre o Município de Timbó e o Hospital e Maternidade OASE. CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADOS: Hospital E Maternidade OASE, Ordem Auxiliadora Das Senhoras Evangélicas De Timbó - OASET e Instituto Vida De Assistência À Saúde.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a manutenção/execução, pelos CONVENIADOS, de exames de ultrassonografia, na modalidade eletiva e de sobreaviso, junto as dependências do HOSPITAL E MATERNIDADE OASE e da POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA para atendimento a todos os pacientes/demanda do SUS. VALOR MENSAL: R\$ 10.100,86 (dez mil e cem reais e oitenta e seis centavos). PRAZO: prorrogado até 31/07/2014. Data da assinatura: 05/07/2013.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Aditivo Convênio FMS Nº 2012.12 - Hospital Oase

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/12 - celebra do entre o Município de Timbó e o Hospital e Maternidade OASE. CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADOS: Hospital E Maternidade OASE, Ordem Auxiliadora Das Senhoras Evangélicas De Timbó - OASET e Instituto Vida De Assistência À Saúde.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a manutenção/execução, pelos CONVENIADOS, de serviços de emissão de Laudos de Raio X para atendimento a todos os pacientes/demanda do SUS. VALOR MENSAL: R\$ 7.294,77 (sete mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos). PRAZO: prorrogado até 31/07/2014. Data da assinatura: 05/07/2013.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Aditivo Convênio FMS Nº 2012.13 - Hospital Oase

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/13 - celebra do entre o Município de Timbó e o Hospital e Maternidade OASE. CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADOS: Hospital E Maternidade OASE, Ordem Auxiliadora Das Senhoras Evangélicas De Timbó - OASET e Instituto Vida De Assistência À Saúde.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a manutenção/execução, pelos CONVENIADOS, de serviços de lavanderia hospitalar. VALOR: R\$ 5,91 (cinco reais e noventa e um centavos) por quilograma de roupa seca. PRAZO: prorrogado até 31/07/2014. Data da assinatura: 05/07/2013.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Aditivo Convênio FMS Nº 2012.14 - Hospital Oase

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/14 - celebra do entre o Município de Timbó e o Hospital e Maternidade OASE. CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADOS: Hospital E Maternidade OASE, Ordem Auxiliadora Das Senhoras Evangélicas De Timbó - OASET e Instituto Vida De Assistência À Saúde.

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a manutenção/execução, pelos CONVENIADOS, de consultas e procedimentos de profissional(ais) habilitado(s) em ortopedia (médico), junto as dependências do HOSPITAL E MATERNIDADE OASE e da POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA para atendimento a todos os pacientes/demanda do SUS. VALOR MENSAL: R\$ 13.468,17 (treze mil quatrocentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos). PRAZO: prorrogado até 31/07/2014. Data da assinatura: 05/07/2013.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Aditivo ao Termo de Cessão 22330.2010-1 Funrebompom

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 22.330/2010-1

CEDENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através Fundo Municipal De Equipamento Do Corpo De Bombeiros e Policia Militar De Santa Catarina - FUNREBOMPOM.

CESSIONÁRIA: ESTADO DE SANTA CATARINA através do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - CBMSC.

OBJETO: supressão do veículo descrito no item I do objeto constante da Clausula Primeira do Termo de Cessão (marca VW/Gol 1.0, modelo VW/Gol 1.0, tipo Pas/automóvel/ combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2007/2008, cor vermelha, chassi nº 9BWCA05W68T045113, placa MDR-8345 com todos os equipamentos obrigatórios), sendo que a partir da data de 01/07/2013 o referido veículo esta sendo devolvido pelo CESSIONÁRIO, passando a integrar a posse e o patrimônio do CEDENTE, nos moldes dos §§ 1º e 2º do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 125, de 22/12/1997. Data da assinatura: 01/07/13.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Extrato Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro 42 2012 FMS - Produvale

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 42/2012

CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Produvale Produtos Hospitalares LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo da área de enfermagem/hospitalar.

REEQUILIBRIO ECONOMICO: O item 39, coletor urina/fezes com tampa rosqueada 80ml estéril, passa a custar R\$ 0,226, e o item 45, compressa cirúrgica de gaze 7,5x7,5cm, passa para R\$ 16,10.
DATA DA ASSINATURA: 10/07/2013

ALFREDO JOAO BERRI
Secretário Municipal da Saúde

Tunápolis

PREFEITURA

Portaria Nº. 3.395/2.013

PORTARIA Nº. 3.395/2.013

Em 08 de Julho de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, EVERSON DA COSTA MACIEL, do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA, nível SAU 1, A-01, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo - Setor de Água, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Julho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.396/2013.

PORTARIA Nº. 3.396/2013.

Em 08 de Julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 035/2013, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 04/2013;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT), para o ano de 2.013, conforme Edital 004/2013 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;

2)Considerando que não existe instrutor disponível no quadro efetivo atual do Município;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, FERNANDO REMPEL, para o cargo de INSTRUCTOR DE ESCOLINHAS DE FUTSAL, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 10 (DEZ) horas aula/semanais, para o período de 08 de Julho à 20 de Dezembro de 2013, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Julho de 2013.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Processo de Licitação Nº 79/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 79/2013

Edital de Pregão Presencial nº 61/2013

Registro de Preço nº 17/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e Álcool, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses, conforme itens e especificações constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Entrega das propostas até às 8h do dia 29 de julho de 2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 79/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 79/2013

Edital de Pregão Presencial nº 61/2013

Registro de Preço nº 17/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e Álcool, destinados ao abastecimento dos veículos, máquinas e demais equipamentos desta municipalidade, ao longo de 12 (doze) meses, conforme itens e especificações constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Entrega das propostas até às 8h do dia 29 de julho de 2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Registro de Preços Nº. 47/2013 - Aquisição Peças Manutenção da Frota Municipal

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças para manutenção da frota das secretarias do município de Vidal Ramos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 47/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 23 de julho de 2013.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 14:00 hrs do dia 23 de julho de 2013, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 11 de julho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.499/13

DECRETO Nº 10.499/13, DE 15 DE JULHO DE 2013.

Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, no art. 7º, II, do Anexo I, do Decreto nº 8.208/05,

DECRETA

Art. 1º Fica designada como Pregoeira, nos termos do Decreto

nº 8.208/2005 e na Lei Federal nº 10.520/2002, a servidora VANESSA FRANCIELI STÜBER BROLEZE e, como integrantes da Equipe de Apoio, as servidoras AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI e RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.224/12.

Videira, 15 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0427/13

PORTARIA nº 0427/13

Revoga a Portaria nº 1589/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 12 de julho de 2013, a Portaria nº 1589/12, que designou PATRÍCIA MARQUES DE LIMA, para exercer a Função Gratificada de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0428/13

PORTARIA nº 0428/13

Designa Vanessa Francieli Stüber Broleze para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar VANESSA FRANCIELI STÜBER BROLEZE, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Encerramento de Licitação Sem Vencedores - PR 36-2013Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013-FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013-FMS, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA REALIZAR ATENDIMENTO NO POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - PAM E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, foi encerrada sem vencedores, ante à não apresentação da documentação que ensejou a inabilitação da única empresa participante do certame.

Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 15 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0539/2013

Extrato do Contrato n. 0539/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE BARIVIERA BOLZAN
CPF: 009.054.779-95

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEONICE TEREZINHA CHERNOSKI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2013 a 19 de julho de 2013
FUNÇÃO: PROFESSOR DE INGLÊS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0545/2013

Extrato do Contrato n. 0545/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ENEDINA DE MORAES PICCOLI
CPF: 425.793.769-68

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CRISTIANE GUILL EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2013 a 24 de maio de 2013
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0551/2013

Extrato do Contrato n. 0551/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CAROLINA DOMINGOS OLIVEIRA
CPF: 090.781.579-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0552/2013

Extrato do Contrato n. 0552/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL
CPF: 008.623.349-18

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DULCIMAR SCAPINELLO FERNANDES RIBEIRO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 02 de agosto de 2013
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0553/2013

Extrato do Contrato n. 0553/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISTELA DAL'MOLIN PEROSA
CPF: 509.625.829-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARTA MARIA DEON FERRARIN EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 03 de setembro de 2013
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0555/2013

Extrato do Contrato n. 0555/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARTA FERNANDES DA ROCHA
CPF: 005.542.899-11

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JULIANA MARTA VARELLA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 03 de setembro de 2013
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0556/2013

Extrato do Contrato n. 0556/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS

CPF: 796.716.409-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA IARA MARIA CARUSO ANDRIN

VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 31 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (um mil, cento e trinta e três reais e setenta e três centavos)

Extrato do Contrato N. 0557/2013

Extrato do Contrato n. 0557/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CLEMENTE FURLAN

CPF: 489.097.009-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0560/2013

Extrato do Contrato n. 0560/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUIZ ANTONIO DELUQUE

CPF: 004.723.159-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GRAZIELA GOETTEMES EM GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2013 a 03 de setembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0561/2013

Extrato do Contrato n. 0561/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANDERSON BENEDETTI

CPF: 006.346.349-09

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR EUDARDO CASSOL TAGLIAPIETRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 53 de junho de 2013 a 01 de julho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0562/2013

Extrato do Contrato n. 0562/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDIA MEDEIROS

CPF: 018.597.239-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDNISE XAVIER DA SILVA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA

VIGÊNCIA: de 10 de junho de 2013 a 05 de julho de 2013

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0563/2013

Extrato do Contrato n. 0563/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA TEREZINHA PERAZZOLI

CPF: 018.440.789-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0564/2013

Extrato do Contrato n. 0564/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DRIELI FINGER MORESCO

CPF: 049.580.919-55

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NELCI CHARNOSKI BARETTA EM LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 10 de junho de 2013 a 10 de setembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0567/2013

Extrato do Contrato n. 0567/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CRISTINA DAMBROSO GAZZI

CPF: 692.738.399-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de junho de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - PSF

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 833,33 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)

Extrato do Contrato N. 0568/2013

Extrato do Contrato n. 0568/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZABETE NUNES

CPF: 039.633.399-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0574/2013

Extrato do Contrato n. 0574/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISLAINE DE MATIAS

CPF: 094.863.529-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0575/2013

Extrato do Contrato n. 0575/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUANA REGINA CONTE FÁVERO

CPF: 072.304.319-13

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA LIZETE CAMARA HUBLER

VIGÊNCIA: de 20 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0577/2013

Extrato do Contrato n. 0577/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI ALVES PEREIRA VEIGA

CPF: 046.636.669-81

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2013 a 01 de agosto de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Vitor Meireles**PREFEITURA****Termo Aditivo Correios**

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Sócia:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
79.372.520/0001-85	ISENTO	
Nome Fantasia:	Ramo de Atividade:	
VITOR MEIRELES PREFEITURA GAB.	0100 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Endereço:		
RUA SANTA CATARINA, 122 - CENTRO		
Cidade:	UF:	CEP:
VITOR MEIRELES	SC	89148-000
Telefone:	FAX	
(47) 3258-0211	(47) 3258-0211	
Endereço Eletrônico: pmvitor@ig.com.br		
Nome do Responsável:		
LOURIVAL LUNELLI		
Cargo:	RG:	CPF:
PREFEITO	1.228.128	538.792.609-15

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional:	CNPJ/MF/DR:	
SANTA CATARINA	34.028.316/0028-23	
Endereço:		
RUA ROMEU JOSÉ VIEIRA, 90-BL B-BAIRRO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO		
Cidade:	UF:	CEP:
SÃO JOSÉ	SC	88110-906
Telefone:	FAX:	
(48) – 3954-4011	(48) – 3954-4084	
Endereço Eletrônico: scsecc@correios.com.br		
Gerente de Vendas:		
LILIAN PLACHI FERREIRA		
RG:	CPF:	
5.152.719-7 SSP/SC	908.887.829-34	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o (3º) [TERCEIRO] TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912258735, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato originário de 06/07/2013 a 05/07/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os recursos orçamentários destinados à execução do presente Contrato têm seu valor estimado em R\$



Elemento de Despesa: 33903947000
Projeto/Atividade: 2003
Nº Empenho: 0013
Data: 02/01/2013
Valor: R\$ 4.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, restando limitado à vigência do Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São José/SC, 27 de junho de 2013.

Pela CONTRATANTE:

Pela ECT:

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO

LILIAN PLACHI FERREIRA
GERENTE DE VENDAS

TESTEMUNHAS:
NOME DARIO MONTAGNA
CPF: 310.374.619-91

NOME CLAUDINEI FELICIANO
CPF: 042.800.449-02

Associações

FECAM

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2013

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2013

O Presidente provisório do Instituto Técnico Educacional, Cultural, Esportivo, Recreativo e Assistencial - ITEC, Senhor CELSO VEDANA, no uso de suas atribuições previstas no Estatuto provisório da entidade

CONVOCA:

Onde se lê:

Os senhores membros da FECAM, EGEM, CIGA, ARIS e

GRANFPOLIS, para reunião com a seguinte ordem do dia:

Leia-se:

Os senhores técnicos, empregados e servidores da FECAM, EGEM, CIGA, ARIS e GRANFPOLIS, para reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 16 de julho de 2013

Horário: 16 horas

Local: Auditório na sede da FECAM

Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC.

Ordem do Dia:

Apresentação e apreciação da proposta de Estatuto Social;
Assembleia Geral para Eleição da Diretoria do ITEC;
Assuntos Gerais;

Florianópolis, SC, 08 de julho de 2013.

CELSO VEDANA

Presidente Provisório do ITEC

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 181- Pegaso - Campo Erê

Extrato de Contrato nº 181/2013

Contrato de Rateio - Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social - Campo Erê

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Erê

CNPJ: 83.026.765/0001-28

CONTRATO Nº: 01/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 182 - PGT - Caçador

Extrato de Contrato nº 182/2013

Programa de Gestão Tributária - Caçador

CONTRATANTE: Município de Caçador

CNPJ: 83.074.302/0001-31

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 56/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos,

realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 03 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 183 - Programa - Pomerode

Extrato de Contrato nº 183/2013

Contrato de Programa - Pomerode

CONTRATANTE: Município de Pomerode

CNPJ: 83.102.251/0001-04

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Pomerode e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Pomerode no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Pomerode, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 01 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 184 - Rateio - Pomerode

Extrato de Contrato nº 184/2013

Contrato de Rateio - Pomerode

CONTRATANTE: Município de Pomerode

CNPJ: 83.102.251/0001-04

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 002/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de

Pomerode e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 001/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 01 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 185 - PGT - Vargeão

Extrato de Contrato nº 185/2013

Programa de Gestão Tributária - Vargeão

CONTRATANTE: Município de Vargeão

CNPJ: 83.009.928/0001-64

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 108/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 09 de julho de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMOSC

Resolução Nº 02/2013

RESOLUÇÃO Nº 02/2013

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VII do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano Plurianual para o período 2014 a 2017, o Plano de Diretrizes e Metas e o Orçamento para o exercício de 2014, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC.

I – DO PLANO PLURIANUAL

Art. 2º O Plano Plurianual será executado conforme os Anexos 1 e 2, integrantes desta Resolução, no valor total de R\$ 50.000.000,00

(cinquenta milhões de reais), com o seguinte desdobramento:

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	50.000.000,00
Receita de Contribuições	45.563.000,00
Receita Patrimonial	137.000,00
Transferências Correntes	4.300.000,00
TOTAL	50.000.000,00

DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	49.540.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	695.000,00
Outras Despesas Correntes	48.845.000,00
Despesas De Capital	460.000,00
Investimentos	460.000,00
TOTAL	50.000.000,00

II – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 3º A Receita para o exercício de 2014, estimada em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), será arrecadada na forma do Anexo 3, integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	11.000.000,00
Receita de Contribuições	9.984.000,00
Receita Patrimonial	16.000,00
Transferências Correntes	1.000.000,00
TOTAL	11.000.000,00

Art. 4º A Despesa para o exercício de 2014, fixada em R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais), será realizada em conformidade com os Anexos 4 e 5, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Secretaria Administrativa	300.000,00
Serviços Médicos Especializados	10.700.000,00
TOTAL	11.000.000,00

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	10.900.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
Outras Despesas Correntes	10.750.000,00
Despesas de Capital	100.000,00
Investimentos	100.000,00
TOTAL	11.000.000,00

III – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS

Art. 5º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2014 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Diretoria Executiva, conforme Anexo 6, integrante desta Resolução.

Art. 6º Fica o Presidente do CIS-AMOSC autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

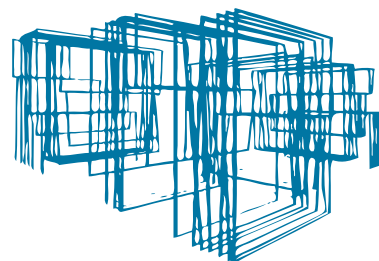
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Chapecó, SC, 11 de julho de 2013.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIS-AMOSC



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Demonstrativo da Evolução da Receita 2014

Estado de Santa Catarina				Exercício: 2014	
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC				Anexo 3	
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA					
Especificação	Arrecadada			Orçada	Estimada
	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS CORRENTES	7.715.542,35	8.778.529,84	10.574.084,79	10.000.000,00	11.000.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.715.323,04	8.774.848,82	10.561.759,11	9.500.000,00	9.984.000,00
Águas de Chapecó	63.200,00	133.983,17	135.796,00	150.000,00	96.000,00
Águas Frias	122.811,69	130.732,89	137.872,91	130.000,00	156.000,00
Caxambu do Sul	111.092,41	217.250,00	281.416,26	266.000,00	264.000,00
Chapecó	2.239.258,32	2.382.490,57	2.795.522,22	2.180.000,00	1.920.000,00
Cordilheira Alta	111.732,72	133.206,96	172.270,08	156.000,00	300.000,00
Coronel Freitas	198.892,52	237.452,69	207.549,05	238.000,00	240.000,00
Formosa do Sul	80.118,08	131.665,42	207.636,99	185.000,00	240.000,00
Guatambu	357.791,97	402.429,43	414.867,96	470.000,00	360.000,00
Irati	61.522,38	41.133,60	99.724,25	68.000,00	72.000,00
Jardinópolis	34.000,00	37.400,00	59.922,30	52.000,00	120.000,00
Nova Erechim	124.479,50	126.441,67	129.128,55	122.000,00	180.000,00
Nova Itaberaba	199.176,22	240.519,22	296.410,35	303.000,00	240.000,00
Pinhalzinho	290.885,32	269.652,78	327.612,82	300.000,00	360.000,00
Planalto Alegre	96.438,46	91.144,34	128.000,00	103.000,00	144.000,00
Quilombo	231.171,34	238.000,00	269.402,73	236.000,00	300.000,00
Santiago do Sul	141.239,10	165.708,00	184.007,41	181.000,00	180.000,00
São Carlos	88.800,00	164.835,48	292.692,95	283.000,00	240.000,00
Serra Alta	48.600,00	65.608,51	103.141,61	81.000,00	144.000,00
Sul Brasil	70.400,00	77.900,00	103.892,32	72.000,00	156.000,00
União do Oeste	100.411,01	76.450,00	126.664,94	114.000,00	120.000,00
Campo Erê	11.200,00	33.308,00	31.693,48	20.000,00	24.000,00
Coronel Martins	118.868,75	134.312,70	138.325,16	140.000,00	192.000,00
Galvão	56.152,17	51.523,81	61.706,10	52.000,00	72.000,00
Jupia	20.300,00	31.900,00	31.500,00	38.000,00	36.000,00
Novo Horizonte	105.310,74	105.386,16	108.000,00	110.000,00	108.000,00
São Bernardino	70.141,50	65.069,93	73.006,35	64.000,00	60.000,00
São Lourenço do Oeste	66.593,50	72.621,09	168.917,96	130.000,00	120.000,00
Aberlardo Luz	82.800,00	100.405,08	144.451,03	170.000,00	144.000,00
Bom Jesus	85.738,91	93.807,83	91.773,08	90.000,00	96.000,00
Entre Rios	34.800,00	39.076,95	48.350,09	33.000,00	48.000,00
Faxinal dos Guedes	184.800,00	184.800,00	230.966,19	194.000,00	240.000,00
Ipuaçu	194.073,81	239.316,25	250.197,05	244.000,00	240.000,00
Lajeado Grande	59.102,48	81.035,64	117.462,24	84.000,00	120.000,00
Marema	25.885,54	37.022,85	57.208,24	35.000,00	60.000,00
Ouro Verde	76.922,85	87.321,40	123.748,42	102.000,00	144.000,00
Passos Maia	109.610,29	108.652,13	129.749,07	110.000,00	132.000,00
Ponte Serrada	179.164,80	175.902,49	283.480,06	220.000,00	240.000,00
São Domingos	153.001,42	267.029,80	261.435,31	288.000,00	180.000,00
Vargeão	60.753,09	100.224,04	96.000,00	93.000,00	96.000,00
Xanxerê	598.766,48	642.834,28	748.863,47	701.000,00	780.000,00
Xaxim	259.810,48	247.500,00	325.306,90	311.000,00	360.000,00
Alto Bela Vista	13.018,98	12.262,81	17.398,50	14.000,00	24.000,00
Arvoredo	81.888,67	99.498,26	134.295,60	110.000,00	120.000,00
Ipira	18.610,25	15.400,00	16.800,00	10.000,00	24.000,00
Ipumirim	9.600,00	51.997,55	79.182,54	75.000,00	72.000,00
Irani	49.313,40	55.784,83	73.306,95	73.000,00	96.000,00
Itá	74.204,70	119.862,39	78.634,54	116.000,00	120.000,00
Paial	67.952,74	70.156,82	63.704,10	92.000,00	96.000,00
Peritiba	17.292,10	16.031,00	24.000,00	17.000,00	24.000,00
Seara	57.624,35	52.800,00	64.855,13	64.000,00	60.000,00
Xavantina	-	18.000,00	13.909,85	10.000,00	24.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	219,31	3.681,02	12.325,68	20.000,00	16.000,00
Remuneração Outros Depósitos	219,31	3.681,02	12.325,68	20.000,00	16.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	480.000,00	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	480.000,00	1.000.000,00
Secretaria de Estado da Saúde	-	-	-	480.000,00	1.000.000,00
TOTAL	7.715.542,35	8.778.529,84	10.574.084,79	10.000.000,00	11.000.000,00

Chapecó, SC, 11 de julho de 2013

FABIANO DA LUZ	PAULO UTZIG			
Presidente	CRC/SC 11.615-1/0			

Demonstrativo da Evolução das Despesas 2014

Estado de Santa Catarina				Exercício: 2014		
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC		Anexo 4				
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA						
Especificação		Realizada		Fixada	Prevista	%
	2010	2011	2012	2013	2014	
DESPESAS CORRENTES	8.296.352,10	8.719.757,64	10.853.135,86	10.000.000,00	10.900.000,00	99,09
Pessoal e Encargos Sociais	138.495,86	148.669,14	161.169,17	110.000,00	150.000,00	1,36
Vencimentos e Vantagens Fixas	63.966,82	65.333,97	72.059,10	80.000,00	100.000,00	0,91
Obrigações Patronais	74.529,04	83.335,17	89.110,07	30.000,00	50.000,00	0,45
Outras Despesas Correntes	8.157.856,24	8.571.088,50	10.691.966,69	9.890.000,00	10.750.000,00	97,73
Material de Consumo	3.782,29	108.618,95	6.113,34	180.000,00	150.000,00	1,36
Outros Serv Terc - Pessoa Física	661.193,87	593.265,52	565.990,76	1.000.000,00	600.000,00	5,45
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	7.492.880,08	7.869.204,03	10.070.246,91	8.710.000,00	9.900.000,00	90,00
PASEP	-	-	49.615,68		100.000,00	0,91
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	100.000,00	0,91
Investimentos	-	-	-	-	100.000,00	0,91
Equipamento e Material Permanente	-	-	-	-	100.000,00	0,91
TOTAL	8.296.352,10	8.719.757,64	10.853.135,86	10.000.000,00	11.000.000,00	100,00
Chapecó, SC, 11 de julho de 2013						
FABIANO DA LUZ	PAULO UTZIG					
Presidente	CRC/SC 11.615/1-0					



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Orçamento Atividades

Estado de Santa Catarina Exercício 2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC
Anexo 5**DEMONSTRATIVO DA DESPESA**
2001 - SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Especificação	Prevista 2014
DESPESAS CORRENTES	300.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	100.000,00
Obrigações Patronais	50.000,00
Outras Despesas Correntes	150.000,00
Material de Consumo	50.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	100.000,00
TOTAL	300.000,00

2002 - SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

Especificação	Prevista 2014
DESPESAS CORRENTES	10.600.000,00
Outras Despesas Correntes	10.600.000,00
Material de Consumo	100.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Física	600.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	9.800.000,00
PASEP	100.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
Investimentos	100.000,00
Equipamento e Material Permanente	100.000,00
TOTAL	10.700.000,00
TOTAL GERAL	11.000.000,00

Chapecó, SC, 11 de julho de 2013.

FABIANO DA LUZ

Presidente

PAULO UTZIG

CRC/SC 11.615/1-0

Plano de Diretrizes e Metas 2014

PLANO DE DIRETRIZES E METAS DO CIS-AMOSC 2014

Anexo 6

SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter constante cooperação com os órgãos afins para uma melhor resolutividade e assessoria nas questões que envolvam os municípios do CIS-AMOSC	Atender as necessidades tanto dos municípios como dos prestadores visando o máximo de resolutividade para a população beneficiada

AÇÃO	DETALHAMENTO
Melhor a nível regional os serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde	Auxiliar no fortalecimento das ações básicas nos municípios para melhorar o atendimento a nível local

AÇÃO	DETALHAMENTO
Credenciar profissionais nas áreas que houver necessidade de acordo com a disponibilidade do CIS-AMOSC	Realizar visitas de apresentação do Consórcio para novos profissionais

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter encontros bimestrais com a Comissão CIS-AMOSC	Fortalecer a Comissão com representantes do Consórcio, das Associações de Municípios que fazem parte do mesmo e com a Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó para trabalhar questões comuns dos demais Consórcios de Saúde

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter fortalecida a descentralização dos credenciamentos nos micro pólos da região do estado e dos estados vizinhos	Credenciar clínicas e prestadores nos micro pólos da região do estado e dos estados vizinhos

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter junto ao setor de Controle e Avaliação Secretaria de Desenvolvimento Regional cadastro dos serviços prestados pelo CIS-AMOSC dos municípios associados a fim de comprovação da compra para gerenciar junto a Secretaria de Estado da Saúde aumento dos tetos dos municípios através de retorno financeiro	Manter contato constante com serviço de controle avaliação Secretaria de Desenvolvimento Regional

AÇÃO	DETALHAMENTO
Assessorar no repasse financeiro as Secretarias de Saúde na organização e distribuição de serviços pactuados	Auxiliar os municípios com relação a PPI ambulatorial

AÇÃO	DETALHAMENTO
Facilitar os encaminhamentos de pacientes em procedimentos não credenciados pelo CIS-AMOSC por serem de alta complexidade	Manter contato com consultórios, clínicas e hospitais do Estado e fora dele com este objetivo

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter com os colegiados de saúde e com a Comissão Intergestores Regional – CIR constante avaliação dos serviços prestados pelos profissionais credenciados pelo CIS-AMOSC	Reuniões com Secretarias Municipais de Saúde integrantes do CIS-AMOSC e estabelecer parcerias com os profissionais credenciados para que os mesmos estejam presentes nas reuniões da CIR

AÇÃO	DETALHAMENTO
Participar da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço/CIES	Participar de reuniões previamente agendadas e/ ou extraordinárias para posterior repasse de informações aos municípios bem como da Comissão Executiva

AÇÃO	DETALHAMENTO
Participar junto as Secretarias de Desenvolvimento Regional nas ações que envolvam a saúde da população	Auxiliar na elaboração e na execução de eventos ligados a área da saúde

AÇÃO	DETALHAMENTO
Curso Introdutório da Estratégia da Saúde da Família	Auxiliar na elaboração e na execução do curso Introdutório Saúde da Família

AÇÃO	DETALHAMENTO
Gestionar junto a Secretaria de Estado da Saúde pagamento dos serviços informados em Boletim de Produção Ambulatorial - BPA pelo CIS-AMOSC	Regularizar a situação aos municípios com relação ao pagamento do BPA

AÇÃO	DETALHAMENTO
Implantar a Policlínica de Referência Regional	Assegurar junto ao Governo do Estado a implantação da Policlínica de média complexidade na microrregião do oeste em parceria com a SDR

AÇÃO	DETALHAMENTO
Criar uma lista de medicamentos mais solicitados pelos especialistas credenciados no Consórcio para padronização a nível de região	Reunir os técnicos da área farmacêutica de todos os municípios consorciados para levantamento de dados

AÇÃO	DETALHAMENTO
Realizar licitação para registro de preço na compra de medicamentos	Realizar a aquisição de medicamentos para os municípios consorciados visando à redução de custos bem como a padronização dos medicamentos para a região

AÇÃO	DETALHAMENTO
Comprar serviços de cirurgias eletivas	Negociação coletiva de cirurgias eletivas com as várias especialidades médicas (ortopedia, otorrinolaringologia, urologia e vascular)

AÇÃO	DETALHAMENTO
Visitar os Municípios	Realizar visitas as Secretarias Municipais de Saúde para esclarecimento de dúvidas

AÇÃO	DETALHAMENTO
Visitar as clínicas credenciadas	Realizar visitas para esclarecimento de dúvidas e acertos de questões pontuais

AÇÃO	DETALHAMENTO
Criar um manual de fluxos, rotinas e protocolos de atendimento	Criar um manual de fluxos, rotinas e protocolos de atendimento e repassar aos médicos encaminhadores e médicos especialistas credenciados

AÇÃO	DETALHAMENTO
Implantar a regulação, controle, avaliação e auditoria no Consórcio	Planejar um manual de auditoria e realizar visitas nas Secretarias Municipais de Saúde e visita aos usuários para verificar problema com prestadores

AÇÃO	DETALHAMENTO
Participar do Colegiado de Consórcios Públicos da FECAM	Participar das reuniões do colegiado de consórcios de saúde do Estado, visando padronização de procedimentos

AÇÃO	DETALHAMENTO
Uniformizar tabela de valores e procedimentos dos Consórcios da AMOSC, AMERIOS e AMEOSC	Participar das reuniões dos consórcios de saúde para uniformizar os valores praticados



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Plano Plurianual - 2014 a 2017 - Evolução da Receita

Estado de Santa Catarina

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Anexo 1

PLANO PLURIANUAL - 2014 A 2017

Especificação	RECEITA	Previsão			TOTAL
	2014	2015	2016	2017	
RECEITAS CORRENTES	11.000.000,00	12.000.000,00	13.000.000,00	14.000.000,00	50.000.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	9.984.000,00	10.975.000,00	11.854.000,00	12.750.000,00	45.563.000,00
Águas de Chapecó	96.000,00	105.000,00	113.000,00	122.000,00	436.000,00
Águas Frias	156.000,00	171.000,00	185.000,00	199.000,00	711.000,00
Caxambu do Sul	264.000,00	290.000,00	313.000,00	337.000,00	1.204.000,00
Chapecó	1.920.000,00	2.112.000,00	2.280.000,00	2.448.000,00	8.760.000,00
Cordilheira Alta	300.000,00	330.000,00	356.000,00	383.000,00	1.369.000,00
Coronel Freitas	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
Formosa do Sul	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
Guatambu	360.000,00	396.000,00	428.000,00	461.000,00	1.645.000,00
Irati	72.000,00	79.000,00	85.000,00	91.000,00	327.000,00
Jardinópolis	120.000,00	132.000,00	143.000,00	154.000,00	549.000,00
Nova Erechim	180.000,00	198.000,00	214.000,00	230.000,00	822.000,00
Nova Itaberaba	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
Pinhalzinho	360.000,00	396.000,00	428.000,00	461.000,00	1.645.000,00
Planalto Alegre	144.000,00	158.000,00	171.000,00	184.000,00	657.000,00
Quilombo	300.000,00	330.000,00	356.000,00	383.000,00	1.369.000,00
Santiago do Sul	180.000,00	198.000,00	214.000,00	230.000,00	822.000,00
São Carlos	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
Serra Alta	144.000,00	158.000,00	171.000,00	184.000,00	657.000,00
Sul Brasil	156.000,00	172.000,00	186.000,00	200.000,00	714.000,00
União do Oeste	120.000,00	132.000,00	143.000,00	154.000,00	549.000,00
Campo Erê	24.000,00	26.000,00	28.000,00	30.000,00	108.000,00
Coronel Martins	192.000,00	211.000,00	228.000,00	245.000,00	876.000,00
Galvão	72.000,00	79.000,00	85.000,00	91.000,00	327.000,00
Jupia	36.000,00	40.000,00	43.000,00	46.000,00	165.000,00
Novo Horizonte	108.000,00	119.000,00	129.000,00	139.000,00	495.000,00
São Bernardino	60.000,00	66.000,00	71.000,00	76.000,00	273.000,00
São Lourenço do Oeste	120.000,00	132.000,00	143.000,00	154.000,00	549.000,00
Aberlardo Luz	144.000,00	158.000,00	171.000,00	184.000,00	657.000,00
Bom Jesus	96.000,00	105.000,00	113.000,00	122.000,00	436.000,00
Entre Rios	48.000,00	53.000,00	57.000,00	61.000,00	219.000,00
Faxinal dos Guedes	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
Ipuacú	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
Lajeado Grande	120.000,00	132.000,00	143.000,00	154.000,00	549.000,00
Marema	60.000,00	66.000,00	72.000,00	77.000,00	275.000,00
Ouro Verde	144.000,00	158.000,00	171.000,00	184.000,00	657.000,00
Passos Maia	132.000,00	145.000,00	157.000,00	169.000,00	603.000,00
Ponte Serrada	240.000,00	264.000,00	285.000,00	307.000,00	1.096.000,00
São Domingos	180.000,00	198.000,00	214.000,00	230.000,00	822.000,00
Vargeão	96.000,00	105.000,00	113.000,00	122.000,00	436.000,00
Xanxerê	780.000,00	858.000,00	927.000,00	997.000,00	3.562.000,00
Xaxim	360.000,00	396.000,00	428.000,00	460.000,00	1.644.000,00
Alto Bela Vista	24.000,00	26.000,00	28.000,00	30.000,00	108.000,00
Arvoredo	120.000,00	132.000,00	143.000,00	154.000,00	549.000,00
Ipira	24.000,00	26.000,00	28.000,00	30.000,00	108.000,00
Ipumirim	72.000,00	79.000,00	85.000,00	91.000,00	327.000,00
Irani	96.000,00	105.000,00	113.000,00	122.000,00	436.000,00
Itá	120.000,00	132.000,00	143.000,00	154.000,00	549.000,00
Paial	96.000,00	105.000,00	113.000,00	122.000,00	436.000,00
Peritiba	24.000,00	26.000,00	28.000,00	30.000,00	108.000,00
Seara	60.000,00	66.000,00	71.000,00	76.000,00	273.000,00
Xavantina	24.000,00	26.000,00	28.000,00	30.000,00	108.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.000,00	25.000,00	46.000,00	50.000,00	137.000,00
Remuneração Outros Depósitos	16.000,00	25.000,00	46.000,00	50.000,00	137.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	4.300.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONVÊNIOS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	4.300.000,00
Secretaria de Estado da Saúde	1.000.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	4.300.000,00
TOTAL	11.000.000,00	12.000.000,00	13.000.000,00	14.000.000,00	50.000.000,00
Chapecó, SC, 11 de julho de 2013					
FABIANO DA LUZ		PAULO UTZIG			
Presidente		CRC/SC 11.615-1/0			

Plano Plurianual 2014 a 2017 - Evolução das Despesas

Estado de Santa Catarina					
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA				Anexo 2	
PLANO PLURIANUAL 2014 A 2017					
Especificação	DESPESA	Previsão			TOTAL
	2014	2015	2016	2017	
DESPESAS CORRENTES	10.900.000,00	11.890.000,00	12.880.000,00	13.870.000,00	49.540.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00	165.000,00	180.000,00	200.000,00	695.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	100.000,00	110.000,00	120.000,00	135.000,00	465.000,00
Obrigações Patronais	50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	230.000,00
Outras Despesas Correntes	10.750.000,00	11.725.000,00	12.700.000,00	13.670.000,00	48.845.000,00
Material de Consumo	150.000,00	165.000,00	180.000,00	200.000,00	695.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Física	600.000,00	660.000,00	720.000,00	770.000,00	2.750.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	9.900.000,00	10.780.000,00	11.670.000,00	12.560.000,00	44.910.000,00
PASEP	100.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00	490.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	460.000,00
Investimentos	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	460.000,00
Equipamento e Material Permanente	100.000,00	110.000,00	120.000,00	130.000,00	460.000,00
TOTAL	11.000.000,00	12.000.000,00	13.000.000,00	14.000.000,00	50.000.000,00
Chapecó, SC, 11 de julho de 2013					
FABIANO DA LUZ		PAULO UTZIG			
Presidente		CRC/SC 11.615/1-0			

Extrato do Edital de Chamamento Nº 01/2013

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2013

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, com sede Av. Getúlio Vargas, 571-S, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consoante com as disposições da Lei nº 8.666/93, TORNA PÚBLICO que estará realizando inscrições para credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde:

ESPECIALIDADE	PROCEDIMENTOS
Ortopedia	Consulta pré-cirúrgica e procedimentos cirúrgicos eletivos na área de ortopedia na forma descrita e no Anexo I deste Edital

Maiores informações bem como cópia deste Edital está à disposição dos interessados no CIS-AMOSC, na Av. Getúlio Vargas, nº

571-S, Centro, Chapecó - SC, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (49) 3319-3212 ou no endereço eletrônico: www.amosc.org.br

Chapecó-SC, 11 de julho de 2013.
FABIANO DA LUZ
Prefeito de Pinhalzinho Presidente CIS-AMOSC

